**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
CONVÊNIO DINTER UFAC/USP**

GEÓRGIA PEREIRA LIMA

“BRASIVIANOS”: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES.

(Versão Corrigida)

São Paulo, SP.

2014

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
CONVÊNIO DINTER UFAC/USP**

GEÓRGIA PEREIRA LIMA

“BRASIVIANOS”: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES.

(Versão Corrigida)

*de acordo
27/11/14*

São Paulo, SP.

2014

GEÓRGIA PEREIRA LIMA

“BRASIVIANOS” CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social.
Linha de Pesquisa: História dos Movimentos e das Relações Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. ZILDA MÁRCIA GRICOLI IOKOI.

SÃO PAULO, SP.

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo da Publicação

Nome: LIMA, Geórgia Pereira

Título: “**Brasivianos**” : culturas, fronteiras e identidades

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.^a. Zilda Márcia Gricolli Iokoi. Instituição: Universidade de São Paulo – USP.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof. Dr.^o. Renato da Silva Queiroz. Instituição: Universidade de São Paulo – USP.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a. Olga Brites . Instituição: Pontifícia Universidade Católica – PUC/ São Paulo.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^o. Sérgio Bairon Blanco Sant’Anna. Instituição: Universidade de São Paulo –USP.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

Prof.^o Dr.^o. Francisco Pinheiro de Assis. Instituição: Universidade Federal do Acre – UFAC.

Julgamento: Aprovado. Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha família: Humberto, Thâmillá, Thalyne, Thomas Victor, Thanayra e Anderson pelo amor, carinho, dedicação, apoio e compreensão. Aos meus pais: Luiz Pereira do Nascimento – Bela Flor (o grande incentivador dos meus estudos sobre os trabalhadores brasileiros e suas famílias na fronteira da Bolívia) e Raimunda Maria Ferreira Lopes, que durante este doutorado perdeu a referência dos tempos. Ao meu sogro: Francisco Vieira Lima Neto, que faleceu no período do doutorado. E ao nascimento de Ana Clara, Ágatha e Alice que trouxeram mais alegria a nossa família.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço especialmente à Prof.^a Dr.^a Zilda Márcia Glicolli Iokoi por haver aceitado o desafio de orientar este trabalho e pela valiosa e essencial orientação. Zilda Márcia, quando eu a escolhi temia que você não aceitasse o desafio de orientar alguém “desconhecido” e “invisível” como meus sujeitos e, ainda, a situação adversa da distância de cerca de cinco mil quilômetros que separam o Estado de São Paulo do Estado do Acre. Após o seu aceite, continuamos “invisíveis”, mas, já sabíamos o nome uma da outra e até o ano de 2012 nossas conversas de orientação se limitaram aos e-mails. Entretanto, a sua forma de tratamento me fez sentir acolhida mesmo antes de nos conhecer pessoalmente e quando cheguei à USP, juntamente com o companheiro Carlos Estêvão, fui inserida no círculo de seus alunos, orientandos, professores e equipe do DIVERSITAS. Foi assim que durante os períodos de Estágio Obrigatório I e II em São Paulo, segundo semestre de 2012 e 2013 respectivamente, mergulhei na vida acadêmica da USP, particularmente, da Casa da Cultura Japonesa sob sua sábia orientação, onde participei de estudos, reuniões, debates, discussões temáticas, seminários enfim, onde obtive aprendizagens significativas. E como não poderia esquecer, aos amigos técnicos e professores do DIVERSITAS quero deixar minha gratidão pelo acolhimento a uma “instrangeira” (C. Buarque de Holanda, 2002) acreana na cidade de São Paulo, especialmente, Teresa, essa mulher de sorriso radiante.

Zilda Márcia, nesta etapa que finda no dia de hoje, foi além de orientadora, foi uma companheira e sábia amiga. E sou grata por essa pessoa atenciosa de caráter firme e de forte atuação acadêmica, que mesmo sem saber me encorajou a procurar vencer um processo de uma doença severa a todas nós mulheres, o famigerado câncer de mama. Foi você amiga, assim quero te chamar, me ensinou com tua força para fazer a primeira cirurgia de minha vida, sou grata. Assim, professora Zilda pelo seu jeito profissional e dinâmico de ser aprendi muito mais que teorias de interdisciplinaridade e transversalidade entre as ciências. Consolidei na prática os movimentos, sentidos, significados e ressignificados das temporalidades de Emília Viotti (1998) pela experiência acadêmica da USP e para o despertar para a História do “homem no tempo” de March Bloch (2005). Este foi o seu toque em mim e, só tenho a agradecer-lá minha orientadora.

Sou grata, aos meus colaboradores e suas famílias, trabalhadoras e trabalhadores brasileiros em trânsito no território boliviano. Moradores e ex-moradores de seringais, colocações, vilas, comunidades e cidades no Departamento de Pando-Bolívia que

participaram da produção desta tese com suas narrativas. Aos técnicos e funcionários do INCRA/ACRE, especialmente, Lúcia Maria e Hidelbrando. Aos órgãos instalados na cidade pandina de Cobija-Bolívia: Funcionários do Consulado Brasileiro e Boliviano; aos técnicos do Escritório da Organização Internacional para as Migrações-OIM e da Agência ADEMAR, na pessoa amiga de Pillar e o Ministério de Migração de Pando-Bolívia, especialmente, Jimena Coelha, minha gratidão pela disposição pessoal e desprendimento no atendimento com documentos e esclarecimentos importantes durante a pesquisa.

Agradeço ainda, o empenho do Prof.º Marcos Silva (USP) por aceitar o desafio em apresentar no colegiado da FFLECH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pós-graduação em História, o projeto Interinstitucional USP/UFAC de Doutorado em História Social –DINTER, que possibilitou o aperfeiçoamento acadêmico de quinze professores da Universidade Federal do Acre-UFAC. Meus sinceros agradecimentos à Universidade de São Paulo-USP e à Universidade Federal do Acre-UFAC. Especialmente esta última que através de portaria, me liberou parcialmente das minhas atividades para eu me dedicar aos estudos em São Paulo. Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES que tornou possível meu aperfeiçoamento, pois, durante os períodos de Estágio em São Paulo-SP, concedeu-me uma bolsa de estudo.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas professores da UFAC que, direta ou indiretamente, incentivaram-me e valorizaram o meu trabalho. Aos companheiros dos cursos de História Licenciatura e Bacharelado que assumiram as atividades acadêmicas na minha ausência e aos acadêmicos dos referidos cursos, principalmente, que durante as aulas aos serem estimulados à leitura compartilhavam seus saberes e entendimentos. Aos professores doutorandos da UFAC, que estiveram vinculados ao DINTER nesses quatro anos, especialmente aos meus companheiros Carlos Estêvão e Eduardo Carneiro. Aos meus colegas professores Airton Rocha, Flávia Rodrigues, Francisco Bento, Francisco Pinheiro, José Dourado, Márcio Roberto, Simone Lima e Teresa Cruz que compartilharam seus livros e textos. E aos meus ex-professores da UFAC: em Memória ao professor Pedro Martinello, ao Prof.º Dr.º Valdir de Oliveira Calixto e a Prof.ª Dr.ª Maria José Bezerra que acompanharam, vibraram e estimularam minha caminhada acadêmica.

Aos meus irmãos e irmãs do Movimento Espirita do Acre, especialmente, toda Família Amor e Caridade que me ajudaram com suas vibrações de paz e carinho. À minha família e meus filhos do coração que Deus colocou em meu caminho, pelo amor e compreensão nos momentos de solidão durante o processo da pesquisa e da escrita desta tese que os privava da minha atenção. A Bete, Fernando Lúcia e Marinelsi, que me ajudaram nesta

tarefa e fase final por suas leituras. A todos que acreditaram nesse sonho que hoje se torna realidade, à minha irmã Maria Lúcia que cuidou da nossa mãe que neste tempo passou a sofrer do mal de Alzheimer. Aos irmãos e suas respectivas famílias: Carlos, Socorro, Auxiliadora e, especialmente, Francisco Pereira por tudo o que fizeram e fazem por mim;

Portanto, agradeço a DEUS, pela vida de amor e paz que tenho, pois como afirma Emanuel, guia espiritual de Chico Xavier (1938): *“Respirarás na zona superior ou inferior, torturada ou tranqüila, em que colocas a própria mente. [...]. Em torno de teus passos, a paisagem que te abriga será sempre em tua apreciação aquilo que pensas dela, porque com a mesma medida que aplicares à Natureza, obra viva de Deus, a Natureza igualmente te medirá!”*.

RESUMO

Geórgia Pereira Lima. **“BRASIVIANOS”: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES**. 2014, 243 folhas. Tese (Doutorado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

A tese privilegiou o estudo das trajetórias de famílias seringueiras, na entre-fronteiras de áreas da Amazônia Sul-Occidental: Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia). Os dados obtidos em quatro anos de pesquisa revelam um contexto de articulações entre culturas neste espaço constituindo identidades sob um eco silencioso da teia social de homens e mulheres nos interstícios latino-americanos dos Rios Abunã e Acre. Assim, a investigação sobre a experiência sociocultural destes sujeitos a partir da conjuntura do deslocamento de trabalhadores brasileiros para os seringais bolivianos como parte do processo de internacionalização dos conflitos sócio agrários do Brasil, em particular da Amazônia, mais evidente nas décadas de 1970 de 1980. Isto possibilitou uma leitura específica acerca das fronteiras brasileiras, nomeadamente, da zona fronteira interamericana e amazônica para além das dimensões jurídicas e políticas de Soberania Nacional, por entender que a região fronteira em estudo faz parte do/no universo da tradição do seringueiro, sem perder de vista que atravessar a “fronteira” nas condições vivenciadas por este trabalhador, resultou não apenas em ser um estrangeiro, mas, em um “sem-direito”. Desta forma, foi possível reconhecer as representações sobre cultura, fronteira e identidade elaboradas pelos próprios sujeitos amordaçados ou não pelos “silêncios” nas entre-condições do vivido em razão das implicações geopolíticas, econômicas, sociais e culturais. Para tanto, foi considerado a diversidade cultural e histórica como locus que implicou pensar as diferenças, mas, também as trocas e negociações culturais. Isto conduziu a pesquisa aos postulados, especialmente, de Homi Bhabha que conclui a cultura como um locus de um processo de ambiguidades histórico. Neste sentido, a tese aponta os entre-lugares fronteiros que localizam os chamados “brasivianos” na primeira década do século XXI como campos de possibilidades que permitiu analisar as temporalidades dos encontros e desencontros das experiências constituídas ao longo da história. Este processo é percebido no contexto do início do século XXI em razão do reconhecimento e da organização das comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles, colocado em prática pelos governos: brasileiro e boliviano com a assinatura do Acodo Bilateral/2008. Portanto, estas traduzem sob o enfoque da dinâmica social, as “divisões” e interações de brasivianidade nas Amazônias e expõem que o Brasiviano é acima de tudo uma forma de expressar a entre-condição de homens e mulheres como sujeitos participantes de um processo de alteridade e hibridização representantes dos espaços interamericanos e amazônicos.

Palavras-chave: “Brasivianos”, culturas, fronteiras e identidades.

ABSTRACT

Geórgia Lima. **“BRASIVIANOS”: CULTURAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES.** 2014, 243 folhas, Tese de Doutorado. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

The thesis focused the study of the trajectories of families rubber in between the borders of areas of Southwestern Amazonia: State of Acre (Brazil) and the Department of Pando (Bolivia). The data from four years of research reveal a context of connections between cultures in this space constituting identities under a silent echo of the social network of men and women in Latin American Rivers interstices of Abunã and Acre. Thus, research on the sociocultural experience of these subjects from the situation of Brazilian workers to shift Bolivian rubber as part of the internationalization of agrarian social conflicts of Brazil, particularly in the Amazon, most obvious process in the 1970s, 1980. this allowed specific about the borders of Brazil, namely, inter-American and Amazonian border area beyond the legal and political dimensions of National Sovereignty reading, understanding that the border region under study is part of the universe in the tradition of rubber, without losing view that cross the "border" conditions experienced by this worker, resulted not only in an alien, but a "no-right". Thus, it was possible to recognize the representations of culture, identity and border drawn by the subjects themselves or not muzzled by the "silences" in-between the living conditions because of geopolitical, economic, social and cultural implications. Therefore, it was considered the cultural and historical diversity as a locus which involved understanding the differences, but also cultural exchanges and negotiations. This research led to the postulates, especially Homi Bhabha concludes that culture as a locus of a process of historical ambiguities. In this sense, the thesis points out the border between places located so-called "brasivianos" in the first decade of this century as a field of possibilities that allowed us to analyze the temporalities of the comings and goings of the experiences recorded throughout history. This process is perceived in the context of the beginning of the XXI century due to recognition of the organization and the communities of Arroyo Seco and Los Angeles, put in place by governments: Brazilian and Bolivian with the signing of the Bilateral Acodo / 2008. Therefore, these translate from the standpoint of social dynamics, "di-visions" and interactions brasivianidade the Amazons and expose the Brasiviano is above all a way of expressing the condition between men and women as individuals participating in a process alterity of hybridization and representatives of inter-American and Amazonian areas.

Keywords: "Brasivianos" cultures, borders and identities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temporalidades de deslocamento de brasileiros para seringais de Pando–BO.....	61
Tabela 2 - População da Bolívia por Departamento - década de 1970.....	88
Tabela 3 - População Pandina por Províncias na década de 1970.....	95
Tabela 4 - Censo de brasileiro por localidades bolivianas,	96
Tabela 5 – Distribuição por país de nascimento.....	100
Tabela 6 - Participação de brasileiros na Educação Básica na Bolívia por zoneamento.....	103
Tabela 7 - Participação de brasileiros na educação boliviana por faixa etária e gênero.....	104
Tabela 8 – Famílias brasileiras e famílias mistas.....	136
Tabela 9 - Distribuição por faixa etária da população produtiva.....	149
Tabela 10 - Distribuição da população por atividade familiar de gênero e dependente.....	150
Tabela 11 – Projetos de Assentamentos INCRA/AC: locais de assentamentos de brasileiros da faixa de fronteira com a Bolívia.....	152
Tabela 12 - Cronograma de assentamento de “brasivianos” em retorno-INCRA/Acre.....	171
Tabela 13 – Origem do deslocamento.....	189
Tabela 14 – Motivo do deslocamento para Bolívia.....	191
Tabela 15 - Zoneamento fronteiriço entre Brasil e Bolívia.....	202
Tabela 16 - Puerto Rico: espaços compartilhados e territorialidades dos “brasivianos”.....	203
Tabela 17 – Pando: indicadores de emprego, segundo seção municipal.....	216
Tabela 18 – Atividade econômica e distribuição da população por ramos de atividades.....	220

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das famílias brasileiras por localidades.....	97
Gráfico 2 - Famílias mistas distribuídas nas seções Pandinas/2009.....	98
Gráfico 3 – Gênero e Nacionalidades.....	101
Gráfico 4 – Santa Rosa del Abuná: Famílias “brasivianas”.....	138
Gráfico 5 – Ocupação das famílias interculturais – Zona Rural.....	139
Gráfico 6 - Distribuição por país de atendimento médico aos brasileiros na Bolívia.....	163
Gráfico 7 - Atividade Econômica - Zona de Fronteira.....	169
Gráfico 8 – Ocupação das famílias brasileiras em território boliviano.....	215
Gráfico 9 - Distribuição da população por país de nascimento.....	223
Gráfico 10 - Distribuição por Gênero.....	224

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Espaço geopolítico das Amazônia(s).....	29
Imagem 2 - Eliana Amorim e o trabalho produtivo da mulher.....	208
Imagem 3 - Edsônia do Nascimento e a produção de verduras.....	209
Imagem 4 – Mapa da distância da Zona Urbana de fronteira a Puerto Rico-Bolívia.....	212
Imagem 5 - Ruta nº 13 - Rodovia que liga Cobija a Puerto Rico.....	213
Imagem 6 - Estabelecimento Rural - rodovia entre Cobija–Vila Busch–Puerto Rico.....	219
Imagem 7 - Mapa corredor Acre–Pando: Zonas e censo famílias brasileiras–Pando-Bolívia.....	222
Imagem 8 - Maria Vilma e produção familiar.....	225

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre; Ac - Acre.

DAI – Divisão de Atos Institucionais – Ministério das Relações Exteriores

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

PAD(s) – Projetos de Assentamentos Dirigidos

RESEX(s) - Reservas Extrativistas

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONGs – Organizações Não Governamentais;

PAE - Projeto de Assentamento Extrativista;

PLACMI – Programa Latino-Americano de Cooperação Técnica em Migrações;

COLONACRE – Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre;

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros;

FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura;

VARADOURO – nomenclatura sob a qual é identificado o jornal “O VARADOURO”, um jornal das Selvas.

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária;

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar;

ME - Ministério do Exterior;

CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CAPÍTULO - ENTRE CAMPOS AMAZÔNICOS: ENTRAR NA FRONTEIRA DAS AMAZÔNIAS INTERAMERICANAS.....	43
1.1. FILHO DE PAIS MIGRANTES.....	46
1.2. - VIDAS EM TRÂNSITO NOS SERINGAIS BOLIVIANOS.....	53
1.3. “RUMO À BOLÍVIA”.....	69
1.4. PLÁCIDO DE CASTRO: UM ENTRE-ESPAÇO DE TRAVESSIAS DE ALDERINO CORREIA E FRANCISCO BONIFÁCIO.....	77
2. CAPÍTULO: FRONTEIRAS EM PERSPECTIVAS: ENTRE CONFLITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E INTERAÇÕES SOCIAIS.....	83
2.1. “A VIDA BOA, NO FINAL FOI DE PERSEGUIÇÃO”.....	90
2.2. COMUNIDADE SÃO LUIZ, UM ENTRE-LUGAR DE PERSEGUIÇÕES E CONVIVÊNCIA.....	93
2.3. “...A GENTE SAIU PRATICAMENTE FUGINDO”.....	112
2.4. DAS MARGENS DO REFÚGIO: O “BRASIVIANO” COMO UMA INTERAÇÃO SOCIOCULTURAL.....	115
3. CAPÍTULO - “BRASIVIANOS”: VIDAS EM MOVIMENTOS OU FRONTEIRAS (RE) VISITADAS?.....	126
3.1 - “É ISSO A VIDA”.....	129
3.2 - UM SENTIDO DO TRÂNSITO TRANSFRONTEIRIÇO: “ENTRE LÁ E CÁ”.....	135
3.2.1 - “é... Deus é bom. Deus abençoe”.....	153
3.3 - BOLIVIANOS ESTAVAM PRESENTES	156
3.4 – O RETORNO: COMO REARRANJO MIGRATÓRIO.....	165
4. CAPÍTULO - “BRASIVIANOS”: IMAGENS E MARGENS DAS COMUNIDADES DE ARROYO SECO E LOS ANGELES.....	176
4.1 - “CHEGADA AO ESTADO DO ACRE E ENTRADA PARA AS TERRAS DA BOLÍVIA”.....	178
4.2 - ENTRE DIÁLOGOS DE SUBJETIVIDADES: UMA HISTÓRIA DE VIDA E A HISTORIOGRAFIA.....	185
4.3 - ESPAÇOS COMPARTILHADOS DE FRONTEIRAS AMAZÔNICAS.....	198
4.4 - COMUNIDADES ARROYO SECO E LOS ANGELES: A TERRA DA PROMISSÃO?.....	207
5. CONCLUSÃO.....	228
6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	243

INTRODUÇÃO

O presente determina no objeto do passado o ponto onde divergem sua história anterior e sua história posterior, a fim de circunscrever seu núcleo. (Walter Benjamin).

A presença de brasileiros na Bolívia, na zona de fronteira do Departamento de Pando, particularmente, nas províncias de Nicolas Suares e Abunã, a partir de 1980, é um acontecimento¹ envolvendo estes sujeitos, chamados de “brasivianos²”, e se tornou bastante expressivo nas discussões da Historiografia regional.

Na academia, desde a graduação e, mais tarde, no mestrado, procurei compreender as experiências daqueles homens e mulheres em trânsito. Assim sendo, o meu discernimento acumulado de pesquisas e estudos permitiu assimilar aquele acontecimento como uma problemática de pesquisa passível de ser analisada a partir da perspectiva das relações socioculturais.

Ademais, o lugar de meu nascimento permite, enquanto pesquisadora, me incluir no centro desta discussão. Natural do município de Plácido de Castro, fronteira com a Bolívia, filha de pai seringueiro e comerciante do rio Abunã, nascida em terras bolivianas e registrada com nacionalidade brasileira, passei boa parte da infância e juventude convivendo com a realidade de brasileiros nos seringais bolivianos, escutando entre uns e outros causos, contados por meu pai e por seus outros companheiros daquela região, com relação ao Posto Militar boliviano naquele rio. Inquietava-me. Ao aprofundar as pesquisas teóricas sobre a temática por meio da revisão do estudo da pesquisa, especificamente da região da Amazônia

¹ Nas reflexões de Paul Veyne, um acontecimento não é um ser, com o qual o historiador monta a trama para explicar a história de um evento, mas, é um cruzamento de itinerários possíveis, onde circulam os sujeitos da história. Com efeito, utilizo aqui o conceito “itinerário” por este expressar um caminho escolhido para narrar a história da presença de brasileiros, clandestinos, no território boliviano. Diz Veyne: “[...] é evidentemente impossível descrever a totalidade é preciso escolher [...] O itinerário que o historiador escolhe para descrever o campo acontecimental pode ser livremente escolhido e todos são igualmente legítimos”. Veyne também utiliza o conceito de intriga, o itinerário onde os acontecimentos adquirem sentidos e incorporam contexto e como “a história é feita da mesma substância que a vida” todo acontecimento se dá no cruzamento entre o itinerário do vivido e o escolhido pelo historiador. Veyne, Paul. **Como se escreve a História**, (1989: 43 a 49)

² Convém esclarecer que por brasiviano, ficou entendido na historiográfica regional, os trabalhadores brasileiros, que ocuparam o território boliviano em condições de clandestinidade. Contudo, o antropólogo Alfredo Wagner (1995) cunhou este termo a partir de uma análise, muito particular, das fronteiras brasileiras da contextualização dos conflitos agrários brasileiros e a relativização de fronteiras, especificamente, amazônica, designando por brasivianos “identidade constituída no conflito de um grupo de trabalhadores, seringueiros, brasileiros em seringais bolivianos” TRAVESSIA a revista do Migrante. CEM, 1995, 29-35.

Sul-Occidental, realizadas no período compreendido entre o final da década de 1990 e início do século XXI, consideramos as compreensões do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1995); os estudos e análises apresentadas pela historiadora Maria Benedita Gomes Esteves (2003/2005); a dissertação de mestrado do historiador José Sávio da Costa Maia (2002); as minhas interpretações realizadas desde a graduação, que resultaram na monografia (1996), na dissertação (2002) e em recentes artigos publicados (2009 e 2010), bem como me debrucei sobre outros estudos empreendidos por pesquisadores da Universidade Federal do Acre (UFAC). Da análise deste material resultou a constatação da insuficiência de elementos para elucidar a ocorrência, bem como a inadequação da teoria eminentemente simplista que credita somente à migração para explicar o acontecimento social objeto deste trabalho ora em análise que passaremos a discorrer.

A problemática acerca da presença de brasileiros nos seringais da Bolívia, ao ser analisada³ inicialmente a partir do campo acadêmico acreano, via Universidade Federal do Acre, Campus Rio Branco, bem como, no campo pandino pelo olhar particularizado do antropólogo social Guillermo Rioja Ballivián (2011), revelou o silêncio acadêmico no tocante a questão dos “brasivianos” durante a pesquisa, entre os anos de 2011 e 2012, na Universidad Amazónica de Pando – UAP, cidade de Cobija. Este contexto permitiu observar as significações e ressignificações das representações do passado que envolve a historicidade do Estado do Acre - Brasil e a região do Departamento de Pando – Bolívia.

Pouco mais de um século separa os eventos da chamada “Revolução Acreana” (1902) e os das experiências sociais de famílias brasileiras (seringueiros e pequenos produtores rurais), nos seringais pandinos–Bolívia (2010). Contudo, algumas expressões contidas nos trabalhos acadêmicos pesquisados tais como: “litígio”, “clandestino”, “eu”, “outro”, “estrangeiro” bem como, o silêncio acadêmico. Estes elementos traduzem um hiato entre o acontecimento histórico da chamada “Revolução Acreana” e a permanência desses sujeitos em território boliviano.

Dentre o universo acadêmico acreano, com objetivo de compreender as interpretações realizadas acerca dos chamados “brasivianos”, a minha escolha recaiu sobre os trabalhos da historiadora Maria Benedita Esteves (1995-2005), “A hierarquização dos espaços”, publicado pela revista Nero/2005; e o outro, sob o título: “Trajetórias de famílias

³ Acervos acadêmicos, pesquisados (artigos científicos, monografias e dissertações) - área de História e Letras da Universidade Federal do Acre: Maria Benedita Esteves, José Sávio de Souza Maia, Geórgia Pereira Lima e outros; O antropólogo da Universidade da Amazônia-AM, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Não foram localizados acervos da Universidad da Amazônia – Departamento de Pando–Cobija acerca da questão em estudo. O acesso aos trabalhos do antropólogo social Guillermo Rioja Ballivián são do acervo pessoal deste pesquisador.

subterrâneas na fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)”, artigo publicado pelo Projeto História da revista PUC/2003. Bem como, o trabalhado do historiador José Sávio de Souza Maia (2002) sob o tema “Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de produção num espaço de litígio (1970-1995)”. A preferência se deveu ao fato das temáticas desses estudos buscarem compreender as múltiplas relações sociais que envolvem os brasileiros, migrantes para os seringais a partir dos anos 1970 e o entendimento da condição vivida por esses sujeitos em relação com o ambiente, o seringueiro e o “Outro”.

A seleção das duas publicações de autoria da historiadora Bendita Esteves se deve a três aspectos discutidos em ambos os artigos. Foram considerados relevantes, ainda, por continuarem presentes no contexto do cotidiano dos seringueiros nos seringais da Bolívia, particularmente, os sujeitos como protagonistas de outros discursos de permanência em território boliviano e de retorno ao Estado do Acre-Brasil. Vale ressaltar que a lógica de interpretação sob o impacto dos encontros e desencontros no campo das diferenças “eu” e o “outro” estabelecida nos mencionados textos, rompe com a cronologia das publicações devido às questões ligada à luta por reconhecimentos, de identidades e a ideia de pertencimentos em razão dos conteúdos apresentados nas falas e gestos dos chamados brasivianos e assentados.

O aspecto primeiro, diz respeito à dialógica apresentada do jogo de forças entre “os assentados” e os “não assentados” numa discussão acerca da terra mediada pelos representantes do Estado brasileiro burguês, a saber: técnicos do INCRA e IBAMA do Estado do Acre, de que trata o artigo publicado pela historiadora Benedita Esteves, em 2005. Neste, a autora constrói uma teia social para discutir a questão da alteridade “eu” e o “outro”. Entretanto, ao analisar as falas dos líderes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, dos técnicos, particularmente, do órgão responsável pela reforma agrária do campo acreano (INCRA-Acre), bem como, a fala e o silêncio dos chamados “convidados”, representando estes últimos os “brasivianos”, restou exposto uma luta surda dos iguais: seringueiros da reserva Chico Mendes e dos desiguais: seringueiros brasileiros residentes em seringais da Bolívia.

A autora mostra certo “estranhamento” na forma como os seringueiros, os moradores assentados na Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX) e os “migrantes/convidados”, encontravam-se em planos opostos quanto ao processo de posse da terra mesmo sendo possuidores de uma tradição social do trabalho no extrativismo. Entre estes a visão do outro como diferente é reforçada e a condição da continuidade de “migrante”, agora não mais imposta por fazendeiros e madeireiros, mas pelos próprios trabalhadores rurais brasileiros sindicalizados.

O segundo aspecto, que trata da contextualização englobando a dimensão espacial da “Reserva Extrativista Chico Mendes” e a temporalidade entre as décadas de 1970-1990, nos faz refletir sobre como as memórias são construídas e constituídas num contexto de representações numa relação do “eu” e do “outro”.

Através destas representações, a dinâmica dos contrários que compõem as questões colocadas por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, na área fronteiriça do Departamento de Pando–Bolívia, permite pensar, a partir dos opostos, a inclusão/exclusão e a associação/desagregação desse grupo e recompor uma tríade conceitual cultura–fronteira–identidade para além da ideia do nacionalismo estático, criador de um quadro homogêneo de conceitos isolados. Entendemos esta tríade como unidade conceitual portadora de elementos e sentidos complexos e contraditórios que comporta dialogar com as diferenças e as diversidades.

Um dos resultados desse processo de análise foi compreender como as representações que envolvem a relação entre significantes (imagens, palavras, etc.) com os seus significados (representações, significações e ressignificações) no simples ato de viver deslocado, estes sujeitos compreenderam e forjaram saídas para uma experiência de expropriação e expulsão. São homens e mulheres representantes de geografias esquecidas que expuseram em suas ações, no tempo vivido, uma entre-condição de vida do trabalhador interamericano. Tal fato mostrou que a hipótese alicerçada em uma teoria eminentemente calcada no fator migração se tornou insuficiente e, ou, inadequada para explicar esse acontecimento social.

O terceiro aspecto dos estudos realizados chamou atenção pela dimensão sócio–antropológica evidenciada por Benedita Esteve para elucidar a presença de brasileiros seringueiros, na Bolívia. No artigo publicado em 2003, a autora visa apreender dimensões, significados e sentidos da vida evidenciados pelos migrantes brasileiros, os quais, em diferentes momentos, deslocaram-se para área de Segurança Nacional da Bolívia, na faixa de fronteira distante cinquenta quilômetros do Departamento de Pando com o Estado do Acre. Neste artigo, mais uma vez, a migração assume caráter preponderante na interpretação da citada historiadora.

A mesma autora entende que o movimento migratório apresentado pelos seringueiros brasileiros para os seringais bolivianos fez parte de um processo de fragmentação de uma “comunidade de trabalho” singularizada no passado de “escravidão” por dívida como forma de imobilidade, resultante do processo da ocupação da Amazônia no final do século XVIII e início do XIX, por ocasião da II Guerra Mundial pela necessidade da produção de borracha,

como também, de expropriação e expulsão, entre os anos de 1970 e 1980, durante o contexto da penetração da chamada frente pecuarista no Estado do Acre.

Concordamos com a afirmação de Benedita Esteves (2003) quando, ao tratar a trajetória das famílias seringueiras brasileiras, asseverou que os estudos, sob o enfoque da exclusão social:

[...] têm contribuído, mas não explicam as manifestações de sobrevivência desenvolvidas por essas famílias, bem como, deixam de explicar os espaços criados para viverem “clandestinamente” dentro da floresta amazônica, em terras que não lhes pertencem. (ESTEVES, 2003, p. 109).

Mesmo que sinalizando para uma metodologia sócio–antropológica visando explicar esse acontecimento histórico, ela, não obstante, detém essa construção possível, vez que se esbarra na sua própria análise do processo migratório, o qual foi concebido como “efeito de lugares” e o ato de migrar envolto por estratégias que justificam o “mundo subterrâneo” criado pelos migrantes brasileiros e suas representações sobre este mesmo mundo. Aqui, o paradigma da objetividade e da subjetividade, que campeia a análise das memórias, ainda apresenta uma forte distinção entre os fatos narrados e o trabalho do historiador, premissa essa que se procurou superar neste trabalho.

Na dissertação do historiador José Sávio da Costa Maia (2002), intitulada “Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de produção num espaço de litígio (1970-1995)”, foi discutida a questão da presença dos brasileiros na Bolívia e exposta a situação espacial litigiosa, bem como a condição de ilegalidade desses sujeitos naquela região. Contudo, ao afirmar que o homem que vive na fronteira geopolítica é o mesmo que atravessa a fronteira humana do reconhecimento ou desconhecimento da alteridade e da representação do outro, denotou certo estranhamento⁴ quanto ao modo de viver na fronteira.

De acordo com este autor, cuja conclusão concordamos, a fronteira tornou-se um ambiente caracterizado por ambivalências, onde são possíveis encontros e desencontros, pois, do lado do território Brasileiro, não há espaço para a construção de uma produção livre e a opção de voltar não é muito atraente. Despossuído e excluído da nova ordem estabelecida pelo modelo agropecuarista implantado no Estado do Acre, a partir da década de 1970, este sujeito se depara, no Brasil, sem oportunidades. Nesta leitura, Sávio Maia afirma que o seringueiro no “Estado do Acre não tinha terra, casa, emprego e ainda tinha que enfrentar o

⁴ O estranhamento apresentado pelos dois autores em análise, sob a perspectiva metodológica sociológica, expõe uma prática acadêmica, uma atitude, em se propor a conhecer a realidade social como observador que olha de fora, e não de dentro.

capataz, o fazendeiro, o policial e a vida nas cidades estavam distantes”. (Maia, 2002:23-25)

Embora tenha entrevistado os engendramentos antropológicos e de alteridades colocados pela problemática destes brasileiros na Bolívia, Sávio Maia atravessa o debate sobre a história e etnicidade quase intocável, talvez porque a análise partiu da concepção de um território em litígio, onde o discurso nacionalista não permite outros arranjos/rearranjos provocados pela migração. Outro enfoque que poderia evidenciar no campo material da tradição e do trabalho extrativista, os elementos de experiências dos seringueiros, é o aporte explicativo acerca desta atividade produtiva que o autor subscreve sob a conjuntura periférica da ordem capitalista implantada na Amazônia Sul-Occidental a partir da década de 1970, bem como, a forma como os trabalhadores rurais realizaram seus enfrentamentos na e pela terra a partir dos anos 1980.

No contexto da luta pela terra empreendida por estes sujeitos, o estranhamento no discurso do autor se torna similar ao apresentado pela historiadora Benedita Esteves, porém, aquele expõe seu descontentamento para com os movimentos representativos de classe – Sindicados dos Trabalhadores Rurais e Conselho Nacional dos Seringueiros – os quais foram atrelados, a partir da década de 1990, às novas estruturas do poder político do Estado do Acre sob a ótica da “sustentabilidade socioeconômica”. Soterrada em meio a uma indigestão político-ideológica que procura nesta parte da explicação, acerca da tese que justifique a situação dos seringueiros brasileiros na Bolívia, a questão principal é invertida e passa para segundo plano sendo que os elementos explicativos, especificamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, assume o foco da mudança de análise realizada por Sávio Maia (2002).

Percebe-se a perplexidade do autor quanto ao enfrentamento decorrente de “gargalos” que a pesquisa encaminha o pesquisador, a saber, entre ideologia e a prática de movimentos sociais acreanos, ao perceber a luta destes e, agora, sendo contrários ao ideal de retorno ao Brasil dos seringueiros migrantes, também trabalhadores do extrativismo, de ocuparem a terra na RESEX. As palavras de Sávio Maia (2002) não deixaram dúvida desse estranhamento:

O enfrentamento inicial não respondia a motivações preservacionistas, que agora “empatam” os seringueiros sobrando de ocuparem uma área de terra nos limites da Reserva [RESEX Chico Mendes], porque eles não se compatibilizavam com os regimentos criados para mantê-las. [e acrescenta] Nossos sindicalistas perderam a capacidade de analisar que os regimentos [...] devem servir à maioria e não para manter segregações e exclusões. (p. 114).

O caminho teórico–metodológico escolhido por Sávio Maia criou uma encruzilhada onde os múltiplos testemunhos se excluem e, uma mudança na direção da pesquisa não se fez esperar, guiando pela explicação das forças externas a partir das quais os seringueiros

fronteiriços passaram a ser desnudados fora do ambiente litigioso. Desta forma, a questão de estudo deste autor, ao ser apresentada, seja na concepção do mundo socialista e/ou, sob as novas roupagens capitalistas, notadamente quando Sávio Maia se refere às propostas ambientalistas implantadas na chamada RESEX – Reserva Extrativista Chico Mendes, as ONGs e as “ilhas de alta produtividade”. A compreensão acerca do espaço de litígio, identificado como “espaço territorial habitado pelos seringueiros [...] passou por metamorfoses substanciais [...] do fazendeiro [até as] Reservas Extrativistas, em todos os casos promoveu exclusão social.” (MAIA, 2000, p. 114-115). Destaca este autor, que as forças das lideranças sindicais propulsoras de mudanças, neste momento se tornam instrumentos de reafirmação do Estado burguês em razão de terem sido dragadas pela “força” invisível do capital internacional, através das ONGs, que passaram a atuar no âmbito do espaço rural acreano.

Sob outro enfoque, o Antropólogo Social boliviano, Guillermo Rioja-Ballivián, traz à tona questões recentes (2009) que expõem o rearranjo político da migração dos seringueiros clandestinos em território boliviano. Apresenta sob o título: “Aproximación preliminar delimitativa como base para una investigación. Reasentamientos brasileños en Pando: cronología incompleta” (2011), sua compreensão acerca do recenseamento de brasileiros na região pandina, realizado pela Organização Internacional para as Migrações. Ao contextualizar os implicados elementos de enfrentamentos, particularmente a partir de 2009, sob os quais a comunidade “brasiviana” fez manifestar o cenário político desta fronteira nacional, Rioja-Ballivián toca no ponto nodal da questão do “litígio”, território e a clandestinidade.

Em sua análise, Guillermo Rioja-Ballivián apresenta uma conotação interpretativa estruturada a partir da premissa da Soberania Nacional Boliviana, explicitada nesta frase: “Como em muchos países de nuestra América, Bolívia tiene una salvaguarda para los extranjeros asentados en la zona de frontera”. Estrangeiro foi uma expressão utilizada por ele para identificar os seringueiros na zona de fronteira pandina, presentes desde antes da década de 1970. Com relação ao território habitado ele denota o caráter da ilegalidade e irregularidade exposta pela entre-condição de clandestino. A sua ideia de legitimidade justifica a “expulsão” dos brasileiros clandestinos do país boliviano e expõe as situações de conflitos que reatualizam a fronteira do Estado do Acre.

É importante ressaltar a premissa da representação de “estrangeiro” que estamos partindo para identificar os sujeitos de nossa análise como nos sugere pensar a perspectiva do

sociólogo Georg Simmel ⁵ (1908) quando expõem o implicado movimento entre as prerrogativa de “mover” e “fixar” cria uma noção sociológica do estrangeiro é apresentada sob o influxo dessas duas possibilidades que permitem analisar as múltiplas relações do sujeito com os “Outros” e com o espaço temporal ou espacial, evidente nesta afirmativa Simmel:

Se o mover for o contraste conceptual do fixar-se, com a liberdade em relação a cada ponto dado do espaço, então, a forma sociológica do “estrangeiro” representa, não obstante, e até certo ponto, a unidade de ambas as disposições. Revela também, certamente, que as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos. Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. Fixo dentro de um determinado raio espacial, onde a sua firmeza transfronteiriça poderia ser considerada análoga ao espaço, a sua posição neste é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se. (RBSE, Vol. 4, nº 12. 2005 p. 265).

Neste estado de compreensão, particularmente, da historiografia acreana a partir do viés da História Social que a fase inicial desta pesquisa abrangeu, se realizou um estudo etnográfico acerca desses homens e mulheres que residiam ou residem em seringais da região do Departamento de Pando-Bolívia, desde antes da década de 1970, portanto, estrangeiro clandestino. Tal empreitada propiciou a percepção das múltiplas relações que esses sujeitos estabeleceram entre si, com outros seringueiros e regatões brasileiros; com civis e autoridades bolivianas, a exemplo do Posto de Comando do rio Abunã, evidenciando elementos importantes acerca do objeto deste trabalho.

Ao pensar que a questão tem um caráter preponderantemente sócio–antropológico em razão de certo enfrentamento pluriétnico e de relações presentes nesta fronteira boliviana, a História Social se firmou como um caminho que possibilitou um diálogo com a antropologia. Neste prisma, a História Oral se apresentou como uma das metodologias mais adequadas à análise social pretendida, devido à sua utilidade para o trabalho com a oralidade e, a narrativa como parte constituinte do entendimento acerca da memória individual e socialmente construída, como sinaliza Alexandre Portelli (2006). Assim, o caminho metodológico da História Oral se tornou um dos suportes a este estudo que tem por tema: “Brasivianos”: culturas, fronteiras e identidades.

⁵ O Estrangeiro texto do livro de Georg Simmel: **Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung** (Sociologia. Estudos sobre as formas de sociação). Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908, pp. 509 a 512. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro KOURY. Publicado pela RBSE • Vol. 4 • nº 12 • dezembro de 2005 • ISSN 1676-8965 • 265 - 271.

Logo, o objeto preciso deste trabalho é a análise/investigação do *encontro e/ou, desencontro sociocultural* ainda presente, entre a população brasileira deslocada para o Departamento de Pando-Bolívia e a diversidade dos grupos que ali habitam. A área em estudo permite perceber, a partir de 1980, as relações entre brasileiros e bolivianos (relações interétnicas), por tratar-se de área fronteiriça; as relações estabelecidas entre os próprios sujeitos sociais da comunidade brasileira (relações intraétnicas), uma vez que esta região, até a década de 1970, era predominantemente ocupada por brasileiros (CEDEPLAR, 1979) e, ainda, entre esses atores e os Estados Nacionais latino-amazônicos (Brasil e Bolívia). Também integra o seu objeto as ações do governo boliviano que abriga e/ou expulsa as mencionadas comunidades, cujas manifestações de tais situações de conflitos se tornaram mais visíveis a partir de 2007, eis que foram difundidas pela imprensa local (jornais/2007 - 2010) e a consolidação do Acordo Bilateral entre Brasil-Bolívia/2008.

Ao estabelecer as delimitações temporais, espaciais e quantitativas do objeto deste estudo, visando situar e circunscrever a problemática da pesquisa considerou-se migrante⁶ para região de fronteira de Pando-Bolívia, prioritariamente, aquele:

1. Residente na área do Corredor Acre–Pandino - 400 km de Segurança Nacional dos 50 km de fronteira boliviana – em situação de clandestinidade pós-Tratado de Petrópolis até 2010.
2. Recenseado a partir de 2009 pela OIM – Organização Internacional para as Migrações – e que tenha retornado ao Brasil para ser assentado nas seguintes localidades: Projeto Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos - 38 (trinta e oito) famílias - Município de Brasília; e Triunfo - 92 (noventa e duas) famílias; Município de Plácido de Castro, entre 2010 e 2012.
3. 19 (dezenove) famílias brasileiras assentadas a partir de 2010 nas comunidades de Los Angeles e Arroyo Seco, localizadas na Província de Puerto Rico, no Departamento de Pando-Bolívia.

A análise desses sujeitos se deve, para além da mobilidade social, a importância do processo de uma possível construção e configuração aeroespacial das localidades fronteiriças

⁶ Importante informar que o uso do termo migrante melhor expõe o movimento dos seringueiros na fronteira pandina uma vez que no dicionário este representa uma “particularidade do que ou de quem migra; que muda (de local, região, Estado, país etc) de maneira periódica: pássaro migrante. s.m. e s.f. O que ou quem migra”. (Etm. do latim: migrans. antis).

do objeto de estudo. Porquanto, entendemos que a História enquanto Ciência Social ao ser pensada como um campo de possibilidades constitui e se torna uma base teórico-metodológica que permite realizar um diálogo empírico–estruturalista na perspectiva de problematizar as experiências diaspóricas daqueles homens e mulheres.

Assim, sob a ótica da História Social, a partir de uma abordagem de oralidades, se buscou compreender a alteridade socialmente constituída naquele espaço, possível de ser analisada, especificamente, a partir de 2010 em decorrência do assentamento de famílias brasileiras em território boliviano. Este fato implicou repensar a forma de abordar os conceitos básicos deste estudo: **cultura, fronteira e identidade**. Estes conceitos, por se encontrarem intrinsecamente ligados e manifestados na experiência social da comunidade “brasiviana”, foram sendo constituídos a partir do diálogo com as evidências. Neste sentido, o próprio termo “brasivianos” foi tomado como chave de análise uma vez que se compõe de elemento representante de opostos, excludente/includente, e expressa uma situação de ambivalência e alteridade (BHABHA, 2007) que permitem entrever no cenário latino–amazônico uma possível constituição de culturas híbridas (BAUMAN, 2005; CANCLINE, 2001; BHABHA, 2007).

Desta forma, o uso da História Oral, como técnica e como método, se justifica por permitir reconhecer nas histórias narradas as experiências de vida daqueles sujeitos em território boliviano como representantes de uma comunidade destino (BAUMAN, 2005) constituídas por ações de homens e mulheres, em trânsito, no tempo (1904 a 2010).

Assim, a dimensão técnica da História Oral neste estudo se tornou um dos elementos articulador de memórias para formulação de diálogos com e entre fontes: orais e escritas. Este procedimento permitiu entrecruzar as questões estruturais de conflitos agrários (ALMEIDA, 1989) do campo amazônico, particularmente, acreano, a partir da década de 1970, como as questões ligadas ao processo de expropriação e expulsão que envolve as jornadas e as experiências de diásporas de famílias seringueiras, brasileira, nos seringais da Bolívia. Estas foram denunciadas, principalmente na década de 1970, por intermédio do Boletim “Nós Irmão”, informativo da Igreja Católica da Diocese da cidade de Rio Branco e do Jornal “O Varadouro”, o Jornal da Selva de circulação regional, bem como em outros capitais do país, a exemplo de São Paulo, que entre fins da década de 1970 e a década de 1980 expôs através de matérias contundentes as questões de conflitos por terra no Estado do Acre e suas consequências sociais.

Enquanto o uso do método de entrevista da História Oral permitiu entrever as questões étnicas presentes neste estudo que se traduziram em novas e possíveis construções

sociais nessa área de fronteiras porosas, até a década de 1970, entre o Departamento de Pando (Bolívia) e o Estado do Acre (Brasil). Desta forma, as narrativas se tornaram essenciais para compreender as identidades constituídas pelas múltiplas relações estabelecidas por aqueles homens e mulheres ao longo do tempo de ocupação do território boliviano, especificamente, a partir de 1980.

Na técnica da entrevista se optou por fazer uso de dois critérios: a entrevista estruturada e a semiestruturada. Enquanto a entrevista estruturada foi aplicada por intermédio de um questionário de 06 (seis) questões básicas, as quais serviram para aprofundar os dados e elaborar quadros, gráficos e tabelas, atendendo as perspectivas de base material que o estudo exigia, a entrevista semiestruturada, possibilitou compreender como as relações (interétnicas, intraétnicas e com o Estado boliviano) se estabeleciam como elemento articulador entre culturas (brasileira e boliviana) e forjador de identidade.

Em razão das implicações envolvendo os encontros entre entrevistador e entrevistado em vista das dificuldades relacionadas à dispersão da comunidade em meio à floresta, ao processo de retorno ao Brasil ser realizado em etapas e, ainda, à mobilidade oficializada de famílias para a província de Puerto Rico na região de Pando-Bolívia, se procurou dar qualidade aos encontros. Neste intuito e visando constituir um elo de confiança se estabeleceu um vínculo com o entrevistado a partir da minha própria história de vida e, através de imagens de reportagens de jornais, demonstrando o interesse pelas histórias de suas experiências de vida.

A adoção deste procedimento possibilitou um reconhecimento mútuo entre sujeitos, embora em tempos diferentes, de um passado singular e um presente múltiplo. Enquanto as imagens (fotografias) colhidas serviram para mediar à conversa e ativar padrões de lembranças, também permitiram um diálogo repleto de falas que ora sinalizavam continuidades dos discursos de memórias cristalizadas sobre aquele espaço de fronteira, ora entrecortada por expressões e ou gestos, como se alguns arquivos de memórias revisitadas fossem possíveis de serem expressos e, outros, simplesmente silenciados. Implicando pensar que o ato de lembrar é objetivo e subjetivo, pois o sujeito seleciona as memórias dignas de serem registradas. Portanto, durante o seu ofício no trato com as fontes orais o historiador precisa estar atento às maneiras como a memória do coparticipante se manifesta a partir do que não foi dito, mas expresso, mesmo pelo silêncio.

Devo confessar que, embora essa metodologia tenha permitido um vínculo de respeito e de aceitação pelo entrevistado para participação deste estudo, e que durante a pesquisa me facilitava o acesso, a entrada na moradia e uma conversação mais livre de

receios, percebia que em alguns momentos as falas e/ou, as lembranças eram interrompidas ou desconversadas e às vezes passava-se algum tempo para voltarmos ao ponto do hiato, onde a interrupção criou uma lacuna, ou em outros sequer retornávamos. O respeito mútuo se tornou o principal mediador dos momentos das entrevistas. Isso permitiu divisar, entre outros, os gestos, modo de olhar distante, parado no vazio do instante e, ainda, o próprio silêncio. Esses se constituíram como elementos subjetivos, complementares das falas e da maneira de lembrar, elementos objetivos, de trajetórias de vida, registros do caderno de pesquisa.

Desta forma, se percebe que o limite da fala não significa descontinuidade provocada pela pausa da memória, mas, aquilo que o narrador em seu discurso quer evidenciar. Nesse ponto, os pressupostos de Alessandro Portelli (1996 e 2010) alertam ao historiador acerca do testemunho e sua narrativa do vivido para a interpretação em história. Aqui a viva voz de homens e mulheres ao contar suas histórias de vidas, em situação de clandestinidade na fronteira pandina, pela forma como narraram pode representar uma armadilha teórico-metodológica em função do posicionamento do historiador quando as percepções das memórias e das fontes orais, no sentido, como afirma Alexandre Portelli (1996, p. 60) de produzir distinção entre os fatos e a filosofia.

Considero importante a assertiva de Portelli (1996) ao se referir à forma ilusória de conceber o testemunho como uma tomada de consciência autêntica, fiel à experiência histórica; e, de outro, a ideia da divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador. Assim, sentindo a necessidade de observar se havia superado a visão dicotômica entre objetividade e subjetividade, fundamental ao procedimento de interpretação, particularmente, da memória e das fontes orais, voltamos à formulação do objeto deste estudo no projeto de pesquisa e percebemos que esta questão havia se constituído, durante o processo de pensar, os objetivos e o caminho teórico-metodológico num constante diálogo com as fontes escritas e não escritas.

Ao escolher o diálogo como mediador na/da construção do conhecimento histórico, este serviu para superar tanto a ambígua utopia da objetividade, da fonte e do historiado, como para compreender o espaço intermediário, o território de subjetividades, uma vez que o principal paradoxo da história oral e das memórias é que as fontes são pessoas produtora de um discurso. Durante a pesquisa de campo estava diante de homens e mulheres, narradores de jornadas e experiências de diásporas, de um viver fronteirado, os quais mesmo havendo aceitado participarem desta pesquisa, talvez não tivessem outorgado o direito de reduzir suas histórias de vida em um conjunto de fato. Desta forma, o exercício de sair do “eu” para visitar e abordar o “outro” no campo da História não foi tarefa fácil, uma vez que as visitas

destinadas a realizar as entrevistas sob a constituição, primordialmente, do fluído do tempo, se traduzia em memórias próprias de um jeito de pensar a vida.

Enfim, isso implicou pensar que não só a História, ciência, irá implícita nos fatos narrados, mas, a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos, esquecidos e lembrados. Assim, recordar e contar é, também, interpretar. Sobressaindo daí, entender a subjetividade, como afirma Alessandro Portelli (1996):

[...] o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim do discurso. (p. 60).

É importante salientar que, dos estudos analisados, sobressaíram algumas categorias como “clandestinos” ou “ilegais”, “legalizados” ou “documentados” para, a seguir, surgirem categorias intermediárias, “expatriados”, “remanejados”, “brasivianos”, “famílias mistas”, “casamentos interculturais” e as gerações de pais brasileiros que nasceram em seringais/colocações da região de Pando.

Neste cenário, outra problemática significativa se manifestou para compreensão dessa presença brasileira na floresta pandina a qual diz respeito a uma polarização idealizada entre as condições mais gerais de vida realizada no corredor Acre–Pandino e aquelas existentes no Brasil que excluiu, a partir da década de 1970, socioeconomicamente grande parte desta população de pequenos produtores e famílias seringueiras, sendo que, recentemente, pelo Acordo Binacional entre Brasil e Bolívia de 17 de novembro de 2008, fomentou-se o retorno para o campo acreano de 514 famílias, a serem “expatriadas” dos seringais bolivianos de acordo com a programação do INCRA/AC-2010.

Portanto, o objeto de estudo, tese de doutorado em História Social, se constituiu num processo teórico–metodológico contínuo, estruturado sob dois eixos fundamentais: técnica e método da História Oral, possibilitando o diálogo constante, com e entre as fontes, desde o transcurso da pesquisa de campo, a interpretação dos documentos orais e escritos, numa perspectiva de pensar o documento como uma expressão do vivido.

a) Um cenário de fronteiras em perspectivas.

O corredor fronteiro Acre-Pando de aproximadamente de 400 quilômetros entre os

municípios acreanos⁷ de: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia e as áreas pandinas⁸ limítrofes de Nicolas Suarez e Abunã que compõem uma zona de contato interamericana e amazônica entre os dois países latinos em foco. Assim, as transformações sócio-espaciais, realizadas neste corredor dos rios Abunã e Acre, entre o Estado do Acre-Brasil e o Departamento de Pando-Bolívia, no início deste século XXI, revelaram um processo de rearranjo migratório direcionado pelos governos brasileiro e boliviano de famílias de seringueiros e de pequenos agricultores brasileiros, denominadas de comunidade “brasiviana”, presentes naquela região a mais de um século. O Espaço geopolítico das Amazônias corresponde a uma zona de contato, distribuída em quatro áreas contínuas e distintas, como demonstra o mapa⁹ da região em análise, a seguir:

⁷ Estes municípios da pesquisa fazem parte do Bioma da Amazônia. São municípios de Faixa de Fronteira com as Províncias de Nicolas Soares e de Abunã-Pando/BO. Municípios: **Acrelândia**, origem baseada no Projeto de Colonização Estadual REDENÇÃO, década de 1980, a maioria da população dessa época era constituída de famílias de migrantes do centro sul do país, principalmente, do Sul. Elevado à categoria de município, Lei Estadual nº 1.025 de 20-04-1992. Prefeito: Jonas Dales da Costa Silva. Área territorial de 1.807,916 km². Censo populacional em 2010 de 12.538 hab. e estimada para 2013 de 13.353 hab. Densidade demográfica de 6,94 hab/km². **Assis Brasil**, constituído do seringal Paraguçu, desbravado em 1908. Em 1958 passou à Vila de Assis Brasil, em homenagem ao Presidente da República Francisco de Assis Brasil e, em 1977 foi elevada a categoria de município. Prefeito Humberto Gonçalves Filho. Possui uma área territorial de 4.974,176 km². Censo populacional em 2010 de 6.072 hab. e, estimada - 2013 de 6.480 hab. Densidade demográfica de 1,22 hab/km². **Brasiléia**, fundada nas terras dos índios Catianas e Maitenecas, Seringal Carmem. À margem esquerda do Rio Acre, de frente à cidade de Cobija, onde moravam a maioria dos brasileiros que fundaram Brasiléia no dia 03/08/1910. Distrito criado pela Resolução nº 22, de 09-05-1911, denominado de Brasília, elevado a categoria de município de mesmo nome, Decreto-Lei nº 968, de 21-12-1938. Prefeito: Everaldo Gomes Pereira da Silva. Área territorial de 3.916,495 km². Censo populacional em 2010 de 21.393 hab. e, estimada - 2013 de 22.899 hab. Densidade demográfica de 5,46 hab/km². **Capixaba**, formou-se do Seringal Gavião, por ex-seringueiros, por volta de 1960. Década de 1970 a chegada de migrantes oriundos do centro sul do país, mais tarde ficou conhecida por Vila Capixaba. Elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 1.027 de 28-04-1992. Prefeito: Otávio Guimaraes Varéda. Área territorial de 1.702,577 km². Censo populacional em 2010 de 8.798 hab. e, estimada - 2013 de 9.836 hab. Densidade demográfica de 5,17 hab/km². **Epitaciolândia** recebeu este nome em homenagem ao ex-presidente da República Epitácio Pessoa. Passou a categoria de Vila por volta de 1958. Elevado a categoria de município com a denominação de Epitaciolândia, pela Lei Estadual nº 1.026, de 28/04/1992. Prefeito: André Luiz Pereira Hassem. Área territorial de 1.654,768 km². Censo populacional em 2010 de 15.100 hab. e, estimada - 2013 de 16.099 hab. Densidade demográfica de 9,13 hab/km². **Plácido de Castro**, a posição comercial estratégica de entreposto, concentrava toda produção da rica e vasta região boliviana, servia para o trânsito de pessoas e troca de mercadorias e produtos do extrativismo. Inicialmente foi colocação, depósito do seringal São Gabriel e, em 1922, Vila Pacatuba e depois Plácido de Castro. Elevado a município em 10-03-1963. Prefeito Roney de Oliveira Firmino. Área territorial de 1.943,245 km². Censo populacional em 2010 de 17.209 hab. e, estimada - 2013 de 17.795 hab. Densidade demográfica de 8,186 hab/km². **Xapuri**, povoado surgiu em 1883, rio Xapuri. Durante a ocupação boliviana (1902) chamou-se Vila Mariscal Sucre. Pelo Decreto do Prefeito nº 3, de 22-08-1094 passou a Vila Xapuri. Elevado à categoria de cidade em 1905 e Decreto Federal nº 9.831, de 23-10-1912. Prefeito: Márcio Pereira Miranda. Área territorial de 5.347,446 km². Censo populacional em 2010 de 16.091 hab. e, estimada - 2013 de 17.021. hab. Densidade demográfica de 3,01 hab/km². Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/23KT8>. Acesso em 2012. <http://www.cidades.ibge.gov.br> (acesso em janeiro de 2014).

⁸ Nicolás Suárez, capital Cobija. Área 9.819 km². População: Censo 2001 – 29.536 hab. e, estimada 2005 – 39.577 hab. Densidade Demográfica; 3.00/Km².

(http://en.wikipedia.org/wiki/Nicol%C3%A1s_Su%C3%A1rez_Province). Abunã. Capital – Santa Rosa de Abunã. Área 724,468 km². População: 2.121. (<http://www.pando.gob.bo/>).

⁹ Fonte: INCRA. Plano de Ação Emergencial. 2010. p. 4.

Imagem 1: Espaço geopolítico das Amazônia(s)

Vale ressaltar que na primeira década do século XXI, os municípios acreanos de Brasiléia e Plácido de Castro, preponderantemente, já haviam sido palco de políticas de colonização conformadoras para reorganização da migração de pequenos produtores oriundos do centro-sul do país para o campo acreano a partir da década de 1970. Atualmente serviram aos propósitos do "Plano de Ação Emergencial" – INCRA/2010, visando acomodar as famílias brasileiras durante o processo de retorno ao Brasil. Importante lembrar que estas estão sendo assentadas nos mesmos espaços que em outros momentos foram negados e, ainda, se constituíram em elementos de expropriação e expulsão de famílias de trabalhadores brasileiros para os seringais bolivianos.

Assim, sob o prisma do retorno se tem a possibilidade de analisar as múltiplas temporalidades dos conflitos sócio-agrírios no Estado do Acre, que expropriou, expulsou e excluiu os seringueiros do direito à terra do espaço rural acreano. Estas temporalidades correspondem, respectivamente, ao projeto agropecuário que suplantou a economia tradicional acreana, a partir de 1970. A criação dos PAD(s) – Projetos de Assentamentos Dirigidos da década de 1980 e as RESEX(s) - Reservas Extrativistas, em 1990, representam estruturas que esquadriharam e dominaram as terras do campo acreano, e que, em alguns momentos, revelaram os "de dentro" e os "outros".

Desta forma, em processos diferenciados de combinações entre Estado e capital, principalmente dos projetos agropecuários, tomaram por base a especulação da terra para consolidar os discursos dominantes nacionais acerca da, convencionalmente aceita, chamada

"Integração Nacional e ocupação dos espaços vazios da Amazônia" que foram refletidas no âmbito da política do Estado do Acre com o tema "Produzir no Acre, exportar pelo Pacífico" da década de 1970. Assim, as políticas públicas, especialmente as destinadas à colonização e reforma agrária, serviram para atender a demanda provocada pelo capital monopolista do Centro-Sul do país e, ao mesmo tempo, colocou em marcha forçada centenas de pequenos produtores e suas famílias em direção a Amazônia, promovendo a usurpação das terras no Acre e, paradoxalmente, nesta última, a Amazônia sul-ocidental, outras centenas de famílias expropriadas, agora de seringueiros, realizaram a travessia dos rios Abunã e Acre em direção à Bolívia.

Neste contexto, cerca de 20 anos depois, o percurso histórico dos seringueiros na luta pelo direito a terra promoveu diferenças entre os membros da comunidade de trabalho do extrativismo. A historiadora Benedita Esteves (2005) analisando o encontro realizado na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, em outubro de 2002, entre os trabalhadores seringueiros das áreas de assentamento agroextrativista (PAE Chico Mendes), os da Reserva Extrativista Chico Mendes (Brasília e Eptaciolândia) e os trabalhadores brasileiros dos seringais da Bolívia, identificados simultaneamente como assentados e os não assentados, “percebe nas falas e gestos, as linguagens de discursos diferenciadores entre estes sujeitos” quanto à questão da terra.

Segundo esta autora, embora representantes de “habilidades e saberes” comuns sobre a terra e a floresta, se encontravam em grupos opostos, econômica e ideologicamente. Os possuidores e os despossuídos do direito a terra, estes últimos foram chamados de “convidados”, estavam separados pela “forma de perceber o outro como diferente”.

Nesse sentido, nestas três décadas configuram um contexto histórico de mudanças socioeconômicas e ideológicas dos trabalhadores tradicionais, combinadas às políticas públicas de “colonização e reforma agrária” com as quais os setores governamentais e não governamentais, se tornaram coparticipantes daquela tríade sócio agrária que expropriou e expulsou o trabalhador brasileiro.

Portanto, importa saber das formas encontradas pelo INCRA-ACRE para concretizar o Acordo Bilateral/2008, entre Brasil e Bolívia, mediante o rearranjo e direcionamento destas famílias nos projetos de assentamentos, bem como, das condições e situações encontradas para fazer valer os novos caminhos que permitem conhecer o velho sonho de acesso a terra, manifestado por homens e mulheres, em retorno ao Acre ou daqueles que permaneceram em território boliviano.

b) Reconpondo deslocamentos: idas, vindas e retornos de “brasivianos” no chão das fronteiras.

A historicidade dos deslocamentos dos trabalhadores brasileiros para a região pandina nos remete a diferentes contextos acerca da presença de brasileiros de diversas procedências: nordestina (cearenses, piauienses, rio-grandenses, alagoanos, sergipanos e pernambucanos); nortistas (acreanos, amazonenses e rondonienses); centro sul (mineiros, goianos, capixabas, paulistas, paranaenses e mato-grossenses). Estes são representantes de múltiplos tempos históricos que evidenciaram momentos distintos e interligados das andanças de seringueiros e suas famílias no chão amazônico além-fronteiras.

As trajetórias destes trabalhadores brasileiros nesta zona fronteiriça foram interpretadas sob os mais variados motivos. Entre outras, as trajetórias desses trabalhadores brasileiros serviram para atender ao mercado internacional de borracha, matéria-prima, indústria automobilística de 1895 (MARTINELLO, 1985); constituir um corredor econômico a partir do seringal Capatará, 1905 (Soares Bulcão, Jornal do Ceará, 1910); atender a indústria da II Guerra Mundial, 1945 (COSTA SOBRINHO, 1992); evidenciaram a falta de terra para trabalhar, a partir da década de 1970 (ESTEVES, 2003, 2005); bem como, a contextualização dos conflitos sócio agrários a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 1995 e LIMA, 2002). As temporalidades e contextos amazônicos dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros podem ser representados no quadro simplificado a seguir:

Quadro 1: Temporalidades, deslocamentos, continuidades e descontinuidades.

Fonte: quadro organizado pela pesquisadora.

Nestes diferentes momentos históricos se observou que a explicação econômica constituiu uma singularidade interpretativa acerca das andanças dos trabalhadores. Contudo, é imperioso reconhecer no percurso destes processos se, e como esses sujeitos construíram redes socioculturais? E se construíram como se constituíram nas múltiplas redes socioculturais resultantes de contatos promovidos pelo campo econômico?

Nesse sentido, as procedências dos sujeitos deslocados pode ser um indicador sociocultural brasileiro que, por si só, revela múltiplas identidades naquele espaço de fronteira. Somando-se a esse contexto cultural, recentemente em nossas pesquisas, percebemos a importância de reconhecer os filhos dos casamentos interculturais como um fator de interação do campo sociocultural plural constituído historicamente.

Desse modo, o estudo das jornadas e experiências de diásporas recompõe uma tríade básica desta análise: Cultura–Fronteira–Identidade, e se torna enigmática, a partir do postulado da História Social, para reconhecer os sujeitos em suas múltiplas ações e dimensões do humano: econômicas, políticas, psicológicas, emocionais, espirituais, sociais e culturais, visando entender como homens e mulheres, chamados “Brasivianos”, encontraram saídas para suas experiências no trânsito da fronteira Acre-Pando. Nesta perspectiva, entendemos que o

chão latino-amazônico não revela a existência de uma cultura-fronteira-identidade, mas, culturas, fronteiras e identidades em estágios híbridos e processos diversos de alteridades.

Torna-se pertinente compreender as experiências sociais neste espaço, tanto nos meios urbano e rural, como práticas de vidas constituidoras de redes socioculturais a partir de trajetórias históricas, múltiplas, no tempo e no espaço da Amazônia Sul-Occidental. Estas trajetórias se manifestaram desde a expansão da territorialidade seringalista, final do século XIX, como as direcionadas pelo grande capital monopolista, (TOCANTINS, 1974; SILVA, 1986; MAIA, 2002), com participação direta e/ou, indireta do governo brasileiro (LIMA, 2002). Isto demonstra constantes inquietações na vida social envolvendo esse espaço de fronteira que desde o evento histórico de 1902 (Revolução Acreana) mostrou-se ambíguo: ora se configura como uma zona de conflito e, em outro momento, como zona de contato.

Cerca de 40 anos separam este evento da internalização de trabalhadores brasileiros em seringais bolivianos, 1942, (COSTA SOBRINHO, 1992). E outros quase 40 anos desta aos conflitos sociais do campo acreano, ocorridos a partir da década de 1970 em razão das transformações na forma de propriedade e do uso da terra, bem como, das mudanças socioeconômicas promovidas pelo Estado brasileiro, por intermédio do INCRA-Acre, a partir nas décadas de 1980 e 1990, com a implantação de Projetos de Assentamentos (PA); Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Projeto de Assentamento Agroextrativista e as Reservas Extrativistas (RESEX).

Assim, daqueles eventos históricos do final do século XIX e início do século XX embora aparentemente isolados e descontextualizados, se somados aos acontecimentos entre as décadas de 1970 a 1990, permitem visibilizar os diferentes momentos de entradas, vindas, idas e retornos de seringueiros brasileiros do território pandino sem a interferência dos respectivos Estados Nacionais e, recompõe um lugar social sob o qual é possível entrever a mobilidade de homens e mulheres no chão das Amazônias, brasileira e boliviana, além-fronteiras.

Portanto, os contextos históricos ao evidenciarem as entradas, vindas, idas e os retornos desautorizados mostram a porosidade da fronteira geopolítica entre Acre e Pando, provocadas por jornadas e pelas experiências de diásporas de famílias brasileiras, apresentando esta fronteira no dinâmico de trânsito contínuo de pessoas e produtos.

c) Entre campos: a (re)territorialização diplomática e a di-visão do mundo social.

Ao analisar o contexto atual que envolve a comunidade “brasiviana” acerca da reterritorialização constituída a partir da anuência da política diplomática Brasil-Bolívia, consubstanciada através do Acordo Bilateral de 17 de dezembro de 2008, nos remete à historicidade do processo de anexação das terras do Acre ao Brasil na perspectiva de refletir sobre a territorialidade e reterritorialização do poder tutelador do Estado exercido através de atos diplomáticos, bem como, compreender como a questão da di-visão do mundo social de tradição seringueira foi negociado e renegociado no campo da Diplomacia Brasileira.

A historicidade regional revela a lógica do capital monopolista, configurado no alto poder econômico do extrativismo da borracha da região do Acre e o contexto histórico favorável ao crescimento lucrativo desta matéria-prima no cenário internacional, principalmente, a partir de 1895, com o desenvolvimento da indústria automobilística (MARTINELLO, 1995).

Assim, da lógica do capital lucro-extrativista no plano das disputas sobressai dois fatores interligados, o *Bolivian Syndicate*, 11 de julho de 1901 e a chamada “*Revolução Acreana*” de 06 de agosto de 1902. Respeitadas as devidas proporções, as implicações desses eventos irradiaram fora do ambiente da floresta amazônica e constituíram-se em outras disputas de domínios diplomáticos. Nesta perspectiva, a interpretação do contexto histórico apresentado por Tocantins (1961) acerca das questões que envolvem a Anexação do Acre ao Brasil, nos permite realizar uma leitura da territorialidade constituída sob a lógica do extrativismo da borracha que ficou conhecida como “territorialidade seringalista”.

No contexto das disputas diplomáticas, 1903 entre Brasil-Bolívia, a territorialidade constituída pelo conjunto dos seringais na interpretação da Diplomacia Brasileira é representada sob a constituição do “*uti possidetis*”. Este termo, tornado como força de nacionalidade, possibilitou um diálogo diplomático entre as chancelarias de ambos os países, resultando no Tratado de Petrópolis de 1903. Tal marco diplomático pós-república, estabeleceu uma di-visão do mundo social constituído por seringalistas e seringueiros, em suas múltiplas relações sociais na floresta amazônicas.

Desta forma, 105 anos depois, cerca de um pouco mais de um século separam o Acordo Bilateral de 17 de dezembro de 2008, entre Brasil e Bolívia, o qual visa garantir o processo de reorganização e rearranjo migratório de famílias brasileiras da área de 50 km de fronteira pandina, área de Segurança Nacional da Bolívia, daquele episódio diplomático que estabeleceu os limites geopolíticos desses dois países sul-americanos, em 1903. O que há em comum entre esses dois eventos?

Embora separados em razão do tempo e da finalidade, dentre outras, o que

singulariza os mencionados eventos diplomáticos é a presença do trabalhador brasileiro além-fronteiras. Se, no primeiro momento, a historiografia regional nos remete a ideia da chamada "fronteiras em marcha" apresentando um quadro explicativo do expansionismo brasileiro, sendo que, em algumas interpretações, o caso do Acre se reveste de uma tessitura das denominadas "Fronteiras Vivas", no cenário atual da ocupação se traduzem no contexto da luta pela terra destes trabalhadores que sem-direitos sonhavam com o direito a terra.

Na interpretação da nota introdutória do livro “A conquista do deserto Ocidental” de Craveiro Costa (2005), é possível perceber que a luta pelo direito a terra está instalada desde o tempo dos nordestinos-seringueiros até os chamados “brasivianos”. Esta luta tem sentido de liberdade e, expõe uma compreensão da ideia de permanência evidenciada secularmente. Segundo afirma se referindo ao episódio de 1902:

O nordestino ganhava terras contra o boliviano. A cultura agrícola ganhava terras contra a indústria extrativa. Com o roçado ensaiava-se a pequena propriedade. O homem da seringa ressurgia todos os anos no homem da lavoura. Mas o essencial é que, resolvido a plantar, estava, para o nordestino, resolvida a permanência. (Nota Introdutória, 2005, p. 50-51).

Em outra direção, a representação ao expor o núcleo formador *extrato-agrícola* da territorialidade seringalista mostra uma constituição historicamente firmada pelos seringueiros, em oposição à dominação do último representante da cadeia industrial extrativista, o seringalista. Neste sentido, não concebemos a lógica da territorialidade seringalista como uma explicação direta do modo de vida extrativista, pois os sujeitos daquele passado histórico, "os homens da seringa e da lavoura", que dialoga diretamente com a territorialidade constituída pelos “brasivianos” no além-fronteiras. Esta territorialidade diz respeito à dos seringueiros e não àquela representada pelos seringalistas. Porquanto, tanto nos nordestinos que se constituíram acreanos, como nos trabalhadores brasileiros, que foram chamados de brasivianos, está presente o sentido da permanência, singularizando as suas diversas lutas, particularmente, a luta pelo direito a terra no ontem e no hoje. Terminada a guerra do Acre e estabelecidas às fronteiras, afirma a nota introdutória, acerca do nordestino, cearense:

Não voltaria mais para o Ceará, porque encontrava novas condições para sobreviver. E foi este o fator que impediu, mais tarde, com a decadência da borracha, o êxodo total das populações adventícias. A parte já radicada com a lavoura permaneceu e salvou-se no ciclo da castanha. (Nota Introdutória, 2005, p.54)

Contudo, a partir da década de 1960, pós-batalha da borracha, outros elementos começaram a se fazer presentes e influenciaram nos destinos amazônicos, dentre eles, a

chamada "Integração Nacional e Ocupação dos espaços vazios da Amazônia", particularmente, a partir da década de 1970 com a adoção da propaganda do governo do Estado "Produzir no Acre, exportar pelo Pacífico", se traduz em mudanças significativas acerca do modelo econômico, bem como, na perspectiva da posse e do uso da terra.

Assim, na qualidade de nordestino “acreanizado” completava a subversão política, mas, iniciava a subvenção econômica e, com esta, a recomposição moral das suas tendências. O seringueiro “brasivianizado”, ao participar da II Encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros, realizado na cidade de Rio Branco-Ac, em 1989, iniciou a sua reposição no mundo da territorialidade seringueira de fronteira. Desta forma, o sentido da permanência de brasileiros na zona pandina, com mais de um século de andanças na zona de segurança nacional boliviana, podem explicar a territorialidade como um esforço coletivo de um grupo social que ocupou, fez uso dos bens naturais, controlou e, ainda, se identifica pela tradição extrativista do seringueiro com o ambiente amazônico compartilhado por gerações de brasileiros desde antes de 1903.

Neste cenário, o Acordo Bilateral de 14 de Outubro 2008, entre Brasil-Bolívia, ao eleger a Organização Internacional para as Migrações – OIM, através do Programa Latino-americano de Cooperação Técnica em Migrações – PLACNI, alterou a dinâmica das diásporas clandestinas e, através deste órgão, responsável pelo processo de reorganização do espaço e legalização da migração de famílias brasileiras que foram localizadas para além dos 50 km da Faixa de Segurança Nacional Boliviana, o governo brasileiro financiou o desenvolvimento de projetos no Departamento de Pando–Bolívia com o objetivo de servir, segundo este Acordo, de alternativa sustentada de recuperação laboral de grupos “pobres e vulneráveis” localizados, principalmente, na zona de Bellaflor e Rapiran¹⁰.

Desse modo, a forma adotada pela diplomacia brasileira de negociar a permanência dos sujeitos sociais expõe dois fatores aparentemente opostos, mas inter-relacionados. O primeiro diz respeito ao interesse de manter a hegemonia da política exterior no Cone Sul e o segundo, ao mesmo tempo em que contemporiza a situação política com a Bolívia, a exemplo da questão do gás natural de 2007, também sinaliza para regularizar o processo histórico da migração clandestina de famílias brasileiras, que se tornou mais visível a partir da década de

¹⁰ Considerando os termos da "Memória da Segunda Reunião Técnica INRA-INCRA Bolívia-Brasil", realizada em La Paz, em 16 de abril de 2007, que refletem o acordo alcançado pelos Governos da Bolívia e do Brasil no sentido de "desenvolver projetos no Departamento do Pando que sirvam de alternativa sustentada de reocupação laboral de grupos pobres que se encontrem na zona de Bellaflor e Rapirran". (Acordo Bilateral Brasil e Bolívia-Instrumento Executivo, DAI/2008).

1970. Assim, ao ser iniciado o processo de rearranjo migratório dessas famílias para o interior pandino, outros elementos começaram a se fazer presentes, dentre eles: a resistência de algumas famílias de permanecer em suas colocações; a situação do repatriamento, o Plano emergencial - INCRA-Acre/2010 e a reocupação dos espaços pandinos por famílias brasileiras, tuteladas, pelo Acordo diplomático/2008.

Portanto, as forças diplomáticas combinadas evidenciam a partir da primeira década do século XXI reterritorializa no chão dos espaços acreano e pandino sob a lógica da arte da negociação e dos novos rearranjos daqueles deslocamentos uma nova configuração da Amazônia compartilhada.

d) Entre certezas e incertezas metodológicas.

A perspectiva deste estudo consiste em compreender as representações e articulações de elementos culturais, entre a cultura brasileira e boliviana, realizada por um grupo específico de trabalhadores brasileiros que vivenciaram experiências de diásporas às margens dos Rios Abunã e Acre, áreas fronteiriças interamericanas e amazônicas que revelam entre-lugares compartilhados entre a sociedade acreana e a pandina. Bem como, entender se isto possibilitou, ou não, constituir identidades sob o eco silencioso da teia social dos chamados “brasivianos”.

Isto implicou pensar acerca das representações sobre “cultura”, “fronteira” e “identidade” elaboradas a partir destes sujeitos, ao constituírem socialmente novos espaços e formas de viver numa interação de culturas e práticas sociais. Inicialmente sob uma constituição social da tradição seringueira, no trânsito de ir e vir contínuo e silencioso de atravessar os limites geopolíticos do Brasil, até o advento da contextualização dos conflitos além-fronteiras provocados pela crise agrária no Estado do Acre, a partir da década de 1980, que deu maior visibilidade à histórica travessia dos Rios Abunã e Acre, localizados da Amazônia Sul-Occidental.

Nesse sentido, este trabalho parte de quatro questões que sobressaem do contexto histórico desta fronteira: os elementos culturais expressos pelos “brasivianos” são próprios do espaço fronteiro latino-amazônico dos rios Abunã e Acre? Como a comunidade “brasiviana” articula, interpreta e reinterpreta, em suas vivências, os elementos culturais de que são próprios nessa dessa região? E as ressignificações de um fronteiro latino-amazônico envolvendo o campo cultural materializado em um espaço/território permitem a recriação desses sujeitos? Que identidades se evidenciam desse entre-lugar de culturas? Esses temas

foram sendo pensados a partir do pressuposto de Homi Bhabha acerca de cultura que nos auxiliou a entender os trânsitos e refletir que:

A cultura como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, seja como “meio-passagem” da escravidão e da servidão, como “viagem para fora” da missão civilizatória, a acomodação da migração [...] ou o trânsito de refugiados econômicos e políticos [...]. A cultura é tradutória porque [as] histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por *cultura*, um assunto bastante complexo. (BHABHA, 2007, p. 241) *grifo do autor*.

Assim, ao buscar dar conta dessas inquietações a pesquisa foi realizada a partir de um referencial teórico-metodológico que possibilitou maior flexibilidade no trato com o objeto de estudo para além de categorias de análise “fixas” e “abstratas”, mas permitiu que o contínuo diálogo problematizador entre o objeto e as fontes se constituísse num procedimento dinâmico, sob uma perspectiva histórica inserida num “campo de possibilidades”.

Neste estudo, a abordagem etnográfica nos possibilitou compreender que a experiência humana deve ser analisada em sua dimensão êmica¹¹, como também, as interpretações do “outro”. Assim, é pensar o sujeito em todas as dimensões de sua vida: do nascer ao envelhecer (a construção das identidades sociais), o viver (religião, família, comunidade, lazer), o pensar (costumes, tradições, modo de vida, ideologia) o trabalho (condições e o modo de produzir), o sentir (eu - outro, estar e viver no mundo múltiplo e relacional). Essas dimensões próprias do humano que o leva a se submeter, silenciar, forjar, sair e resistir, formando um todo articulado numa dinâmica de vida onde a construção do cultural é elaborada e reelaborada continuamente.

Dessa forma, a experiência da comunidade “brasiviana”, pensada a partir dos interstícios fronteiriços dos rios Abunã e Acre, que a localiza no espaço interamericano das amazônias - Brasileira e Boliviana-, incorporou a elaboração que os sujeitos fizeram de suas vivências, percebidas ao contar sua história, em suas falas e gestos, bem como, permitiu acompanhar o modo como essas falas se articulam com os discursos de outros sujeitos e instituições dentro e fora da área de fronteira em estudo. Ao trilhar os caminhos de homens e de mulheres nas fronteiras latino-amazônicas destes rios e de outros sujeitos e/ou instituições, se percebeu a multiplicidade e criatividade desses sujeitos em trânsito e permitiu pensar as diferenças e as diversidades próprias do espaço de fronteira, as quais abriram espaços para o

¹¹ Termo utilizado na antropologia para descrever categorias e valores internos próprios às sociedades e grupos em estudo, e tomados segundo a lógica e coerência com que aí se apresentam; o termo tem origem na linguística, mas atualmente é utilizado predominantemente na antropologia.

enriquecimento da pesquisa e do trabalho historiográfico.

Nesse contexto, idealizamos a História como experiência humana. Esta experiência, por ser contraditória à própria História, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer História como conhecimento e como vivência é compreender as ações dos diferentes grupos que nela atuaram ou atuam, procurando entender porque o processo tomou um dado rumo e não outro; significa perceber injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.

Ao propor trabalhar com as experiências dos chamados “brasivianos” na fronteira entre Brasil e Bolívia, numa perspectiva de evidenciar as interpretações e reinterpretações de suas vivências na região fronteira das Amazônias interamericanas, se buscou vincular nossa reflexão aos postulados de Homi Bhabha, particularmente, em “O local da cultura” (2007). Nesta obra, o autor afirma ser a ambivalência uma maneira de ler nas entrelinhas as ordens do discurso (colonizador) padronizador dos contrários. Isso implica que a metodologia de análise das experiências de diásporas, sob a força das diferenças e das diversidades culturais, surge como elemento ao mesmo tempo: político de caráter acadêmico, uma vez que se reconhece o narrador como possuidor de saberes possíveis se serem compartilhados e, também, articulador, em razão haver possibilitado a explicitação de diferentes diálogos objetivos e subjetivos, sob os quais se entrecruzam os saberes e conhecimentos dos sujeitos da história.

Homi Bhabha, ao englobar as mais diversas práticas “de leitor, de colonizador, de colonizado, de cineasta, de feministas, de homossexuais, de afro-americanos” e, de pensadores da “agência e fora desta”. Mostra que a organização de sua obra os temas fluem: da política para a representação; do discurso e do gênero para a discussão do Estado e do nacionalismo ao povo; do colonialismo cultural e da dominação à dependência e, da cultura e da fronteira para identidade. Assim, o espaço geo-histórico que Bhabha apresenta é “chão” onde pisa homens e mulheres, tanto na cidade, no campo, como na fronteira. A cidade é descrita de várias formas, como: capital; centro cinematográfico; espaço de conflito e embate cultural; centro religioso; centro comercial; portuário e polo industrial. O campo é identificado sob a configuração do espaço colonial, a terra incógnita, enquanto, a fronteira é o interstício, o espaço *internacional* das culturas.

Ao pensar desta maneira, nos foi possível analisar os conceitos de fronteira e de cultura, para além da dicotomia do nacional versus o internacional; do limite, da raia versus o além-fronteiras; do “de fora” versus o “de dentro”; da inclusão versus exclusão; do estrangeiro versus o cidadão, para reapresentá-las constituídas sob o ponto central da experiência humana, a partir da qual a cultura passou a ser entendida como um recriar social

dinâmico de um modo de vida que implica em pensar como deve ser feito. Isto nos reporta aos escritos de Homi Bhabha quando se refere que:

[...] tem de reconhecer a força da escrita, sua metaforicidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o “social” e o torna disponível como objetivo da e para a ação. [...] é uma tentativa de definir o juízo político como o problema de encontrar uma forma [...] capaz de representar “conteúdos” políticos diferentes e opostos não como princípios pré-constituídos a priori, mas como uma troca discursiva dialógica, uma negociação de termos na continuidade do presente da anunciação da afirmativa política. O que é inesperado é a sugestão de que uma crise de identificação é inaugurada na performance textual que apresenta uma certa “diferença” *no interior* da significação de qualquer sistema político isolado, anteriormente ao estabelecimento das diferenças substanciais *entre* as crenças políticas. (BHABHA, 2007, p. 48-49). *Grifos do autor.*

Ao entender que o objetivo básico de Homi Bhabha é explicar o modo como os sujeitos inter-relacionam entre si em sociedade, importando compreender como a experiência humana se articula com o construto social estabelecido, ele provoca e faz pensar as estruturas de sentimentos da psique como elemento explicativo das continuidades e descontinuidade das múltiplas relações instituídas socialmente. Estas permeiam a intertextualidade da abordagem e do conjunto da obra. Ao fazer uso, por exemplo, de “*fronteiriço da cultura*” e “*entre - lugar*” que são palavras a indicar que presente-passado-presente torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia de um viver. Assim, é nas margens que o autor restabelece as estruturas de sentimentos. Dialogando com um amplo leque de fontes documentais entre as quais prevalecem as ditas “não-convencionais”, Homi Bhabha consegue deslizar da história à psicanálise reinterpretando fatos históricos a partir de termos, chamados de “simplistas”, e elabora conceitos complexos, “estereótipos”, enquanto construção histórica.

Assim, a leitura de “O local da cultura” (2007) nos proporcionou inúmeras inquietações e questões metodológicas, quanto ao ofício de explicar as ações do homem no tempo (BLOCH, 2005), como também nos serviu de inspiração para uma releitura dos eventos que culminaram, de um lado, com as experiências sociais da comunidade “brasiviana” realizadas na fronteira dos Rios Abunã e Acre e, de outro, serviu de base para expormos como as articulações, interpretações e reinterpretações das vivências de homens, mulheres, crianças, jovens, velhos e velhas nesta região fronteira constituem as continuidades e descontinuidades de uma história das Amazônias interamericanas.

Desta forma, a contribuição teórica de Homi Bhabha para esta tese em História Social encontra-se, essencialmente, na forma como se construiu a história do objeto deste estudo. Neste estudo a história dos trabalhadores brasileiros clandestinos nos seringais

bolivianos, os chamados “brasivianos” foi constituída a partir das fissuras dos discursos (políticos/históricos) hegemônicos de base normativa, que permitiu pensar a fronteira como um “entre-lugar”, um espaço da “ambivalência”, gérmen da constituição de sujeitos culturais híbridos, facultando dialogar com as contingências, diferenças e pensar que:

Reconstituir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isso demanda também uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais. [...] a contingência [...]. Esse “indeterminismo” é a marca do espaço conflituoso, mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras regulares do discurso social. (BHABHA, 2007. p. 240).

Neste sentido, o objeto, os objetivos e os problemas neste estudo se constituíram em ações inter-relacionadas e complexas para a elaboração de um conhecimento histórico acerca de uma experiência de vida na fronteira na dimensão das Amazônias, brasileira e boliviana, particularmente entre o Estado do Acre e o Departamento de Pando. Temos clareza que este assunto é vasto, mormente por se tratar de uma reflexão de interstícios Latinos Americanos, um dos espaços representante dos atuais debates sobre territorialidades e a globalização de culturas. Este trabalho oferece uma compreensão de um território que é imenso, variado e disputado, sob uma perspectiva histórica das inter-relações, contínuas e descontínuas, manifestadas nas jornadas de deslocamentos e nas experiências de diásporas de famílias brasileiras na região daquele Departamento boliviano nos interstícios interamericanos e amazônicos dos Rios Abunã e Acre.

Portanto, o sentido da História que apresentamos se constitui em cenas de um viver ao mesmo tempo singular e diverso destes homens e mulheres. Assim, com o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa, a tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro: **ENTRE CAMPOS AMAZÔNICOS: ENTRAR NA FRONTEIRA DAS AMAZÔNIAS INTERAMERICANAS**, visando compreender, a partir das histórias de Aldevino Raimundo Correia e José Bonifácio de Figueiredo, como se manifestou e/ou se manifesta o problema da relativização da fronteira norte brasileira, a Amazônia Sul–Occidental entre o Estado do Acre – Brasil e o Departamento de Pando – Bolívia. Este espaço se revela ao mesmo tempo como uma zona de conflito e de contato. No segundo capítulo: **FRONTEIRAS EM PERSPECTIVAS: ENTRE CONFLITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E INTERAÇÕES SOCIAIS**, as narrativas de: Francisca Souza da Silva, brasileira, e Susy Mejido Vaca, boliviana, permitiram compreender como as questões de ordens políticas, sociais e culturais

são expressas nas experiências sociais na fronteira dos Rios Abunã e Acre, levando a um entendimento quanto às perspectivas desta fronteira como uma zona que comporta pensar as interações e os conflitos contemporâneos. Enquanto no terceiro capítulo: **“BRASIVIANOS”: VIDAS EM MOVIMENTOS OU FRONTEIRAS (RE) VISITADAS?** ao reconhecer as vozes dos sujeitos, especificamente a partir da narrativa de Francisca Pinheiro Pinto, se analisou aspectos da convivência socialmente constituída pela comunidade brasileira na zona de fronteira que possibilitou perceber a inserção do seringueiro clandestino na Bolívia. Importante, também, reconhecer as determinadas práticas de utilização dos recursos que circulam por meio de laços familiares, sociais e a conexão entre pontos específicos na origem e no destino em questões que envolvem o migrante retornado. No quarto capítulo: **“BRASIVIANOS”: IMAGENS E MARGENS DAS COMUNIDADES DE ARROYO SECO E LOS ANGELES**, inicialmente se buscou entender a articulação de culturas (brasileira/boliviana) em áreas fronteiriças a partir do processo de expropriação e desenraizamento do trabalhador brasileiro nos espaços interamericanos e amazônico. Todavia, ao traçar o objetivo de identificar e interpretar as ressignificações que um fronteiriço amazônico expõe dos elementos culturais e espaço/território que permitiram, e se ainda permitem, a recriação desses sujeitos sociais, se considerou importante localizar nos distintos discursos, as estratégias de negociações dos elementos culturais neste espaço de fronteiras interamericanas, visando entender como os sujeitos se identificavam antes, durante e depois do processo atual que localiza estes sujeitos e legitima a permanência de brasileiros no território boliviano.

I CAPÍTULO **ENTRE CAMPOS AMAZÔNICOS: ENTRAR NA FRONTEIRA DAS AMAZÔNIAS INTERAMERICANAS**

“(...) unir o global e o local, o dilema de projetar um espaço internacional sobre os vestígios de um sujeito descentrado.”
(BHABHA, 2007, 297).

Os espaços interamericanos amazônicos que se constituíram nos interstícios das margens das águas de rios, igarapés e "braços de rios", representantes de uma geografia amazônica, podem ser compreendidos como espaços biogeográficos, pois evidenciam pegadas de homens e mulheres em processos históricos diferenciados, tanto no tempo como na circunscrição do lugar, gestando, em alguns momentos, territorialidades invisíveis.

Assim, sob o signo do plasma do tempo histórico, como se refere Marc Bloch (2005), e das territorialidades invisíveis, as experiências sociais constituídas nos espaços interamericanos dos rios, nos remetem às vozes silenciadas, ou não, de um anoitecer de temporalidades de conflitos. Recolocada a partir dos anos 2000, outras respostas foram forjadas por sujeitos que ora se apresentaram sob a bandeira de submissão, ora de resistência.

Ao buscar compreender como se manifestou e, ou se manifesta o problema da relativização da fronteira norte brasileira, a Amazônia Sul–Ocidental entre o Estado do Acre – Brasil e o Departamento de Pando – Bolívia, este se revela ao mesmo tempo como uma zona de conflito e de contato. A partir dos eventos da anexação de território que envolveu a região acreana, esta se configura, segundo a teoria de Turner conhecida na historiografia como "fronteira móvel", mas, ao ser analisada sob a perspectiva “cultural” de BHABHA (2007), o modo de vida constituído no processo da tradição social do extrativismo se apresenta como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para nações e sinaliza a constituição de uma fronteira simbólica¹². Considerando as relações políticas entre Brasil e Bolívia e as sociais, com o deslocamento de seringueiros para o território boliviano, a contextualização da temática encontra-se intrinsecamente ligada às transformações ocorridas no espaço amazônico, mais precisamente entre 1903 – ano da assinatura do Tratado de Petrópolis e a década de 1980 – ápice do conflito da terra no Acre.

¹² Estamos compreendendo fronteira simbólica como sendo espaços constituídos a partir da lógica de pensar a experiência cultural dos sujeitos, e nesse sentido, é uma fronteira imprecisa e indefinida, antagônica à constituição do território de soberania nacional, por ser permeável, elástica, flexível, fluida, líquida, como pensa BAUMAN, na obra *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 7.

Vale destacar que o espaço brasileiro da Amazônia apresenta, na divisão geopolítica, uma peculiaridade em relação às fronteiras brasileiras ao norte do país. No quadro historiográfico, o avanço territorial promovido pelo expansionismo colonial, que ocupou a Amazônia por vias hidrográficas, mostra que esta foi esquadrinhada e descrita por navegadores e aventureiros portugueses e espanhóis, desde o século XVI. Assim, as representações de fronteiras da região Amazônica remetem aos séculos XVI e XVII, sob a lógica do Império Português, em que esta se constituiu em espaço de defesa, a exemplo da construção do forte de Belém, edificado por lusitanos, que se tornou o signo do domínio na foz do Rio Amazonas.

Neste contexto, Peregalli (1982) ao adotar a ideia de expansionismo territorial estruturou uma explicação a partir do pressuposto "fronteiras em marcha". Nesse entendimento, o trabalhador brasileiro, ao ocupar e colonizar territórios além-fronteiras, foi usado como pretexto legal pelo Estado-Nação brasileiro, colonial e pós-colonial, para expandir suas fronteiras e garantir benefícios aos que lucraram com o crescimento territorial, como afirma este autor:

Enquanto existiu espaço e possibilidades de uma vida melhor, o "povo" penetrou no interior da América [buscando] melhores condições de existência: lutou e perdeu. E o Estado nada fez por melhorar essa situação, embora o utilizasse para justificar o *uti possidetis* [...]. (PEREGALLI, 1982, p.17).

A territorialidade, que se apresenta sob a tese de "fronteira em marcha", expõe a constituição de região onde as lutas dos contrários são silenciadas ou ocultadas pela lógica do pertencimento, no sentido de fazer parte de um território nacional. Assim, a consolidação territorial promovida pela construção de fortes, monumentos e edificações, erguidos durante a exploração mercantil dos séculos XVI e XVII, constitui uma estratégia geopolítica colonial de posse e domínio, o que na Amazônia representou uma forma de demarcação do espaço e a criação de uma territorialidade sob a dominação brasileira.

Nessa mesma lógica, Andrade (1995), ao pensar a territorialidade, aponta o problema central em sua tese, no que tange à relação entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente pelas fronteiras e o território ocupado. Para este autor, o povoamento entendido como civilidade, à medida que avançou para o "Oeste e o Norte", integrou ao país áreas anteriormente “vazias” ou ocupadas por nações indígenas, total ou parcialmente, afastadas do processo de integração nacional. Neste prisma, a territorialidade pensada por Andrade (1995) pressupõe tanto o que se encontra no território é sujeito à sua gestão, como ao processo subjetivo de conscientização da população de integrar um Estado

colonizador.

Desta forma, terminada a aventura no trânsito da ocupação do colonizador, a partir do século XVIII, a mudança da lógica do Império Brasileiro de exploração, domínio e ocupação, passam a legitimar o espaço amazônico, através do direito romano constituído na posse, no sentido de que a "terra pertence a quem a ocupa". Direito este também presente na luta de soberania nacional no começo da República Brasileira, confirmada pelo tratado internacional que anexou as terras acreanas ao Brasil, no início do século XX, como consequência da expansão do extrativismo da borracha, como afirma Costa Sobrinho (1992):

[...] A macha para o oeste, o chamado oeste ocidental, na busca de seringueira, extrapolou os limites territoriais, implicando uma guerra não declarada entre o Brasil e a vizinha República da Bolívia, cujo resultado foi à incorporação de mais de 150 mil quilômetros quadrados da superfície ao país, área na qual, atualmente, localiza-se o Estado do Acre. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.24).

O extrativismo da borracha ao dilatar o território brasileiro, também constituiu uma fronteira nacional “porosa” que até a década de 1970, e particularmente a partir de 1980, promoveu o “livre” trânsito de novas travessias de trabalhadores brasileiros para os seringais bolivianos, como resultado dos conflitos agrários na região acreana. Assim, como explicar os significados e as ressignificações dessas travessias?

A história da Amazônia Sul-Occidental ao se evidenciar no contexto latino americano como um espaço socialmente constituído a partir do encontro e desencontro de culturas, configura-se como representação de uma fronteira cultural, onde marcos de ambiguidades presentes, particularmente no termo “brasiviano”, permitem identificar as diversas temporalidades e sujeitos que expõem as contradições desta zona de conflito e de contato.

Assim, o fenômeno sociocultural apresentado por trabalhadores: seringueiros brasileiros, que habitam ou habitavam a Amazônia Boliviana nos interstícios dos Rios Abunã e Acre, a partir de 1980, expõe uma problemática acerca da relativização da fronteira norte brasileira da Amazônia Sul-Occidental.

Um estudo sobre as estratégias deste grupo de trabalhadores chamados de “brasivianos”, especificamente a partir do contexto das transformações socioeconômicas ocorridas na região acreana nas décadas de 1970 e 1980, permite visibilizar, seja no processo de deslocamento, no modo de vida e, ainda, nas relações de conflitos ou relações de negociações entre nacionais, uma configuração de fronteira sob a dinâmica social para além dos contornos geopolíticos que delineiam uma ideia de limite fronteiriço entres nações.

Neste prisma, estamos compreendendo os espaços interamericanos amazônicos que

se constituíram nos interstícios às margens de rios, igarapés e "braços" de rios da floresta inter-amazônica, como forma-conteúdo que evidenciam pegadas de homens e mulheres em processos históricos diferenciados, tanto no tempo como na circunscrição do lugar, gestando territorialidades invisíveis, em razão da circunstância clandestina em que as famílias brasileiras vivenciaram suas experiências nos seringais bolivianos.

Assim, os significados constituídos por estes sujeitos sob o plasma do tempo histórico mostram serem estas territorialidades invisíveis, materializadas em ações humanas a revelar práticas de um cotidiano, representado em múltiplas dimensões no campo político, econômico, mas também, sociocultural.

Remete-nos às vozes silenciadas, ou não, de sujeitos em temporalidades constituídas no conflito (COSTA, 1989), as quais são reivindicadas sob as múltiplas e possíveis respostas forjadas pela história de deslocamentos dos chamados “brasivianos”, que ora apresentam submissão, ora resistência e, ainda, sob o véu invisível da clandestinidade que torna visível uma ambivalência de ser e não ser ao mesmo tempo, no substrato da alteridade.

Portanto, a análise da fronteira interamericana da Amazônia Sul-Occidental, sob as perspectivas dos “brasivianos”, se constitui numa rede de relações políticas, econômicas e sociais, como também, psicológicas e espirituais, que permite dimensioná-la em diversos processos a revelar a importância de reconhecer as vozes daqueles sujeitos que realizaram suas experiências neste espaço, porque não se pode prescindir o caráter polifônico do conceito de fronteira neste estudo.

Considerando este princípio, foi realizada no município de Plácido de Castro, em local próximo ao Rio Abunã, uma conversa¹³ com o Senhor Aldevino Raimundo Correia, ex-seringueiro, nascido na Colocação Camponesa – território boliviano, em 1961, que resultou na narrativa “*Filho de pais migrantes*” apresentada a seguir, na íntegra e preservando a forma de falar deste sujeito.

1.1 - “FILHO DE PAIS MIGRANTES”

Eu, Aldevino Raimundo Correia, nasci em mil novecentos e sessenta e um, na Bolívia, Colocação Camponesa. Sou filho de pais migrantes, meu pai é do Rio

¹³ A escolha desta narrativa se deve pela riqueza de seus detalhes, que possibilita entendemos como a memória de Aldevino Raimundo Correia expõe, a partir de sua experiência de diáspora, os reflexos da crise agrária ocorrida no Estado do Acre, a partir da década de 1970 nos seringais bolivianos.

Grande do Norte, minha mãe é rondoniana. Não tenho ideia quando e por que eles migraram, nunca falaram. Bom, eu já nasci lá, meus pais já moravam lá quando eu nasci. Mesmo porque, meu pai, quando ele foi embora eu tinha apenas seis anos de idade. Separou da minha mãe por problema de doença, até que quando saiu pra se tratar ia e voltava e voltava, e não conseguia ficar bom, aí a minha mãe se aborrecia com aquilo, foi e separou-se dele. Ele foi embora pro Rio de Janeiro fazer um tratamento, só que ele saiu um pouco revoltado com a minha mãe, disse que nunca mais queira ver a cara dela, aí até hoje ele não apareceu. No dia que ele foi embora ele prometeu de me levar, mas não me levou. Só que quando ele foi embora para o Rio de Janeiro, nós já estava internados num abrigo, nossa mãe tinha internado nós tudo num abrigo em Rio Branco: abrigo para menores, porque tinha uma tia. É assim... tia, segunda e ela deu um conselho pra minha mãe, que a minha mãe ficava sozinha com um monte de menino, era cinco filho aí não podia sustentar. Aí ela botou na cabeça dela que ela tinha que colocar nós num abrigo, aí colocou nós, os três mais velho. Aí nós ficamos lá, o mais velho passou dois ano e eu mais minha irmã mais nova do que eu, passamos quase três anos. Aí quando nós saímos de lá aí minha irmã foi morar com uma tia minha, uma tia terceira já, e eu fui morar com outro tio também, no seringal Monte Caseiro. Voltamos pro Monte Caseiro. A minha mãe, ela ficou rodando dum lado pro outro, não tinha muito paradeiro, arrumava um homem aqui, aí quando o homem deixava ela grávida abandonava ela, não queria mais, aí ela ficou nessa brincadeira: ela teve mais seis filhos, foi criado tudo assim esfacelado, nenhum conseguiu criar junto.

Eu aprendi a cortar seringa. Eu comecei mesmo com um senhor, que ele criava um irmão meu, um irmão meu, o mais velho. O homem chama de Rodrigo. Fui pra casa desse senhor, só que não era no Monte Caseiro, lá no Seringal Lorena. Aí na época, com oito anos de idade, minha mãe estava grávida nessa época também. Teve uma criança lá, e lá mesmo, a esposa dele, eles pegaram a criança e já ficaram com a criança, que criaram até se formar; aí quando eu fui morar com uma tia minha, lá passei quatro anos com ela, quando eu saí da casa deles eu saí fugido, que ele era muito ruim pra mim, não tinha como sobreviver.

Vivia com meu tio, ele me tratava assim: de comida ele era bom, enchia bem a barriga, só que eu trabalhava que nem uma pessoa adulta, não tinha tempo de brincar. Era direto no trabalho. Na época que todos trabalhavam juntos tinha nove anos de idade. Nessa época ainda não cortava seringa não. Nessa época que eu comecei a trabalhar, trabalhava com lavoura, porque ele cortava seringa com o meeiro¹⁴. Eu não cortava seringa, trabalhava mais com o roçado. Tinha uma criação de gado, aí ele já me colocou pra ajudar ele. Aí só a partir dos doze anos já, quase treze anos, foi quando eu fugi da casa dele, pra casa dum rapaz lá quando, justamente, eu passei a trabalhar de metade com ele, era meeiro dele. Ele tinha casado com uma senhora lá, aí fui pra casa dele. Nessa idade foi que eu comecei a cortar seringa, a partir de quase treze anos, quase treze anos de idade. Essa parte da minha história se passou no seringal Monte Caseiro.

¹⁴ Figura muito comum nos seringais da Amazônia. O meeiro é identificado como um seringueiro, trabalhador ligado exclusivamente ao processo de produção de borracha e, no sistema do seringal este se encontrava livre para dispor da sua força de trabalho. A forma de participação deste trabalhador na colocação se dá pela divisão de sua produção em duas partes iguais, entre ele e o seringueiro responsável pela colocação. Com o passar do tempo compartilha da vida familiar por vezes se torna um agregado.

Fui levado do seringal, onde nasci, o Seringal Monte Caseiro, para Rio Branco, onde fiquei no abrigo. Este abrigo ficava perto da Maternidade. Hoje já não me lembro do nome desse abrigo. Depois voltei para o Seringal Monte Caseiro. Saí do Monte Caseiro fui pra Lorena, com treze anos de idade. Passei seis meses no Monte Caseiro cortando seringa, aí veio um rapaz de Lorena, me convidar pra ir trabalhar com ele, aí dali eu saí destinado pra de lá partir, só que quando eu cheguei a casa. Eu estava na casa desse senhor que criava meus dois irmãos, aí a esposa dele era uma pessoa muito boa, era uma mãe mesmo, aí começou a me dar conselho, que eu era muito novo pra andar abandonado no meio do mundo, dizia ela: - você fica aqui, que já tem dois irmãos seu aqui, aí de lá eu fiquei com eles.

Hoje, tenho a maior consideração porque ela me tratou, acho que poucas mães tratam um filho daquela maneira. Só que lá eu passei dois anos e quatro meses só, lá no seringal Lorena. Voltei porque eles vieram embora pra Plácido de Castro, no ano de mil novecentos e setenta.

As terras deles, em setenta, não foram atingidas, não, pelo negócio da frente pecuarista, porque lá ficava na Bolívia. Eles pegavam os bois de lá pra vender aqui. É só que pouca. Aí, porque o rapaz do seringal lá, o senhor do seringal, que também a gente considera como tio, que é marido da minha tia, tinha na faixa de umas vinte cabeças de boi só. Era pouco boi que eles criavam. Em mil novecentos e setenta e quatro, foi o ano que eu fugi da casa dele. Foi o ano que eu vim pra cá, pra Plácido de Castro, em mil novecentos e setenta e quatro. Aí, quando chegou aqui, em Plácido de Castro, aí ele e a minha tia se deixaram. Aí eu aproveitei a oportunidade, aí fui e acompanhei ela. Quando eu cheguei na casa dela, que é da minha tia que também cuidava de mim, morava no seringal, mas aí eu fui pra casa dela, aqui em Plácido de Castro. Aí de lá, o marido dela veio aqui, que ele era seringalista, aí levou ela pro seringal. Lá no seringal, eu passei uns dias lá, aí voltei pra cá com a minha mãe, que morava na colônia aqui. Aí quando fui ficar com a minha mãe, nós nunca tinha morado junto, aí dei uma brigada com meu irmão lá, aí ela me mandou ir procurar o meu destino de novo, aí eu voltei. Foi quando eu voltei pro Monte Caseiro e fui trabalhar na casa desse senhor que trabalhava de meeiro com meu tio e tinha saído. Aí foi lá que eu comecei a cortar seringa, com doze anos, no ano de mil novecentos e setenta e quatro. Eu tinha quase treze, mas não estava com treze anos completos, no seringal Monte Caseiro. Aí lá foi que eu passei seis meses lá.

Daí de lá fui pro Seringal de Lorena, na casa dessa mulher que criava meus dois irmãos. Aí de lá, nós passamos lá até mil novecentos e setenta e seis lá, aí quando eles vieram embora, aí vieram morar no Porto Novo aqui perto de Plácido. Aqui entre Monte Caseiro e Plácido de Castro, o pessoal chamava de Porto Novo.

Eu saí de lá porque era mais perto da cidade. Lá, o seringal, não tinha patrão, tinha dono. Aí então tinha uma colocação, na beira do rio, que era independente. Eu preferia porque é o seguinte: no seringal tinha um dono, ele tinha muita agricultura lá, então ele vendeu a agricultura deles lá, aí conseguiu um dinheirinho, aí conseguiu comprar um motor de canoa, aí ele veio embora pra cá, mesmo porque ele tinha filhos dele de menor, já estava crescendo, já estava preocupado também em colocar eles pra estudar. Ele não se tornou marreteiro¹⁵,

¹⁵ Marreteiro, termo usado para descrever o comerciante ambulante que realiza seu trabalho nos rios da Amazônia. Comércio realizado diretamente com os seringueiros.

ele ficou trabalhando na beira do rio, só que como era perto aqui, ele só fazia atravessar. Ele trazia a produção e vendia pro Luís Gonçalves.

Luís Gonçalves, que era outro seringalista, era o chefe aqui que comandava quase todos os seringais da beira do rio do lado de lá, na Bolívia. O seringal Monte Caseiro era do José Nolasco da Silva, Zeca Nolasco, só que o patrão do Monte Caseiro, ele trabalhava diretamente pro Luís Gonçalves.

O seringal da Lorena, na época em que eu morei lá era o [(pausa)...], como era o nome? (pausa). Era Darci. Não me lembro do sobrenome dele, na época eu era criança, não tinha muito assim..... É, era o Darci. Aí depois do Darci, passou pra Francisca Galdino, França Galdino, uma senhora que tinha um comércio aqui, aí ela passou a ser proprietária do seringal em Lorena. Aí, nessa época da França, foi a época que nós saímos, fomo embora já de lá.

Eu saí do Lorena e fui aqui para o Seringal Porto Novo, daqui. Na época que eu tinha quinze anos, já, eu voltei pro Monte Caseiro de novo. Aí fui trabalhar no Monte Caseiro como meeiro, de metade. No caso, passei uma crise lá. Um pouco meio apertado devido à situação, porque lá a situação era meio difícil. Aí eu fui morar numa casa que tinha muita gente, tinha dia que o negócio apertava, na época. Na época eu não comia maxixe na época. Se colocasse maxixe no feijão eu não comia o feijão, mas quando chegou lá, aí lá eu tinha aprendido a comer maxixe, ainda hoje eu gosto de maxixe porque lá tinha dia que só era o maxixe cozido no molho da castanha. Aí eu passei a comer no molho da castanha, aí depois eu passei a comer sem ser no molho da castanha mesmo, no feijão mesmo. A situação era precária lá.

No Monte Caseiro, na casa dum senhor que o pessoal chamava Zé Ângelo, eu trabalhar com ele de meeiro. Aí lá se encontrava essa crise doida lá. Essa época foi em mil novecentos e setenta e seis. Essa crise estava assim porque não conseguia vender borracha. É, porque era muita gente numa casa, então o pessoal trabalhava assim, um pouco meio, era muito trabalhadores. Muita gente! Por mais que se arrume comida, mas é, tinha umas quatro pessoas pra trabalhar, era umas dez, doze pessoas só pra comê. Tinha dia que tinha muita fartura, às vezes matava um porco, um veado, tinha muita fartura, mas tinha dia que você comia só um maxixe assim meio, meio ralado. Sai de lá. Quando passou dois meses que passei lá, eu senti o corpo acostumado a comer à vontade na casa do velho, o corpo começou a descer (emagrecer). Os velhos que me criaram no Lorena, que criaram meus irmãos.

Lá era barriga cheia, lá, porque lá não faltava porco, galinha, pato, era. Matava caça à vontade, não faltava nada lá. A gente era que nem filho mesmo, enchia a barriga mesmo a valer. Quando eu cheguei lá, eu estranhei. Aí demorei pouco tempo, aí comecei, vim, passei uma trajetória assim meia ambulante. De lá eu saí, desci aqui no Rio Abunã, entrei num igarapé que tem, chamado, é...Curixã. Fui morar num seringal lá dentro, lá em cima do Curixã, chamado Reforma, lá eu passei mais de seis meses.

O Seringal Reforma, lá era o Amarante, o patrão. Era bom o patrão. Lá era até bom, só um, parece que eu tinha um espírito de andarilho, que eu passava seis meses num canto: o pessoal começava a gostar de mim, eu já pedia as conta. Era por produção nessa época, em mil novecentos setenta e seis. Bem, aí de lá, de lá eu saí e vim aqui pra Plácido. Daqui, eu passei uns dias aqui trabalhando como boia-fria e trabalhei numa colonha. Saí em setenta e seis. Quando eu saí de lá do Reforma, já era começo de setenta e sete. Eu vim pra Plácido. Aqui quando eu cheguei fui trabalhar como boia-fria, aqui.

O boia-fria ele come dentro numa latinha de manhã e pega a foice e põe nas costas e vai pros campo brocar mat. Aí, quando dá meio-dia, tem que comer aquela comida fria lá, tipo seringueiro. Só que o seringueiro é porque não chamam boia-fria, mas o seringueiro também é, é o mesmo esquema também: você bota a comidinha num saco meia hora de distância, vinte minutos, tem que comer ela fria também. Só que o pessoal considera mais o pessoal da colônia como boia-fria.

Aí eu passei mais uns três meses trabalhando como boia-fria, aí depois eu voltei. Eu fui trabalhar num seringal chamado Boa Água, hoje em dia é tudo colônia, já, hoje não existe mais seringal do lado brasileiro. Foi o primeiro do lado brasileiro que eu trabalhei. Em setenta e sete, aí em setenta e sete lá, aí em setenta e sete, antes de terminar o ano eu regressei de novo, de volta, pro Monte Caseiro de novo. O Monte Caseiro era o meu ponto de parada. Aí eu passei uns dias no Monte Caseiro, passei uns meses lá no Monte Caseiro. Quando foi em setenta e oito, eu voltei de novo pra Reforma, só que tinha acontecido um acidente comigo, um rapaz ia me matando lá.

Lá do Seringal Boa Água é, foi um acidente que aconteceu com um rapaz lá, aí parece que, eu acho que ele era meio ciumento da mulher. Aí parece que estava acontecendo um, não sei se estava acontecendo ou se estava querendo acontecer, um caso com um rapaz lá, que trabalha no campo do patrão. Aí eles, estava a mulher dele lá, aí quando foi nesse dia o rapaz lá ficava central, não ficava na beira do rio não, é tanto que tinha que trazer a borracha cá na beira do rio, aqui no Rio Abunã pra poder pegar a canoa e trazer aqui pra Plácido. Aí nesse dia o comboieiro¹⁶ tocou de sorte de vir com a borracha. O cara parece que já estava tomando umas, o marido da mulher, acho que com intenção de fazer alguma coisa. Aí pegou e veio deixar a borracha na beira do rio. Como sumiu todo mundo e só ficou eu, aí eu estava despreocupado. Não estava sabendo de nada do que estava acontecendo. Aí eu entrei pra casa do comboieiro lá, desse rapaz, esse dito marido da mulher. O toca-disco, na época, ali em cima da mesa, tocando lá, aí parou o disco, aí eu fui e coloquei outro disc. Aí fiquei lá escutando o disco, daí a pouco chegou a mulher do comboieiro, aí chegou, ficou conversando comigo, de repente entra a mulher do rapaz, do dito marido que estava tomando lá, aí daí a pouco eu pedi licença pra puxar o toca-disco, aí fiquei em pé quando eu escutei chamar: - Aldevino!!! Quando eu fui olhar já senti a furada, já na minha costela, aí eu só tive que pular. A cozinha ficava com a porta bem assim, eu só fiz pular em baixo e corri.

Mesmo ele tendo me furado com a faca, consegui correr, porque eu tive sorte. Deus me ajudou que bateu em cima da costela, não varou. A facada pegou em cima da costela. Eu não entendi nada, que eu não sabia o que estava acontecendo. Esse foi um episódio da minha vida no Seringal Boa Água, que ficava aqui, do lado do Brasil. É porque era na beira do Rio Abunã, mas aqui em baixo, era também do mesmo lado do Brasil, também. Aí, como lá vim direto pra cá, pra Plácido, ficava mais perto até a beira do rio Abunã, de lá ele pegava um barco, já tinha um barco lá esperando. O Seringal Boa Água agora eu não sei nem dizer onde é que fica, onde se localiza. Não fica muito longe daqui não, fica meio próximo aqui, perto dum seringal chamado São Luís, justamente era em São

¹⁶ Entende-se por comboieiros, comboios: grupos de homens que com auxílio de animais transportam os víveres e utensílios para os seringueiros em suas colocações, ao mesmo tempo em que trazem para sede a borracha produzida. (ALBUQUERQUE. Dissertação/PUC. São Paulo, 1995. p11).

Luís que ele descia com a borracha, vinha de lá do São Luís, aí de São Luís pegava o barco. Aí eu vim de lá agora.

Dessa viagem que fiz, ainda não vim para trabalhar. Eu, dessa viagem voltei pro Monte Caseiro de novo. Aí quando foi em noventa..., setenta e oito, foi que eu fui para o seringal, de novo, Boa Água, de novo. O rapaz da confusão, já tinha saído de lá. Eu fiquei lá em mil novecentos e setenta e oito, trabalhei lá. Fiquei, fiquei quase um ano. Em setenta e oito já estava. Eu ia fazer dezessete anos quando eu fui com dezesseis anos, e aí eu fui, eu fui pra lá pra trabalhar como, fazer uma derribada lá. Primeiro trabalho lá, com menos de dezessete anos: peguei doze tarefa de terra na época. Doze tarefas dão na base de um alqueire e meio. Aí, quer dizer, sem experiência até hoje lá, porque sem experiência, com quase dezessete anos de idade, pra brocar até que não foi muito difícil não. Agora... pra derribar na capoeira, aí era bom de derribar! Mas quando chegava naqueles pauzão grosso, assim, rapaz! Chega estremecia! Aqueles, assim, meio torto, assim, eu achava bom: cortava do lado, cortava nas costas, até cair. Aí tinha que, não tinha como eu derribar sozinho mesmo, tinha meio. A aí tive que chamar um rapaz pra mim ajudar, aí lá passei: fiz essa derribada, derribei. Aí, depois fui trabalhar, fui cortar seringa de novo.

Lá no Seringal Boa Água. Aí lá fiquei até o resto do ano, lá. Aí quando foi em setenta e nove eu voltei de novo de lá, aí voltei pro Monte Caseiro de novo, aí foi chegando fim. É... aí passei uns dias em Monte Caseiro e voltei pra Plácido, aí cheguei aqui fui trabalhar de boia-fria de novo, aí quando eu cheguei, aí passei trabalhando de boia-fria até mais ou menos o mês de setembro, é, setembro mesmo.

Quando foi final de setembro aí eu arrumei as tralha e fui pra BR (estrada BR 364) para um lugar chamado (?), acho que era, se eu não me engano, fui trabalhar como comboieiro lá já, aí eu passei, passei três meses lá, foi em setembro. Quando chegou o mês de janeiro eu vim embora, quatro meses eu passei lá. Foi em janeiro de oitenta.

Aí eu voltei aí nessa época, eu já estava com, já ia completar os dezenove anos, já tinha mais de dezoito. Aí eu vim, quer dizer na época tinha feito o alistamento militar, aí fiquei trabalhando lá. Eu me desgostei com o rapaz lá, com o gerente. Aí como eu não tinha outra maneira pra escapar, de vim embora, porque lá eu estava muito bem. Na época o companheiro gerente, ele ganhava cinco mil cruzeiros, na época, quer dizer, com custo dele, e eu ganhava três, mas aí eu me desgostei um pouco com o gerente lá. Aí como eu não tinha outra maneira pra dizer que vinha embora, aí eu inventei que vinha me apresentar, né?! Justamente, eu tinha que vir me apresentar mesmo, só que eu já estava sabendo que eu não ia passar porque eu tinha me alistado em Plácido de Castro e, na época, quem se alistava aqui não passava: simplesmente recebia carteira (de reservista) e eu não sabia. Era doido pra servir o Exército, mas... Eu só me alistei uma vez. Fui registrado, aqui no Brasil, por causa do alistamento militar.

Eu fui registrado aqui no Brasil, então tinha que servir o Exército no Brasil. Como não tinha outra coisa pra disfarçar, inventei que tinha..., que vinha me apresentar. Só que eu cheguei, eu sabia que não me apresentava aqui, sabia que eu não passava, porque na época quem se alistava em município não tinha condições de passar, pra tentar passar tinha que se alistar em Rio Branco, aí como eu não sabia me alistei aqui, aí eu vim embora.

Eu, bom, aí nessa época eu cheguei, nessa época minha mãe era viva ainda, aí eu conversei com meu irmão mais novo do que eu, aí nós agora, nós

fomo trabalhar numa colocação, disse: - “vamos trabalhar e vamos comprar uma casa pra nossa mãe, botar ela lá pra perto da cidade”, que tinha uma coloniazinha aqui, que tinha uma tia minha que tinha uma casinha na beira, aqui, na beira da estrada. Como a estrada nova tinha passado na terra dela, tinha ficado, ficou a casinha lá no cantinho, umas ruas meio assim, entre a rua nova e a outra rua, aí lá vendia pra nós essa casa. Aí nós fomo trabalhar para comprar essa casa pra nossa mãe, aí assim nós fizemos... fomo as estrada (de seringa), nós que naquela época tinha direito.

Quando nós chegamo, quase na vila que ela morava, perto do quartel, numa casinha lá, aí, nós chegamo em casa aí a gente, viu que a mamãe estava quase morta já, dessa vez ela não resistiu. Era o ano de mil novecentos e oitenta, ela morreu no dia dezoito de fevereiro. Na época eu tinha dezoito anos, era. Dezenove anos eu ia completar já. Eu não morava com minha mãe. Nesse tempo nós ia trabalhar pra comprar a casa pra ela, aí. Até então eu não morava com ela, não cheguei a morar com ela.

Foi no Seringal Monte Caseiro onde nós arrumemo uma colocação para nós ir trabalhar na colocação, cortar seringa. Ia trabalhar, arrumar dinheiro pra comprar uma casinha pra ela aqui na cidade, trazer ela pra cá pra tirar ela do seringal, aí daí, infelizmente, não foi possível.

Minha mãe vivia com meu irmão, um mais novo do que eu, e mais dois pequeno, são três filho que ela tinha dentro de casa com ela. Os outros estavam todos no meio do mundo. Depois que ela morreu, o patrão fez um acordo com nós, disse: - “é o seguinte, a mãe de vocês morreu, se vocês quiserem procurar outro lugar pra trabalhar...”. Nós tinha que abrir outra colocação, não tem problema. Dessa viagem eu fui embora pra Lorena. Lá neste seringal trabalhei até mil novecentos e oitenta.

Em mil novecentos e oitenta e um, voltei para Plácido de Castro, isso no final do ano, já, de oitenta e um. Cheguei aqui em Plácido de Castro, arrumei um trabalho, fui trabalhar como servente, justamente nesse hospital. Trabalhei dois meses no hospital, estava ganhando até bem, eu fiz inclusive aquele piso daquele hospital, aquele quarteirão de cá. Aquele quarteirão eu trabalhei sozinho ali, trabalhava feito um desesperado. O pessoal me chamava lá de homem de ferro, que ninguém queria saber de me bater, trabalhei dois meses. Quando estava com dois meses de trabalho, as obras pararam do hospital. Na época a viagem custava quinhentos cruzeiros e eu tinha dez mil cruzeiros, aí esses dez mil cruzeiros ficou lá dentro, até hoje eu não fui atrás, perdi.

Voltei para o Seringal Monte Caseiro de novo. Eu saí depois do Monte Caseiro, isso é, com dezenove anos de idade, aí eu passei uns dias por aqui por Plácido, então, enrolando o tempo. Aí quando chegou no dia doze de janeiro de mil novecentos e oitenta e dois, eu parti novamente pro Monte Caseiro, eu fiquei quase definitivamente lá. Em mil novecentos e noventa e três eu me casei, lá mesmo, aí, eu fiquei só trocando de colocação lá, trabalhava e trocava...

Eu cheguei lá em oitenta e dois, no dia doze de janeiro de oitenta e dois. Só passei um ano e, no mês de julho eu já namorava, quando foi em maio do outro ano eu me casei, mil novecentos e oitenta e três, com Raimunda de Oliveira Correia. Ficamos só trocando de colocação lá, trabalhava numa colocação aí, quando estava ruim, aí trabalhava noutra, e assim fiquei.

Minha esposa era filha de seringueiro de lá também. No ano de mil novecentos e noventa e nove, eu vim pra Plácido, mas só que quando cheguei

aqui à situação estava pior. Agora passei muito tempo, passei sete meses trabalhando no areal, tendo que puxar areal.

O ano de mil novecentos e noventa e nove, a crise nos seringais da Bolívia estava começando. Até mil novecentos e noventa e seis, ainda dava assim de aguentá. Mas aí a partir de mil novecentos e noventa e seis, mil novecentos e noventa e sete, a crise estava feia, não tinha mais como você sobreviver: a seringueira já estava muito esfacelada, porque enquanto tinha aquelas colocações, que tinha na mata, assim era mais central. Você tinha que pegar pra puxar as estradas, estava se esgotando, então, quer dizer, já estava começando a ficar difícil, agora. Só que eu trabalhava assim, que nem um desesperado, né?! A minha vida toda no seringal foi só cortar seringa, eu nunca peguei um pedaço de terra pra plantar, não!

Na minha colocação eu não tinha roçado porque eu não queria mesmo. Eu, às vezes, eu brocava um pedaço de terra, derribava. Às vezes ainda plantava, ainda tocava fogo, plantava, mas aí, quando chegava na hora do sol, eu chegava de manhã cedo no roçado, mas quando dava oito e meia, nove horas, que o sol esquentava, eu não aguentava mais, aí eu desistia. Lá o mato cobria e se acabava!

Quando chegava o começo, por exemplo, do mês de fevereiro, tinha muita castanha. Sempre nós tinha castanha, quando era mês de fevereiro, no mais tardar no mês de março, aí dava o ano direto. No mês de abril, eu comecei a plantar feijão, mas eu não ia perder um dia de corte pra plantar feijão. Dedicava o meu tempo só mesmo a cortar seringa, mesmo. Quando chegava mês de julho, final de julho, no mês de agosto eu estava estressado! E mais, havia aquela cigarra do mês de agosto que me dava um desespero..., uma vontade de ir embora! Era quando eu chegava e trocava de colocação: aí ia reabrir noutra lugar de novo, noutra colocação.

Existe uma cigarra na mata, no mês de agosto, que quando come..., quando dispara a cantar é zim... zimmmmmmmmmmmmmmmmmmmm, chega pesa o ouvido da gente! Rapaz! Dá um desespero na gente, ó!!!. O destino era só de ir embora! Em noventa e nove, não teve outro jeito, eu vim embora.

1.2 - VIDAS EM TRÂNSITO NAS ENTRE-FRONTEIRAS

[...] teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. (BHABHA, 2007, p. 240).

A presença do trabalhador brasileiro em seringais da região do Departamento de Pando – Bolívia, apesar de significativa em termos qualitativos, é um assunto pouco estudado pela historiografia brasileira, que prioriza mostrar o Brasil como país receptor de migrantes, a

exemplo da imigração italiana, japonesa e espanhola. Contraditoriamente, este também é o país que provoca migrações por diversas causas: falta de oportunidade de emprego; migrações e deslocamentos forçados no âmbito das fronteiras, provocados por conflitos agrários a exemplo dos Brasiguaios (Spinosa, 1998); Brasivianos¹⁷ (Almeida, 1995 e Lima, 2002).

Desta forma, os deslocamentos ou migração de seringueiros brasileiros para os seringais da região do Departamento de Pando (Lima, 2002 e Maia, 2002), na condição de trabalhadores desenraizados (Martins, 1997), é tema de grande relevância para aqueles que se preocupam em compreender os fenômenos de migração na fronteira amazônica e as questões correlatas, tais como: a alteridade, a intolerância e a configuração de identidades em fronteiras fluidas (Bauman, 2007), como a que representa a Amazônia Sul-Occidental, principalmente quando se busca compreender esses fenômenos entre os diálogos da oralidade e da historiografia para reconhecer, através de narrativas de vidas, a voz ativa do sujeito protagonista de uma história como produção de um conhecimento compartilhado de saberes, a exemplo da narrativa de Aldevino Correia.

A memória deste sujeito toma a emblemática frase “sou filho de pais migrantes”, como uma forma de apresentar a própria trajetória de vida em trânsito. Em sua narrativa as raízes psicológicas desta frase são significativas em sua linha do tempo para recuperar, em outras memórias esquecidas, o passado de filho, que aprendeu o sentido da vida na ausência dos pais.

Aldevino Correia, ao acessar os padrões de memória de paternidade e maternidade, identifica os sujeitos pelas representações de pai e mãe, sem revelar seus nomes. Descobre que desses sujeitos de sua história pessoal, apenas lembra que seu pai nasceu no Estado do Rio Grande do Norte e sua mãe no Estado de Rondônia. Embarçado nas próprias lembranças, tenta dizer o motivo da vinda dos pais para os seringais da Bolívia, mas apenas afirma “não tenho ideia quando ou porque eles migraram”. Não teve oportunidade de ouvir o motivo do deslocamento dos pais, pois esses não haviam revelado. Este homem apenas justifica o fato ao dizer que, quando do seu nascimento, os pais já residiam em seringais bolivianos. Assim, a partir da memória deste ex-seringueiro é possível perceber os itinerários percorridos e como os dramas particulares da experiência de vida no entre-lugares de fronteiras interamericanas e amazônicas são articulados aos contextos das tramas da história

¹⁷ Recomendamos a leitura do antropólogo Alfredo Wagner Breno de Almeida, “**Exportações das Tensões Sociais na Amazônia: Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identidades constituídas no conflito**”. Travessia – Revista do migrante. CEM, ano VIII, nº 21. São Paulo, Janeiro/abril, 1995, p 28 a 36. Convém esclarecer que por brasivianos entende-se os trabalhadores brasileiros que ocupam o território boliviano. LIMA, Geórgia P. “**BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã**” (1970/1980). Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife, 2002, p. 13.

do presente.

Neste sentindo, a narrativa de Aldevino Correia evidencia como este sujeito registrou, a partir do cotidiano nos seringais pandinos, os conflitos de terra na região de fronteira do Acre, uma vez que permite enumerar os reflexos da crise agrária iniciada a partir da década de 1970, neste Estado, tais como: o aumento de brasileiros chegando aos seringais da Bolívia, a crise de alimentos, a crise da borracha – preço e falta de compradores, o trânsito entre fronteiras com suas saídas do seringal e o trabalho de “boia-fria” na cidade de Plácido de Castro; o contexto das “derribadas” e os retornos para os seringais da Bolívia, motivado pela falta de trabalho no Acre. Nesta narrativa é possível trabalhar o contexto das décadas de 1970 a 1990, nesse Estado, a partir do olhar do seringueiro no interior da Bolívia.

Isto implica afirmar que, através da oralidade de um seringueiro no interior da Bolívia, é possível perceber outros sujeitos, bem como, articular os saberes elaborados pela experiência de vida e o conhecimento acadêmico como processos dialógicos, visando analisar um contexto interamericano de fronteiras amazônicas, inicialmente, entre as décadas de 1970 a 1990, com o objetivo de entender o fenômeno de deslocamento forçado de trabalhadores seringueiros para a região fronteira de Pando.

Começamos nosso diálogo por um lugar comum da vida de Aldevino Correia, o lugar do seu nascimento. A Colocação Camponesa, localizada em território boliviano, se constituiu, na narrativa deste seringueiro, como símbolo¹⁸ para entender o sujeito migrante clandestino em território boliviano, que o situa no tempo e no espaço de vivência naquela fronteira. A partir de seu local de nascimento, Aldevino Correia pensa sobre sua relação com os seringais de fronteira. Lembra-se dos sentimentos de abandono e de solidariedade, que associou àquele lugar de trânsito, e mesmo as saídas daquele lugar fronteiro, analisadas no contexto dos significados expressos por este sujeito: o abandono paterno, a separação dos pais e o tempo no abrigo, simbolizados no local de nascimento, ou seja, o narrador não cogitou outros significados ou interpretações.

A Colocação Camponesa marca nitidamente a vida desse sujeito no seu trânsito de migrante temporário e clandestino, que se traduz, também, em expressão do modo de vida da própria mãe de Aldevino Correia após a separação, e evidencia uma imagem de vidas em trânsito nos seringais bolivianos.

¹⁸ O ato de migrar convencionado desde a história dos pais e relacionado à própria história, marca o lugar de nascimento como relacional e, portanto, simbólico. Verena Kast em sua obra “**A dinâmica dos símbolos**”, explica que “o símbolo é um objeto totalmente cotidiano, percebido pelos sentidos, mas aponta para algo enigmático, um significado [...] esse objeto cotidiano e seu significado não podem ser separados. [...] Esse ponto de vista do simbólico condiz com uma imagem de ser humano que entende a realidade humana cotidiana como enraizada em um enorme contexto”. Petrópolis, R. Janeiro: Vozes, 2013, p 19/22.

A narrativa se compõe sob a lógica do tempo da memória, em que é possível perceber os contínuos e os descontínuos do vivido. Assim, sob o tecido de seu recorte temporal, caracterizado por pós-tempos de abrigo, ele expõe um retrato da mãe, como sendo uma mulher sem “*paradeiro*”, “*abandonada*”, outros filhos criados à semelhança da vida deste narrador, que faz uso da palavra “*esfacelado*” para exprimir a falta de unidade familiar, bem como, ao identificar o trânsito materno *sem paradeiro* permite localizar as redes de solidariedades entre sujeitos nos seringais bolivianos, a exemplo de uma família seringueira que dispensou a ele, e aos irmãos, o “*cuidado*” e ainda, os direcionou na vida através dos “*conselhos*”.

A memória da mãe se apresenta como um episódio recorrente nessa narrativa, ao demonstrar o tempo em que morou no Seringal Lorena, a gravidez da mãe sutilmente é apresentada como uma forma do sujeito identificar a partir das ações de outros migrantes clandestinos, as implicações de um viver na fronteira pandina, onde abandono e solidariedade são elementos constituídos nas redes de relações naqueles seringais, permitindo ao sujeito dar sentido a própria história entrelaçada à situação familiar vivida. Assim, os espaços que se constituíram significativamente no contexto da vida de Aldevino Correia desde o seringal onde nasceu, Monte Caseiro até o abrigo¹⁹, na cidade de Rio Branco e o retorno aos seringais da Bolívia, reafirmam a trajetória migrante.

Vale reconhecer que a rede de solidariedade, construída em razão do tratamento dispensado ao sujeito, sugere pensar a perspectiva do espaço-tempo em que se estabeleceram os vínculos solidários entre sujeitos, no Seringal Lorena, como algo intrinsecamente ligado ao comportamento humano em busca de sentir-se valorizado como pessoa. Assim, ao recontar sua história de seringueiro em trânsito, Aldevino Correia revela o sentido do pertencimento associado às relações sociais de um migrante ligado a uma comunidade-destino (Bauman, 2005).

A narrativa constituída, a partir da imagem de família, se apresenta como uma base relacionada ao cotidiano concreto da própria condição de clandestino que interrompe a lembrança materna e narra: “*eu aprendi a cortar seringa*”. Poderia haver identificado outros níveis de significações, mas, instigava a própria memória para criar os nexos internos da narrativa. Agora, a aprendizagem de cortar seringa se apresenta como algo a imprimir um

¹⁹ Como Aldevino Correia não lembra o nome do abrigo, se torna importante informar que na cidade de Rio Branco a maior referência de abrigo desde a década de 1940 até a década de 1990 é o Educandário Santa Margarida, criado durante a década de 1940, sendo denominado inicialmente como Preventório, visando o atendimento aos filhos de famílias portadoras de hanseníase e, ainda continua suas atividades, atualmente, com a finalidade de servir ao amparo à criança em vulnerabilidade social.

significado à vida, uma relação direta do lugar de nascimento e o cotidiano de trabalho no seringal, bem como um sentido indireto, ao mencionar o seringal, daquela aprendizagem que representa o espaço da entre-condição do seu trabalho, iniciado ainda na fase da adolescência, demonstra reconhecer que se constituiu como seringueiro “deslocado”, em razão das experiências sociais que estabeleceu ao longo de sua história de vida.

Nessa narrativa a criança é projetada no mundo do trabalho, quando diz: “eu trabalhava que nem uma pessoa adulta”. Em suas lembranças, o seringal se apresenta como lugar de trabalho que excluía o tempo da brincadeira, uma vez que o agrupamento familiar se constituía no núcleo de produção de bens comuns. Assim, a partir dos nove anos de idade começa a participar da divisão social do trabalho no seringal, na atividade agrícola, no roçado. A existência do meeiro também presente demonstra que a unidade produtiva, embora familiar, admitia, no seu interior, o trabalhador autônomo/agregado.

Neste cenário, Aldevino Correia narra a fuga deste núcleo de trabalho e começa a apresentar os traços de sua história como seringueiro. A representação de trabalhador do extrativismo aos treze anos de idade, na condição de meeiro, identifica o cortar seringa como o elemento a expressar a própria história. As saídas e retornos de seringais, em razão da natureza do trabalho que realizava, mostra o enigmático mundo simbólico criado por este ex-seringueiro em sua narrativa. Entrelaçado com o cotidiano de sua experiência social se torna um sinal para reconhecimento de uma história do sujeito em movimento, do trânsito, para além da conjuntura político-econômica que envolvia sua condição de trabalhador no entre-lugar do seringal Lorena.

Em sua narrativa, Aldevino Correia demonstra habilidade em articular o particular e o geral quando expõe as temporalidades representadas tanto no cotidiano do seringal em território boliviano, quanto às mudanças socioeconômicas da região acreana, que se integravam no espaço interamericano amazônico, pois a década de 1970 foi identificada pelo narrador como espaço-tempo de continuidades e discontinuidades do modo de vida extrativista. Que mudanças estão presentes no contexto amazônico brasileiro?

A conjuntura histórica, compreendida por este ex-seringueiro como *negócio da frente pecuarista*, encontra-se intrinsecamente ligada ao processo de expansão capitalista para a Amazônia, iniciada em fins da década de 1960 com a ocupação territorial e econômica que ganha impulso a partir dos anos de 1970. O *slogan* da política do Estado burguês de ocupação da Amazônia: “a terra sem homens para homens sem terra”, ganha sentido no plano de produção tipicamente capitalista.

O cenário amazônico brasileiro após a II Guerra Mundial, compreendido pelo historiador Pedro Martinello (2005), evidencia um processo de decadência do capital comercial²⁰, que durante os contextos históricos de organização do chamado I e II surto da economia gomífera fora estabelecido pelo endividamento e a subordinação indireta do trabalho pelo capital. A partir da década de 1970, o economista Adalberto Ferreira (1982) explica a transferência do capital e domínio da terra no Estado do Acre, por grandes empresas ou empresários oriundos do centro-sul do país, como sendo uma fase de expropriação e expulsão do seringueiro das colocações e como um processo de subordinação direta da terra ao capital especulativo.

Ampliando este campo de entendimento, o sociólogo Marcilio Ribeiro de Sant’ana (1988) em sua análise da expansão capitalista na Amazônia, particularmente no Estado do Acre, demonstra a associação entre Estado e capital através dos subsídios de incentivos para instalações das empresas do centro-sul do Brasil na Amazônia a partir da década de 1960 (Sant’ana, 1988). A análise do economista José Fernandes do Rêgo (2002), demonstra o atrelamento do Estado capitalista e suas políticas públicas, no processo de intervenção econômica na sociedade entre conflitos e articulações. Concluiu e apresentou o conceito “neo-extrativismo” como uma reposta possível à complexidade das populações tradicionais e o desenvolvimento para a Amazônia.

No estudo realizado sobre o contexto de expansão da fronteira do capital e das diversas disputas entre sujeitos, visando analisar as experiências sociais de brasileiros em território boliviano, afirmamos que o processo de desdobramentos das políticas públicas sobre a fronteira norte, está associado ao capital como um dos fatores responsáveis pelo deslocamento de trabalhadores brasileiros para os seringais pandinos.

Assim, embora as terras dos seringais bolivianos não tenham sido alvo direto do processo da frente pecuarista que provocou a mudança na forma de propriedade e uso da terra no Estado do Acre, indiretamente se configuraram como terras livres à migração de seringueiros²¹ e suas famílias, expropriados e expulsos das colocações acreanas, bem como,

²⁰ O capital comercial operava através das casas aviadoras, financiadas pelas empresas exportadoras ligadas diretamente ao capital internacional, que forneciam mercadorias aos seringalistas, que repassavam aos seringueiros. [...] o capital internacional, situado no topo, além de sustentar a demanda da borracha que financiava, por consequência, controlava toda a cadeia de aviação com a mediação do capital comercial. (REGO, 2002).

²¹ “Atravessar a fronteira é ainda uma das melhores opções para muitas famílias de seringueiros acreanos, depois que os seringais começaram a ser vendidos a investidores do sul. O fato já foi denunciado no Congresso, e o INCRA confirmou que cerca de 40 mil acreanos passaram a fronteira e estão trabalhando nos seringais da Bolívia” Boletim Nós Irmãos da Prelazia Acre Purus, Rio Branco –Acre, Ano III, nº 8, Agosto/1974.

representantes dos desdobramentos de políticas da chamada ocupação da Amazônia pelo capital, numa contextualização dos conflitos agrários brasileiros em território boliviano.

Na narrativa de Aldevino Correia, em várias passagens de seu trânsito entre-fronteiras, algumas temporalidades se apresentam confusas, em razão das repetições demonstram que a memória descreve o vivido e, por vezes, ao relacionar ao tempo cronológico, os conteúdos qualitativos se misturam e provocam desarticulações tempo-espaço vivido. Neste caso, a riqueza dos acontecimentos narrados sobrepuja o tempo estático.

Os significados que o próprio sujeito clandestino expressa de sua experiência constitui uma teia de sentidos particulares interligados com um coletivo de deslocados no chão interamericano e amazônico: “*dei uma brigada com meu irmão lá, aí ela mandou eu ir procurar meu destino*”. Assim, ao mencionar o momento em que viveu com sua mãe e irmãos na região do município de Plácido de Castro, chama atenção a um fato que a lembrança traz de volta e considerado importante para ser revelado, evidenciando que o ato de deslocar-se, para além das questões de conjuntura presente no contexto histórico acreano, está relacionado às situações familiares que se apresentam como fatores que também estimulam o sujeito a migrar. Qual o destino de Aldevino Correia? Diante dos desencontros narra repetidas vezes ao longo de sua fala: “*eu voltei, pro Seringal Monte Caseiro*”, recontando os retalhos do vivido que sua lembrança esquematizou do trânsito na fronteira do Rio Abunã e expõem motivos de idas e vindas.

Esta narrativa marca a região fronteira do Rio Abunã como espaço de compra e venda de gêneros produzidos no interior dos seringais e colocações bolivianas, negociadas por comerciantes brasileiros. Ao mencionar o comprador identifica Luís Gonçalves²², seringalista, caracterizando-o como sendo “*o chefão*”, sinalizando que este espaço se constituía em intenso trânsito de mercadoria e pessoas e, principalmente, em relações socioeconômicas que eram realizadas com outros sujeitos brasileiros.

Ao nominar os seringais em terras bolivianas e seus proprietários brasileiros, a exemplo de quando diz: “*o seringal Monte Caseiro era do José Nolaço da Silva*”, ressalta uma particularidade quanto ao seringal da Lorena ao identificar uma mulher como sendo sua proprietária: “*Francisca Galdino conhecida como França Galdino*”. Este é o primeiro indício da mulher como proprietária de um seringal em território boliviano. Mesmo que a narrativa não descreva com detalhes sobre a presença desta mulher, provoca pensar uma proprietária

²² Maiores informações acerca da presença de seringalistas brasileiros em território boliviano no vale do Abunã “Milton Cardoso de Lima, Luís Gonçalves Pinto, José Francisco Alves de Alencar são grandes arrendatários brasileiros [...]”. Martins, Edilson. Amazônia a última fronteira. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1982.

brasileira de terras no espaço boliviano, no momento que todo o processo de comercialização é realizado pelo seringalista, brasileiro, Luís Gonçalves Pinto. Esta situação permite compreender o livre trânsito de pessoas nesta região fronteira, uma vez que as relações estabelecidas em território boliviano, neste momento, demonstram uma continuidade daquelas realizadas nos seringais brasileiros. A este respeito escreve Martins (1982):

[...] Vale do Abunã, Bolívia – Dezenas de seringais – grandes e médios latifúndios – situados em território boliviano, ao longo dos vales dos rios Acre, Xapuri e Abunã, pertencem e são habitados por brasileiros. [...] A ocupação desses vales por brasileiros, que chega a atingir uma distância de 50 km para o interior do território boliviano, teve início há mais de 70 anos. Hoje aos poucos bolivianos que aí aparecem [...] para cobrar impostos aduaneiros: em sua quase totalidade, os 31 mil habitantes da região são brasileiros. (p. 92).

Ao narrar que aos quinze anos de idade retornou para o Seringal Monte Caseiro, na condição de meeiro, identifica que esse seringal passou por uma crise de abastecimento de mercadorias e na venda dos produtos da floresta (castanha e borracha). Ao explicar a situação vivida naquele momento com a chegada de outras pessoas, expressa o contexto da crise econômica do extrativismo na região acreana a partir de 1975, quando o modelo agropecuarista passou a transformar os antigos seringais em fazendas, bem como, os conflitos sociais agrários se tornaram os grandes responsáveis pelo deslocamento de famílias de seringueiros para os seringais da Bolívia.

A contextualização dos conflitos agrários acreanos foi manifestada além-fronteira, particularmente, nos seringais bolivianos na região do Rio Abunã e, na narrativa em questão, o sujeito, ao descrever acerca da mudança alimentar, identifica como a conjuntura socioeconômica acreana afetou o cotidiano de famílias seringueiras que habitavam o seringal boliviano Monte Caseiro.

Reconhecemos em uma simples representação de Aldevino Correia: “*passsei a comer maxixe*”, a percepção deste sujeito quanto aos efeitos da crise nos seringais bolivianos e o agravamento desta na circunstância vivida: “*tinha dia que o negócio apertava*”. O que nos permite entender como ele compreendeu outros processos articulados e intrinsecamente ligados que se manifestaram em seu cotidiano e, como o hábito alimentar traduz essas articulações, além de demonstrar como o modo de cozinhar modificou e expressou aquele momento de crise: “*a situação era precária*”. Isto possibilita compreender os reflexos das políticas públicas brasileiras no contexto interamericano e amazônico nesta região.

O tempo da crise narrado no Seringal Monte Caseiro, identificada como uma “*crise doida*”, datada o ano de “*mil novecentos e setenta e seis*”, contextualiza, assim, a década de

1970 na historiografia local como sendo o período da falência e transferência dos antigos seringais aos fazendeiros e grupos de empresários oriundos do centro-sul do país (Silva, 1992).

Ao associar àquela crise, primeiro à situação econômica quando afirma que não conseguia vender borracha e, segundo, ao súbito crescimento demográfico do seringal: “*muita gente [...] quatro pessoas pra trabalhar [...] umas dez, doze pessoas só pra comer*”, elege os fatores econômico e do crescimento demográfico para explicar como a crise assolava o seringal Monte Caseiro em 1976. Assim, são descritos os fluxos de deslocamentos do trabalhador brasileiro, a partir da década de 1970, os quais foram descritos no boletim “Nós Irmãos”, da igreja Católica, e nas matérias do Jornal “Varadouro” como forma de denúncia do processo de expropriação e expulsão do seringueiro e suas famílias dos seringais acreanos.

O contexto histórico da década de 1970 se constitui como uma referência para pensar as diásporas clandestinas amazônicas, que apresenta a história dos deslocamentos e a presença de trabalhadores brasileiros em território boliviano desde o século XIX. Entretanto, definidas as fronteiras, outros momentos significativos desses deslocamentos ocorreram, a exemplo da chamada batalha da borracha. Costa Sobrinho (1996) nos informa que mais de dois mil brasileiros se internalizaram nos seringais bolivianos e, mais recentemente, nas décadas de 1970 e 1990, cerca de quinze mil famílias de brasileiros. Tais dados podem ser constados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Temporalidades de deslocamento de brasileiros para seringais de Pando–BO.

Ano	Quantidade	Fonte
1942 - 1945	2.000 pessoas	Costa Sobrinho, 1992.
1980-1990	15.000 famílias	Relatório “Realidade de brasileiros na Bolívia, 1992.
2001	200 famílias (Cadastro)	Limberg Rosell, diretor departamental do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra) da Bolívia. 2001.
2006	7 mil	Ambiente acreano, 2006/ Dep. de Migração, Assessora Lourdes Loredó, 2006.
2009	1.643	Relatório da OIM – Censo /2009 e pós-censo/2010
2010	1.500	Relatório INCRA-AC (2010)

Fonte: elaborado pela autora.

A narrativa de Aldevino Correia entrelaça outros processos de deslocamentos do trabalhador brasileiro e permite compreender as articulações socioeconômicas nesta região fronteira do Abunã, bem como, afirmar que os limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia não

impediram que os efeitos dos desdobramentos de políticas públicas para a Amazônia, especialmente, da Amazônia Sul-Occidental, sendo a crise agrária acreana um desses acontecimentos que contextualiza os conflitos sociais brasileiros além do âmbito nacional.

Entretanto, vale ressaltar que as lembranças desse sujeito do momento de crise no Seringal Monte Caseiro, possibilitou que outras narrativas fossem expressas e mostra que a memória, a partir da dinâmica do vivido, evita os julgamentos apressados do tempo cronológico. Assim, enquanto descrevia os vários seringais, a exemplo da prosperidade do Seringal Lorena, expõe suas caminhadas no trânsito em outros espaços como descreve: *“desci aqui no rio Abunã, entrei num igarapé Curixã, fui morar num seringal lá dentro, chamado Reforma de propriedade do senhor Amarante, lá eu passei mais de seis meses”*.

Este seringueiro por segundos, silencia e olha o rio à frente, e neste instante, o inaudível até aquele momento da narrativa se expressa, como uma auto-definição de si a partir da própria caminhada: *“passei uma trajetória assim meio ambulante, parece que eu tinha um espírito de andarilho”*. Neste trecho de sua narrativa Aldevino Correia, ao se denominar um andarilho, se reporta às suas idas e vindas entre os espaços interamericanos e amazônicos dos interstícios do Rio Abunã, como uma das regiões integradas socialmente por grupos de trabalhadores brasileiros, que consolidam uma experiência transnacional de fronteiras em processo de alteridade.

A segunda parte da narrativa começa quase que como uma rima ao idealizar o próprio trânsito entre-fronteiras: *“bem, aí de lá, de lá eu sai, aí vim aqui pra Plácido”*, de forma a garantir o entendimento de que iria se referir ao seu retorno e estada na região acreana do município de Plácido de Castro. No ano de 1977, ao focar a sua situação de trabalhador, durante o tempo que passou no município de Plácido de Castro, revela o contexto de reposição como trabalhador: *“aqui quando eu cheguei fui trabalhar como boia-fria”* é significativa a referência de boia-fria no cenário placidiano, uma vez que as mudanças em perspectiva ainda estavam em processo.

A experiência de reposição no trabalho entre-lugar apresentada por Aldevino Correia traduzida por “boia-fria” e “seringueiro”, possibilitou-lhe comparar estas duas atividades encontrando um elemento comum entre ambas: a *“comida fria”*. Contudo, ao dimensionar os atributos próprios de cada atividade expõe as suas diferenças. Assim, ao vender sua força de trabalho para o proprietário da terra, o “boia-fria”, como trabalhador temporário sob o domínio do capital nesta região, desmata, pois seu trabalho se constitui em *“brocar mato”*, enquanto, a base ativa do seringueiro é o extrativismo e, nesse sentido depende da floresta.

Embora não tenha percebido as contradições dessas duas atividades, no contexto das mudanças em perspectivas na região acreana a partir da década de 1970, é fato que a experiência de Aldevino Correia como trabalhador temporário, um migrante no núcleo urbano de Plácido de Castro, possibilitou uma reflexão em reconhecer na síntese do trabalhador “*boia-fria*”, às próprias condições de trabalho do “*seringueiro*”.

Ao continuar a sua narrativa, no retorno ao trabalho extrativista realizado no seringal chamado Boa Água, identifica este como sendo o primeiro seringal do lado brasileiro que trabalhou. Quanto ao Seringal Monte Caseiro localizado em território boliviano, declarou que este é o seu “*ponto de parada*” de sua “*trajetória meio ambulante*” como “*espírito andarilho*”.

O trânsito livre entre-fronteiras marcam os itinerários apresentados nesta narrativa. A frase “*arrumei as tralha e fui*” expressa as idas e vindas dos seringais bolivianos ao município de Plácido de Castro expõem o dinamismo social de entre-lugares que representam contexto de temporalidades dinâmicas do vivido na experiência deste sujeito que atuou como “seringueiro”, “boia-fria”, e por último, “comboieiro” e novamente “seringueiro”. As atividades que realizou se dimensiona a partir dos fragmentos dessas identidades, forjadas em experiências de um viver transitório que o próprio Aldevino Correia identifica como vida de “andarilho” e exemplifica o protagonismo de sua vida.

O interessante é perceber as marcas dos momentos desse transitar entre-fronteiras realizado por este ex-seringueiro, que foram identificados por datas precisas, denotando a importância dada por ele àqueles acontecimentos descritos nas entre-condições do trabalho na região. Ao mencionar os meses e anos de ocorrência de entradas e saídas dos seringais bolivianos, possibilita perceber que o trânsito “livre” apresentado se encontra intrinsecamente ligado aos momentos da produção extrativista – coleta de castanha e corte de seringa – que correspondem aos meses de janeiro a agosto, enquanto que as “derrubadas” eram realizadas nos meses da chamada “*estiagem*”²³. Pode-se afirmar que o trabalho sazonal seja um dos fatores responsáveis pelo “livre” trânsito interamericano e amazônico.

Ao contar sua história, Aldevino Correia, como já mencionado, considera que tem uma trajetória ambulante e designa-se como “*um espírito de andarilho*”, o que se justifica por ter no chão inter-amazônico as marcas de suas pegadas em diferentes processos de encontros e desencontros por injunção da dinâmica do vivido.

²³ O fenômeno da estiagem é designado como tempo seco de poucas chuvas que ocorrem durante o verão na Amazônia Sul-Ocidental a partir do mês de agosto, período que corresponde aos desmatamentos e, principalmente, às queimadas. (<http://www.portaldopurus.com.br/index.php/purus-2/9780-estiagem-governador-decreta-estado-de-emergencia-em-cidades-do-acre>).

Chama-nos atenção o fato desse sujeito ter elaborado sua ideia de nacionalidade a partir do alistamento militar, revelando o entre-lugar das fronteiras fluidas. Ao narrar sobre o alistamento militar apresenta uma situação intrigante de sua entre-condição de trabalhador temporário. É a partir desse fato que passa a expor as contingências como uma alternativa para sair de onde estava: *“eu não tinha outra maneira pra dizer que vinha embora, aí eu inventei que vinha me apresentar”*. Com esta atitude o cenário nacionalista é exposto como uma invenção que constituiu parte de sua história.

No imaginário deste seringueiro, o ideal nacional estava latente ao assegurar que por ser registrado no Brasil tinha que servir ao exército brasileiro. Os signos pátrios do registro de nascimento e o alistamento militar formam seus atributos de nacionalidade brasileira. Ao explicar a expressão “inventei”, Aldevino Correia dá a entender que sabia da sua não condição de ser aceito no Exército Brasileiro. Nesta parte da narrativa expõe a força do seu imaginário nacional, uma vez que o propósito de servir ao exército brasileiro se apresenta como a forma que teceu o imaginário nacional para representar sua condição no entre-lugar de fronteiras, mas, a inversão dos valores pátrios negociados como uma estratégia de fuga de uma situação insatisfatória faz com que, posteriormente, retorne ao território boliviano juntamente com seu irmão mais novo.

Ao atravessar o Rio Abunã, após haver concebido e reinterpretado no seu cotidiano o imaginário nacional brasileiro, havia o propósito de trabalhar para comprar uma casa para sua mãe. O sentido do retorno manifestado em prover a necessidade de moradia da genitora sinaliza para uma mudança na forma de apresentar suas ações e referências quanto ao seu *“espírito andarilho”*. Que havia mudado? Compreendeu Aldevino Correia a sua entre condição cidadã perante o Estado Brasileiro? O que passou a representar o viver em território boliviano?

O trabalho nos seringais e colocações ganhava um novo sentido com a ideia de compra da casa nas proximidades da cidade de Plácido de Castro (Acre). Durante a narrativa envolvendo sua mãe, ainda em vida, foi possível entrever a psique emocional desse sujeito, que é manifestada nas palavras e expressões de sentimentos guardados na memória, ao dizer: *“até então, eu não morava com ela”*; a nostalgia diante do quadro familiar presente: *“não cheguei a morar com ela”*, e, ainda, os ressentimentos calados - mais presentes na memória dizem respeito à figura materna: *“ela vivia com meu irmão mais novo do que eu e mais dois pequeno, três filhos que ela tinha dentro de casa com ela, os outros estavam todo no meio do mundo”*. Nessas passagens narradas foi possível captar a sensibilidade humana que fluía das

lembranças que emergiam em sua fala e reconhecer a potencialidade do sujeito e sua narrativa como objeto de estudo e de subjetividade do trabalho do historiador.

Os instantes reflexivos gerados na forte emoção de haver pronunciado: “*vi a mamãe, estava quase morta. Dessa vez ela não resistiu*” é seguido pelo breve relato quanto ao seu propósito de voltar ao seringal Monte Caseiro. Mas, continua resolutivo a narrar em poucas palavras aqueles instantes antes da chegada e o desfecho daquela viagem. Continua sua narrativa se referindo a um passado de caras lembranças: “*arrumamos uma colocação ia trabalhar, cortar seringa, arrumar dinheiro pra comprar uma casinha pra ela aqui na cidade, trazer ela pra cá pra tirar ela do seringal*”.

O tempo verbal da expressão “*ia*” usado por Aldevino Correia para exprimir a ação praticada, se revela como um evento não acontecido e traduz certa frustração percebida na inflexão da voz: “*infelizmente, não foi possível*”. A frase soa como um silêncio inquietante de incompletude de propósitos e se revela como síntese da vida sem paradeiro tal como havia identificado o trânsito materno no início de sua narrativa e, os dois anos seguintes, 1981 e 1982 são narrados sob o influxo desse acontecimento particular. Com seu casamento, no ano de 1983, passa de andarilho entre-fronteiras a andarilho entre-colocações, por dezesseis anos em território boliviano.

A narrativa ainda revela uma crise nos seringais bolivianos localizados na região do Rio Abunã, descrita por Aldevino Correia: “*em mil novecentos e noventa e nove a crise lá estava começando*”. Havia ele esquecido a “crise do maxixe” de 1976? Provavelmente não, afinal ele se encontrava agora no seringal de ocorrência daquela crise, o Seringal Monte Caseiro.

Durante a década de 1990 houve situações conflitantes para trabalhadores brasileiros em seringais bolivianos envolvendo questões ligadas basicamente: à terra/território nacional e regularização de migrantes clandestinos – pagamentos de impostos ao governo boliviano, a produtividade e vendas dos produtos – crise dos preços da borracha e, ainda, expulsão por conflitos velados – a chegada de bolivianos nas posses dos seringueiros e apropriações da colocação. Segundo Relatório Final da Comissão Especial/92²⁴ aponta, em síntese, as principais reclamações dos trabalhadores na região de fronteira dos municípios de Brasiléia e Epiaciolândia:

[...] preços da borracha, que é vendida pelo seringueiro entre 2.000.00 e 2.500.00 o KG; os altos preços das mercadorias, a falta de escolas. O preço da “estranjería” dificulta a vida dos brasileiros. Com a desvalorização do cruzeiro, os 140 mil pesos

²⁴ Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, instituída através da Resolução nº 252/92, de 29/10/1992 conforme Requerimento do Deputado Osmarino Amâncio.

bolivianos, cobrados, equivalem a aproximadamente 300 mil cruzeiros por cada brasileiro do sexo masculino, maior de idade, anualmente. Em setembro, do ano passado [1991], um brasileiro, Sr. Genário Moreira, que hoje mora no Brasil, deixou sua terra, pois foi “assujeitado a vender por duzentos mil cruzeiros” para um cidadão boliviano. Foi denunciado pelos seringueiros o pagamento da renda correspondente a 20 kg [borracha] por estradas, neste caso um Sr. conhecido como Rodolfo Pena. Conforme alguns, a renda nem sempre é anual. “Este ano ainda não veio”. Outra taxa se refere a derrubada para fazer roçado (plantação agrícola) que custa em torno de dez pesos bolivianos. (Relatório Final/1992)

De acordo com este Relatório Final/1992 a situação, de modo geral, dos trabalhadores brasileiros nos seringais bolivianos, particularmente, da região do Rio Acre não diverge da narrativa apresentada por Aldevino Correia, no que tange à crise econômica, especificamente no que diz respeito à produtividade nos seringais e ao preço da borracha, principal produto de comercialização dos seringueiros. Segundo este seringueiro, até 1996, referindo-se à região do Rio Abunã, em especial ao seringal Monte Caseiro, a situação da crise ainda se encontra estável para ele - “*dava assim de aguentar*”, mas, a partir deste ano mais precisamente em 1997 diz “*a crise estava feia*”. O cenário havia mudado significativamente. O que estava acontecendo?

Há que se considerar que a produção de borracha e castanha dos seringais bolivianos, em sua maioria, era comprada por comerciantes brasileiros, apesar da crise econômica do extrativismo a partir da década de 1970. Estes produtos mesmo continuando sendo a base econômica do Estado do Acre, fato é que as políticas brasileiras de incentivo aos produtos do extrativismo foram exíguas ao longo dos anos das décadas de 1980 e 1990.

Outros fatores que também estão relacionados ao período da década de 1990 foram explicitados pelo Senador da Bolívia, Leopoldo Fernandez, durante a reunião datada de 04/11/1992. Segundo o Senador, no Relatório Final/92, a situação encontrava-se intrinsecamente ligada à “queda internacional dos preços da borracha e da castanha”, e acrescenta os interesses do governo boliviano para região fronteira do Departamento de Pando-Bolívia, ao afirmar que:

[...] projetos de desenvolvimento da região de Pando com o apoio do BID [...] projeto-socioeconômico na divisa Pando/Acre, destacando-se também, o projeto Porvenir e Puerto Rico, que visam a extensão do campo agrícola com assessoramento técnico buscando o auto abastecimento. (Relatório Final/92, p. 5).

Aldevino Correia constata, a partir do seu cotidiano no Seringal Monte Caseiro, que “*não tinha mais como sobreviver da [extração] da seringueira*”. Os baixos preços da borracha e da castanha no mercado nacional e internacional, a partir do final da década de 1980, marcam a crise econômica a que se refere nos seringais bolivianos na década de 1990.

Acrescente-se a esse cenário os novos empreendedores agropecuaristas e madeireiros (ESTEVES, 2005; MAIA, 2002), bem como, as mudanças políticas de desenvolvimento em perspectivas para região pandina. Em sua narrativa ele nos proporciona perceber essas mudanças mais gerais no processo de sua vivência no cotidiano daquele seringal boliviano, o que permite relacionar a situação de crise com a situação ambiental de desmatamento²⁵ do lugar, tendo em vista que a produção da castanha e da borracha “*estava se esgotando*” na Amazônia boliviana.

A partir deste contexto, a mencionada narrativa se torna significativa, pois, ao dizer que “*agora, que eu trabalhava que nem um desesperado*”, a procura era para suprir as necessidades básicas da sua família e reflete o aprendizado de uma vida, de onde retirava os bens através de seu trabalho: “*eu nunca peguei um pedaço de terra pra plantar*”. Nesse momento, em razão da crise do extrativismo, ele passa a dar importância ao plantio, lembrando que “*eu às vezes, brocava um pedaço de terra, derribava, tocava fogo [e] plantava*”. Aldevino Correia ao dizer que “*o sol esquentava [e] não aguentava, eu desistia*”, justifica o motivo de não realizar a agricultura de subsistência. A narrativa permite perceber a sua compreensão do trabalho no “roçado” como sendo concorrente da sua atividade principal no seringal, o extrativismo, uma vez que durante o momento destinado à coleta e ao corte da seringa “*o mato cobria e se acabava o roçado*”. Tal fato se dava em decorrência de que, no período do plantio, a exemplo do feijão, como foi dito “*no mês de abril*”, era o momento da produção da borracha e que ele “*não ia perder um dia de corte pra plantar feijão*”. Assim, um dos motivos apresentados pelo ex-seringueiro para a situação da crise que assolava o seringal boliviano a partir de 1997 estava associado ao trabalho central do seringal ligado ao extrativismo, em detrimento da agricultura de subsistência.

Antes de finalizar, Aldevino Correia reflete sobre o seringueiro e seu trabalho: “*final de julho, no mês de agosto eu estava estressado*”. O que poderia estressar um seringueiro? Ele explica a partir do trabalho no extrativismo, ao apresentar este como um processo mecânico de dois ciclos quase ininterruptos: o de coleta de castanha no início de cada ano e o do corte da seringa, durante os meses seguintes. A partir de agosto havia quatro meses que ele identifica como “*livres*”. Contudo, associa o ciclo do trabalho extrativista com um elemento próprio da exuberância da floresta, o fato da presença “[daquela] *cigarra do mês de agosto me dava um desespero*”.

²⁵ Crescimento do desmatamento da interamericana e amazônica das regiões do Estado do Acre-BR e do Departamento de Pando-Bolívia. Fonte - <http://infoamazonia.org/pt/#!/map=49&story=post-7005&loc=-10.541821094659063,-69.005126953125,7>. Acesso realizado em 21/04/2012.

Há uma cigarra na mata, no mês de agosto que quando come, dispara a cantar é zii [...] que], chega pesar o ouvido da gente. Rapaz! dá um desespero na gente, ó! O destino era só de ir embora, não tinha outro jeito....

O zumbido da cigarra no interior da floresta provoca “*uma vontade de ir embora*”. Segundo ele “*era quando chegava e trocava de colocação*”. Assim, o fenômeno da cigarra como um fator psicológico pode ser identificado como desespero, bem como, mais um dos motivos que explica o seu espírito andarilho. Isso nos faz inferir que, psicologicamente, o seringueiro sofre uma forma de solidão e exaustão provocada pelo trabalho no extrativismo.

Portanto, a narrativa desse seringueiro revela as múltiplas fases de um clandestino interamericano amazônico que identificou sua posição na entre-condição dos documentos pessoais, uma cidadania brasileira que cabia nunca carteira. Na divisão do trabalho, se encontrava na base da exclusão socioeconômica e o casamento é identificado como elemento de permanência no território boliviano. Este é o lugar onde a experiência de diáspora o conecta ao espaço interamericano das Amazônias até a década de 1990, e representou o espaço de trabalho, moradia e sobrevivência.

Vale ressaltar que a narrativa de Aldevino Correia se encontra intrinsecamente ligada à outras histórias de vida em movimento, bem como, ao cenário de disputas sociais da década de 1970, no Estado do Acre, que denotam as lutas dos seringueiros pela terra, os conflitos entre seringueiros e capatazes, que terminaram em mortes, e o processo de politização dos seringueiros, que culminou com a criação de CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros na década de 1980. Nesse sentido, procurou-se também reconhecer em outro protagonista, Francisco Bonifácio de Figueiredo que viveu neste mesmo contexto cronológico uma diáspora. Esta foi registrada na forma de uma entrevista e faz parte da memória do jornal “O Varadouro” do ano de 1978, e se configura como vestígio para compreender a leitura do deslocamento realizada por este sujeito no momento em que atravessar os interstícios dos Rios Abunã, um espaço geopolítico binacional, expõe o trânsito interamericano e amazônico que se representou em diversos momentos históricos como uma estratégia de enfrentamento sob a lógica dos diferentes, desiguais e desconectados do processo de politização dos seringueiros.

A intenção em também apresentar uma análise da memória de José Bonifácio de Figueiredo visa reconhecer as múltiplas temporalidades constituídas no trânsito transnacional do seringueiro brasileiro a partir da década de 1970 e pensar, a partir dos registros do vivido, a necessidade de ampliar o modo de perceber a oralidade de outros sujeitos em suas diversas manifestações. Nesta perspectiva, o jornal “O Varadouro” ao apresentar matérias com

entrevistas realizadas com seringueiros em processo de deslocamentos para o território boliviano, se constituiu em uma espécie de memória de registros orais produzidos, para captar o movimento dinâmico de jornadas e experiências de diáspora.

Ao fazermos uso da matéria jornalística do mencionado jornal, condensada, a seguir, sob o título “Rumo à Bolívia”, entendemos que ela se constituiu como uma fonte significativa e serviu como âncora para captar, do processo narrativo, a ação realizada pelo personagem no contexto das temporalidades dos conflitos agrários acreanos. Desta forma, o foco de nossa análise é a entrevista contida na matéria e não a matéria jornalística em si. Para tanto transcrevemos, na íntegra, a matéria veiculada no jornal “O Varadouro”, maio/1978 contendo a entrevista de Francisco Bonifácio²⁶.

1.3 - “RUMO À BOLÍVIA”

O estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos, mas que mudemos o próprio objeto da análise. (BHABHA, 2007, p. 110).

- 2 - O senhor já este alguma vez na Bolívia?
- *Não estive, não senhor*
- 3 - O senhor sabe onde fica a Bolívia?
- *Não sei, não senhor*
- 4 - O senhor sabe como vai ser lá na Bolívia?
- *Só Deus sabe, “seu” menino*
- 5 - Quanto o senhor vai ganhar lá na Bolívia?
6 - *Ainda não sei, não senhor.*
- 7 - O senhor tem parentes, amigos, conhecidos na Bolívia?
- *Não tenho, não senhor.*
- 8 - O senhor conhece outra gente por lá?
- *Não conheço não senhor*
- 9 - E por que o senhor vai para a Bolívia?
- 10... É domingo no aeroporto de Rio Branco, hora de chegar avião do Sul. E, como já virou costume, é dia e hora de muita movimentação. O saguão fica tomado de gente que vai, que fica e que vem, que pode pagar uma passagem de R\$ 8 mil para ir até São Paulo, Rio de Janeiro. Por isso, os colunistas sociais estão a postos para registrar as chegadas mais importantes da mudanidade local. Famílias respeitáveis pelo dinheiro vieram para almoçar no restaurante do aeroporto internacional (!) “Presidente Médici”, o mais careiro da cidade. É época ainda de sucessão ao Governo do Estado, e uma curriola de puxa-sacos está à espera do seu candidato que foi à Brasília tentar uma audiência com algum “dono” do Poder para, ao

²⁶ A entrevista de Francisco Bonifácio de Figueiredo é parte da memória de uma matéria intitulada “Rumo à Bolívia”. Pode-se dizer que a função desta memória veiculada no jornal “Varadouro”, o jornal da Selva é ser um registro do presente (1978) evitando que o esquecimento se impusesse ao futuro. Ano I, nº 9, Rio Branco-Ac, maio/1978, p. 8.

desembarcar, proclamar-se o futuro governador do Acre, que nunca será. O atual governador também está no saguão, ritual que ele cumpre quase todos os domingos para apanhar os jornais do Sul:

11- o senhor conhece aquele senhor de óculos, perto do balcão?

- *não conheço, não senhor.*

12- o senhor sabe o nome do governador do Estado?

- *não sei, não senhor.*

13A essas alturas, o Boeing da Cruzeiro que chegou do Rio-São Paulo já está sendo taxiado para o local de desembarque e a movimentação no saguão redobra:

14- o senhor sabe onde fica São Paulo, Rio de Janeiro?

- *não sei, não senhor.*

15- O senhor sabe qual a diferença entre São Paulo e a Bolívia?

16- *também não. Não sei, não senhor.*

17 *Não sei, não sei...* Não adianta insistir com esse tipo de perguntas. São despropositais, não têm a mínima importância para Francisco Bonifácio de Figueiredo, 42 anos, casado, nove filhos, seringueiro. Não adianta... Ele não sabe praticamente nada do que está acontecendo aqui fora da mata. E que importância essas coisas teriam para ele? Encolhido num dos cantos do saguão, tudo nele contrasta com o que se observa ao seu redor. Sua presença ali naquele local tão diferente do seu mundo deve-se a um motivo bastante peculiar. Francisco Bonifácio vai pegar um táxi aéreo para ir até Tarauacá buscar o resto da família que está de mudança para a Bolívia.

Sem fronteiras

18- mas por que mudar para a Bolívia?

- *porque lá, diz, as seringueiras dão mais leite.*

19 Isso. Só isso importa a Francisco Bonifácio: correr atrás das seringueiras que produzem mais, semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existem fronteiras entre o acre brasileiro. Boliviano e peruano. A fronteira ia até onde terminavam as seringueiras. Francisco Bonifácio ainda conserva esse pioneirismo.

20- mas a Bolívia é outro país. E se não der certo?

- *junto tudo de novo e mudo para outro canto*

21- mas por que o senhor está querendo se mudar?

22 Este é o problema de Francisco Bonifácio e o ponto-chave de sua história. Ele não está se transferindo para a Bolívia porque foi expulso de sua terra pelos “paulistas” (nome genérico dado aos que compraram terras no Acre, nos últimos oito anos), como aconteceu com outros seringueiros que atravessaram a fronteira boliviana. Trata-se de um outro tipo de “expulsão”, menos comentada. Mas igualmente grave: Francisco Bonifácio está sendo expulso pela falência do seringal nativo ou a falência do extrativismo da borracha que vem, numa agonia lenta, desde os últimos anos da década de 40.

- *lá no seringal Goiás, no alto Tarauacá, o corte da seringa está alto demais. Tem que trepar nos paus como macaco. No barracão quase não tem mais mercadoria: falta açúcar, óleo. Leite em pó... só não faltou tudo até agora. O sal e a munição, mas o resto falta tudo. Os seringueiros do alto está passando muita dificuldade. “seu” menino, passa até fome...*

23 É possível mesmo! Um seringal com o barracão desabastecido não é seringal “a alma, a essência da empresa seringalista é o barracão”, já afirmou alguém, exagerando um pouco, é verdade de qualquer modo, foi através do “barracão” que os “coronéis de barranco” conseguiram manter os seringueiros na mais vil exploração de Euclides da Cunha. Os preços das mercadorias sempre eram superiores à produção de até mil quilos de borracha, da mais fina e pura, que um seringueiro era capaz de produzir óbvio que essa situação não desapareceu. Qualquer seringueiro, por mais submisso e explorado que seja, como parece o caso de Francisco Bonifácio, é capaz de afirmar coisas desse tipo.

24 *“no seringal é muito sacrificoso, “seu” menino: dá pouco para o seringueiro e muito pro patrão. As mercadorias do barracão são muito cara...”*

25 E tem mais um detalhe importante para se entender a lógica do funcionamento do seringal: desativar o barracão, significa condenar o seringueiro a uma situação insustentável porque o barracão existe para tirar a liberdade do seringueiro de fazer o

“seu roçado de subsistência. A menos que ele se dê conta, em tempo, e passe a produzir por conta própria, reivindicando inclusive a posse da terra, transformando-se num autêntico posseiro. Esse passo pequeno mas importante para a libertação do seringueiro do jugo escravagista, que já foi dado por muitos seringueiros acreanos, não foi ainda imitado nos lugares mais remotos, nos seringais dos altos dos rios. Em alguns, os seringueiros continuam tão submissos quanto nos tempos mais negros do extrativismo da borracha do início do século. O estatuto da terra e outros corretivos introduzidos na legislação trabalhista ainda são completamente ignorados nessas regiões, onde a justiça continua sendo feita pelos patrões seringalistas. Francisco Bonifácio, por exemplo, o que pode saber sobre Estatuto da Terra? Nasceu no seringal e sempre viveu no seringal até outro dia. Conta que só resolveu sair do limites de sua “colocação para “caçar um novo patrão” que ainda conserva o barracão abastecido. Andou cinco dias de barco até alcançar a cidade de Tarauacá. Ali soube de alguém que estão abrindo um seringal na Bolívia, na região do Abunã. Financiado pelo gerente do novo patrão foi buscar a família – nove filhos, a mulher e um genro – inclusive já despachou a metade para a Bolívia. Naquele dia, ia buscar os restantes que ficaram em Tarauacá.

Sem escolha

26 Ir para um lugar estranho, um país diferente, pouco importa para Francisco Bonifácio. Ele tem consciência que não lhe sobram muitas alternativas. Além disso, o futuro parece que não o perturba:

“a gente qui é pobre não tem escolha, “seu” menino. vou tentar a sorte por lá. Tenho fé em Deus...”

27 Diz ele, tirando o chapéu, invariavelmente, quando pronuncia o nome de Deus. Haveria, sim, a rigor, algumas escolhas. Uma delas poderia ser a cidade. Francisco Bonifácio é ainda bastante novo, forte, acostumado ao trabalho duro. Poderia ser um servente de pedreiro ou qualquer outra categoria braçal. Mas...

“não dá, não. “seu” menino. A gente viveu na mata a vida inteira. Minha mulher, os filhos, somo tudo sem letra...”

28 E que tal se empregar como “peão” numa das fazendas que estão se implantando, ali mesmo, pela região de Tarauacá: a cinco Estrelas ou a Paranacre, por exemplo:

“também nós não quer. Lá nos alto, corre uma zoeira muita feia dos “paulista”. Nunca encrenquei com ninguém e ninguém encrencou comigo. Não quero me meter em confusão “seu” menino...”

29 Sim, haveria outras alternativas, que não fosse a Bolívia, para o seringueiro Francisco Bonifácio e tantos outros, cerca de 85,3%, que não possuem terras no Acre. *umas delas e a primeira seria a reforma agrária efetiva que não virá tão facilmente.* Por isso, Francisco Bonifácio, acreano, vai embora para Bolívia, como tantos outros acreanos já o foram, expulso pelo latifúndio, por uma estrutura injusta e irracional de propriedade da terra. (Jornal “O Varadouro” o jornal da Selva, Ano I, nº 9, Rio Branco-Ac, maio/1978, p 8.). *Grifos nossos.*

Nesta matéria, a descrição do aeroporto “Internacional Presidente Médici”, localizado na cidade de Rio Branco-AC, é de um espaço de encontros entre classes onde diferentes e desiguais transitam mergulhados em dramas particulares, mas vivendo a trama social forjada pelo capital. Nesse cenário foi realizada a entrevista com Francisco Bonifácio de Figueiredo, seringueiro acreano e naquele momento, potencialmente, ele e a família passaram a figurar como migrantes clandestinos em território boliviano na região do Rio Abunã²⁷. A descrição do espaço do saguão mostra um cenário de movimentos diversos no

²⁷ Registros históricos evidenciam que desde o século XIX, compilando dos manuscritos de Brian Fawcett da *Expedição FAWCETT*, afirma que partir de 1840, o rio Abunã contava com vários armazéns de borracha,

trânsito de pessoas, pois era momento de embarque e desembarque de passageiros. Havia pessoas chegando de viagem do centro-sul do país, outras aguardando viajantes ilustres ou aqueles que aguardavam o chamado de embarque. Havia, ainda, famílias que compareceram para almoçar no restaurante. Ali presente, também estava o governador do Estado do Acre Geraldo Mesquita, segundo a matéria, cumprindo o ritual de quase todos os domingos, quando comparecia ao aeroporto para buscar os jornais provenientes do centro-sul do país.

Diante deste cenário de conectados e desconectados políticos, pareceu uma oportunidade de saber se Francisco Bonifácio reconhecia o governador e se este era conhecido pelos seus governados. Apontada à pessoa do governador, o seringueiro diz desconhecer aquela pessoa e muito menos sabia o seu nome. Em outro momento, a situação que o ambiente propiciou foi descrita, a partir da chegada do Boeing da Companhia Cruzeiro proveniente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em que se quis saber de Francisco Bonifácio se este saberia dizer onde ficavam tais estados brasileiros. Francisco, prontamente, informa desconhecer geograficamente a localidade destes dois lugares, estranhos para ele, bem como, não demonstrou precisar a diferença entre São Paulo e o território boliviano. A sua presença no aeroporto Internacional “Presidente Médici” tinha por propósito embarcar em um Taxi Aéreo, retornar ao município acreano de Tarauacá, visando buscar a família para morar em um seringal às margens do Rio Abunã.

Francisco Bonifácio de Figueiredo, com 42 anos de idade, nasceu e viveu em seringais acreanos. Seringueiro, casado e pai de nove filhos. Seu destino, depois que reuniu a família, foi seguir para um seringal da Bolívia. Até então, nunca tinha estado em seringais bolivianos e, menos ainda, sabia localizar geograficamente o país de destino. No entanto, pode-se perceber, neste movimento, que o deslocar-se no chão interamericano da Amazônia, Brasileira ou Boliviana, não lhe parecia estranho, pois desconhecer a geopolítica, que representa a di-visão social do mundo extrativista de que era conhecedor, não significava perder as referências do modo de vida que se encontrava historicamente envolvido.

A perspectiva do processo de migração, de encontrar um lugar para viver, mesmo não tendo uma ideia quanto às condições de vida ou de trabalho que encontraria em território boliviano, demonstra que o ato de migrar nestas condições se configura como uma forma de garantia de dupla sobrevivência: a de sua família e a de se manter como trabalhador ativo do

negociados e trabalhados por brasileiros. 1895 é o ano indiciário que Leandro Tocantins, no livro *Formação Histórica do Acre* (1961), afirma que bolivianos do Ortom e do Tawamanu passavam o ultimo divisor de águas, rio Abunã, em direção ao Acre em plena produtividade por ação de brasileiros. Manoel Ferreira Lima em sua obra, *A Bolívia de 1880 a 1905: sua relações exteriores e a questão do Acre* (1981), alude que mesmo após do Tratado de Petrópolis, 1903, a produção da borracha no Alto Acre e Abunã embora explorada por trabalhadores brasileiros fosse controlada por entidades fiscais bolivianas.

extrativismo, diante do contexto das transformações socioeconômicas do Estado do Acre a partir da década de 1970.

Nesta acepção, Francisco Bonifácio revela uma compreensão de sujeito intrinsecamente ligado à unidade de produção da borracha, e o sentido do seu deslocamento se constitui tão somente na saída de um seringal para outro, mesmo que este último se localizasse em território boliviano. Tal entendimento pode ser confirmado com a constatação de que não há precedentes em sua história de pessoal, como parente, amigos ou mesmo um conhecido, que já tivesse realizado esta travessia, que estava por realizar. Assim, independente das condições que esse seringueiro encontraria nos seringais da Bolívia, o interstício do Rio Abunã entre um país e outro representava, naquele momento, o lugar onde a colocação de seringa ainda era a base produtiva do seringal, bem como, se tornaria o espaço de recepção do país destino, mesmo diante de sua condição de clandestino.

A receptividade em território boliviano para ele e sua família, não se encontrava encerrada em sujeitos conhecidos a esperar-lhe, mas no campo propício do trabalho extrativista que havia aprendido e sabia realizar com eficiência. Desse modo, este deslocamento se caracteriza como sendo de um trabalhador brasileiro desconhecido de outros sujeitos migrantes, daquele período, ou daqueles que ali já habitavam a Amazônia boliviana, bem como, ele próprio desconhecia o lugar de destino para onde se deslocaria. Isso implica pensar este movimento como resultado de desigualdades do processo de expropriação provocada pelo capital na região acreana, mas também, exhibe as desconexões promovidas pelo mundo subterrâneo do extrativismo amazônico acreano. A visão do Estado de seringueiro disperso²⁸ e politicamente desconectado possibilitou a intencional exclusão de direitos. Somente a partir de 1980 a resistência desses sujeitos, em garantir a continuidade do modo de vida dos “povos da floresta”, agregou às lutas políticas ambientais e dos direitos humanos.

²⁸ Vale destacar o II Plano Estadual de Desenvolvimento chamado “Acre, integração e desenvolvimento” (1975/1979) colocado em prática durante o governo de Geraldo Mesquita, dos oito pontos do “*I Diagnóstico Geral do Estado*” os pontos 1, 3, 7 e 8 do referido documento, nos possibilita perceber a dimensão política do governo desse período, em sintonia com o movimento geral de políticas para Amazônia em pleno desenvolvimento pelo Governo Militar desde a década de 1960. No jogo de disputa nacional, no campo dos investimentos subsidiados pelo Governo Federal para Amazônia, o governo do Acre reafirma a potencialidade da terra “1- baixíssimo nível de exploração econômica e um vazio demográfico em meio a extraordinário potencial de riquezas...”; “3 - situação de extrema desigualdade [regional]”; “7 – convocação de todos os acreanos... juntar seus esforços, patriotismo... para a construção de um Estado pujante...” e “8 - a posição geográfica do Estado... a excepcionalidade de sua função geopolítica e geoeconômica,... se tornará efetiva área de integração internacional na América do Sul”, desta forma, o I Diagnóstico 1975/79 se apresenta articulado à lógica do capital daquele momento.

Ao expor o motivo do deslocamento familiar para a região fronteira do Abunã o entrevistado relaciona a produtividade da seringueira como uma árvore que dá “*mais leite*”. O sentido que este sujeito deu ao trânsito que realizaria no entre-fronteiras amazônicas está baseado em sua experiência de vida como trabalhador tradicional e torna conhecido o valor atribuído à atividade extrativista por outros sujeitos ligados à produção do látex como fonte econômica.

A leitura possível que Francisco havia realizado do contexto, da década de 1970 acerca dos seringais acreanos, lhe permitiu decidir pelo seu deslocamento para um seringal da Bolívia e coloca em perspectiva a busca de outro espaço, onde a produção permitiria viver dignamente. Em sua narrativa, ao descrever o Seringal Goiás no Alto Tarauacá onde residia, quanto à produção de borracha, afirma que “*o corte da seringa está alto demais*”, demonstrando entender o colapso das condições básicas de seu trabalho, uma vez em que “*no barracão quase não tem mercadoria: falta açúcar, óleo, leite em pó [...] só não faltou até agora, o sal e a munição, mas o resto falta tudo*”. Continuar seria se submeter a uma estrutura em processo de falência.

A referência do barracão na historiografia brasileira é sinônima de manutenção da produção gomífera, através do processo de exploração do seringueiro pelo endividamento. Essa também é a leitura interna de Francisco Bonifácio: “*as mercadorias do barracão são muito caras*”. Contudo, esta constatação não possibilitou ao seringueiro observar e perceber a falência do Seringal Goiás como parte de uma conjuntura política e econômica intrinsecamente ligada às mudanças de propriedade e uso da terra em perspectiva na Amazônia brasileira. Se tivesse tal discernimento, possivelmente a sua decisão seria de continuidade na colocação, como uma forma de luta e resistência à transferência da terra acreana aos empresários e fazendeiros oriundos do centro-sul do país.

Francisco Bonifácio, ao narrar às condições dos seringueiros da região do Município de Tarauacá, demonstra que a crise do extrativismo, no final da década de 1970, atingiria grande parte dos seringais acreanos. Aqueles que ainda não haviam sido vendidos e transformados em fazendas estavam em franco processo de falência. O mais grave da crise econômica do extrativismo acreano foi seu reflexo na dimensão social, como afirma Francisco, “*os seringueiros dos Alto está passando muita dificuldade, “seu” menino, passa até fome...*”. Como o seringueiro enfrentou esse contexto de crise do extrativismo? Que perspectiva teria este trabalhador?

É irônico observar que a liberdade do seringueiro do subjuço do “cativeiro” da dívida pelo barracão se fez através de uma maior exploração do trabalhador, pois como afirma

Francisco, “*no seringal é muito sacrificoso*”. O seringal, ou o que ele representou naquele momento, é insuportável à vida se somadas às condições de trabalho extremamente degradantes, pois, para continuar a produção de borracha, o trabalhador necessitou recriar o modo de cortar a seringueira, precisando “*trepar nos paus como macaco*”, sem, contudo, usufruir do resultado do seu trabalho, na leitura de Francisco Bonifácio: “*pouco para o seringueiro e muito para o patrão*”. Isso mostra que no ápice da crise do extrativismo é o próprio barracão, representante da cadeia de subjugação do seringueiro ao sistema de aviamento (CALIXTO, 1985), que se tornou o mecanismo de ruptura entre a unidade do seringal e o trabalhador.

O mais contraditório, diante deste contexto vivenciado por Francisco Bonifácio, é perceber que a mentalidade de seringueiro exercia um domínio sob a decisão de deslocar, pois estava saindo de sua colocação para “*caçar um novo patrão*”. Isso implica a transferência e a continuidade de exploração do regime de trabalho, já conhecido por ele, a ser efetivada em um seringal na Bolívia.

O deslocamento deste seringueiro, neste momento, significa a busca de uma oportunidade de trabalho e vida digna em outro lugar, mas deixa claro que “*se acaso não der certo, mudarei para outro canto*”. O sentido estratégico desse deslocamento estava associado à oportunidade oferecida pelo extrativismo e a busca pela terra, lugar-trabalho, se constituía como condição sob a qual esta torna possível mantê-lo economicamente ativo e não, propriamente dito, o lugar-posse.

Antes de finalizar a entrevista este seringueiro afirma: “*a gente qui é pobre, “seu” menino, não tem escolha. Vou tentar a sorte por lá. Tenho fé em Deus...*”. Essa afirmativa expõe a condição do trabalhador acreano diante do sistema opressor do barracão, associado à visão da devassa eminente do capital que assolou o ambiente à sua volta, e retirou daquele trabalhador o poder de escolha. O ato de deslocar-se, naquele instante, é “*tentar a sorte*”, pois o sentido da “*fé em Deus*” se representa como a lei de direito à sobrevivência, que reconhecia.

As representações de Francisco Bonifácio suscita perceber o deslocamento em perspectiva como parte do amplo processo de exclusão e de condições de direitos negados, que não se restringe apenas à terra, mas, principalmente, à escolarização, uma vez que é categórico quanto à possibilidade de que viver na cidade: “*não dá não*”. E complementa dizendo: “*a gente viveu na mata a vida inteira*”. Justificando, assim, sua escolha pelo seringal boliviano em detrimento da cidade. Esta última se apresenta como um espaço mais excludente do que a situação de seringueiro clandestino na Bolívia, a considerar sua própria condição de analfabeto.

O coletivo familiar até então resguardado, não informado, é apresentado como personagens iguais a ele: “*minha mulher, os filho, sono tudo sem letra*”. Aqui sem letra deve ser entendido como falta do saber sistematizado, advindo da cultura escolar. No entanto, a ausência desse saber não impediu este homem de reconhecer as questões colocadas pelas relações de exploração estabelecidas nos seringais, e menos ainda, de articular sua decisão com o contexto econômico acreano.

A leitura das diferenças que Francisco Bonifácio apresenta, entre a experiência de vida constituída no seringal e na cidade, marcam as desigualdades de escolhas que as circunstâncias sociais impuseram ao seringueiro acreano, mas, o simbólico sentido de “sem letra” se torna a base para entender a negativa da possibilidade de mudar para a cidade na perspectiva dos enfrentamentos, descritos por toda sorte de mazelas sociais (OLIVEIRA PINTO, 1996).

Outra possibilidade que, naquele momento, surgiu para evitar seu deslocamento para o seringal boliviano estava relacionado à oportunidade de emprego como “peão” numa das fazendas, mesmo na região de Tarauacá, a exemplo das fazendas Cinco Estrelas e Paranacre. Neste ponto a sua resposta ao jornalista foi mais objetiva e incisiva “*mas nós não quer*”. A veemência desta frase traduz o estado de tensão generalizado do campo acreano. Os enfrentamentos provocados pela ordem vigente do capital na região acreana, entre seringueiros/posseiros e os fazendeiros, a exemplo do caso “Nova Empresa²⁹”, se tornavam conhecidos, entendidos por Francisco como “*uma zoeira muita feia dos “paulista*”.

Ao se referir à “zoeira” como uma forma de compreender o conflito social, ameniza a comunicação desconexa dos acontecimentos trágicos que o sujeito não quer ser envolvido nos conflitos de terra. Diante deste contexto Francisco afirma “*não quero me meter em confusão*”, e demonstra que deslocar para a Bolívia não era uma simples escolha, mas, a melhor decisão do que aquela de continuar no Seringal Goiás, no município de Tarauacá.

Assim como Aldevino Correia, Francisco Bonifácio viveu uma experiência de diáspora. Ainda que diferenciadas, suas histórias contadas permitem afirmar que as diásporas

²⁹ “Nova Empresa” foi um dos casos ocorridos entre prepostos de fazendeiros oriundos do centro-sul do país e o seringueiro acreano no final da década de 1970, apresentada na matéria do jornal “O Varadouro” intitulada **Terra: a briga pela posse começa com o capataz**. O foco dessa notícia jornalística contextualiza um processo de conflitos sociais a partir de complicado jogo de conhecimento e reconhecimento da situação agrária apresentada no Estado do Acre. É possível, através do caso da morte de Carlos Sérgio, perceber distintos discursos que permeiam o conflituoso processo de lutas e resistências de seringueiros e posseiros no entre-lugar ambíguo de (in)justiça e silêncio das autoridades constituídas, mas que expõe o contexto marcado por rupturas e continuidades dos protagonistas em cena. “Terra: a briga pela posse começa com o capataz”. Ano 1, nº 3. Rio Branco-Ac, Agosto/1977.

amazônicas se constituem de múltiplos trânsitos clandestinos da experiência social de trabalhadores brasileiros, e estão ligadas às dimensões políticas e socioeconômicas. Estas integram temporalidades contínuas e descontínuas de um cotidiano de fronteiras fluidas, intrinsecamente ligadas às histórias de vida em movimento e ao cenário da crise agrária da década de 1970.

O espaço revelado por estes sujeitos delineiam a zona de fronteira líquida do Rio Abunã, que permite pensar a importância do município de Plácido de Castro como um espaço representativo desta fronteira e as implicações dos desdobramentos das políticas públicas. Neste sentido se apresenta algumas considerações acerca desse município.

1.4 – PLÁCIDO DE CASTRO: UM ENTRE-ESPAÇO DE TRAVESSIAS DE ALDEVINO CORREIA E FRANCISCO BONIFÁCIO

O espaço familiar do outro (no processo de identificação) desenvolve uma especificidade histórica e cultural gráfica na cisão do sujeito migrante. (BHABHA, 2007, 80).

O município de Plácido de Castro, fundado em 1º de março de 1963, obteve autonomia através da Lei Estadual nº 588 de 14 de maio de 1976. Possui uma área de 2.972 km² e está situado à margem esquerda do Rio Abunã, no limite com o território do Departamento de Pando – Bolívia, atualmente, representado pela Vila Evo Morales.

Este município, por sua localização geográfica no contexto histórico das décadas de 1970 e 1980, se torna um exemplo dos demais municípios fronteiriços como: Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri, bem como, a partir da década de 1990, os municípios de Acrelândia e Epitaciolândia. Plácido de Castro se apresentou para o seringueiro expropriado como uma resposta, onde o Rio Abunã de limite fronteiriço entre Brasil e Bolívia, fora transformado numa espécie de ponte líquida pela ação de famílias brasileiras com a última divisa entre a terra aprisionada pelo latifúndio expropriador acreano, e o acesso à terra boliviana “livre” e acessível ao trabalho, ainda sob a estrutura tradicional do extrativismo.

Plácido de Castro se constituiu numa via de deslocamento de acesso ao território boliviano para muitas famílias brasileiras, que: sujeitas à expulsão ou expulsas do lugar de moradia e de trabalho (colocação), desprovidas de instrução e técnica de trabalho que o “novo” momento exigia e, ainda, tacitamente abandonadas pelo poder público, deslocaram-se para os seringais da Bolívia. Torna-se esse município, neste estudo, parte importante para

compreender os desdobramentos das políticas públicas em espaços fronteiriços, considerando as articulações internas e suas repercussões na fronteira internacional do Abunã, nas décadas de 1970/1980.

A história da ocupação das terras do município de Plácido de Castro, como parte integrante do complexo universo extrativista, ocorrido no território acreano no final do século XIX, não fugiu à regra. Teve por base a exploração da borracha como principal fonte econômica que absorveu, naquele momento, a grande maioria dos trabalhadores que se deslocou para a região do Abunã. Historicamente, esse município originou-se do seringal “Boca do Rapiã”, de propriedade do menor José Ferreira Lima, último dono e herdeiro do Cel. José Ferreira Lima. As terras do denominado seringal foram vendidas à Prefeitura Municipal de Rio Branco – Território Federal do Acre, em 02 de janeiro de 1932, pela quantia de dez contos de réis (10:000\$000), integrando o patrimônio da Vila Plácido de Castro e sua instalação efetiva, tornando-se de fato e de direito, o Terceiro Termo Judiciário da Comarca de Rio Branco.

A elevação de parte do antigo seringal “Boca do Rapiã” à categoria de Vila ocorreu através da Resolução nº 76, de 31 de dezembro de 1921, a qual destinava à organização do núcleo urbano da Vila Plácido de Castro e sede do 3º Termo Judiciário, expedida pelo então, Governador do Território Federal do Acre Dr. Epaminondas Jácome e ratificada pelo Interventor Federal, Dr. Francisco de Paulo de Assis Vasconcellos, em 1932, após a compra efetiva do referido seringal, conforme documento da Prefeitura do município de Rio Branco, datado de 19 de março de 1932.

Vale ressaltar que a história do município de Plácido de Castro destaca dois relevantes pontos: primeira construção e a organização das terras brasileiras no entre-espaço fronteiriço do Rio Abunã, ocupado desde o final do século XIX e, oficialmente, desde o ano 1921, com a criação do espaço urbano da Vila Plácido de Castro e o segundo, o fato deste rio e suas margens serem espaços conhecidos por seringueiros brasileiros por volta de 1840. (LIMA, 2002, p. 25).

A partir da década de 1970 ocorreu o processo impulsionado pela estratégia da transformação da antiga unidade produtiva – o seringal – em fazenda de pecuária extensiva, sob a orientação da política econômica desenvolvida no Estado Acre. O reflexo desta política se apresentou de forma particular no município de Plácido de Castro e, a travessia da fronteira do Abunã começa a se fazer visível à comunidade “brasiviana”.

Segundo o Anuário Estatístico do Acre, da Secretária de Planejamento do Estado do Acre – SEPLAN, 1986, entre a população recenseada dos municípios acreanos constata-se

que, entre 1981 a 1990, o município de Plácido de Castro destaca-se em primeiro lugar no crescimento populacional no Estado entre as áreas de fronteira internacional com a Bolívia. Em menos de 10 anos o índice de habitantes saltou de 0.30habm², no ano de 1981, para 0.178habm² em 1990.

Isso implica dizer que a população recenseada deste município, cerca de 68%, supera em mais de 40% as outras áreas fronteiriças do Estado do Acre no mesmo período, comparado aos municípios de Assis Brasil e Brasiléia que apresentaram cerca de 22% cada um deles. Que mudanças foram registradas naquele município para explicar esse rápido aumento populacional? Qual a origem da maioria desses migrantes e onde irão atuar esses sujeitos? Qual a base econômica dos novos habitantes? O que promoveram no chão do extrativismo tradicional e quais os destinos de seus trabalhadores, seringueiros?

É importante ressaltar que no município de Plácido de Castro, entre a década 1970 e 1980, foram implantados dois projetos de colonização Federal: PAD - Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto e o PAE - Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias (INCRA) e um estadual: Projeto Redenção (COLONACRE). Com exceção do PAE Porto Dias, os demais projetos de assentamentos foram pensados a partir do modelo econômico agropecuário. Segundo Relatório de criação do PAD. Pedro Peixoto, 1988:

1. PAD. Pedro Peixoto, como ficou conhecido, primeiro projeto implantado pelo INCRA na região, assegurado pela medida de reincorporação de terras acreanas ao patrimônio público, através do instrumento de desapropriação por interesse social criado pela resolução nº 176/77 do Conselho Diretor do INCRA. Localizado na Ac 040, ocupa um total de 64.339.2104 hectares de área bruta e um total de 1.251 parcelas no município de Plácido de Castro, dividida em quatro glebas: “J” – “L” – “M” – “U”;
2. Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre – COLONACRE implanta, na região do município de Plácido de Castro, o Projeto Redenção localizado na Estrada AC 401(atualmente conhecida por Estrada do Agricultor), maior parte da população constituía-se de colonos oriundos do sul do país. O crescimento desse projeto proporcionou a criação do Município de Acrelândia, no governo de Edmundo Pinto de Almeida Neto.
3. PAE Porto Dias, como se tornou popular, Decreto de Desapropriação nº 95.577, de 28 de dezembro de 1987, sob o ato de criação a resolução nº 40 de 20 de outubro de 1989. Localizado na BR 364, composto pelos seringais Perpetuo Socorro – área de 10.845,0000 hectares e Boa Esperança – área de 11.300.000hectares, totalizando uma área de 22.145,000ha.

Diante da modificação na base de produção econômica e social ocorrida no Estado do Acre a partir da década de 1970, se considera tênue a intervenção do estado no meio social, visto que na área rural do município de Plácido de Castro estes projetos de assentamentos, em sua grande maioria, favoreceram ao camponês sulista, migrante, enquanto uma considerável

parcela de trabalhador tradicional, expropriado e sem alternativa de trabalho, deslocou-se para os seringais bolivianos, evidenciando uma aparente saída espontânea.

Analisando o processo de migração dos camponeses oriundos do Centro-Sul, Eloísa Winter do Nascimento³⁰ descreve que esses pequenos produtores, culturalmente ligados à terra em função do trabalho agrícola ou com a pecuária, concentra o valor da terra nela mesma e necessita dela “limpa”, enquanto que para o trabalhador acreano, secularmente ligado ao extrativismo, o valor da terra é determinado pela floresta. Esta representa a condição objetiva do seu trabalho de extrator revelando, nesse sentido, o confronto de valores em relação ao uso e propriedade terra entre esses trabalhadores.

Dessa forma, pode-se considerar que a transformação do seringal em fazenda de gado e, conseqüentemente, a desvalorização do extrativismo que em outros municípios, a exemplo de Brasiléia, Tarauacá e Xapuri, concorreram para provocar conflitos pela terra no Estado acreano. Na região do Abunã – Plácido de Castro, o seringal gradativamente foi cedendo lugar aos pastos para gado. Essa gradual mudança no meio rural do município caracterizou-se, bem mais, como uma metamorfose do que uma transformação. Neste município, o proprietário de seringal ao deixar de financiar a produção gomífera e ao introduzir a pecuária em suas terras, gradualmente contribuiu para com a desvalorização do extrativismo e, conseqüentemente, o seringal perdeu sua identidade de unidade produtiva da borracha, a exemplo das propriedades de Antônio Saboia, Luiz Gonçalves Pinto e a região que compreendia o Seringal Triunfo.

Outro fator, muito peculiar no município de Plácido de Castro, fora como se evidenciou o conflito pela terra, nas décadas de 1970 e 1980. Enquanto nas áreas de maior tensão crítica do Estado, a exemplo dos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá, Feijó, Brasiléia e Xapuri se acirraram os confrontos armados entre pistoleiros e seringueiros/posseiros, em Plácido de Castro a constatação do irregular crescimento populacional e a criação de projetos de assentamento levou a considerar o encontro de dois distintos modos de vidas: camponês agricultor e seringueiro extrator, como um confronto de valores de resultados comparáveis aos armados.

A leitura da pesquisadora Benedita Maria Gomes Esteves, em 1991, refere-se aos conflitos entre colonos e seringueiros como resultado da implantação autoritária dos PADs.

³⁰ O pequeno produtor rural vindo do Sul em busca da terra como garantia de sua reprodução. Coloca-se nesse sentido em confronto de valores com os trabalhadores rurais acreanos, que têm na manutenção da mata, a condição para sua reprodução (WINTER, 1985, p131).

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos – [PAD] dentre outros motivos, por ter sido introduzido de maneira autoritária em nosso Estado, registram conflitos muito sérios envolvendo os colonos (geralmente de fora do Acre) com os seringueiros. No caso de Plácido de Castro, temos um agravante, sobretudo neste momento, que é o fato do conflito ter-se oficializado num confronto em que, de um lado ficam o sindicato e os seringueiros e do outro, o tesoureiro da FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura [do Estado Acre], e os colonos. Já houve ocasiões das duas categorias digladiarem-se na frente do superintendente do INCRA, que ficou numa posição de “neutralidade” – como se a instituição nada tivesse a ver com as questões fundiárias que geram situações de confronto. (Conselho Nacional dos Seringueiros. Relatório da situação política e fundiária do seringal Triunfo e Porto Dias no município de Plácido de Castro, 1991.)

A expressão “neutralidade” declara e denuncia uma posição assumida pelos representantes do INCRA ao longo da conjuntura que envolve o campo acreano e expõe uma luta política dos grupos manifestada numa coexistência conflitante. Nesse sentido, o Município de Plácido de Castro apresenta uma forma particular do conflito de terra no Acre, com forte indício de ser este mais um fator do desdobramento das políticas públicas do Estado Brasileiro em zona de fronteira e “um dos municípios que mais tem seringueiros vivendo em seringais bolivianos”, segundo o CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. (Relatório, 1991).

Tal fato fica explícito em vista de Plácido de Castro continuar sendo o maior centro de circulação comercial da produção extrativista do Estado. Ao comparar a sua produção de borracha e castanha com os demais municípios situados em áreas limítrofes, no mesmo período entre os anos de 1977 a 1980, os dados permitiram observar que a diferença é cerca de mais de 364 toneladas e, ainda, representa a maior participação na produção de borracha no quadro geral do Estado do Acre, com cerca de 10.5% do total. De onde vem essa produção? Certamente que dos seringais da Bolívia onde habitam os brasivianos.

A grande maioria das atividades desenvolvidas nos gomais bolivianos ou na recente diversificação na base produtiva daquele espaço limítrofe com a introdução da atividade madeireira, agrícola e a pecuária têm na mão-de-obra brasileira e no comércio de Plácido de Castro seu maior expoente. Assim, o seringueiro ao atravessar o Rio Abunã, nos limites do município de Plácido de Castro, mostra que esta ação se deve para além da proximidade com a fronteira pandina-Bolívia, mas, está intrinsecamente ligada: à gradual transformação do seringal em fazenda; ao desdobramento de políticas públicas pela forma “autoritária” de implantação dos projetos de assentamento e, na falta de condições objetivas para o desenvolvimento do extrativismo, apresentando-se como motivos da alternativa do deslocamento de diversas famílias para os seringais bolivianos.

Portanto, a travessia se constituiu como um processo de deslocamento do trabalhador latino-amazônico despossuído. E este, no espaço da Amazônia Brasileira e Boliviana, é representante de uma geografia dos esquecidos e sem direito, reconhecidos como clandestinos, tais como Aldevino Correia e Francisco Bonifácio.

II – CAPÍTULO.

FRONTEIRAS EM PERSPECTIVAS: ENTRE CONFLITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E INTERAÇÕES SOCIAIS

O que é manifestamente novo nesta versão do espaço internacional e sua (in)visibilidade social é sua medida temporal – “momentos diferentes no tempo histórico ... pulam para trás e para a frente”. A temporalidade não sincrônica das culturas nacional e global abre um espaço cultural – um terceiro espaço – onde a negociação das diferenças incomensuráveis cria uma tensão peculiar às existências fronteiriças. (BHABHA, 2007, p. 300).

As reflexões acerca do tema “Brasivianos”: culturas, fronteiras e identidades neste estudo, circunscrevem e localizam o corredor fronteiriço Acre-Pando de aproximadamente 400 km (INCRA-AC, 2010) entre os municípios acreanos: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia e as áreas pandinas das províncias de Nicolas Suarez e de Abunã, como espaços geopolíticos e mostram que se trata de uma área legítima de fronteiras nacionais. Assim, a partir da representação de homens e mulheres, sujeitos fronteiriços, se desdobraram outras discussões que envolvem esta fronteira. Desde o início do século XXI, periodicamente a partir dos anos 2000, os meios de comunicação eletrônica, falada e escrita (nacional e local) entre outras matérias, revelam: a “circulação de pessoas”, o “livre mercado”, o “contrabando”, a “prostituição³¹”, o “narcotráfico” e os “conflitos envolvendo brasileiros e bolivianos” que reatualizaram e deram visibilidade às questões fronteiriças do espaço interamericano e amazônico. Como afirma Simone Lima³², este espaço é:

³¹ A Folha de São Paulo, sob o item: COTIDIANO, no dia 07 de fevereiro de 2000, publicou: **ACRE**, garotas brasileiras, boa parte menor de idade, só podem deixar o bordel boliviano se pagarem o que devem. Através da matéria **“Meninas se prostituem na Bolívia”** denuncia que “As garotas brasileiras Andréia, 14, Isla, 15, Marcela, 17, saíram de Rio Branco, no Acre, para serem garotas de programa em uma casa de prostituição em Cobija, na Bolívia, fronteira com o Brasil. Assim como as três adolescentes, pelo menos 105 garotas de 11 municípios do Acre vivem da prostituição, segundo pesquisa realizada pelo governo daquele Estado” <http://1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff0702200001.htm>. Acesso em 10 de setembro 2009. Cerca de nove (9) anos depois o **Blog da Amazônia** se constituiu em espaço eletrônico crítico e de denúncia em razão de matérias que expõem questões políticas, econômicas, ecológicas e sociais, particularmente, as relacionadas ao Estado do Acre e suas fronteiras. Em 10 de junho de 2009 a matéria: **“Prostitutas brasileiras na Bolívia”** a publicação informa que “prostitutas brasileiras que trabalham em Cobija, capital do departamento boliviano de Pando, na fronteira com Brasiléia (AC), estão sendo vítimas de tortura e violência sexual, denuncia o Movimento MAP - de Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando”. <http://www.altinomachado.com.br/2009/06/prostitutas-brasileiras-na-bolivia.html> Acesso em 20.08.2011.

³² Na obra desta autora em destaque: **“Amazônia babel: línguas, ficções, margens, nomadismo e resíduos utópicos”** (2014), a Amazônia é descrita num diálogo fluido de entretempos amazônicos mostrando como os vários discursos se entrelaçaram na encruzilhada histórica de encontros e desencontros. Esta é também o lócus onde os imaginários, os simbólicos e o real se encontram sob o signo da ambivalência, alteridade e hibridação. Os encontros de culturas e culturais, das línguas e linguagens, das representações e leituras representativas deste espaço, entre outros, servem como marcas de como os modos de vidas conflitantes ou não, constituídos um

Lócus de trânsitos transnacionais, desde tempos remotos (migrações, emigrações, imigração e transmigrações desde os *Andes*), verificamos nas Amazôniaas do século 21 a intensificação das trocas de informações, do tráfico de drogas, armas de fogo, pessoas, bens minerais e biológico (biopirataria) – reafirmando a contínua (e aperfeiçoada) trama de exploração dos *corpos* nativos dessas territorialidades, cujas dimensões simbólicas (e reais) são difíceis de mensurar. (LIMA, 2014, p 274).

As narrativas, em análise neste capítulo e os registros de jornais, a partir de 2008, são representantes de relações manifestadas no convívio entre brasileiros e bolivianos que denotam um tempo de conflitos e apresentam, sob a moldura de situações de perseguições, um dos principais enfrentamentos atuais dos brasileiros clandestinos, principalmente, na zona de fronteira pandina. Desta forma, os conflitos atuais que envolvem estes sujeitos contextualizam uma região de fronteira interamazônicas constituída sob as mais diversas representações.

A região acreana ao configurar na historiografia brasileira como um espaço do conflito internacional entre Brasil e Bolívia, finalizado com o Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903, expõe o começo das implicações sócio-nacionais³³ dos conflitos. Assim, cerca de mais de um século separa os eventos da chamada “Revolução Acreana” (1902) e o referido Tratado (1903), das experiências sociais de famílias brasileiras, seringueiros e pequenos produtores nos seringais pandinos-Bolívia em uma zona “livre” da presença de nacionais bolivianos, em 1905, como afirma Rivera:

Abril de 1905, Bolívia como de costumbre se había replegado hacia el Altiplano [...] pasada la contienda no se había aprendido la lección, los bolivianos no aprendemos com la experiencia, la frontera volvía a estar abandonada, como siempre. [...] El Gral. Pando personalmente ordena la fundación de una nueva ciudad em la frontera Norte de Bolívia, em el lugar ocupado por la Barraca Bahía, de propriedade de Nicolás Suárez [...] “*la necesidad y conveniència de atender y resguardar aquella frontera [...] nuestros derechos y proteja a nuestros nacionales que residen em essa región.*” [...] concludida com a criação de Cobija na década de 1930] Cobija constituye ayer como hoy el bastión más avanzado de la nacionalidade boliviana que impede que el Brasil cumpla su deseo de tener como frontera com Bolívia el rio Madre de Dios. (RIVERA, (s/d), p. 201/208).

Desta forma, se pode afirmar que a intenção do governo boliviano em colonizar sua

entre-lugar de homens e mulheres. Portanto, é uma escrita que reconhece no duplo sentido dos significantes e significados dos elementos textuais posto em jogo na trama das amazônias, uma forma de reescrever e reinterpretar os velhos fatos sob uma nova abordagem sociocultural, onde resíduos deixados por homens e mulheres protagonistas desta história se encontram nas territorialidades e temporalidades contemporâneas com a Amazônia de múltiplos interesses e perspectivas.

³³ O posicionamento de Hernán Messuti Ribera, intelectual pandino, (s/d) é significativo para entender as questões do presente ao ser articuladas ao passado. “Gracias a la estupidez soberana de uno de nuestros gobernantes, el Gral. Melgarejo, Brasil recibe de presente por parte de Bolívia el territorio del Acre [...]”. Ribera, **La dramática desmembración del Acre**. Ed. “Franz Tamayo”. Cobija –Pando/ Bolívia. (s/d) p. 189.

área nacional, desde as definições fronteiriças com o Brasil, foi com a finalidade de evitar o avanço de trabalhadores brasileiros nesta região, que provocou certa resistência entre os bolivianos quanto à presença do brasileiro naquele território nacional, uma vez que este é representante de uma lógica de usurpação de terras promovida e justificada pelo Estado Brasileiro com “o *uti possidetis*” [...]. (PEREGALLI, 82, p. 17). É importante perceber que no trecho acima a palavra “*resguardar*” assume um elo entre o presente–passado–presente e se apresenta como uma arquitetura simbólica de fronteira bem mais rígida que a estabelecida pela geopolítica dos estados nacionais.

Assim, a desconfiança da presença do trabalhador brasileiro em território boliviano, tanto no passado como no presente, tem na exploração econômica dos mananciais bolivianos de borracha e castanha o eixo central dos deslocamentos de três diferentes momentos do cruzamento da fronteira brasileira via Rios Abunã e Acre, mas também se apresenta como um termômetro que cinge aquele passado usurpador que assegurou a expansão brasileira com o presente conflituoso, representado pelas terras dos castanhais³⁴.

Desta forma, com a relativização das fronteiras nesta região seja no passado, início do século XX, a exemplo de “um señor Salinas, autoridade [seringalista] em território brasileiro limítrofe y extiende sus funciones hasta el território boliviano, certo que si cometer desnanes, pero com detrimento de nuestra soberania [...]” (RIVERA, (s/d), p. 202), seja na travessia ocorrida durante a chamada “batalha da borracha” quando mais de 2.000 brasileiros se internaram nos seringais bolivianos (COSTA SOBRINHO, 1992. p. 93) ou ainda, no presente recente, a partir da década de 1970, em que um elevado contingente de seringueiros se deslocou para os seringais da região de Pando-BO (O Estado de São Paulo, 23/04/76), se pode observar a presença de brasileiros em território boliviano.

70 anos depois do episódio da questão do Acre a marca da preocupação do governo boliviano, com a Soberania Nacional e da resistência à presença do trabalhador brasileiro no território boliviano, é manifestada pelo trânsito de pessoas e mercadorias durante a década de 1970, como observaram os pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1979), ao afirmarem que:

O movimento de pessoas nas duas direções através da fronteira com o Brasil foi um tema de preocupação do governo boliviano, durante os primeiros anos da década de

³⁴ Milhares de brasileiros que vivem em território boliviano estão ameaçados de expulsão porque [o seu presidente], Evo Morales, sob a alegação de garantir a soberania do seu país, quer assentar 2 mil famílias de camponeses oriundos de La Paz e Cochabamba, em 200 mil hectares de terras localizadas na região fronteira. (<http://www.altinomachado.com.br/2009/06/prostitutas-brasileiras-na-bolivia.html> Acesso em 21/08/2007/ - 11/01/2014).

1970. Frequentemente, os bolivianos que atravessam a fronteira, fixam-se no Brasil e tornam-se brasileiros, ao passo que os brasileiros, na Bolívia, tendem a prejudicar a identidade nacional do território, a fazer do português a língua principal e da moeda brasileira, o meio circulante predominante. (Relatório CEDEPLAR/1979, p. 36).

Isto implica pensar que a “preocupação” do governo boliviano presente durante o período de Ditadura Militar na Bolívia na década de 1970 quando o governador Coronel Hugo Banzer renunciou e uma junta militar assume o poder político daquele país e na década de 1980 após golpe militar assume o general Luís Garcias Meza, continua sendo reafirmada na década de 1990, pelo governador de Pando Juan Carlos Riss Cecin ao dizer – “muitos bolivianos vivem no Brasil, mas todos entraram no país legalmente” (O GLOBO, 1995, p.12), expõe uma situação de atitude de sujeitos frente às cidadanias nacionais em questão. A atitude dos sujeitos fronteiriços em trânsito, brasileiros e bolivianos, quando comparadas, são representantes de manifestações sociais de parte a parte intrinsecamente ligadas com as relações dos símbolos nacionais. Assim, “língua” e “cifrão” econômico são tomados como princípios de fronteira reguladores das circulações entre estados nacionais, como afirma Bourdier (2007):

A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na << realidade >> segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes [...]. Cada um será de diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) [...]. Mas não é tudo: a << realidade >>, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais << naturais >> apoiam-se em características que nada tem de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [...] (p. 114/115).

Neste sentido, as particularidades históricas que envolvem esta região fronteiriça permite dizer que “língua” e “cifrão” econômico são elementos simbólicos que funcionam para situar e atualizar a questão de “soberania” e “identidade” nacional a aversão à presença do trabalhador brasileiro à intrigante atitude do trabalhador brasileiro em território boliviano, mas, que precisa ser entendido para além do chamado preconceito nacionalista e perceber no contexto histórico da ação de homens e mulheres que se constituíram neste espaço de fronteira, as formas de negociação e renegociação empreendida pelo trabalhador latino circunscrito ao contexto dessas áreas amazônicas.

O posicionamento político do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, quanto à presença do trabalhador brasileiro, seringueiro, na Bolívia e o seu repatriamento, se apresentou como discussões importantes durante a 2ª reunião do Conselho Deliberativo/1989, através do Secretário do CNS-Brasília-AC, Osmarino Amâncio Rodrigues, coordenador

desta reunião que assim apresentou este ponto de pauta, na ordem do dia:

Existem possibilidades de repatriamento dos brasileiros na Bolívia em função das dificuldades de pagar os impostos exigidos. Quando uma pessoa não paga, ou sai, ou tomam os objetos como pagamento. Ninguém sabe quantos brasileiros tem na Bolívia. O Presidente da Bolívia diz que tem 60 mil. Brasileiros saem desde que tenha área extrativista para eles. Proposta do Conselho, mandar um ofício ao Consulado Brasileiro em La Paz para que pudéssemos fazer um censo na Bolívia para ter dados corretos. A migração boliviana concorda. Mas querem que o Conselho negocie o pagamento parcelado dos impostos. Conselho deve fazer um encontro em novembro em Brasília ou Cobija para convocar os seringueiros que estão lá e propor um trabalho com eles. Propor reservas extrativistas na Bolívia. Esses impostos são pagos para adquirirem direito de viver nos seringais. Desde 1906 seringueiros foram expulsos para aquela região por seringalistas. Na década de 70 muito foram expulsos por fazendeiros. [...] quem mora lá não recebe o Funrural [benefício ao trabalhador rural] do Brasil. Não tem documentos e não são considerados nem brasileiros nem bolivianos. (Memória (Ata) da 2ª reunião do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Seringueiros – realizada entre os dias 01 a 04 de agosto de 1989).

Nesta exposição, o secretário do Conselho Nacional do Seringueiro, Osmarino Amâncio, apresenta uma leitura dos deslocamentos forçados, em 1906 (seringueiros expulsos por seringalistas) e a partir da década de 1970 (expulsos por fazendeiros) e das condições de vida desses seringueiros na Bolívia: pagamento de imposto; falta do censo demográfico de seringueiros; sem direito a benefícios no Brasil (FUNRURAL); homens e mulheres sem documentos e sem cidadania definida.

Ao pontuar três possibilidades para solucionar o impasse do seringueiro clandestino na Bolívia: 1) destinação de uma área extrativista para o assentamento das famílias; 2) a negociação do pagamento dos impostos para o repatriamento e, 3) a criação de reservas extrativistas na Bolívia, o Conselho Nacional dos Seringueiros conduziria, politicamente, a questão desses seringueiros promovendo um encontro deles na cidade de Brasília ou em Cobija, o qual se realizou na cidade de Rio Branco-AC, durante o II Encontro Conselho Nacional dos Seringueiros e dos Povos da Floresta em 1989.

É inegável o silêncio das duas nações latinas no processo dos deslocamentos clandestinos de seringueiros para os seringais bolivianos. Que impediu, especialmente, o Estado Brasileiro de assegurar o direito à terra a estes sujeitos? O secretário do CNS ao afirmar que os “brasileiros saem desde que tenha área extrativista”, recoloca a questão da terra e mostra a clandestinidade como uma estratégia política, forjada sob a perspectiva de migrar nestas condições de luta pela terra empreendida por estes sujeitos, mais de 20 anos depois, serem reconhecidos e legitimados como sujeitos de direitos.

Desta forma, a dinâmica apresentada pelos deslocamentos clandestinos de brasileiros

nesta área de fronteira pode ser explicada a partir do eixo terra-trabalho, implícita na economia extrativista dos seringais bolivianos mantida pelos seringueiros brasileiros, os quais com o pagamento de impostos adquiriam o direito de viver nestes seringais, ao mesmo tempo em que mantinha aquecida a economia boliviana esta região fronteiriça.

Vale ainda, ressaltar que estes espaços interamazônicos, embora, após sistemáticas investidas de colonização realizada pelo governo boliviano, particularmente, desde a década de 1950, a região do Departamento de Pando no cenário nacional da Bolívia, à década de 1970, se constituía ainda em zona de “terras livres”, possível de ser constatada pela sua dimensão territorial, de 63.827 Km², como sendo a menor densidade demográfica (hab/km²) do país, conforme se observa na Tabela a seguir:

Tabela 2- População da Bolívia por departamento - década de 1970.

Departamentos	População Total	Densidade
Chuquisaca	402.100	8.92
La Paz	1.549.100	11.56
Cochabamba	801.200	14.40
Oruro	343.500	6.40
Potosí	872.900	7.40
Tarija	207.100	5.50
Santa Cruz	467.300	1.30
Beni	295.700	0.90
Pando	32.300	0.50
Total	4.931.300	4.49

Fonte: Relatório-UFMG-CEDEPLAR (1979)

Diante desta “terra livre”, se pode compreender a ideia de vida pacífica do convívio entre brasileiros e bolivianos. Contudo, o ano de 2008 se constituiu como um marco dos conflitos contemporâneos nesta região fronteiriça. Aqui, apresentamos as narrativas de duas mulheres, de ambas as nacionalidades, para compreender como as questões de ordens políticas, sociais e culturais são expressas em suas experiências sociais na fronteira dos Rios Abunã e Acre, permitindo um entendimento quanto às perspectivas desta fronteira como uma zona que comporta pensar as interações e os conflitos contemporâneos.

Nesses aspectos as narradoras Francisca Souza da Silva, brasileira, e Sussy Mejido Vaca, boliviana, ao circunscreverem o lugar social de suas experiências na região entre o

Estado do Acre e o Departamento de Pando, sinalizam para uma representação coletiva de sujeitos vivendo experiências similares naquele espaço, como uma particularidade do fenômeno social da mobilidade no além-fronteiras nacional. Assim, partiremos de duas narrativas tendo a primeira como tema: *“A vida boa, no final foi de perseguição”* de Francisca Souza da Silva e a segunda: *“A gente saiu praticamente fugindo”* de Susy Mejido Vaca. As duas narrativas permitem entrever como os sujeitos forjaram saídas às temporalidades de conflitos e interações.

Francisca Souza da Silva é uma ex-moradora da comunidade São Luiz, região de Porvenir – Pando/Bolívia, há cerca de 80 km da fronteira do Brasil. Sua família é constituída de cinco pessoas: Francisca, o esposo Valdecir Ribeiro e três filhos. Atualmente reside no Projeto de Assentamento Sustentável Porto Carlos, zona rural do Município acreano de Brasiléia. A entrevista ocorreu na Praça Central da cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, no dia 17 de dezembro de 2012, iniciada às 08h e 30m. O lugar público escolhido e aceito para realizar esta entrevista está localizado próximo à Ponte Internacional Wilson Pinheiro, que a interliga ao município brasileiro de Brasiléia-Ac.

A intencionalidade desta escolha do local da entrevista se deve ao encontro com a família dias antes e, percebendo os movimentos agitados de Francisca, se avaliou que seu comportamento era decorrente de esta mulher, e sua família, ser uma das vinte (20) famílias a serem repatriadas em 2012.

No momento da entrevista ela estava visivelmente emocionada, ao contrário do esposo que, embora atencioso e sociável, se mostrou numa posição de silêncio diante do burburinho que antecedia o retorno deles ao Estado Brasileiro. No dia e hora do encontro estavam todos juntos e, como se conhecia o movimento da praça, ficamos numa parte mais isolada, em frente ao Rio Acre e, do outro lado, se tem a vista da cidade de Brasiléia-Acre.

É importante frisar que este local é lugar de memória da história de Pando. Há quadros sinóticos da história e seus heróis. Estes serviram como inspiração aos filhos de Francisca, que ao relembrares o aprendizado escolar contaram a experiência vivida enquanto explicavam a história que aprenderam na escola Maraguapy. A posição que o grupo se acomodou na praça chamou atenção: Francisca de frente para o Brasil e Valdecir Silva de frente para a Bolívia, enquanto um contava o seu ponto de vista, às vezes dialogava com o outro para sustentar a informação, mas, cada narrador respeitou o momento da memória do outro como a esperar a sua própria oportunidade. Terminada a entrevista familiar coletiva, se pediu autorização para filmar a família durante o processo de chegada ao município de Brasiléia-Acre - retorno ao Brasil, o qual estava previsto para ocorrer durante a semana em

que foi realizada a entrevista. O senhor Valdecir e esposa permitiram a filmagem, e assim, foi realizada a gravação com objetivo de acompanhar e perceber o comportamento desta família em sua chegada ao Brasil como sujeitos de direitos.

2.1 - “A VIDA BOA, NO FINAL FOI DE PERSEGUIÇÃO”

“Sou Francisca Souza da Silva, nasci no lado brasileiro e eu fui viver na região de Pando-Bolívia depois do meu casamento e passei uns onze anos. Hoje, aos 31 anos de idade, agora tenho a oportunidade de contar histórias, as minhas experiências vividas em território boliviano. Contar agora é como se olhasse para trás, para o passado e a memória daqueles dias e anos passassem à minha frente enquanto eu falo, mas os registros mais recorrentes são dos últimos três anos que passamos ali aperreados, perseguidos mesmo com a chegada de um boliviano na comunidade onde morava.

Estou na comunidade boliviana de São Luiz, onde além de nossa família moravam mais outras sete famílias de brasileiros juntamente com outros moradores bolivianos, há quase dez anos, uma morada sossegada até esse tempo aí pelo ano de 2008. Ali nós vivíamos da agricultura e criação de animais domésticos, se colocava o roçado, lá se plantava milho, macaxeira, banana. É viver da agricultura.

Mas,... nos últimos anos apareceu um boliviano também, diferente daqueles que ali conviviam conosco, pois foi chegando e sem dizer nada entrava na nossa terra parecendo dono, levava a roça e matava os animais da nossa pequena criação de galinha, pato e outros animais menores, aí eu comecei a me sentir perseguida.

A vida lá dentro tornou-se muito perigosa e também cansativa, porque trabalhávamos dias a fio de sol a sol para poder ter nossas coisas e quando dava trazíamos o produto de nossa criação para vender aqui na feirinha no mercadinho de Cobija, ali o que se trazia vendia: galinha, pato, porco, ovos e verduras, mas o ramal, de cerca de 20 km entre Porvenir e a Comunidade São Luiz, que nós usávamos para retirar nossa produção já estava ruim. Produzir a gente produzia, mas, como vamos tirar a produção para vender no mercado em Cobija?

E mais, veja: chega alguém que não trabalhou e nem é dono de nada, chega, pega e leva o resultado do nosso trabalho como se a gente tivesse trabalhando para ele. Logo no início da minha vida lá as coisa eram bem diferente, não era assim. Havia uma convivência pacífica entre todos nós da comunidade: brasileiros e bolivianos viviam de suas atividades respeitando um ao outro.

Meu marido tem uma opinião diferente da minha, ele nasceu e se criou nos seringais da Bolívia. Eu entendo: para ele nossa família iria viver bem por toda vida, para ele este fato não tem nada a ver com perseguição ou ameaça, ele está com 43 anos e esse representa o mesmo tempo de morar na Bolívia, sendo esta a sua primeira vez que vai morar no Brasil. Logo no início quando o pessoal

da OIM³⁵ passou lá na nossa casa meu marido havia colocado nosso nome na relação que iria ficar lá em Puerto Rico – Bolívia, mas, veja, nós já morava na Bolívia, não tinha necessidade de ir mais pra dentro da Bolívia para formar uma comunidade de brasileiro naquele lugar. Aí ele foi e pediu ao pessoal da OIM que retirasse nosso nome daquela lista e colocasse na relação de Porto Carlos, aqui em Brasiléia. A mãe dele sempre pediu que ele saísse da Bolívia, todos moram em Epitaciolândia³⁶. Aí começamos a pedir a Deus que nos desse um lugar para morar, uma terra para morar no Brasil.

Esses tempos em que vivi entre os bolivianos eu aprendi um pouco de espanhol, na verdade eu falo e entendo pouco o espanhol porque vivia mais dos afazeres de casa e não estudava na escolinha de lá. Mas, os meninos, os meus filhos que estudaram, falam e entendem bem melhor o espanhol que eu. Isso foi um resultado bom do tempo de vivência na comunidade, pois meus filhos hoje quando estão entre nós, os brasileiros, eles falam e entendem o português e do mesmo jeito, quando estão conversando com os bolivianos falam, leem, escrevem em espanhol e entendem o jeito deles falarem.

Na escolinha de lá Maraguapy, estudava o Valdecir de 10 anos na 3ª série, com a professora Hélida e o mais velho de 12 anos, com o professor Alex. Os professores eram bolivianos e lá estudavam e falavam em espanhol, mas em casa se falava o português, assim viviam eles mais oito crianças brasileiras na sala do mais velho. Era assim, Valdecir? – sim mãe, ‘na escola nós aprendemos a falar e escrever em espanhol todo o conteúdo dos professores, em casa se falava o português e na escola o espanhol. Era bom. A gente aprendeu o espanhol e não perdemos o português. Eu não perdi o português e até onde estudei aprendi o espanhol e eu acho que foi uma soma. Agora eu tenho dificuldade, né mãe, de ler em português as letras são diferente’.

³⁵ OIM - Organização Internacional para as Migrações. Criada em 1951, é uma organização intergovernamental no âmbito das migrações e trabalha em colaboração com seus associados com governos, inter-governos e não governamental em: migração e desenvolvimento; migração facilitada; migração regulamentada e migração forçada. Objetivo é promover a migração humana e ordenada para benefício de todos. Oferece serviços e assessoramento a governos e migrantes. É composta de 127 Estados Membros e 94 observadores entre os quais há 17 Estados e 77 Organizações internacionais e não governamentais de alcance mundial e regional; 450 representação e conta com mais 7.000 pessoas envolvidas distribuídas em mais de 2.000 projetos. O trabalho desta organização consiste em gestão ordenada e humana da migração; promover a cooperação internacional sobre questões migratórias; ajudar a encontrar soluções práticas aos problemas migratórios: oferecer assistência humanitária aos migrantes vulnerável – refugiados, pessoas desprezadas ou desenraizada. A constituição deste órgão reconhece explicitamente o vínculo entre a migração e o desenvolvimento econômico, social e cultural, assim, como o respeito do direito e liberdade de movimento das pessoas. O Estado da Argentina é país sede do Cone Sul e membro fundador da OIM desde 1953. A partir de 1997, o escritório da OIM Buenos Aires, com caráter de Representação Regional, coordena atividades nos países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A partir de 2008, o protocolo diplomático do Acordo Bilateral entre os governos Brasileiro e Boliviano, estabeleceu escritório na cidade de Cobija, visando cooperação técnica para o processo de recenseamento de cidadão brasileiros que habitam na fronteira do Departamento de Pando-Bolívia.

³⁶ O município de Epitaciolândia apresenta as seguintes características: Política - colégio eleitoral, em 2006, de 8.148 eleitores; Econômicos - Zona de Livre Comercio desde PIB a preço corrente: ano 2009 – R\$ 129.696 mil reais e 2011 – R\$ 10.571,54. Produção de agropecuária, extração vegetal e silvicultura, bem como, instituições financeiras, serviços públicos e privados; Sociais: IDHM (1991 – 0.372; 2000 – 0.474; 2010 – 0.653), Índice de pobreza, ano 2003, – 28.34%. E. dados de Matrícula por Nível Ensino: (ano 2005) Pré-escolar – 469; Fundamental – 2.880; Médio – 242; (ano 2012) Pré-escolar – 418; Fundamental – 2.750; Médio – 768. Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, 2014.
<http://www.cidades.ibge.gov.br/br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=120025&search=||info%20gr%20E1%20ficos%3A%3Ainforma%20E7%20F5es-completas> (acesso em janeiro de 2014).

Lá na comunidade [continua Francisca] nós também frequentava a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e eles tinham o costume de ler a Bíblia e a harpa dos salmos e cânticos em espanhol e em casa também. ‘É mãe, lá na igreja o pastor falando em espanhol, a leitura da Bíblia e dos salmos ajudava nós melhorar na escola, bom demais. A gente cantava todos nós da Igreja os cânticos da harpa.’ É... tempo bom meu filho. O pastor era muito atencioso com as famílias, quando foi para fazer nossa viagem ele fez uma benção pedindo a Deus que abençoasse nossa viagem e nossa nova vida. Ali, na igreja eu entendia bem o espanhol quando o pastor estava explicando os textos da Bíblia. Ali sim, era um momento de paz! Mas meus filhos só aprenderam a história de Pando e da Bolívia, nunca estudaram a História do Acre, pois não havia na escola a disciplina de História como tem aqui. Lá eles estudava, como é menino que você estudava quando os professores contavam sobre Pando? Eu via em casa. ‘Ah mãe! Nós estudava em ciências sociais a sociedade de Pando, os heróis Nicolas Suares, Simon Bolivar e General Pando. Nunca ouvimos falar em revolução ou guerra do Acre. A Bolívia é que deu suas terras para o Brasil, sem guerra’. Isto é, quem tem que aprender a história e a cultura do lugar onde mora.

Na comunidade meus filhos tinha escola, meu marido o trabalho na agricultura e eu dona de casa, mas..., mesmo tendo uma vida razoavelmente boa eu sentia que nós estava sendo perseguidos. Eu me sentia perseguida depois que aquele boliviano chegou em nossa terra. Na verdade meu marido que nasceu e se criou lá, pra ele não há lugar melhor no mundo, mas eu queria vir embora, nós não queria mais ficar na Bolívia.

Em nossa casa sempre estava sabendo do que acontecia, aí, no Acre, no Brasil. Aliás é difícil um brasileiro que não saiba, porque a maioria pode faltar outras coisas, mas um radiozinho a pilha na casa para escutar as mensagens da “A voz do Brasil” e outras emissoras de rádio que chega até nós, ninguém dispensava. Tenho bem lembrança da “BBC de Londres”, já as rádios bolivianas quase nem eram ouvidas, a voz não dava pra ouvir direito, mas, quando tinha alguma coisa séria a gente ficava sabendo escutando, como aquele conflito que aconteceu aqui em Cobija.

Mas, a emissora brasileira era a mais ouvida, às vezes nós sabia mais coisa do Brasil do que quem morava aqui em Brasiléia. Quando a gente chegava pra visitar parentes aqui nossas conversas era querer saber, entender o que havia escutado pelo rádio e as pessoas nem sabia, isso era motivo de riso, aí deixava a conversa pra lá e nós ia conversar sobre coisas de família mesmo.

Em nossa casa mesmo nós tinha além do radiozinho, a televisão e usava a antena parabólica. Nossa família assistia os programas das emissoras de televisão brasileira da “Globo”, “SBT” e da “Record”. Vamos trazer nossa televisão, mas nós vamos deixar a antena parabólica para outra família que continuará vivendo na comunidade: o irmão do meu marido que preferiu ficar lá, foi quase uma troca. Quando chegar ao Brasil eles nos ajudará a comprar outra antena. A vida boa, no final foi de perseguição.

2.2 – COMUNIDADE SÃO LUIZ: UM ENTRE-LUGAR DE PERSEGUIÇÕES E CONVIVÊNCIAS

Não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, e sim, pelo contrário, um continuum cultural. (Burke, 2003, p. 14)

Francisca Souza da Silva, mulher, esposa, mãe, uma brasileira clandestina em seringais bolivianos e sua última parada naquele território, antes do retorno ao Brasil em dezembro de 2012, morava na Comunidade São Luiz, interior da localidade de Porvenir, região do Departamento de Pando. Aponta como motivo de encontrar-se em território boliviano o casamento com Valdecir Ribeiro. Morou esta família por cerca de uma década no interior da Bolívia sem conflitos até o ano de 2008, quando afirma: “*a vida boa, no final foi de perseguição*”, com esta frase Francisca define a sua experiência de diáspora na zona de fronteira pandina.

O cotidiano apresentado por Francisca permite pensar o tempo de interações e o de conflitos, que circunscreve a história de sujeitos no campo amazônico trans-fronteiriço interamericanos, relativizados pelo trânsito de homens e mulheres brasileiros em situação de vulnerabilidades sociais, enquanto, possibilita refletir acerca do ato de narrar que se reveste numa ação do presente a partir do qual a narradora constrói uma forma própria de contar sua história de vida, através da ideia de compartilhar suas “*experiências vividas em território boliviano*”. Assim, o sujeito em sua própria narrativa esboça objetiva e subjetivamente os elementos articuladores ao enfatizar e eleger os eventos do seu cotidiano como fios condutores para romper silêncios.

O tempo do “*contar agora*” é o tempo presente³⁷, a partir do qual os elementos traduzidos em significativos e ressignificados por esta mulher, ao narrar, também reflete sua caminhada: vivida e compartilhada coletivamente com outros sujeitos. Esta é manifestada em temporalidades múltiplas que podem ser conexas ou desconexas, mas revelam as experiências que são narradas a partir do presente e metaforicamente se expressa: “*olhasse para trás*”.

³⁷ A discussão acerca da História do Presente como uma perspectiva teórico-metodológica para pensar o tempo e as temporalidades neste sentido é importante frisar “[...] apreender a epistemologia da história do presente, [...] dois eixos: de um lado a dimensão epistemológica e metodológica e de outro, o aspecto historiográfico, universitário e social da afirmação do presente. [...] a investigação metodológica e epistemológica voltou-se para a Nova História [...] tinha dado um lugar particular ao imediato, ao presente e mesmo ao político. Marc Bloch escrevia: “a incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente” [...] Lucien Febvre, afirmava que “a análise do presente” podia dar “a régua e o compasso à pesquisa histórica” [...]. Recentemente Jean-Pierre Rioux afirma que da história do presente é um fenômeno de geração. CHAUVEAU, Agnès, **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSP, 1.999, p 23.

Este se apresenta como um movimento que reflete o vivido e, são constituídos de odores, olhares, presenças e ausências. Enfim, são as relações entre sujeitos que provocam e dão sentidos às suas experiências sociais, constituindo temporalidades construídas por estas experiências, nas redes de relacionamentos, nas teias de significados, de arranjos e rearranjos que configuram numa ideia do político, como pensa René Rémond³⁸ “o político concerne a tudo o que toca a existência individual: o corpo, a vida, o nascimento, a morte”.

Os eventos do cotidiano, escolhidos para narrar, se apresentam relacionado a eventos como uma forma de romper o silêncio através do instante fugidio do tempo do “*agora*”. Assim, ao explicitar o tempo vivido em um ente de temporalidades cruzadas de memórias a partir do presente, recompõe lembranças de fatos que podem ser, e devem ser lembrados entre os instantes que se compõem de memória–fala–memória sob os quais há tempos e temporalidades, que se entrecruzam e forjam um entendimento do passado com os significados dimensionados no cotidiano dos atos de mulher e migrante clandestina, enquanto os registros de um tempo individual aprimorado e articulado com outras experiências são marcados pelo tempo que se traduz num modo particular do sujeito.

Essa forma de “ver” significa que a memória traz lembranças coletivas de interação e, ou, de enfrentamentos, mas, que é no tempo do agora que ganha uma dimensão temporal no contexto do vivido e se manifesta como sinônimo de revisão de um entre-recorte dos registros recentes marcados pela proximidade entre os eventos ocorridos, a partir de 2008, circunscritos ao espaço daquela fronteira e o tempo do vivido. Tempo este demarcado de mais de uma década de experiências nos interstícios interamericanos de fronteiras amazônicas, naquela comunidade.

O lugar também é identificado como um espaço do trabalho e da produção na agricultura e criação de víveres, tendo no “roçado” a referência da agricultura familiar. Mas, o ano de 2008 torna-se um marco de mudanças entre aquela vida “*sossegada*” e a de “*perseguição*”. Assim, a Comunidade São Luiz é representante de um dos entre-lugares que reflete as formas como naquele espaço fronteiro foi sendo concebido pelos sujeitos ao longo do tempo e apresenta uma mescla de interação e conflito.

O Departamento de Pando no contexto da década de 1970, no âmbito nacional, apresenta uma densidade de 0.50 hab/Km². Internamente às áreas das províncias, de acordo com o Ministério Boliviano de Assuntos Campesinos e Agropecuários/1974, expõe esta região fronteira como um “vazio” demográfico. Neste censo fica evidente que o trabalhador

³⁸ Recomendamos a leitura do texto de René Rémond: “**O Retorno do Político**”. IN: Questões para a História do presente. Chauveau, Agnès e Philippe Tétart. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999, p. 51 a 60.

brasileiro e sua família presente naquela região deixaram de ser computados, provavelmente, por representarem uma situação de migração clandestina.

Assim, a densidade demográfica de Pando-Bolívia permite perceber a fronteira, na dimensão social vivido por Francisca da Silva, como um espaço do entre-lugar. Forjado sob a impressão da convivência estabelecida por uma interação e modificada com o tempo dos convívios, até então possível, entre brasileiros e bolivianos que começa a apresentar de forma mais declarada às diferenças socioculturais que estiveram presentes de forma latente, porém percebido: *“apareceu um boliviano, também, diferente daqueles que ali conviviam conosco”*.

O termo “apareceu” utilizado por Francisca da Silva expressa uma situação que revela o surgimento de um comportamento estranho, o qual se alastra rapidamente no interior do núcleo social alterando a convivência pacífica para uma forma nociva e perigosa. A tabela abaixo mostra a distribuição da população do Departamento de Pando na década de 1970.

Tabela 3 - População Pandina por Províncias na década de 1970

Província	População Urbana	População Rural	População Selvícola	Pop. Total	Km²	Densidade
Cobija, Ciudad	2.860	-	-	2.860	1.6	1.787.50
Nicolás Suárez*	-	8.048	504	8.550	9.817.4	0.87
Manuripi	-	7.282	651	7.933	22.461.0	0.35
Madre de Dios	-	6.041	896	6.937	10.879.0	0.64
Abunã*	-	2.817	581	3.398	7.468.0	0.46
Gral. F. Román*	-	2.622	-	2.622	13.200.0	0.20
Total	2.860	26.808	2.632	32.300	63.827	0.5

* Províncias que correspondem a espaços georeferenciados pela OIM/2009

Fonte: Relatório UFMG-CEDEPLAR. Belo Horizonte (1979)

A importância em analisar a distribuição da população do Departamento de Pando no período de 1970 é perceber que, após 30 anos, as áreas identificadas pela OIM através do Censo de Famílias brasileiras em território boliviano/2009 são os espaços representantes de menor densidade populacional de bolivianos, naquele momento da migração de trabalhadores brasileiros.

O corredor fronteiriço Acre-pandino, localiza estas famílias fronteiriças. Este é constituído pelas áreas de fronteiras brasileiras dos municípios acreanos, sendo importante destacar as proximidades dos espaços interamericanos e amazônicos: a província de Nicolas

Suares (Pando-Bolívia) abrange a fronteira com os municípios acreanos de Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Capixaba. Consequentemente, na mesma região pandina encontramos a Província do Abunã (Pando/BO) faz fronteira com os municípios de Plácido de Castro e Acrelândia – Estado do Acre, enquanto a Província de Frederico Roman, onde está localizada a sessão de Santos Mercado, pertence ao mesmo composto do complexo do bioma Rio Abunã na confluência com o Rio Madeira – Estado de Rondônia. Vale ressaltar que a demografia desta zona de fronteira, até a década de 1990, não considerou a presença de trabalhadores brasileiros em suas estatísticas³⁹ (O GLOBO, 1995). Nesta região a demográfica historicamente constituída apresenta-se sob o signo da clandestinidade até o século XXI.

A partir de 2001 começam ser conhecidos os primeiros números oficiais, por intermédio do INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária, órgão boliviano, que apresenta o recenseamento das terras pandinas, realizado entre os anos de 2001 e 2007, nas áreas: Bella Flor, Santa Rosa do Abunã, Ingavi e Santos Mercado, revelando um contingente de 253 famílias, exclusivamente, brasileiras e vulneráveis⁴⁰ e mais 93 famílias mistas, no total de 346 famílias, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 4 - Censo de brasileiro por localidades bolivianas

Localidades	Famílias brasileiras	Famílias mistas	Total
Bella Flor	104	28	132
Sta. Rosa Abunã	47	11	58
Ingavi	80	44	124
Santos Mercado	22	10	32
	253	93	346

Fonte: Relatório OIM (2009).

De acordo com os dados do Vice-ministro da Terra da Bolívia e o Instituto Nacional Reforma Agraria - INRA, as famílias brasileiras estavam distribuídas nas localidades de Bella

³⁹ O jornal O GLOBO de circulação nacional, publicou na coluna O País, a matéria “**Bolívia ameaça brasileiros de expulsão**” [...] não existe consenso sobre o numero de brasileiros na região: a Bolívia calcula 1.200 famílias. Responsáveis pelo único levantamento feito na região, em 1991, a Igreja Católica – representada pela Diocese de Rio Branco e pelo Vicariato de Pando – localizou 2.500 famílias (quase 15 mil pessoas). Há políticos que falam em seis mil famílias. Já o Governador do Acre calcula que vivem na região entre oito mil e dez mil famílias brasileiras. (O GLOBO, em 09 de julho de 1996, p. 12).

⁴⁰ Censo de “Brasileros em la franja fronteriza a los 50 km del Departamento de Pando”. Resumen de trabajo de campo. Documento elaborado por el viceministerio de tierras y el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA), mayo de 2007, página 3. Apud, Relatório da OIM/2009. Vale ressaltar que a partir destes dados começa o processo de entendimento diplomático do Acordo Bilateral entre Brasil e Bolívia/2008.

Flor, Santa Rosa do Abunã, Ingavi – Departamento de Pando – que fazem fronteira com o Estado do Acre e Santos Mercado – Departamento de Frederico Romam – fronteira com o Estado de Rondônia. Contudo, a maior concentração de famílias brasileiras na zona fronteira boliviana se concentra entre a região do Departamento de Pando e do Estado do Acre com cerca de 91% destas famílias.

Em outra fonte, a lista do Consulado Sazonal boliviano (2009), ao ser analisada proporcionou reconhecer a existência de duas formas de representações da comunidade brasileira no interior daqueles interstícios, representadas nos gráficos (1 e 2) a seguir no tocante à demografia destas famílias: exclusivamente brasileira e as famílias mistas residentes nestas localidades bolivianas.

Assim, o gráfico 1, a seguir, mostra ser nas áreas de Bella Flor (41%) e Ingavi (32%) onde há maior concentração de famílias exclusivamente brasileiras, perfazendo um total de 73% destes sujeitos sociais, sendo que Santa Rosa do Abunã (18%) e Santos Mercado com 9%, no conjunto, somam 27% dessas famílias.

Gráfico 1 - Distribuição das famílias brasileiras por localidades

Entretanto, nestas mesmas localidades existem famílias mistas, o que revela a existência de relações conjugais interculturais, assim subdivida por regiões de maior concentração: Bella Flor (30%) e Ingavi (47%) que somadas apresentam 77% de famílias interculturais, demonstrando uma média de 4% superior às famílias exclusivamente brasileiras. E, ainda, as localidades de Santa Rosa do Abunã (12%) e Santos Mercado (11%) juntas representam 23%, portanto, 4% menor do que as famílias de nacionalidade brasileira, como está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Famílias Mistas distribuídas nas seções Pandinas/2009

Nos dois gráficos apresentados, ainda é possível perceber que comparando os dados das famílias exclusivamente brasileiras e das famílias mistas, as localidades bolivianas revelam diferentes aspectos acerca da comunidade de brasileiros: a) a localidade Ingavi possui a maior concentração, com 79% desta comunidade; b) a província de Bella Flor possui a segunda maior parte com 71% de famílias; c) a província de Santa Rosa do Abunã é a menor representação, 20% da zona fronteiriça entre o Estado do Acre e o Departamento de Pando e, d) a localidade de Santos Mercado e Frederico Roman, compõem este quadro da fronteira entre Brasil e Bolívia constituindo cerca de 20% desta comunidade, entre o Estado de Rondônia e o Departamento de Pando.

Assim, tempo e espaço são representantes de um modo de viver na fronteira que se articula com diferentes processos mais amplos de representação que a fronteira nacional exerce sobre os interstícios dos seringais, colocações e comunidades, pois o passado é revelador de uma fronteira simbólica de resistência à presença de brasileiros naquele território, mas, também, revela grande período de convivências estáveis à presença do “outro” sujeito. Todavia, Francisca da Silva identifica um “outro” também boliviano que “*foi chegando e sem dizer nada entrava na nossa terra*”.

A mudança do cenário daquele lugar é descrita a partir da chegada deste outro e denota uma intencionalidade geradora de conflito, pois o recém-chegado boliviano “*parecendo dono levava e matava os animais da nossa pequena criação*”. Identifica esta mulher no boliviano diferente, o “dono” investido de um poder que o habilita apropriar-se de bens de produção frutos do trabalho que não é seu. Contudo, mesmo indignada, reconhece a situação de migrante clandestino e parece aceitar a imposição arbitrária.

É importante pensar como nos trabalhos acadêmicos é identificado: o brasileiro migrante, o espaço geopolítico boliviano e o encontro entre nacionais latinos nas interamazônias, para compreender a continuidade ou a descontinuidade dos reflexos dos eventos passados, no sentido de estarem presentes e revitalizarem os posicionamentos dos sujeitos na área em estudo.

Nesse sentido, encontramos as expressões mais utilizadas na academia pelos pesquisadores no âmbito da Universidade Federal do Acre, entre os anos de 2000 a 2010, dentre os quais se podem identificar expressões como: “brasivianos” (ALMEIDA, 1995; LIMA, 2002); “despossuídos”; “litígio”, “clandestino” (MAIA, 2002); “eu”, “outro”, “estrangeiro” (ESTEVES, 2005). No que diz respeito aos pesquisadores bolivianos apenas encontramos as referências do sociólogo Guelhermo Rioja-Ballivián (2011) que contribui com o estudo da temática apresentando estes sujeitos como “estrangeiros”.

Esses trabalhos refletem os simbólicos acontecimentos históricos entre Brasil e Bolívia e manifestam o silêncio diplomático até 2008, mas, traduzem um hiato daquele acontecimento histórico e a permanência desses sujeitos sociais em território boliviano, a chamada “terra livre” (CEDEPLAR, 1979), como uma forma de luta pela terra.

Em sua narrativa Francisca da Silva traz à tona uma das questões centrais, implícita na experiência além-fronteiras dos chamados “brasivianos”: identificou no boliviano “*diferente*” que “*apareceu*” e se comportou como “*dono*”. Este boliviano é o último representante do Estado Boliviano naquela fronteira e as sinuosidades de ação do Estado Nacional sob os propósitos da Soberania Nacional.

A forma como essa mulher apresenta a situação de sentir-se perseguida expõe a terra e a produção como os dois fatores implicados na ideia de território e territorialidades e explica a situação de conflito vivenciada sob a âncora do tempo de trabalho-produção quando narra: “*trabalhava dias a fio de sol a sol*”, evidenciando o tempo dispensado de trabalho para produzir outros bens.

Enfim, Francisca Silva é uma representante de tantas outras mulheres brasileiras migrantes clandestinas que expõe, através das práticas sociais do seu cotidiano, o que estabelece o Art. 25 da Constituição da Bolívia⁴¹ e, tomando por base o ano de 2008, ela apresenta o ápice desta situação mostrando que a continuidade das famílias brasileiras em território boliviano, clandestinamente, “*tornou-se muito perigosa e cansativa*”. Portanto, os

⁴¹ REPÚBLICA DE BOLÍVIA, art. 25º “*Dentro de 50 kilómetros de las fronteras, los extranjeros no pueden adquirir ni poseer, por ningún título, ni suelo o subsuelo, directa o indirectamente, individualmente o em sociedad, bajo pena de perder, em beneficio del Estado, la propiedad adquirida, excepto el caso de necesidad nacional declarada por ley expresa.*”

conflitos atuais refletem a fronteira simbólica instituída pós-1903, uma vez que permanecem estas marcas no imaginário boliviano da memória nacional de um passado inglório em razão da perda territorial da região acreana para o Brasil. Francisca da Silva ao narrar sua experiência não negou os entre-lugares de convivência, expõe estes como espaços constituídos socialmente por brasileiros e bolivianos a exemplo da feirinha no mercadinho de Cobija, como sendo este o local de comércio onde se “*vendia galinha, pato, porco, ovos e verdura*”.

O tempo de convivência na comunidade São Luiz permitiu que essa mulher aprendesse um pouco do idioma espanhol: “*falo e entendo pouco o espanhol porque vivia mais dos afazeres de casa e não estudava na escolinha de lá*”. A aprendizagem deste idioma não está ligada ao estudo sistemático escolar, mas, se refere a momentos de conversação vivenciados, o que se justifica pelo encontro de famílias brasileiras e bolivianas nesta fronteira, formando uma população onde predominam duas nacionalidades, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5 – Distribuição por país de nascimento

País	Homens	Mulheres	Total	Média
Bolívia	100	102	202	101
Brasil	622	397	1.019	509,5
Outros	14	19	33	16,5
Total	736	518	1.254	627

Fonte: Relatório OIM/2009.

O espaço geográfico da fronteira pandina e a distribuição da população brasileira são representantes do mapeamento nas zonas fronteiriças:

- 1) Bolpebra – Cobija – Porvenir – Filadelfia;
- 2) Bella Flor – Puerto Rico;
- 3) Bella Flor – Santa Rosa del Abuná;
- 4) Ingavi – Santos Mercado;
- 5) Santos Mercado – Nueva Esperanza.
- 6) Nueva Esperanza – Santos Mercado – Villa Nueva.

Assim, deste quadro mais geral acerca da representação de gênero e nacionalidade, podemos perceber o universo social a partir do qual Francisca da Silva localiza suas referências.

Gráfico 3 – Gênero e Nacionalidades

Francisca da Silva ao se referir à comunidade São Luiz informa que esta era constituída por famílias de brasileiros e bolivianos. Esta informação pode ser constatada no Relatório da OIM (2009), nesse trabalho representada na tabela - 5 e no gráfico - 3. A maior quantidade de mulheres era de nacionalidade brasileira se comparadas ao universo dos demais grupos. Isso possibilita compreender os motivos pelos quais estes sujeitos continuaram a manter o português como a língua mais falada nesta região. Esta questão não é uma relação direta com as questões ligadas à identidade/território nacional, mas, encontra-se intrinsecamente ligada à quantidade de sujeitos nacionais brasileiros e bolivianos nesta zona de fronteira.

O orgulho desta mulher é possível de ser constado quando se percebe a forma como Francisca da Silva ao mencionar que os filhos por estudarem, “*falam*”, “*escrevem*” e “*leem*” em espanhol. Na narrativa ao dizer que os filhos dominam os dois idiomas demonstram habilidades nas relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos de ambas as nacionalidades. Isso implica dizer que o idioma no contexto das trocas culturais promovidas entre os sujeitos da comunidade São Luiz promoveu interações, contrariando a ideia de “identidade nacional”, apresentando os espaços de fronteira como espaços de alteridades que comportam pensar outras formas de identidades constituídas pela dinâmica social.

Nesse sentido, do estático conceito jurídico da “fronteira”, que se define por uma linguagem da diplomacia internacional, por razões geopolíticas de territórios nacionais que carregam em si o poder habilitado de separar quem está dentro de quem está fora, neste caso, os interstícios dos Rios Abunã e Acre são representantes deste sistema. Contudo, estes rios,

enquanto espaços físicos também podem ser entendidos como espaços simbólicos, pois mesmo sendo parte do jogo que representam dois discursos nacionalistas, também é, em razão da experiência social de homens e mulheres no âmbito do vivido, zona de contato, espaço híbrido e de alteridade. Logo, a discussão posta pela polarização "identidade/nacionalidade", que caracterizou o discurso intelectual e o desenvolvimento sócio-político durante o século XIX e parte do século XX, é precisamente uma das implicações interamericana de brasivianidade, do conceito de fronteira.

A narrativa tem revelado que Francisca da Silva converteu de modo simbólico, a fronteira em espaço, que ao mesmo tempo é geográfico e, também, etnoracial, religioso, psicológico e dinâmico. Estas dimensões estão implícitas nas falas de outras mulheres e homens fronteiriços, sobressaindo entre outros elementos, por exemplo, da religiosidade como uma forma de interação entre culturas, uma vez que permite perceber como a língua nacional e os hábitos são negociados, principalmente, no espaço da igreja protestante.

Neste espaço de inter-relações sociais a Comunidade São Luiz, pequeno vilarejo da região de Povenir–Bolívia, constituído de brasileiros e bolivianos, a cerca de 80 km da fronteira com o Brasil, se apresenta como um espaço entre o vivido e o constituído. Neste lugar, como já mencionado, residia Francisca de Souza da Silva e Valdecir Ribeiro da Silva, representante de tantas outras famílias de brasileiros, moradoras de diferentes localidades em território boliviano.

É importante esclarecer que, deste ponto, a análise da narrativa de Francisca da Silva será mesclada com as dos demais membros da família. Esta opção se deve à riqueza das narrativas de seus membros que destacam entre outros: a ideia de fronteira, as condições de vida e trabalho, mas principalmente, a diversidade do vivido e as articulações e negociações negadas ou não na escola, na igreja e no lar. Os indícios revelados nas falas desses sujeitos mostram estes espaços como representantes de ambiguidades, de resistências e interações.

Assim, dos entre-lugares de convivências apresentados nas narrativas desta família se destacam a escola e a igreja, como espaços de integração sociocultural da comunidade entre brasileiros e bolivianos. Devido às atividades realizadas nestes ambientes, estes se converteram em momentos de trocas e negociações de culturas.

Desta forma, a escola boliviana “Maraguapy” como uma instituição pública da comunidade São Luiz, desempenhou junto a oito estudantes, filhos de brasileiros, o importante papel de articuladora entre as culturas em interação, uma vez que garantia aos estudantes através dos conteúdos programáticos das disciplinas, o contato com a língua espanhola escrita e não escrita. Como exemplo, se fará uso das narrativas de Valdeir Silva e

Silva, 10 anos de idade e Jarniel Silva e Silva de 12 anos de idade, filhos de Francisca da Silva, estudantes-estrangeiros e clandestinos, para quem aprender a linguagem das representações do idioma espanhol foi uma oportunidade de compreender sua condição social naquela comunidade:

“Na escola eu tinha oportunidade de ler, escrever e falar o espanhol. Durante todo o processo de ensino e aprendizado o professor apenas usava a língua espanhola e conteúdos da história boliviana, mesmo sendo uma turma de oito alunos brasileiros não falávamos o português. Apenas no momento do recreio e em casa se falava o português” (Jarniel Silva).

Os distintos espaços “escola” e “casa” são representações de unidades que se definem como complexos contextos sociais onde continuidades e descontinuidades de sentidos redimensionam a forma de pensar as articulações e negociações, além de expressar uma visão de mundo que aparentemente, ao mesmo tempo em que se excluem se interligam.

A escola assume, na dimensão pública, o espaço de interação cultural e de convivência e, em sala de aula, os conteúdos de estudo, de ensino e aprendizagem, por meio de falas e expressões dão sentidos à compreensão do universo cultural em interação, sendo os elementos culturais pela exposição didática, negociados entre professor e alunos.

Segundo o Relatório da OIM (2009) quanto às características educacionais da população brasileira atendida em escolas públicas bolivianas nos interstícios amazônicos, pode-se constatar que 130 crianças entre as idades de 5 a 14 anos frequentaram estas escolas.

Tabela 6 - Participação de brasileiros na Educação Básica da Bolívia por zoneamento

Zona de Fronteira	Assistência educacional		Total
	Sim	Não	
I - Bolpebra – Cobija – Porvenir – Filadelfia;	31	14	47
II - Bella Flor – Puerto Rico;	29	28	57
III - Bella Flor – Santa Rosa del Abuná;	57	71	128
IV - Ingavi – Santos Mercado;	7	15	22
V - Santos Mercado – Nueva Esperanza.	6	1	7
VI – Nueva Esperanza – Santos Mercado – Villa Nueva	0	0	0
Total Geral	130	132	262

Fonte: Relatório da OIM (2009)

Assim, como os filhos de Francisca da Silva, outras 128 crianças brasileiras passaram por experiências similares às apresentadas na narrativa. Entretanto, 132 crianças não participavam da vida escolar, segundo dados do Relatório da OIM (2009):

Tabela 7 - Participação de brasileiros na educação boliviana por faixa etária e gênero

Faixa Etária	Condições de assistência		Total
	educacionais		
	Sim	Não	
De 5 (cinco) a 10 (dez) anos de idade	70	91	161
De 11 (onze) a 14 (quatorze) anos de idade	60	41	101
Total Geral	130	132	262
Distribuição por Gênero			
Feminino	64	56	120
Masculno	66	76	142
Total Geral	130	132	262

Fonte: Relatório OIM (2009)

A tabela 7 aponta que das crianças brasileiras, em idade escolar, a maior quantidade atendidas pela educação básica boliviana encontrava-se entre a faixa etária de 5 e 10 anos de idade. Apesar disso, apenas menos da metade (43%) eram atendidas e as demais (57%), não participavam da educação pública boliviana. Quanto às crianças na faixa etária de 11 a 14 anos de idade, 59% foram atendidas e 41% não participavam de atividades escolares nestas zonas fronteiriças. Diante desses dados se procurou saber quais dos gêneros sobressaíam em participação escolar nesta fronteira.

A pesquisa abaliza que há uma quantidade maior de crianças do gênero feminino: 53% estavam inseridas no universo educacional boliviano contra 47% que não participavam. Quanto ao gênero masculino, menos da metade, 46%, em idade escolar estavam inseridos na escola e 54% não frequentavam a educação básica. Esse dado revela outra situação vivida por brasileiros do gênero masculino: “ser forçado a servir o Exército Boliviano” (Relatório da CPI–Especial/ALEAC/1992). Este pode ser um elemento para explicar a não participação de meninos na escola. Um dado curioso da pesquisa mostra que a questão de “gênero e educação” nesta fronteira se equilibra, mas, comparados os dados, percebe-se que há uma quantidade maior de meninos (51%) do que de meninas (49%) inseridos no universo escolar boliviano.

Assim, se considerarmos a experiência escolar apresentada nas narrativas podemos constatar que o universo de 51% dos alunos do sexo masculino e 49% do feminino em idade escolar representa um número significativo de brasileiros atendidos pela educação básica boliviana. Neste sentido, a sala de aula entendida como um lócus mediador entre culturas, ainda é, representante das condições concretas onde o ato da “fala”, da “leitura”, da “escrita” em espanhol e a linguagem se articulam e promovem uma interação sociocultural na fronteira interamericana das Amazônias, brasileira e boliviana.

Na escola há outros espaços como o pátio escolar, particularmente, o “*momento do recreio*” em que os elementos contraditórios são expressos e mudam a linguagem usada dentro e fora da sala de aula. Assim, os instantes que separam um momento e outro são também permeados num movimento contraditório, sendo indício de uma possível fugacidade do tempo de liberdade dos alunos brasileiros para se expressarem no linguajar do cotidiano do lar. Poderia esse intervalo ser entendido como uma forma de resistência ao domínio cultural que representa a escola? Não podemos negar um possível preconceito, contudo, ao analisar a quantidade de alunos brasileiros que participam, particularmente, da escola boliviana “*Maraguay*” e o costume no espaço da casa de fazerem uso do português como língua de conversação entre si. A pesquisa aponta que para além do preconceito deve ser levado em conta o hábito adquirido no interior do ambiente familiar, ou seja, o acordo tácito entre os alunos brasileiros em continuar fazendo uso do português mesmo no espaço social - escolar.

Vale ressaltar que, durante a pesquisa, considerou-se a representação da escola boliviana naquela área de fronteira. Estruturada e organizada a partir do ideário daquela sociedade, representa e se constitui como uma instituição nacional a expressar o domínio cultural de valorização histórica e expõe o caráter de nacionalidade expressa tanto no conteúdo programático, quanto no processo de ensino e aprendizagem. É neste campo escolar que as negociações e renegociações dos valores culturais são mediadas entre os dois universos em que circulam as crianças brasileiras: o universo público escolar e o universo privado do lar.

A casa, descrita na narrativa de Francisca da Silva, se apresenta como outro ambiente de convivência entre nacionais: o espaço do lar assume um caráter de garantia para manter o idioma do português entre famílias brasileiras, um espaço entre “*iguais*”. É no lar que os sujeitos em trânsito demonstram a continuidade e permanência da cultura brasileira, seja em relação ao uso do idioma, das expressões familiares, ou ainda, aos costumes herdados dos pais. Este ambiente representante da dimensão familiar permite identificar o lar como sendo o espaço de conservação de elementos culturais brasileiros intimamente ligados ao cotidiano

desse sujeito. Que implicam estes espaços de convivência nesta fronteira? Ao procurar entender as articulações protagonizadas pela comunidade “brasiviana” em sua vivência no chão boliviano, bem como, os encontros e desencontros, enraizado na ideia de nacionalidade destacado tanto no âmbito escolar como no lar, nos remete ao principal papel dos mitos fundadores do estado nação.

A questão dos mitos fundadores abre outras discussões que os protagonistas sinalizam para uma compreensão distinta desses entes históricos, balizadores dos discursos nacionais. Em parte da narrativa a ideia de “soma” é apresentada por Jarniel Silva, filho de Francisca:

[...] para mim foi muito bom porque eu não me sentia (convivendo na Bolívia) que havia perdido o entendimento do português, apenas somei ao que sabia com o aprendizado do espanhol. Agora domino até onde estudei os dois idiomas. Quando estou com os brasileiros falo português e quanto estou com os bolivianos falo espanhol.

Sob outra ordem, ao recompor o sentido pátrio/nação no simbólico aporte da ideia de “soma” dos idiomas, apresentado na narrativa de Jarniel Silva, filho de Francisca da Silva e dela mesma, possibilita perceber como esta geração de “brasivianos” protagonistas de outras histórias dos trabalhadores latino-amazônicos em suas práticas, lida com os mitos fundadores e constroem saídas para um viver em trânsito entre território e culturas, como uma extraterritorialidade amazônica que possibilita pensar nas reflexões de Bauman (2007) acerca de uma cultura híbrida.

A imagem de uma "cultura híbrida" é um verniz ideológico sobre a *extraterritorialidade*, atingida ou declarada. Refere-se, essencialmente, a uma liberdade duramente conquistada, e agora estimulada, de sair livremente num mundo demarcado por cercas e fatiado em soberanias territorialmente estabelecidas. (p. 42).

Nesse sentido, queremos demonstrar que a ideia de cultura híbrida nos permite perceber que a extraterritorialidade nos espaços interamericanos e amazônicos é passível de ser analisada na dimensão do vivido. Assim, o sujeito ao dominar a língua pelo ato da leitura, da escrita e da fala em relação ao espanhol, como afirma o filho de Francisca, “*até onde estudei*”, sem negar que conserva no cotidiano das relações do lar e entre nacionais brasileiros a língua portuguesa, estabelece em razão dos elementos culturais que negocia uma conquista sobre a própria noção de fronteira que, contraditoriamente, continua a ser elemento de disputa entre trabalhadores latinos, brasileiros e bolivianos, fortemente enraizada na ideia de território nacional.

Ao fazer uso da metáfora “*somei*” para identificar sua posição no contexto do mundo amazônico polarizado e as contradições da sua condição de indivíduo, com uma inflexão na voz ao dar sentido à palavra “soma”, parece querer reivindicar um entre-lugar, um desejo de extinguir também seu viver transitório, provisório, ao visibilizar a escola como um lugar de mediação que permite negociar os idiomas e a casa (lar), como um lugar de conservação que expressa e atende a interação cultural forjada no espaço do vivido daquela fronteira líquida, sinalizando fragmento de identidades. Segundo Bauman (2007):

Como as extraterritoriais cruzadas e as *now here vile* - termo que se refere a cidades típicas do mundo globalizado, cidades iguais, sem traços regionais, que poderiam estar localizadas em qualquer parte do mundo -, [...], a “cultura híbrida” busca sua identidade na *não-pertença*: na liberdade de desafiar e menosprezar as fronteiras que tolhem os movimentos e escolhas das pessoas menores, inferiores - os “locais”. (p. 42-43).

Outro espaço social de interação, evidenciado em narrativas desta família, foi a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, da comunidade São Luiz, onde propiciou a convivência nos momentos de oração e fé. O texto bíblico constituiu efetivamente uma possibilidade de exercício de leituras além-escola. O importante aqui é enfatizar que a linguagem interpretativa dos textos lidos na igreja se reveste em roupagem cultural do lugar de onde se expressa e se torna mediadora entre culturas nesta área de fronteira.

Desta forma, se de um lado os textos bíblicos cambiavam normativas e conduta culturalmente constituída naquele espaço e serviram para brasileiros dominarem com maior propriedade idiomática o espanhol, por outro, a harpa de cânticos religiosos para além do domínio da palavra escrita, constituiu em elemento da prática da fala daquela linguagem entre aqueles sujeitos.

Neste sentido, os cânticos religiosos representaram outro conjunto de elementos que possibilitam entrever a interação sociocultural neste ambiente fronteiriço, pois a forma como o filho de Francisca se relaciona com as expressões, denota marcar uma cumplicidade explicativa do modo como o intercâmbio dos cânticos parece ter solucionado o hiato entre escrita e fala em espanhol.

Com a harpa boliviana “Hinos y Salmos” em mãos, através do cântico nº 33 - “*grande gozo em minha alma*”, demonstra que os sentidos bíblicos, por serem autoexplicativos, extrapolam a leitura e a escrita para evidenciarem a dimensão prática de um viver ambíguo. Mesmo não sabendo o significado/tradução das palavras do texto da harpa para o português, Jarniel Silva soube explicar os sentidos que continha o texto em espanhol.

Ao expor o entendimento do cântico o filho de Francisca expressa: “*Grande gozo: aquela que aceita Jesus fica feliz. É uma alegria grande que a gente se sente na presença de Deus*”.

Vale ressaltar que embora a explicitação tenha sido um testemunho da religiosidade, em nosso entendimento os três termos apresentados na narrativa: “aceitar”, “a gente” e “presença” expõe uma complexidade do próprio contexto de vida nesta região fronteiriça, haja vista que, sob os mais variados sentidos, homens e mulheres traduzem as formas como elaboram e reelaboram os significados da contínua presença de trabalhadores brasileiros em território boliviano. Entretanto, o filho de Francisca ao narrar sua interpretação religiosa possibilita entrever o sentido do entre-lugar. Dentre outros, o primeiro sentido que nos chama atenção é a ideia do indivíduo que se apresenta num espaço sociocultural ambíguo que se expressa diante de uma sociedade constituída de indivíduos caracterizados pela unidade histórica cultural. Nesta acepção, Bauman (2007) afirma que são semelhantes:

Numa sociedade de indivíduos, cada um *deve* ser um indivíduo. A esse respeito, pelo menos, os membros dessa sociedade são tudo menos indivíduos diferentes ou únicos. São, pelo contrário, estritamente *semelhantes* a todos os outros pelo fato de terem de seguir a mesma estratégia de vida e usar símbolos comuns – comumente reconhecíveis e legíveis para convencerem-se outros de que assim estão fazendo. Na questão da individualidade, não há escolha individual, nem dilema do tipo “ser ou não ser”. (p. 26).

Enquanto indivíduo pertencente à comunidade boliviana de São Luiz, expresso no segundo sentido, o termo “aceitar” é carregado de padrões ideológicos de religiosidade advindo das interpretações dos textos bíblicos e principalmente através da codificação promovida pelo pastor, representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, expõe sua condição de sujeito daquela sociedade.

Isso implica pensar na primeira parte da explicação de Bauman, que o sujeito como membro daquela comunidade não seja indivíduo ou único, mas, semelhante. Nesta possibilidade, a religiosidade se apresenta como um veículo sob o qual as estratégias de negociações e pertencimento se afirmam como uma proposta desafiadora de “aceitar”, estar num lugar fixo, a partir do qual sua ação individual perante os demais membros da comunidade, seja reconhecida, legitimando a presença da família de brasileiros.

Sob outra ótica, o termo “a gente”, mesmo sendo dito a partir de um campo explicitamente religioso: “*se sentir na presença de Deus*”, provoca um hiato entre a fala e a condição do narrador, possível de ser compreendido como um termo ambíguo que traduz, também, as marcas do entrecruzamento cultural entre brasileiros e bolivianos moradores da Comunidade São Luiz.

Se há uma possibilidade de fazer inferências entre o sujeito que narra e o lugar social de onde ele emite sua posição de narrador, podemos refletir sob a perspectiva da segunda parte das afirmações Bauman (2007) quanto à questão da individualidade, ou seja, o sujeito do entrecruzo cultural em destaque ao circunscrever a partir da projeção do ambiente materializado do lugar, negocia as trocas de valores culturais preservando uma continuidade de ações sociais já cristalizadas, neste caso, religiosas.

O termo “a gente” ainda pode ser entendido como uma forma de manifestar uma pretensa identidade cultural crivada pelo verniz da cultura brasileira como significado de ser brasileiro, entretanto, no âmbito da visão religiosa, em análise, este se apresenta destituído de caracteres de valores culturais, mas, se institui híbrido para fazer uso das palavras de Bauman (2007) “não-exigente” e “não-preconceituoso”, pronto para absorver os ensinamentos morais de Jesus Cristo, o guia maior da cristandade, que dissolve as fronteiras entre homens e mulheres para os tornarem semelhantes na figura teológica de irmãos em Cristo.

Assim, ao expor “a gente”, sob o influxo da religiosidade, demonstrou um construto societal entre brasileiros e bolivianos numa sucessão de renegociações culturais em que os aspectos representativos na visão religiosa não se apresentam divergentes, mas, o conecta sem afluído enredo de saber se “*estar na presença de Deus*”, se manifesta sob um substrato cultural ou noutro. Desta forma, a atividade social da Comunidade São Luiz na dimensão da religião reflete as afirmações de Bauman (2007) ao se referir à cultura híbrida:

[...] a "cultura híbrida" é uma manifestação *onívora* – não-comprometida, não-exigente, não-preconceituosa, pronta e ávida por saborear qualquer coisa que esteja sendo oferecida e a ingerir e digerir a comida de todas as cozinhas. (p.46).

Se entendermos o protagonismo social da dimensão do vivido que esses sujeitos nos permitiram explicar, sob o universo de fronteiras simbólicas do lugar que organizam, negociam e trocam elementos culturais, o termo “presença”, exposto na narrativa do filho de Francisca, permite identificar a fronteira entre o Estado do Acre-Brasil e o Departamento de Pando-Bolívia, para além-limites territoriais geopolíticos, e perceber, nos interstícios, a porosidade e flexibilidade que permitem observar que esta fronteira também é simbólica e fluida.

O uso estritamente religioso marcado pelo narrador acerca da palavra “presença”: sentir-se “*na presença de Deus*”, é sinônimo de experimentar a presença de algo. Nesse sentido, a experiência social desta família brasileira permite captar da dimensão religiosa dada ao termo “presença”, que estar presente no âmbito daquela fronteira, é também experimentar

uma forma de sentir-se deslocado, hibridizado. Poderíamos pensar a partir dos pressupostos de Bauman (2007), que este sujeito está consciente de sua condição social naquela comunidade, como afirma o autor acerca dos “hibridizadores”:

É principalmente uma unidade de reprocessamento e reciclagem - vive de crédito e se alimenta de material emprestado. Só pode construir e sustentar sua distinção por meio de um esforço ininterrupto e ininterrompível para compensar as limitações de um empréstimo por meio de mais empréstimos. (BAUMAN, 2007, p.45).

Desta forma, a “presença” no entre-lugar de fronteira toma o primeiro sentido de estar na “presença de Deus”, que o torna homem moralmente constituído pela religião na relação com outros homens. Em outro sentido, estar deslocado e hibridizado é parte da sua condição social na comunidade São Luiz, mas, não tem significado de determinantes limitadores, pois a igreja que o coloca na primeira relação entre sujeitos é a mesma que implica as trocas e os empréstimos culturais.

A atividade religiosa permite a recolocação contínua dos processos descontínuos da fronteira limite. O espaço da igreja se torna o lugar onde o sujeito socializa os múltiplos percursos e dinâmicas de vidas entrecortadas pela sua própria história, mas, recompõe a legitimidade da sua presença naquele lugar. Desta forma, o mundo religioso apresentado pelos “brasivianos” se compõe de histórias e linguagens do sujeito que ao narrar apresentam a diversidade dos sentidos de estar presente numa fronteira limite e, ao expor o protagonismo social de vivências e relações, demonstra a dimensão simbólica que o espaço-lugar representa no viver entre-fronteiras interamericanas e amazônicas.

Uma vez que a Igreja Evangélica Assembleia de Deus se constituiu como um dos marcos da narrativa do núcleo Familiar de Valdecir e Francisca, sobretudo cultural e religioso, permite perceber os indícios da condição de vida de além-fronteiras entre continuidades e discontinuidades geradores de possíveis identidades. Esta instituição se apresenta como um dos elementos de análise sociocultural, onde é possível identificar vestígios que extrapolam os limites geopolíticos entre países latino-amazônicos e se apresentam como espaços híbridos. Ainda, podemos retomar o pensamento de Bauman (2007), o ponto a ser destacado é a compreensão da hibridização ao afirmar que:

Numa avaliação final, a “hibridização” significa um movimento em direção a uma identidade eternamente “indeterminada”, de fato “indeterminável” [...] A ausência de um alvo pré-selecionado só pode ser compensada por um excesso de marcadores culturais e um esforço contínuo de cercar todas as apostas e manter abertas todas as opções. (p. 45-46).

Deste modo, pensar as (re) construções de histórias de homens e mulheres, apresenta um campo de possibilidades nesta região, ora fugindo, se submetendo, e ora resistindo e forjando saídas. Refletir o âmbito das fronteiras simbólicas expõe o desafio acadêmico para entender e (re)interpretá-las em razão das complexidades do vivido e das perspectivas dos sujeitos nos contextos contemporâneos, e nessa perspectiva, Bauman (2007) também nos auxilia ao dizer:

Isenta da soberania de unidades políticas territorialmente circunscritas, tais como as redes extraterritoriais habitadas pela elite global, a "cultura híbrida" busca sua identidade na liberdade em relação a identidades designadas e inertes, na licença para desafiar e menosprezar os tipos de marcadores, rótulos ou estigmas culturais que circunscrevem e limitam os movimentos e as escolhas do resto das pessoas, presas ao lugar: os "locais". (p.46).

Nesse sentido, a escola, a casa (lar) e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus se apresentam, no cotidiano desses sujeitos, como espaços de articulações e renegociações, onde estão presentes experiências ambíguas de alteridade que demonstram o caráter híbrido da fronteira interamericana e amazônica.

Portanto, as famílias de seringueiros brasileiros, chamados “brasivianos”, ao responderem por esta nomenclatura se tornam distintos e hibridizados na região fronteira entre Acre e Pando, constituindo uma identidade estratégica: uma hora pode ser, noutro momento não que existir, sempre dependente dos interlocutores e do lugar.

A segunda narrativa desse capítulo pertence à Susy Mejido Vaca, mulher natural de Cobija, com 30 anos de idade, casada, mãe de três filhos e advogada. Veio ao Brasil⁴², para o município de Brasiléia, em setembro de 2008, em refúgio político por ter participado como *constituyente*, numa Assembleia Constituinte que propunha uma nova Constituição para seu país, a Bolívia.

Atualmente reside no município de Etipaciolândia, Acre-Brasil, a menos de um quilômetro da Tranca⁴³ que separa esta cidade, da cidade de Cobija, Pando-Bolívia, morando com o esposo e os três filhos: Diana, onze anos, Tony, oito e Camile, seis. A entrevista com Susy Mejido foi realizada em sua casa. A seguir, a sua narrativa.

⁴² A partir do final de 2008 a 2009, notícias veiculadas nos jornais (locais, nacional e da Bolívia) relevam uma crise política na Bolívia. As consequências sociais daí advindas na região de Pando-Bolívia, por perseguição aos grupos políticos pró-autonomista de Cobija, levou cerca de algumas dezenas de pessoas a pedirem refúgio em Brasiléia, Estado do Acre-Brasil.

⁴³ Tranca é o nome popularmente usado nesta região para o posto alfandegário que controla a travessia da ponte “Brasil-Bolívia”, que liga o município de Etipaciolândia (Acre) à cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando.

2.3 “...A GENTE SAIU PRATICAMENTE FUGINDO”

“Eu sou Susy Mejido Vaca, nasci em Cobija, Bolívia, no dia 27 de outubro de 1978. Para começar a minha história quero dizer que as pessoas que estão refugiadas aqui são totalmente diferentes das pessoas que estão em meu país e que foram para o outro país a procurar melhoria de vida. Foi muito difícil como a gente saiu de nosso país. Lá eu tenho minha casa que é muito cômoda, muito grande. Eu tenho três filhos. Por eu ser uma profissional também tinha uma vida muito boa, eu era advogada, meu marido, ele sempre trabalhou com comércio, sair dessa maneira... Quando a gente supostamente vive numa democracia onde o país tem que respeitar o seu cidadão, lá não tem isso. A gente saiu de lá praticamente corridos. Aí está a diferença, de quando você procura melhoria de vida, do que quando você sai dessa maneira como a gente saiu, praticamente fugindo, entre aspas, como se você tivesse cometido um delito. É difícil. A gente veio para cá, graças a Deus. O Brasil abriu as portas daqui do Acre, porque não foi nem tanto mais pra lá. O governador do Acre abriu as portas para as pessoas pela relação que tinha dos países. Por causa da fronteira, no Acre se teve mais notícia do que no resto do país da ditadura, vamos dizer assim, que estava acontecendo na Bolívia. Então a gente veio, nos acolheram, a gente pediu refúgio, não sei dizer exatamente quantas pessoas estão refugiadas, umas sessenta famílias... A gente veio para cá e de uma maneira ou de outra tu tem que trabalhar, não pode passar os dias assim, ficar assim, então eu tenho uns parentes que são donos disso aqui (aponta para o imóvel onde reside com a família). Isso aqui não é meu, é de um parente, ele é boliviano, mas é dono disso aqui, porque ele estudou na universidade e conseguiu permanência e já tem documentação legalizada, então pode comprar aqui tudo o que ele quiser.

A gente estava morando em Brasiléia. A mãe do meu marido é uma mulher que gosta de cozinhar, ela é profissional na cozinha, ela fez curso de cozinha, daí ela disse: - “Olha, a gente tem que trabalhar de alguma coisa. Se vocês querem eu ajudo vocês aos domingos, daí a gente vende”. Tem um homem que é bem amigo do meu marido já de anos, ele tem uma sorveteria, quase em frente de onde a gente morava, daí ele disse: - “venham vender aqui, eu ganho só o da cervejinha” que vendesse. Daí a gente começou a vender. Ela é mais especialista em comida peruana, ceviche, arroz com pollo, essas comidas peruanas e daqui do Brasil também. Ela faz uma moqueca muito boa. A gente vendia isso. Daí meu primo, esse que te falei, disse: - “olha eu tenho esse canto lá, vocês querem ajeitar? Ninguém mora, nem nada, vocês podem ocupar.” E a gente veio e reformou isto aqui praticamente. Era horrível, horrível. Daí começamos a vender. Daí pensamos: o que vamos vender porque a mãe dele não pode estar todo o tempo, já é uma mulher da terceira idade, que chamamos mayor. Ela fez o que pode, já ajudou a gente. Daí os mesmos brasileiros – a gente tem muitas pessoas conhecidas aqui, também amigos que conheciam a gente, por ser tão próximo, a gente vinha jantar, passear, no supermercado, tem lugares para tomar banho que a gente sempre frequentava, então assim vai cultivando as amizades. Daí o pessoal daqui dizia: - “Vocês têm que fazer pollo, frango”. Porque lá na Bolívia tem isso de vender o pollo frito com batata, com arroz. Mas tudo isso é um processo para saber fazer, foi tão difícil a gente conseguir a receita. Daí minha sogra dizia que não tinha segredo, na cozinha quem faz o segredo é a gente

mesmo, isso porque ninguém deu o segredo, no final ninguém deu. Ela e eu inventamos um segredinho e graças a Deus está dando certo, pelo menos é disso que a gente está vivendo agora.

Eu já morei em diferentes cantos da Bolívia, pela profissão que tinha e porque vinha exercendo a política, mas a maioria dos anos morei na Cobija. Meus filhos são daí (apontando em direção à Cobija), meu marido boliviano, então sempre tem essa inter-relação dos brasileiros com os bolivianos. O que eu noto muito é que há anos atrás era muito mais a ligação que tinha. Com o processo, que a lei não é estática, sempre está avançando, eu vejo a diferença que aqui no Brasil a lei é mais estrita e a pessoa se adequa a ela e na Bolívia falta muito isso. É uma grande diferença, se adequar no sentido de respeitar. Uma lei simples, o uso de cinto de segurança, na Bolívia não se usa. Quem está chegando na corrente, na Tranca, põe o capacete, põe o cinto. Daí quando está voltando parece que respira tirando o cinto de segurança, tirando o capacete. Quando cruza a corrente já estão tirando, mas não estão se dando conta que são garantia de vida esse cinto e esse capacete. Aqui a lei é mais respeitada do que na Bolívia.

Aqui eu vejo que a principal integração é familiar, eu poderia dizer, porque tem muitas pessoas bolivianas que são casadas com brasileiras, que moram lá. Eu acho que tem mais brasileiro morando na fronteira (em Cobija) do que boliviano morando aqui. Por exemplo, lá, porque eu conheço mais lá do que aqui, tem muitas pessoas que têm colônia⁴⁴, brasileiros. O brasileiro, nós os bolivianos, dizemos que é muito trabalhador, gosta de trabalhar no campo, na agricultura. Tu percorres essa carretera (estrada) e tem muita gente que tem sua colônia e, por ter filhos bolivianos, podem tirar sua documentação boliviana. O fator econômico então não ficaria para trás porque as duas cidades se movimentam através do comércio, tanto aqui como lá.

Eu percebo que nessa fronteira flui a ida e a vinda e tem que ser assim, senão não haveria convívio. No trato humano tudo é igual, tanto de lá quanto de cá, as pessoas se respeitam para serem respeitadas.

O que mudou na nossa vida, principalmente, dos meus filhos, é cultural. Eu falaria na educação que eles estão tendo agora, porque eu tive que trazer eles para estudar aqui. E para eles foi um choque muito grande porque eles não falavam português nem entendiam, pior escrever. Eu já falava, por viver na fronteira, pelo convívio... Lá as pessoas falam mais o português do que se fala o espanhol aqui. Para eles foi muito difícil. Muito difícil porque tendo contato com as pessoas de outra língua você aprende, ainda que não fale muito bem, entende e vai aprendendo a pronunciar as palavras, mas aqui a dificuldade é a gramática. Aqui é muito diferente: vocês pronunciam a palavra e escrevem diferente. O espanhol se pronuncia e se escreve da mesma forma.

Muito antes quando não tínhamos TV a cabo, um canal que dava na Bolívia por ser muito pertinho é a Globo, então tem pessoas que aprenderam a falar com a televisão, nem tanto porque frequentassem aqui, porque só tinha esse canal. Dava desenho, então em muitas pessoas que falam (português) por isso, pela televisão, porque só assistiam esse canal, então obrigatoriamente aprendiam a falar.

Se há uma coisa em termo de cultura que o Departamento de Pando está errando é ensinar a língua inglesa e não o português, porque é fronteira aqui. E

⁴⁴ Pequena propriedade de terra, uma espécie de chácara, localizada em zona rural, onde se desenvolve agricultura familiar.

eu achei muito bom aqui, porque ensinam o espanhol. Na Bolívia as leis são muito diferentes. O Brasil é um Estado Federado e a Bolívia agorinha tem um nome que eu não sei de onde eles tiraram: Estado Plurinacional, então tudo lá é centralizado. Aqui cada estado tem suas próprias leis. Lá a Constituição Nacional que rege todos os departamentos, tanto assim que foi isso que aconteceu, tudo que aconteceu. Porque nós como Estado pedíamos para legislar... Não tudo ao contrário deles, só as necessidades da gente, como por exemplo, na educação: vêm os livros de La Paz com palavras em Quéchua e Aimara, que é uma língua de etnias que falam na Bolívia, no centro da Bolívia e a gente como pandinos, temos nossos índios, temos nossas línguas, e se a gente vai aprender quéchua e aimara porque a gente não aprende primeiro da nossa região, que pode ser o Yaminawa, o Mataco ou outro dialeto? Então era uma briga que a gente tinha: procurar autonomia para nossa região. Dessa mesma forma entrava a educação, porque a gente queria fazer nossos livros, que viessem com os animais que tem na nossa selva, com os produtos para a gente que tem para se alimentar, que tem na nossa selva... Estudar primeiro a nossa região para depois conhecer o nacional, o que tem nos outros estados da Bolívia. O governo boliviano é que a ideia de floresta amazônica para o governo boliviano ainda não existe, ainda não está entendida. Não está entendida. O problema seria esse: se adequar às regiões, as deixar tomarem as decisões.

Eu continuo mantendo a língua espanhola porque já é costume, até pelo convívio, porque se vou falar alguma coisa já sai em espanhol, mas quando a gente está fazendo as atividades eu ajudo eles (os filhos). É muito difícil para mim porque se eu sei falar o espanhol eu também escrevo o espanhol. Então com minha filha que é maiorzinha eu estou aprendendo de novo a gramática, é a que mais se desenvolveu, porque a professora que ela tem, eu fui lá, conversei com ela e ela disse que ia ajudar minha filha no que pudesse e na verdade está ajudando e ela muito aprendeu já. Porque é difícil, para vocês é difícil. Eu escuto aqui que se para vocês já é difícil imagine para nós. Mas ela está indo e os outros também. Mas tem isso da gente trocar as palavras. Um dia ela veio e disse: “Mãe, o que é saudade?” É uma palavra que não tem no espanhol: saudade. A gente procura dar no espanhol uma tradução para essa palavra que vocês têm: saudade. Eu disse: Meu Deus do Céu, minha filha, como é que eu posso dizer? Daí eu disse: É nostalgia de alguém ou de alguma coisa. – O que é nostalgia mãe? – Vamos procurar no dicionário! E assim muitas palavras que ela pergunta. Saudade é uma delas, que não seria nostalgia, mas é a que chega mais perto, porque a gente diz: estou com nostalgia de alguma coisa, mas é no lado mais triste, não é como dizer: estou com saudade de uma comidinha, porque não vou dizer: estou com nostalgia de uma comidinha.

No começo foi muito difícil. Ela pedia: – Mãe, não quero estudar aqui, está difícil para mim. Mas foram passando os dias e ela foi se acostumando, já foi tendo coleguinhas, conversando, então ficou melhor. Mas no início foi um choque para eles (os filhos).

Eles falam que é muito difícil para eles para marchar, por exemplo, no desfile de 7 de Setembro: marcham diferente, mais rápido, levantam mais as pernas. Eles diziam – Ai mãe, não vou desfilar nunca porque não gosto como eles marcham. Então eu disse: fiquem tranquilos por que aqui vocês não desfilam porque são pequenos, mas até cresceram já vão estar acostumados. Até para a gente mesmo, apesar de morar na fronteira, porque são países diferentes, a cultura é diferente.

As crianças vêm de lá com um pouco da cultura e vão crescer com a cultura daqui do Brasil. Então eu posso dizer que vai ser um brasiviano, porque é a interação de duas culturas. Tanto ela aprende coisas daqui, culturas novas, costumes novos, como ela também passa os nossos. Vai tendo uma interação de conhecimentos de brasileiros e bolivianos e eles vão ser brasivianos, porque a gente não pensa em voltar para lá, tanto é que a gente já botou em venda minha casa, porque se resolverem os problemas na Bolívia, não é o caso que a gente queira voltar, a gente quer ficar, quer morar aqui, vender lá para comprar aqui. E eles vão aprender a viver, aprender outros costumes.

Eu gostaria que eles estudassem aqui até a universidade. Eu sou advogada, mas para exercer aqui no Brasil tem que validar. Falaram que eu tenho que fazer um ano a mais ainda, mas se um boliviano estuda no Brasil exerce tranquilo na Bolívia, é só traduzir o diploma. Então eu quero que meus filhos façam faculdade aqui. Para mim seria bom que eles decidissem, quando estiverem maiorzinhos, que vão estudar aqui.

Para a gente que mora aqui é muito comum, a gente vai adquirindo os costumes da fronteira. E eu sempre vinha aqui, tinha mais convívio, tinha amigos, mas para meus filhos foi um pouco mais difícil. Um ano ainda é pouco, mas há muitas coisas: há o colégio, há os amiguinhos, os vizinhos, a convivência. Bem, de fato, eu não voltei mais à minha casa, foi a minha sogra que resgatou os meus objetos pessoais e as coisas da família.

2.4 - DAS MARGENS DO REFÚGIO: O “BRASIVIANO” COMO UMA INTERAÇÃO SOCIOCULTURAL

Quero me situar nas margens deslizantes do deslocamento cultural [...] uma vez que o hibridismo cultural e histórico do mundo pós-colonial é tomado como lugar paradigmático de partida. (BHABHA, 2007, p. 46).

Susy Mejido Vaca começa sua narrativa por sua identidade profissional de advogada. Uma mulher de 30 anos de idade, educada, fala fluente o português e nos recebeu em sua residência sorridente e com finos tratos. O lar, atualmente, passou a ser a maior referência de atuação desta mulher, uma vez que hoje, no Brasil, não advoga em razão da sua nova situação de migrante boliviana refugiada. Esta mulher era uma dentre os diversos bolivianos que haviam saído da cidade de Cobija no ano de 2008, devido às questões políticas da Bolívia, de enfrentamento, envolvendo as cinco regiões e o governo central, em La Paz.

Ao expor esse momento particular de sua história política, Susy Mejido traz reflexões do contexto fronteiriço interamericano que revelam particularidades na experiência social de brasileiros e bolivianos na região fronteira Acre-Pandina na primeira década do século XXI,

outubro/2008. Em sua narrativa ao dizer que *“as pessoas que estão refugiadas aqui são totalmente diferentes das pessoas que estão em meu país e vão para outro país procurar melhoria de vida”*, compreende que os sujeitos em trânsito binacional constituem malhas diferenciadas de migrações.

A história de vida de Susy Mejido traz uma das possíveis causas que impulsionam uma pessoa a migrar. O “refugiado”, na experiência dessa mulher, passa a representar o migrante que sai de seu país como resultado de um fator de incompatibilidade ideológica que, na maioria das interpretações, se contextualiza no campo do domínio político. Por outro lado, o migrante em busca de “melhoria de vida” representa um processo de deslocamento, direcionado ou não, evidenciado pelos sujeitos da vida em trânsito como ações individuais ou coletivas de indivíduos, postos em movimento, seja por causa social ou econômica.

Como migrante motivada por questões políticas, diz: *“foi muito difícil como a gente saiu de nosso país”*. Será que migrar é um processo fácil independentemente da situação? As recordações de Susy Mejido quanto às condições de vida que havia constituído em seu país revelam mudanças familiares: *“lá eu tenho minha casa que é muito cômoda”*; *“eu tenho três filhos”*; *“meu marido sempre trabalhou com comércio”*; *“tinha uma vida muito boa, eu era advogada”*. Esses aspectos são destacados na narrativa como uma forma de expor as contradições daquele momento e, atravessar a fronteira e buscar refúgio no Brasil, foi à única alternativa e resposta para a situação de enfrentamentos políticos vivido em seu país.

O sujeito migrante refugiado, Susy Mejido, se mostra intrigada com a postura dos governantes bolivianos: *“a gente supostamente vive numa democracia”*, e ao mesmo tempo indignada, pois é nos momentos de democracia *“que o país tem que respeitar o seu cidadão... lá não tem isso”*. A sua migração forçada, revelada quando diz: *“a gente saiu de lá praticamente corrido”*, provoca uma reflexão entre formas diferentes de migrar: uma, quando o migrante busca melhoria de vida e toma a decisão por razões econômicas e ou sociais, a outra, a migração forçada em que o sujeito busca refúgio. No primeiro caso, o sujeito entende que a alternativa de migrar é equivalente ao salto qualitativo que espera realizar no país de destino. No segundo caso, o de Susy Mejido, suscita uma imagem do sujeito que cometeu um delito, sendo este o primeiro impacto desse tipo de migrante no país que o recebe.

A questão política colocada nesta narrativa permite perceber a complicada relação entre-fronteiras amazônicas, que até então, se materializava pela relativização provocada por famílias de seringueiros durante os conflitos sociais, intrinsecamente ligados à questão agrária na região acreana, a partir da década de 1970, bem como, aos outros processos migratórios temporários de catadores de castanhas nos seringais bolivianos. Entretanto, essa migração

forçada expõe uma nova forma de relativização dessa fronteira por famílias de refugiados pós-conflitos políticos bolivianos em 2008, sem esquecer, as travessias esporádicas de comerciantes brasileiros (trabalhadores do comércio boliviano) nos interstícios do Rio Acre entre as cidades acreanas de Eptaciolândia, Brasiléia e a cidade de Cobija, bem como, na região do Abunã/Igarapé Rapiã, entre o município de Plácido de Castro e a Vila Evo Morales.

O município de Brasiléia-Acre, para os bolivianos na condição de refugiados, se apresentou como uma alternativa de atravessar a fronteira. A recepção brasileira, através do Estado do Acre, foi entendida por Susy Mejido como uma decisão política interna da sociedade acreana. A este respeito afirma que *“o governador do Acre abriu as portas para as pessoas”*. Visando não pairar dúvida, as palavras desta mulher salientam um valor cultural e político à enunciação do “presente” da sua jornada de migração e da experiência de diáspora vivida por ela, tornada possível em razão das redes de relações sociais e políticas desta região, entre Cobija - Departamento de Pando e Brasiléia/Eptaciolândia - Estado do Acre.

No seu entendimento, a decisão política do governo acreano encontra-se intrinsecamente ligada à integração política da região transnacional do corredor fronteiro Acre-pandino, porquanto a sensibilidade do acolhimento acreano no momento que *“a gente pediu refúgio, não sei dizer exatamente quantas pessoas estão refugiadas; umas sessenta famílias...”* é uma forma de perceber como esta fronteira nacional é também uma fronteira fluída. Essa afirmativa é possível de ser constatada em outra fala, quando reafirma a proximidade entre-fronteiras: *“Por causa da fronteira, no Acre se teve mais notícia do que no resto do país da ditadura, vamos dizer assim, que estava acontecendo na Bolívia”*.

As famílias refugiadas precisavam ser absorvidas no mercado de trabalho do país que as recebeu, como expõe Susy Mejido: *“a gente veio para cá e de uma maneira ou de outra tu tem que trabalhar”*. A partir deste momento é que as estratégias de negociações e renegociações podem ser percebidas no cotidiano desta mulher. A sua narrativa permite perceber a definição dessas negociações através da rede familiar e de amizade. Estas duas redes distintas e inter-relacionadas produziram, em diferentes momentos, formas de renegociação de sua vida.

A rede familiar se apresenta na figura de um primo e da sogra. O primeiro é identificado, na rede de parentesco, quando se refere à casa que a abriga, juntamente com a família. Um imóvel bem situado na rua principal do município de Eptaciolândia. Este lugar de moradia se constituiu ainda como um espaço de trabalho para relocação de Susy Mejido no

mundo do trabalho acreano. A estratégia de haver mudado do município de Brasiléia se torna uma condição para intercambiar e negociar valores de sua cultura através da culinária.

A sogra, boliviana, figura como a segunda pessoa da rede familiar. Esta é apresentada como uma âncora da família no início de sua reposição no cenário do refúgio, sendo descrita como: *“a mãe do meu marido é uma mulher que gosta de cozinhar, ela é profissional na cozinha...”*, nos fazendo lembrar que nesta região de fronteira os pequenos ou médios negócios, ligados ao comércio da alimentação, representados pelas pensões e restaurantes tornaram-se importantes nas cidades de fronteiras.

O diálogo entre-sujeitos redimensiona as decisões familiares do lugar do trabalho de Susy Mejido no Estado do Acre-Brasil. Na conversa com a sogra, esta lhe disse: *“Olha, a gente tem que trabalhar de alguma coisa. Se vocês querem eu ajudo vocês aos domingos, daí a gente vende”*. A partir daí, segue na narrativa uma constituição da rede de sociabilidade, fruto de uma amizade antiga do esposo. O amigo é apresentado como proprietário de uma sorveteria e que lhe colocou, à disposição, o espaço para comercializar a sua produção e de sua sogra, também boliviana. Organizados a produção e o espaço *“a gente começou a vender”*. Este foi o começo da estabilidade econômica desta mulher no cenário de fronteira. A sogra é *“especialista em comida peruana, ceviche, arroz com pollo, essas comidas peruanas e daqui do Brasil também. Ela faz uma moqueca muito boa. A gente vendia isso”*. Esses eram os pratos principais do trabalho dessas duas mulheres.

Nesse sentido, Susy Mejido inicia sua reposição no mundo do trabalho na fronteira, com uma culinária diversificada que apresentou resultados positivos. Em decorrência disso, foi necessário outro espaço em Eptaciolândia, que depois de reorganizado, reiniciou as atividades sem mais o apoio e trabalho da sogra por ser uma mulher *“mayor”* (terceira idade).

A rede de amizade, identificada nos *“amigos que conheciam a gente”*, foi formada antes do refúgio para o Brasil. Conta Susy Mejido que a família *“tem muitas pessoas conhecidas aqui também, por ser tão próxima a gente vinha jantar, passear, no supermercado”*. Participava, juntamente com os amigos brasileiros, de momentos de lazer, pois havia *“lugares para tomar banho que a gente sempre frequentava”*. Assim, na narrativa, esses momentos, *“cultivando as amizades”*, no trânsito entre-fronteira são identificados como construções de sociabilidades constituídas por estes sujeitos nos processos espontâneos de encontros, que permitiam maior e efetivo entrecruzo cultural em espaços transnacionais.

Essa rede de amizade ajudou na decisão da continuidade do ramo de negócio da família: *“o pessoal daqui dizia: vocês tem que fazer pollo, frango”*. A partir de então, Susy

Mejido renegociava sua reposição no campo do trabalho com a culinária boliviana: “*o pollo frito com batata, com arroz*”, continuando ligada culturalmente ao seu país.

O importante, ao mostrar essa caminhada, é dar uma ideia do quanto, neste processo de renegociações e apropriação de elementos novos de reposição do sujeito, no mundo particularmente diverso do anterior, Susy Mejido se apropriou da própria capacidade de ampliar e reconhecer oportunidades e reafirmar-se na própria cultura. A mudança radical em sua vida, de mulher advogada e representante constituinte no seu país, começou com a reposição no mundo acreano pela migração forçada. O potencial criativo desta mulher é explicitado em sua narrativa e se inicia quando decidiu apostar na culinária boliviana do “*pollo com batata fitas e arroz*”. Atualmente, a família possui um restaurante “*Pollo Mania*”, situado na Avenida Internacional, no município de Eptaciolândia.

A base da gastronomia do restaurante de Susy Mejido, mostra que tal prato é relativamente conhecido naquele lugar de fronteira, contudo, era necessário um “*segredo*” para torná-lo referência do negócio lucrativo. Lembra a sogra que dizia: “*na cozinha quem faz o segredo é a gente mesmo*”. Recorda-se, naquele instante, com um sorriso de satisfação: “*ela e eu inventamos um segredinho*” e “*graças a Deus está dando certo*” e garante: “*é disso que a gente está vivendo agora*”. Precisamente a reposição econômica e social de Susy Mejido, e sua família, haviam sido restabelecidas no além-fronteiras, ensinando uma lição de vida chamada recomeçar. É no tempo presente que as ações são realizadas e estas ações humanas constituem e se constituem de diversas temporalidades da experiência social.

Susy Mejido, narra que, devido a sua profissão e o exercício da política, morou “*em diferentes cantos da Bolívia, a maioria dos anos [...] em Cobija*”. Os filhos nasceram nesta cidade e ao se referir ao marido, boliviano, expõe a existência de uma inter-relação de brasileiros e bolivianos nesta área de fronteira em razão da amizade.

Em sua experiência de vida neste espaço de entre-fronteiras de amazônicas, passou a pontuar processos de alteridades entre os grupos a partir da “lei”, mostrando a diferença da aplicabilidade desta entre os dois países: “*Com o processo, que a lei não é estática, sempre está avançando, eu vejo a diferença que aqui no Brasil a lei é mais estrita e a pessoa se adequa a ela e na Bolívia falta muito isso. É uma grande diferença, se adequar no sentido de respeitar*”. Por exemplo, do uso do capacete e do cinto de segurança, “uma lei simples” se torna algo marcante no trânsito de pessoas nesta fronteira: “*o cinto de segurança na Bolívia não se usa*”, se configura como um ritual de passagem na ponte Brasil-Bolívia. O cinto de segurança e o capacete são dois elementos que esta mulher apresenta para expor como a aplicabilidade da lei, nesta zona de fronteira, pode ser seguida ou não pelos sujeitos em

trânsito no cotidiano, uma vez que o trânsito de pessoas e mercadorias nesta área é relativamente alto, considerando que Cobija se situa na Zona Franca.

A Ponte Brasil - Bolívia, que liga o município de Eptaciolândia à cidade de Cobija, ou a Ponte de Integração Wilson Pinheiro, entre o município de Brasiléia e Cobija, são signos representantes de fronteiras políticas, que no processo de constituição social são resignificadas popularmente como “*tranca*” ou “*corrente*” (Ponte Brasil-Bolívia) e a “*passagem*” (Ponte Wilson Pinheiro), com valores simbólicos de representações neste espaço de fronteira. Entretanto, se a lei cria um rito que caracteriza o âmbito nacional, localizar o sujeito no processo das trocas, da acessibilidade e da interação entre aqueles que vivem no contexto das fronteiras é fato.

Susy Mejido ainda identifica a família como elemento facilitador dessa inter-relação: “*eu poderia dizer, porque tem muitas pessoas bolivianas que são casadas com brasileiras, que moram lá*”, se compararmos há “*mais brasileiro morando [em Cobija] do que boliviano morando aqui*”. Nesse sentido, os casamentos ou os relacionamentos interculturais, a família e o lar constituem, em conjunto, um processo de interação neste espaço fronteiriço.

Para os bolivianos, segundo esta mulher, o brasileiro “*é muito trabalhador, gosta de trabalhar no campo, na agricultura*”. A partir desta imagem ela passa a identificar outros pontos de interação entre os trans-fronteiriços brasileiros e bolivianos nos espaços das “*colônias*”; na “*carretera (BR-317, Estrada do Pacífico - Assis Brasil) e tem muita gente (famílias brasileiras) que tem sua colônia*”. O registro dos filhos de brasileiros com “*documentação boliviana*” e, por último, o “*comércio*”, que absorve comerciários brasileiros, são elementos ressaltados por Susy Mejido que reconhece os processos de interação nesta fronteira.

Nesse sentido, esta fronteira representa uma zona de contato entre cidades interamericanas e amazônicas, em razão do “*convívio, no trato humano tudo é igual*”. Quando essas observações partem do sujeito, refletindo seu próprio contexto-social, dinamiza a narrativa, pois memória e cotidiano social se intercalam permitindo que sujeito e narrativa possam ser analisados como objetos e sua subjetividade integrada ao corpo da análise gera maior reflexão, pela forma como o sujeito retoma a explicação para expor sua vivência como uma experiência amazônica nos interstícios dos rios Abunã e Acre. Pedimos para que Susy Mejido nos explicasse as mudanças que ocorreram no seu e no cotidiano familiar, passando a classificar as mudanças por ordem de importância, assim narrou “*principalmente, cultural eu falaria na educação que eles [filhos] estão tendo agora*” descreve a questão de educação como “*um choque muito grande porque eles não falavam o português nem entendiam e, pior*

escrever” diferente dos pais que falavam, “*pelo convívio, pois lá [Cobija] as pessoas falam mais o português do que se fala o espanhol aqui [Acre-Brasil]*”. Isto explica o nível de interação entre brasileiros e bolivianos, ao mesmo tempo em que aponta para uma situação de influência e dominação.

A dificuldade apresentada pelos filhos de Susy Mejido é uma preocupação quanto ao entendimento dos estudos a “gramática”. Contudo, ela entende que “*o contato com as pessoas de outra língua você aprende, ainda que não fale muito bem, entende e vai aprendendo a pronunciar as palavras*”. A diferença entre os dois idiomas, que esta mãe destaca, encontra-se entre pronúncia e escrita da palavra. Enquanto no “*espanhol se pronuncia e se escreve da mesma forma*”, no português se pronuncia e escreve diferente.

Ela também explica o aprendizado da língua portuguesa entre os cobijeños a partir do cotidiano dos lares: “*muito antes [apenas] um canal [chegava] à Bolívia [à cidade de Cobija] por ser muito pertinho [era o canal da] Globo, então*”. Isso implica dizer que existem bolivianos “*que aprenderam a falar [português] com a televisão*” e nem sempre em razão do trânsito entre as cidades ou porque “*frequentassem aqui*”. Neste sentido, a rede Globo de televisão é apresentada como o veículo de comunicação de massa em razão da cobertura além-fronteiras: “*porque só assistiam esse canal, então obrigatoriamente aprendiam a falar*”, se tornando um elemento através da qual era compartilhada a cultura brasileira entre os cobijeños com maior influência na acessibilidade do entendimento da língua portuguesa.

Há uma contradição político-social no processo de interação interamericano importante a ser destacada na fronteira pandina: mesmo se constatando, a partir do cotidiano cobijeño, a influência da língua portuguesa entre os bolivianos do Departamento de Pando, nas “*escolas públicas se ensina a língua inglesa e não o português*”. Tal fato, para Susy Mejido, está errado “*porque é fronteira aqui*”. Enquanto que no Estado do Acre as escolas públicas ensinam o idioma espanhol “*eu achei muito bom aqui*”, principalmente, nas áreas de fronteiras, e os sujeitos brasileiros não dominam e não fazem uso da língua espanhola no cotidiano. A que se deve essa contradição? Nesse momento a narrativa desta mulher se torna alto explicativa do próprio refúgio na região acreana, aqui reapresentamos uma parte do pensamento para enfatizar as territorialidades culturais em disputas no contexto político boliviano deste espaço de fronteira:

Na Bolívia as leis são muito diferentes. O Brasil é um Estado Federado e a Bolívia agorinha tem um nome que eu não sei de onde eles tiraram, Estado Plurinacional, então tudo lá é centralizado. Aqui cada estado tem suas próprias leis. Lá a Constituição Nacional que rege todos os departamentos, tanto assim que foi isso que aconteceu tudo que aconteceu [a migração forçada –

refúgio]. *Porque nós como Estado pedíamos para legislar, não tudo ao contrário deles, só as necessidades da gente, como por exemplo, na educação vem os livros de La Paz, com palavras em Quéchua e Aymara, que é uma língua de etnias que falam na Bolívia, no centro da Bolívia, e a gente como pandinos, temos nossos índios, temos nossas línguas, e se a gente vai aprender quéchua e aymara porque a gente não aprende primeiro da nossa região, que pode ser o Yaminawa, o Mataco ou outro dialeto. Então era uma briga que a gente tinha, procurar autonomia para nossa região. Dessa mesma forma entrava a educação, porque a gente queria fazer nossos livros, que viessem com os animais que tem na nossa selva, com os produtos para a gente tem para se alimentar que tem na nossa selva estudar primeiro a nossa região para depois conhecer o nacional, os outros Estados da Bolívia.*

A complexidade desse trecho da narrativa encontra-se intrinsecamente ligada à situação de conflitos políticos e ideológicos que esta mulher vivenciou durante o processo de discussão para elaboração da nova constituinte do Estado da Bolívia, pois era uma representante política do Departamento de Pando, à época, e estava politicamente envolvida nos debates e decisões políticas entre o governo central e a questão política dos cinco departamentos. Estes, em busca de “*autonomia para nossa região*” através da resistência ao domínio e à centralização do poder, em La Paz.

Entretanto, nesta parte da narrativa, traz à tona as implicações sócio-históricas da Bolívia, marcadamente desde o processo colonizador, e a própria organização social pós-independência, que produziu uma diversidade cultural e social, que atualmente, refletem nos conflitos político-ideológico entre o altiplano e a zona tropical boliviana. Para a constituinte Susy Mejido, a situação presente significava que o governo boliviano não tinha uma ideia de floresta amazônica, “*não está entendida, o problema seria esse, se adequar às regiões, deixar [que] elas tomarem suas decisões*”.

Ao narrar seu cotidiano afirma continuar mantendo a língua espanhola, pois “*é costume, até pelo convívio, porque se vou falar alguma coisa já sai em espanhol*”. Porém, ressalta que nos momentos de acompanhar os filhos nas atividades escolares as dificuldades advindas da construção indenitária da representação cultural boliviana e o universo consolidado no “*falar o espanhol*” e “*escrever espanhol*”, diante da necessidade do aprendizado escolar, apresentam processo ambíguo de integração dos idiomas desta fronteira, português e o espanhol. Desta forma, é no cotidiano que as interações e as margens permitem pensar o hibridismo cultural⁴⁵, entendido a partir do aprendizado de uma nova “gramática”

⁴⁵ Segundo Peter Burke “hibridismo cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios da cultura - religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, literatura ou na música.” BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2003. p. 23.

que representa para além do “código” de palavras, uma mensagem culturalmente constituída⁴⁶.

Durante esse aprendizado “*a gente troca as palavras*”. Este encontro cultural não é tão simplesmente um trocadilho, pois as palavras possuem significados que são próprios de um contexto social, como o exposto por Susy Mejido: “*ela veio e disse: Mãe, o que é saudade?*”. Esse tipo de pergunta, aparentemente simples, gerou angústia naquela mãe, porque é “*uma palavra que não tem no espanhol*”. Esta intrigante “*saudade*” é exposta como algo complicado para ser explicada: “*Meu Deus do Céu minha filha como é que eu posso dizer?*”.

⁴⁶ Embora não seja a intenção neste trabalho apresentar uma discussão acerca da língua e linguagem, é importante indicar os estudos elaborados por Peter Burke na obra “A arte da Conversação”, como uma abordagem histórica sobre este assunto. Segue uma síntese acerca desta questão apresentada por BURKE (1995). Segundo este autor o século XIX a língua [foi pensada] como um organismo que “cresce” ou “evolui” por meio de estágios definidos e que expressa os valores ou o “espírito” da nação que a fala. As preocupações deles eram nacionais e não sociais a consciência da importância social das variedades de fala [já era plausível] na Itália [do] século XVI, “pela primeira vez, a língua passou a ser considerada um fenômeno primordialmente social”. (Crowley, 1989). Século XIX, o sociólogo inglês Herbert Spencer já aconselhava a pesquisa histórica a respeito do que chamava de “o controle exercido por uma classe sobre outra, como mostram as práticas sociais” (Spencer, (1861, p. 26.). Vablen, atento aos fenômenos linguísticos ao formular sua famosa “teoria da classe ociosa” (Vablen, 1899; Hall, 1960). Bakhtin ao criticar Saussure – linguista estruturalista desenvolveu a teoria da “heteroglossia”, segundo a qual uma língua é resultado da interação ou conflito entre formas diferentes de linguagem que estão associadas a grupos sociais diferentes e seus diversos pontos de vista, de forma que cada usuário da língua tem que se apropriar dela a partir da boca dos outros e adaptá-la as suas próprias necessidades. (Bakhtin, 1929, 1940. Sobre ele, Clark e Holquist, 1984, cap. 10). Fritz Mauthner desenvolvendo a ideia de Nietzsche de língua como uma “prisão”[...] afirmou que “Se Aristóteles tivesse falado chinês ou dacota, teria produzido um sistema de categorias lógicas totalmente diferente”. (Mauthner, 1902-1903, v. 3, p. 4. sobre ele Kuhn, 1975, esp. p. 73ss. Sobre Nietzsche, Strong, 1984, cap. 6). Whorf, argumentando que as ideias fundamentais de um povo sua concepção de tempo, espaço são moldadas pela estrutura de sua língua, seus gêneros, tempos verbais e outras formas sistemáticas e gramaticais. (Whorf, 1956). Antoine Meillet (França) ainda comprometido com uma abordagem histórica, descrevia a língua em termos durkeimianos como “ eminentemente um fato social”, argumentava que “[as] línguas servem para expressar a mentalidade dos falantes, mas cada uma constitui um sistema altamente organizado que impõe sobre eles, que lhes dá forma ao pensamento e somente se rende à ação dessa mentalidade de modo lento e parcial. (Meillet, 1921, p. 12, 210). Lucien Febvre, demonstrou sua teoria sobre a relação entre linguagem e mentalidade em um estudo sobre F. Rabelais e o problema da descrença [argumentando] que o ateísmo era impossível no século XVI, entre outros motivos devido à falta de conceitos [...] que pudessem corroborar com tal visão de mundo. (Febvre, 1942, p. 385ss). Uma sugestão de que Marc Gbloch teria aprendido com os linguistas, especialmente Meillet, o método comparativo que tanto valorizava (Goch, 1939- 194, cp. 5, parte 2; Wlker 1980). Reinhart Koselleck, interessam-se pela língua como fonte para a “história de conceitos” e não com o falar ou o escrever como atividade humanas merecedoras de atenção histórica por si mesmo. (Brunner, et all, 1972, - 1990. Koselleck, 1979. Cf. Grunert, 1974). Historiadores do pensamento político, se utilizaram da língua [...] enfocaram as mudanças naquilo que às vezes chamam a “linguagem da política” e a “linguagem do trabalho”. (Pocock, 197, especialmente Cap. 1; Pagden, 1987; Briggs, 1960; Sewell, 1980). Peter Burke objetiva, ao sugerir que existe ou deveria existir entre eles o que chama de “espaço conceitual” para uma terceira abordagem [que] poderia ser resumida como uma tentativa de acrescentar uma dimensão social à história da linguagem e uma dimensão histórica à obra de sociolinguistas e etnógrafos da fala. A noção de “comunidade de fala” tem sido criticada [e a de] comunidade [no geral] por pressupor um consenso social e ignorar o conflito e a subordinação. (Calvet, 1987; Pratt, 1987; Williams, 1992). Ao se posicionar Peter Burke critica esta rejeição da ideia de comunidade afirmando que a solidariedade e o conflito são lados opostos de uma mesma moeda. Os grupos se definem e forjam solidariedade ao longo do conflito com outros. Portanto, a crítica à ideia de “comunidade de fala” depende da maneira pela qual o conceito é usado. BURKE, Peter. **A arte da conversação**. S. Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1995.

Mesmo assim esta mulher buscou uma palavra que traduzisse esse sentimento, apresentando como sendo “*nostalgia de alguém ou de alguma coisa*. A multiplicidade dos questionamentos da filha de Susy Mejido, Diana de 11 anos de idade: *O que é nostalgia mãe?*”. “*Vamos procurar no dicionário*”! Mostra um começo para esta nova geração de migrantes que também é conflitante: “*mãe não quero estudar aqui, está difícil para mim*”.

Outro exemplo “marchar” no desfile de Sete de Setembro, exposto numa situação modo de fazer o ato. Ao afirmar que “*marcham diferente, mais rápido*” expõe um estranhamento próprio do entre-lugar, do encontro cultural, ressaltando sentimentos que exprimem as diferenças de como cada grupo concebe a forma de marchar: “*ai mãe não vou desfilar nunca por que não gosto como eles [crianças brasileiras] marcham*”. E conclui “*até para a gente mesmo, apesar de morar na fronteira, por que são países diferentes, a cultura é diferente*”. Diante de todo esse processo Susy Mejido tem na educação dos filhos “*eu gostaria que eles estudassem aqui até a universidade*” no momento presente. Uma forma de negociar os valores que intercambiam na escola, pois “*se um boliviano ou brasileiro estudar no Brasil exerce tranquilo [sua profissão] na Bolívia, é só traduzir o diploma*”. Assim, os questionamentos e o modo de “marchar” mostram os sistemas culturais em constituição nesse espaço contraditório e ambivalente. Um processo de culturas híbridas. Como afirma Homi Bhabha:

[...] o reconhecimento teórico do espaço-cisão da enunciação é capaz de abrir caminho à conceitualização de uma cultura *internacional*, baseada [...] na inscrição e articulação do *hibridismo* da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o “*inter*” – o fio cortante da tradução e da negociação, o *entre-lugar* – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do “*povo*”. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos. (BHABHA, 2007, p. 69).

A situação apresentada pela família desta mulher, como ela se refere: “*no início foi um choque para eles*”, demonstra que em migrações forçadas há um processo de ajustamento do sujeito ao novo modo de vida. Nesse sentido, o tempo de convivência escolar com os “*coleguinhas*” é entendido como um processo em que o sujeito foi se “*acostumando*”, mas a convivência permitiu tanto à mãe como aos filhos renegociarem valores culturais e se apropriarem do vocábulo. Assim, a partir das observações do cotidiano vivenciado por esta família a geração dos filhos que migraram da Bolívia trazendo “*um pouco da cultura e vão crescer com a cultura daqui do Brasil*”. Nesta perspectiva de somas é possível identificar um sujeito culturalmente hibridado: “*eu posso dizer que vai ser um brasiviano*”. Neste

entendimento a nova geração se apresenta como representante de uma “*interação de duas culturas*”, tendo na ideia da aprendizagem de reciprocidades “*aprende coisas daqui, culturas novas, costumes novos, e também passa os nossos*”, uma forma de alteridade social. Neste princípio é que se pode vislumbrar “*uma interação de conhecimentos de brasileiros e bolivianos e eles vão ser brasivianos*”.

Portanto, o termo “brasiviano” expressa para além de uma locução pátria/nação e ganha sentido como um termo constituído a partir da entre-condição dos processos de alteridade dos grupos nesta fronteira, passando a representar uma interação de culturas neste espaço interamericano e amazônico.

III CAPÍTULO “BRASIVIANOS”: VIDAS EM MOVIMENTOS OU FRONTEIRAS (RE) VISITADAS?

[...] jornadas de migração e seus viveres diaspóricos. Esses objetos de estudo exigem a experiência da ansiedade para se incorporarem na construção analítica do objeto da atenção crítica: narrativas das condições fronteiriças de culturas e disciplinas. (BHABHA, 2007, p. 294).

As transformações sociais ocorridas no corredor fronteiro pandino, neste início do século XXI, traz à tona a problemática dos deslocamentos dos trabalhadores brasileiros além-fronteiras que se constituíram historicamente, sob a lógica do extrativismo da borracha, no grupo de trabalhadores “brasivianos”, a partir da década de 1970, quando centenas de famílias de seringueiros expropriados e desenraizados, durante os conflitos de terra no Estado do Acre, seguiram rumo aos seringais pandinos-Bolívia, às margens dos Rios Abunã e Acre.

O objetivo deste capítulo é reconhecer as vozes dos sujeitos, especificamente, a partir da narrativa de Francisca Pinheiro Pinto, e analisar, de que forma alguns aspectos da convivência socialmente constituída pela comunidade brasileira na zona de fronteira pandina-Bolívia, possibilitou perceber a inserção do seringueiro clandestino nesse país. Importante também reconhecer as determinadas práticas de utilização dos recursos que circulam por meio de laços familiares, sociais e conexão entre pontos específicos, na origem e no destino, em questões que envolvem o migrante retornado, particularmente, com a possibilidade da volta desse migrante aos seringais pandinos, depois de cadastrados no programa de Reforma Agrária – SIPRA/2011, o que permite reconhecer a própria comunidade de migrante internacional.

A posição análoga à definição de fronteira nacional, brasileira e boliviana, atribui ao termo brasiviano uma inflexão associativa sob duas bases antagônicas de nacionalidade e território, que expressa o conflito sócio agrário de que é portador, como uma forma de ocupação do território boliviano constituindo um conceito baseado no deslocamento espacial de seringueiros, marcadamente em razão das transformações da propriedade e do modo de uso da terra no Estado do Acre, a partir da década de 1970.

Entre outros fatores, a concentração da propriedade da terra oficializada e a criação do campo destinado à pecuária do tipo extensiva, consequentemente, ao projeto agropecuarista vencedor, gestou os conflitos sociais entre fazendeiros, grileiros e posseiros pela terra no campo acreano, durante as décadas de 1970 e 1980. Associados a estes fatores, os Projetos de

Assentamentos desenvolvidos no Estado do Acre, a partir da década de 1980, evidenciam as orientações das políticas públicas vinculadas à nova ordem econômica agropecuarista, bem como, a partir da década de 1990, a criação de como O PA Triunfo, PAE Porto Dias e as RESEX Chico Mendes⁴⁷, sugerem o último elo de uma tríade operacional legalizada, que a seu turno, “impeliu” uma parte considerável de famílias de seringueiros para as correntes do êxodo rural e o deslocamento para os seringais bolivianos.

Estas famílias se instalavam em seringais e colocações de brasileiros já radicados naquela região, sem uma autorização do setor de imigração ou mesmo uma definição legal da posse da terra em território boliviano. Estes sujeitos continuaram trabalhadores do extrativismo, atividade econômica ainda exercida nesta região, embora a partir da década de 1990 outras atividades se tornam mais visíveis como a agricultura e a criação de gado e, conseqüentemente, a repercussão da fronteira pandina na primeira década do século XXI.

Desta forma, tomamos as características gerais, aqui apresentadas, como um ponto de partida que permite circunscrever estes sujeitos sociais em sua dimensão sócio espacial de forma a particularizar o grupo de seringueiras e seringueiros “brasivianos” dos demais seringueiros da Amazônia Sul-Occidental, bem como, evidenciar a condição social de clandestinos e “sem direito” desses homens e mulheres migrantes.

Assim, os espaços interamericanos amazônicos, dos seringais e colocações que se constituíram nos interstícios das margens das águas de rios, igarapés e “braços de rios” da floresta amazônica transnacional, como zona de contato, evidenciam nas pegadas de homens e mulheres em processos históricos diferenciadores, tanto em temporalidades como na circunscrição do lugar gestando territorialidades invisíveis de trabalhadores brasileiros “clandestinos”, que possibilitaram através das experiências de vida identificar tanto as diferenças como as diversidades culturais no país de destino. Principalmente as redes sociais, estruturas por onde circularam recursos para a convivência da comunidade “brasiviana” em território boliviano, bem como, perceber nos conflitos⁴⁸ sociais, recentes na região de

⁴⁷ A historiadora Maria Benedita Esteves (2005), presente em reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília descreve a imagem que os seringueiros das reservas extrativistas tinham dos “brasivianos”: um *trabalhador brasileiro nos seringais bolivianos* e, sem possibilidade de adquirir os mesmos direitos daqueles trabalhadores nas reservas extrativistas, e revela a situação desses sujeitos situação no relatório de uma reunião entre os assentados nas chamadas reservas extrativistas e os representantes do Estado.

⁴⁸ Os meios de comunicação escrita, falada e eletrônica, imprensa local e nacional, publicou entre os anos de 2007 a 2010, dezenas de matéria envolvendo a fronteira entre Brasil e Bolívia na região da Amazônia Sul-Occidental sobre questões dos trabalhadores brasileiros, especificamente, as situações de conflitos entre grupos de bolivianos e seringueiros ocupantes, alguns há mais de quatro décadas, de áreas de seringais e colocações na chamada Área de Segurança Nacional da Bolívia. Pode-se citar entre outros, a matéria **Brasil procurará assentar agricultores expulsos da Bolívia**: “Pelo menos 150 famílias de agricultores ameaçados de expulsão de terras na fronteira entre Bolívia e Brasil poderão reconstruir suas vidas do lado brasileiro, em região próxima ao

fronteira, a perspectiva do retorno ao Brasil, a partir de 2010, que possibilitam explicar este processo particular no contexto da migração internacional.

Sob o aspecto do rearranjo de migrações direcionadas, apresentada pela diplomacia brasileira ao negociar a permanência ou a saída daqueles sujeitos, expõe dois fatores aparentemente opostos, mas, inter-relacionados, o primeiro diz respeito ao interesse de manter a hegemonia da Política Exterior no Cone Sul e, o segundo, ao mesmo tempo, contemporizaria a situação política com a Bolívia e com as famílias de trabalhadores brasileiros, clandestinos na fronteira pandina e “sem direito” a terra no Brasil ou na Bolívia, como assinala as diretrizes do Acordo Bilateral/2008:

Os recursos serão destinados à concepção e desenvolvimento de Projetos destinados à ocupação econômica de brasileiros que devem ser deslocados das áreas de fronteira e, também nacionais bolivianos [...] Objetivo de fortalecer a cooperação com a Bolívia nas áreas de desenvolvimento agrário, agricultura familiar, política fundiária e reforma agrária, de forma a permitir a regularização migratória, a solução de pendências fundiárias e a sustentabilidade de famílias brasileiras que vivem e exercem atividades econômicas em áreas de segurança da fronteira do Departamento de Pando, na Bolívia, com o Brasil. (Acordo Bilateral entre Brasil e Bolívia/2008).

Contudo, antes de iniciar o processo de deslocamento, é importante lembrar os conflitos velados, a partir de 2008 no interior da fronteira, envolvendo brasileiros e bolivianos e a resistência de algumas famílias em permanecer nas suas colocações criaram a perspectiva do retorno, tendo como resultado o Plano Emergencial – INCRA e consequente assentamento de 95 famílias no Projeto de Assentamento Triunfo – município de Plácido de Castro e 60 famílias no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos – município de Brasiléia.

Assim, as transformações sócio espaciais ocorridas neste corredor fronteiro, no início deste século, ao envolver a Comunidade “brasiviana” na perspectiva da sua permanência ou não na região fronteira de Pando-Bolívia, revela a condição social destes sujeitos fronteiriços, clandestinos e sem-direito, e a questão social da terra em área de fronteira, seja no âmbito da continuidade em áreas além-Segurança Nacional Boliviana, na situação do retorno ao Brasil e, ainda, da resistência em sair dos espaços historicamente ocupados.

Através dos “brasivianos”, sob o véu invisível da clandestinidade, tornaram-se visíveis a ambivalência de ser e não ser ao mesmo tempo e o chão espacial fronteiro, onde se

Estado do Acre. Segundo informações da Agência Brasil, uma ação conjunta entre os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Agrário, com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Governo do Acre e prefeituras, possibilitará infraestrutura para que ocorra o assentamento dessas famílias”. (http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1509312-9356,00-.html). Acesso em 02 de abril de 2014, às 05h:12m.

movimentam e realizam suas experiências sociais como territorialidades constituídas por homens e mulheres. Aqui apresentamos a narrativa de Francisca Pinheiro Pinto “*É isso a vida*” num contínuo diálogo entre sujeitos visando compreender como se forjou uma identidade no trânsito do entre-lugar de fronteiras líquidas.

Ao chegar à casa de dona Francisca Pinheiro Pinto, uma mulher de 46 anos de idade, na estrada AC-40, no dia 29 de junho de 2012 às 09h. Em nosso segundo encontro, ela estava sozinha e ao perceber nossa presença mostrou-se sorridente. Escolheu um local para realizarmos a entrevista ali na entrada da casa, disse: “*esta é minha casinha*”. Tudo muito limpo e arrumado, mesmo que algumas coisas estivessem pelo chão da casa. Sentamo-nos próximas. Como já havíamos combinado aquele momento, apenas foi lembrada de que seria usado o gravador durante a entrevista.

A família foi cadastrada pelo Consulado Sazonal boliviano, Puerto Evo Morales sob o Registro Geral nº 502. O traslado da Bolívia para o Brasil ocorreu em 09 de novembro de 2010, durante o processo de retorno de famílias brasileiras dos seringais de Pando-Bolívia. José Martins de Moura Filho, o esposo de Francisca Pinheiro, o casal foi beneficiado do INCRA-AC, e receberam uma casa em alvenaria, com uma sala conjugada com a cozinha (pia de mármore), dois quartos e banheiro, que foi edificada em lote de terra de 10 hectares situado no Projeto de Assentamento Triunfo, localizado na zona rural do município de Plácido de Castro, Rodovia AC-40, Km 68.

Francisca nos mostrou seu espaço doméstico: na sala, um banco de madeira onde ela sentou-se depois; um motor de canoa; panelas e louças da casa; arrumada sob a pia e, embaixo desta, os gêneros alimentícios deixados por funcionários do INCRA. Nos quartos, os colchões estavam colocados no chão, sob um deles um mosquitoireiro. Tudo simples, mas, organizado. O curioso é que, ao começar a entrevista na cozinha, o lugar estava cheio de pintos em nosso redor “*meu bichinho, foi tão difícil trazer*”. Este era o cenário do nosso encontro e Francisca conta de forma livre sua experiência na fronteira, ora demonstrando entusiasmo, ora reflexão.

3.1 - “*É ISSO A VIDA*”

Sou Francisca Pinheiro Pinto, nasci no dia 11 de abril de 1966, brasileira, natural do município de Plácido de Castro. Filha de José Américo Pinto e Luzia Pinheiro dos Santos. Divorciada. Atualmente meu companheiro,

José Martins de Moura Filho. Bem, eu morei minha vida toda na Bolívia, passei apenas três meses fora de lá, me casei e voltei. Sempre me vivi como uma fronteira, assim, como uma pessoa em terra desconhecida, pois eu nunca me unia com boliviano. Sempre me senti como brasileira. Nunca me unir com boliviano, aliás, isso é de quase todos os brasileiros que estão lá não se uniram muito com boliviano não. Eu não me sentia bem não! Era uma vontade de vim embora direto, por que era uma coisa sem gosto. Mas, lá não existia vizinhança assim perto não, era umas duas horas de caminhada ou menos de barco. Mas, a gente cuidava um dos outros. Lá não tinha animação de jeito nenhum, a animação que tinha era que às vezes, era a gente ver chegar uns bêbados, isso que pra mim era tristeza.

Havia momentos em que se juntavam para colocar roçado, um adjunto para colocar roçado, mas não era muito comum. Cada um colocava seu roçado. Lá brasileiros um cada qual tinha seu lugar, seu local para cuidar e, aí!... A gente não queria, nós pensávamos, cada qual no seu cantinho. Mas, às vezes quando um chamava, se precisasse, a gente ia trabalhar um dia lá na colocação do compadre. Tinha esse momento, mas cada um tinha o seu. Aí trocava o dia, trabalhava um dia lá outro trabalhava aqui, quer dizer nas nossas terras. Quando um estava apertado pra fazer a gente se unia e ajudava. Só acontecia quando estava precisando de ajuda mesmo. Em outro momento não se fazia não, fazia não, ó! Só fazia pra ajudar um ao outro, mas, todos participavam.

Eu trabalhava na roça, e, aliás, eu trabalhava em todo serviço. Menos nas derrubadas de roçado, mas, brocava, roçava, colocava roçado, plantava e colhia o que plantava para comer (legumes, feijão, milho, arroz). E às vezes eu cortava e ia colher estrada de seringa (trabalho da mulher). Tudo eu fazia, e ainda, quebrava castanha. Só que para o fim eu já não estava aguentando não, já fazia uns dois anos que eu não quebrava castanha. Sentia-me cansada, doente, cheia de problema de saúde.

Eu sabia que meus problemas de saúde esta devido as extravagância que eu fiz na vida no seringal. Eu tive muitos filhos, talvez seja também por isso que eu tive e [...] Trabalhei muito nesta vida. Paria e nunca tive muito resguardo desses três últimos filhos, aí mulher, a gente fica doente! Lá não se tinha parteiras, médico, quem me assistia era alguma pessoa que aparecia. Alguma mulher que tinha por lá ajudava, era assim. Sabendo cortar o umbigo, já era parteira. Lá quase fiz parto, pari sozinha. Só faltou fazer o parto.

Lá dentro da fronteira, lá no seringal da Bolívia eu me sentia assim, não sei nem como explicar... Há! Mas meus filhos, as crianças, gostavam de lá, passavam a maior parte do tempo brincando, assim na mata, eles eram ativos, agora eles estranham: só tem aquele motorzinho, ali. Lá eles saiam para caçar, pescar, remar na canoa e pegar peixe. Isso era a vida que eu aprendi e, meus filhos também. A vida era boa, um viver tranquilo, eu nem me preocupava eles sabiam como ninguém andar na mata, finalzinho da tardinha lá vinham eles com um varal de peixe e, nós comíamos, era tão bom.

Há! Quando se falava em vim pra cá, pro Brasil, eles me perguntavam mãe: - lá tem igarapé pra pescar? Aí, quando eu respondia dizendo: - tem não meu filho. Aí minha senhora, eles diziam: - há!... mãe, não quero ir embora não, não quero ir para um lugar sem nada. E eles ainda hoje têm vontade de voltar para o seringal lá na Bolívia. Os dois menores só falam nisso, um ano quase é essa ladainha. Já os maiores, a menina não, nem sente falta, acha que está melhor aqui. Mas, os menores, eles chegam agora pra gente e dizem que têm

vontade de pescar, comer peixe, caçar como faziam antes lá na colocação e que aqui ninguém come isso, eles tem vontade. Mas, se entende: eles nasceram e se criaram lá e [...], eles sentem falta disso tudo, da vida na mata. Lá o igarapé é pertinho. Nosso lugar é chamado Igarapezinho. Se fosse pelas crianças nem tínhamos saído de lá. As crianças ainda querem voltar.

Agora para o final é que as coisas ficaram ruins [...]. Não a terra para morar, nós tínhamos nossas coisas e vivíamos bem. No início, os bolivianos estavam presentes nós sabíamos, mas, não chegavam assim e nem invadiam o lugar dos brasileiros não, nem mesmo pra quebrar castanha não senhora. Viviam por ali junto com a gente um tempo e iam embora. Alguns que chegavam eram meio nojentos, nem sei, vamos dizer se eles chegassem assim e topasse um roçado eles já mexiam. Se eles acertarem um roçado seu eles vêm todos pelos fundos e tiravam tudo. Mexendo mesmo. Se em casa não estivesse ninguém eles mexiam mesmo. Mas, eu não acho que isso acontecia porque eles achavam que o lugar pertencia a deles não. Não! É porque gostam mesmo. Eles são loucos por macaxeira, milho verde e alguns plantam outros não. Também são loucos por galinha, se chegar assim no terreiro, se não tiver ninguém eles pegam.

Mas, de repente pode até ser que eles mexiam porque pensavam que o lugar pertencia a eles, mas, pra mim, é porque eles gostavam de comer e não criavam e nem plantavam, aí vinha e pegavam o que a gente tinha. Mas, as coisas pioraram de um tempo pra cá, uns cinco anos. Quando chegou certo tempo pra cá eles ficaram assim, começaram a invadir os castanhais. Chegavam ao local dos outros, assim dos brasileiros, quebrando a castanha mesmo, mas, antes não mexia não, em nada. Era muito diferente.

Algumas pessoas contavam pra gente que os bolivianos estavam invadindo as colocações, terras de brasileiros. Alguns disseram que eles invadiam, eles invadiam as matas dos castanhais das colocações por traz. Mas, no nosso lugar não, não invadiram não. Ficamos lá até agora e tudo bem. Eles se acharam assim [...] Porque diz que[...] Inventaram de uma comunidade para nós os brasileiros que morávamos na Bolívia, diziam que os brasileiros que moravam na Bolívia era “comunaro”, assim eles nos chamavam de comunaro eu nem sei o que é isso. Eu não sei o que é na língua deles, comunaro eu acho que eles queriam dizer que os brasileiros não eram bolivianos como eles, aí eles invadiam a colocação.

E outros diziam que não, que aquela área de mata era deles, nós mulheres, eu só ficava sabendo das conversas. Eles, os bolivianos, diziam que nós podíamos quebrar castanha junto com eles. Mas, os seringueiros iam quebrar quê castanha? se quando se chegava ao local onde tinha castanha, no castanhal já tinha uns 10 a 15 bolivianos quebrando castanha?! O que o dono da casa ia quebrar? Que não tinha mais nada! Agora, de onde vinha essa gente toda mulher? [ela faz uma pergunta e em seguida responde] Eles vinham pela Santa Rosa, vinha de Guajará, de Cobija, era desses lugares que eles vinham. Aí eles armavam aquele galpãozinho que eles fazem, aí tem um chefe que faz aqueles acampamentos e traz um monte de gente pra quebrar castanha pra vender pra ele, chamado de patrão dele.

Aí, não deu mais [...] Eu não me arrependo em ter saído de lá não. Lá era mais difícil. Mesmo no tempo que dizem que os bolivianos mexiam na roça, pra falar a verdade, minha, mesmo, nunca mexeram não, mas dos vizinhos mexiam, porque quando morava perto deles pra lá eu não criava nada, eu criava cá no outro lado local, no Igarapezinho de onde nós saímos agora. Contudo, nunca ouvi falar se existiam conflitos quando eles entravam e tiravam a macaxeira.

Olha o tempo inteiro lá na fronteira no rio Abunã, tem momento em que brasileiros e bolivianos entram em contato, sim. É perto, desse local de onde nós tirávamos a castanha. É perto de onde eles ficavam, quando eles vieram tirar também quebrar castanha. Dá mais ou menos uma hora e meia. Fica pertinho, quando nós andávamos tirando a castanha meu marido andava lá eles andavam pra cá. A quebra de castanha era o momento de maior contato. Ah! Era sim.

Às vezes, o chefe deles comprava nossa castanha, porque eles chegaram até proibir da gente de vender castanha para o comprador brasileiro, marreteiro, mais isso agora para o fim. Antes não: tudo era vendido para os brasileiros mesmo. Agora, estávamos quase obrigados a vender pra eles. Tanto eu como meu marido falava com os bolivianos. Ah! Conversava bem. Tem deles que fala bem quase do mesmo jeito que a gente, o português. Mas, eu não falo o espanhol. Ah! Não, isso não aprendi direito. E nem meu marido, também não. Mas, a gente entende quando eles falam. O que fala, mas não muito bem, que às vezes não se entende, ruim mesmo, são os colhas, que eu não entendo nada. Os bolivianos falam que já estão aqui perto da fronteira, falam bem e eu entendo. Quem entrava em contato com a gente era os bolivianos, não era colha não, esses bolivianos falavam bem.

Quando já estava próximo da gente sair de lá, eu já estava com vontade de vir embora mesmo. Eles não me colocaram para fora, apenas saímos, eu queria isso. Alguns brasileiros foram morar mais lá pra dentro da fronteira nesses últimos anos. Eu não conheço ninguém assim, parente ou amigo que foram para lá, mais eu sei que foi muita gente. Mas, sei que não foi ninguém que morava no Rim, na região onde eu morava. Os que moravam no igarapé Rim estão todos aqui, no ramal. Os que moravam no rio Abunã, no Tahuamano aí nos outros cantos, no igarapé Curixã, eu não conheço ninguém e, muitos foram para lá com a OIM.

Eu penso que eles que foram para lá são os que moravam mais perto da fronteira do Brasil. Os moradores do Rim foram os primeiros que saíram, foram os primeiros que pegaram as casas mais próximas, aqui da Vila Plácido de Castro os outros, que vieram por derradeiros, ficaram mais pra lá, nos fundo do ramal. Dizem que agora eles ficaram mais longe daqui do Brasil, além da fronteira. Eles não querem nenhum brasileiro aqui perto da fronteira. Mas, disseram para nós que os bolivianos vão tirar todos os brasileiros dali onde ficava perto do Brasil e não vai ficar ninguém. Mas, há alguns que não querem sair, mas, se não sair é besteira que os bolivianos dizem, vão expulsar.

Mulher, há lugar que tem gente que não tem documento. Brasileiro, não vou menti, não, eu mesma não tinha meus documentos tudo, quando nós saímos de lá de dentro. Eu tirei depois que cheguei aqui. Não tinha o título, o registro tinha, mas não tinha CPF e nem identidade. Eu já tinha lutado para tirar e não tinha conseguido. Porque meu registro estava errado, teve que consertar.

Meu registro estava errado assim: porque quando fui pegar a segunda via no cartório, não me deram o meu, me deram o da minha irmã. Aí quando tirei os documentos e chegaram os documentos não eram os meus era de minha irmã. Fiquei sem registro meu, mas nem precisava. Demorou. Agora eu tenho todos os meus documentos e com meu nome mesmo.

Tem muita gente que não tem documento, deu muito, estavam com uns três anos, lá no igarapé Rim, que o pessoal do INCRA - OIM havia passado avisando que quem não tivesse documentos tirasse pra sair. Mas, ninguém se importou. Não se interessam. Há muito tempo que eles vêm avisando. Aquele Luiz Carlos da

OIM, sempre passava e avisava para gente tirar os documentos, eles avisaram. Eles explicavam tudo. Eles nos convidavam para reunião aqui na vila Plácido de Castro e a gente comparecia e explicavam tudo o que estava acontecendo. Mas, também tinha gente que não quer sair das terras: eram dos pais, sempre viveram por lá. Existem mesmo pessoas que moram na fronteira há muito tempo e como tem! Alguns diziam que essas terras que a gente morava pertenciam ao Brasil. Agora só não sei dizer que ideia é essa que as terras eram do Brasil. Mas, eu os ouvia falarem assim, porque essa ilha de terra que nós morávamos lá na região do Igarapé Rim, as pessoas de lá chamavam de “ilha”. Porque o pessoal falava, os mais antigos se referiam essa terra como uma ilha. Diziam que certos anos, muitos anos, pertencia ao Brasil, daquele lado de lá do Igarapé Rapiará. Diziam que tudo era Brasil, diz que a terra foi emprestada para a Bolívia não sei por quantos anos e, já venceu muito anos, e eles não devolveram. Só vejo o pessoal, os antigos falarem assim, tudo é Brasil. Meu pai era acreano, 30 anos de Bolívia. Morou na Lorena, Igarapé Caramanu.

E quando foi pra vim embora, a gente ficou pensando: pra onde a gente vai? Como que vai ser? Não tinha certeza pra onde ia. Viemos de canoa, a nossa, pra cá, aqui na vila Plácido de Castro. Aí chegamos à escadaria fomos recebidos por médicos e vacinados. Tinha polícia vestida de preto. Aí, mulher, dormimos cedo. No outro dia quando o carro chegou, estava fazendo o almoço, dei de comer para meus filhos, só sei que naquele dia que chegamos não pudemos jantar ali naquele dia não. Foram chegando, e vamos, vamos. Jogamos tudo em cima do carro. Aí o homem disse: as coisas serão transportadas no caminhão e vocês irão de ônibus. E aí eu disse: e o almoço? Vou almoçar, estou com fome! Aí ele disse: não, não, lá tem almoço!

Só sei que, embarcamos tudo e seguimos viagem no ônibus e nossas coisinhas no caminhão. Quando estávamos na estrada, passamos para o caminhão e o homem, o motorista, nos levou para o fim do ramal... Isso ficando tarde, ficando tarde! Daí, quando foi no fim da tarde caiu uma chuva! Aí o homem dizia assim: se chover eu não volto. Se chover eu não posso sair desse ramal. Digo, eu pensei, agora lascou-se!!! Até que conseguimos voltar, sair de dentro do ramal. Aí quando vinha voltando e nós não nos agradamos de nenhuma casa lá de dentro do ramal, aí nos vinha [...] Vinha [...] Até o Zezinho, meu marido, o nome dele é José Martins, já estava ficando [...] é meio chateado, começou a reclamar. A mulher que vinha com a gente disse se acalme seu José sei que o senhor está muito estressado, sei que desde ontem o senhor trabalha, passou a noite sem dormir pastorando as coisas na canoa, mas, acalme-se que vocês, o senhor vai pegar uma terra boa, lá na beira do asfalto tem três casa. Aí, quando chegamos nesta casa aqui, já era lá pelas 19h da noite e chovendo. Aí o carro entrou, aí entrou um pouco e jogaram as nossas coisas tudinho aí. Deram janta pra nós ainda. Ficamos.

Em casa, já todo mundo cansado, aí nós joguemos os colchões velhos pelo chão e... Eu fui ali no igarapé, só era braquiara, mulher, bem aí, encostando a casa mesmo. Aí eu fui, enchi os baldes aqui na biqueira, para nós poder se assear pra poder dormir, que se fosse pra lá não adiantava. Nós jantamos, ajeitamos os colchões pelo chão mesmo e fomos dormir. No outro dia meu marido disse que ia lá na vila. Eu olhei pros lados da casa só era capim. Peguei o tesado rumei para os lados do igarapé, esse aí, e fiz um caminho até o igarapé, peguei, broquei, limpamos e tiramos o basculho tudo. Aí, mulher, vamos capinar!. Agora tá aí

tudo limpo. Aí já se plantou algumas coisinhas. Fizemos um lugarzinho ali para usar de banheiro e [...].

Dias depois, quando o pessoal do INCRA, lá de Rio Branco, teve aqui, eu perguntei se já tinha alguém pra ficarem nessas casas, aquelas aí perto. Aí a mulher disse que não tinha ninguém não. Aí eu contei que eu tinha dois filhos que ainda estavam ainda saindo lá da Bolívia e eu queria que eles fossem colocados aí pra ficar perto de mim. Aí elas perguntaram que dia estava previsto para eles saírem. Eu disse que um era no dia 10 e outro no dia 12. Aí ela disse, tem sim [...] Depois eu olho, tem tempo. Tem como ficar aí, não se preocupe não, tem como eles ficarem aí. Não se preocupe não, vou trazer eles pra aí. Aí trouxe. Eles estão. Meus filhos estão novamente pertinho de mim. Isso aí. Nós viemos em três canoas e três motores, nossa, e aí... Agora as canoas está lá na beira do Rio Abunã se acabando, apodrecendo, porque a gente não usa. Alaga, e aí vai pro fundo do rio. Dois motores de canoa, bons, estão pela casa dos outros, lá na vila, um está aqui, já trouxemos pra guardar em casa. Tá lá as canoas e os outros motores, meu marido está tentando vender, mas só encontrou pessoas que querem pagar pouco. É prejuízo, eu penso a gente sair assim, sabia?

Chegamos aqui em novembro de 2011. Estamos com uns seis ou sete meses. Agora aqui, nestas terras, é nossa. Mas, meu Deus... Tem esse igarapé que passa aí atrás de casa, mais seca e a água dele não presta pra nada, nem pra lavar as coisas. É uma água cheia de ferrugem e tem gosto de ferrugem. Não sei por que, né? Água pra fazer as coisas aqui tem um igarapé, acolá pra cima, que dá uns cinco minutos de caminhada daqui de casa ai lá. É desse igarapé onde nós estamos lavando roupa e trazemos água pra beber e fazer a comida e as coisas de casa. O poço, aqui na nossa terra, não foi cavado. Quando eles vieram, o pessoal do INCRA lá de Rio Branco, meu marido não quis o poço. Mesmo não servia pra nós! Não temos luz para colocar uma bomba e puxar água. Eles disseram que quando viessem colocar a luz traz o material pra limpar e aí quem não quis fazer o poço antes, eles iriam fazer o poço depois. Eu não sei se ele vai querer. Quem manda é ele. Ele acha que nós da casa não precisa. Daqui para o ramal já dá para colocar a luz. Mas..., aqui é nosso, estamos plantando roça e banana, dá pra viver.

Mas, eu vejo os outros. Aqueles que não têm ainda plantio, uns é porque não gostam. Nós não temos costume de plantar nessa época, em maio, é que se plantava a roça no seringal. Plantamos porque não tem outra coisa para fazer. Aí para esperar, setembro e outubro, para plantar ia custar mais chegar. Em setembro já tá grande.

Às vezes penso que outros não vão se acostumar aqui. Eu acho que não e às vezes eu acho que vai se acostumar, mas tem muitos dizendo que muitos vão abandonar e vão voltar pra Bolívia. Eu pelo menos não vou. Tem muita gente, tem uma casa ali que a casa está abandonada há pelo menos uns seis meses, o homem não vem. Está pra Bolívia. Alguns disseram que estão passando necessidade e isso [...] Ah! Aqui se a pessoa não trabalhar fora passa necessidade mesmo, porque não se tem de onde se tire nada. Aqui meu marido, filhos e o genro vão trabalhar fora, em outra fazenda, pra ganhar dinheiro e comprar mercadoria. Meu menino trabalha no ramal, há uma fazenda que sempre tem serviço. Nessa fazenda, eu acho pouco o ganho é só R\$ 30.00 (trinta reais) o dia e é sem almoço, no sol quente.

Aqui está mais difícil porque a gente não tem como fazer dinheiro para comprar nada. Lá na castanha eles podem trabalhar fora para ganhar um dinheirinho, mas, chegamos agora, não tem plantação nenhuma, nem para comer com a família. Eles estão indo embora, de novo, para Bolívia, pela dificuldade. Tem deles que gosta de lá, estão aqui reclamando demais. Eu acho o que eles querem é voltar pra lá. Disseram que não tem casas abandonadas por lá. Sem água, sem onde trabalhar e [...] sem mercadoria, que nós recebemos, em janeiro, como a maioria do povo que veio. Sacolão nós estamos recebendo do INCRA lá de Rio Branco, um pessoal atencioso e prestativo. Mas, não tem sal, sabão e outros [...] É isso a vida.

3.2 - UM SENTIDO DO TRÂNSITO TRANSFRONTEIRIÇO: “ENTRE LÁ E CÁ”

A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma resoluto a ser devorado... [...] a liberdade de escolha e a segurança oferecida pelo pertencimento. [...] As batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que unir. Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir. (BAUMAN, 2006, 85).

“*É isto a vida*”. Com esta frase Francisca Pinheiro, uma senhora de 46 anos de idade, ex-moradora da colocação Igarapézinho, na região do Igarapé Rim, um dos interstícios fronteiriço entre Brasil e Bolívia, sintetiza sua experiência de vida como a visão do presente. Reconhecer a voz desta mulher como sujeito protagonista de uma história é perceber, nas fissuras das temporalidades do vivido, as possibilidades de compreender a dinâmica social das fronteiras interamazônicas para além do mapeamento geopolítico. Assim, sob a âncora de uma memória entrelaçada a outras memórias, se propõe revisitar os interstícios do Rio Abunã numa perspectiva de pensar se a dimensão do silêncio, que ecoa da teia social dos “brasivianos” e de lares interculturais nos interstícios interamericanos dos Rios Abunã e Acre, se manifesta como um processo de territorialização e uma contextualização dos conflitos sociais e do campo brasileiro?

O cenário, em que a entrevista com Francisca Pinheiro ocorreu, é representativo da frase síntese da história que narra de sua experiência em território boliviano. Sentada na salinha de sua casa, localizada no Projeto de Assentamento Triunfo no município de Plácido de Castro, em um banco de madeira que trouxe entre seus pertences, no momento do retorno ao Brasil recorda os tempos entre os estágios de nascer e casar vivendo em seringais bolivianos na região da Província de Abunã–Pando/BO.

Inicia Francisca Pinheiro sua narrativa identificando-se, desde os tempos do seringal na Bolívia como uma brasileira, deslocada sim. Uma mulher fronteiriça em terra (des) conhecida. Ao revelar esse sentimento mostra que o lugar representa um espaço de vida entre-partidas. Mulher que viveu maior parte da vida em seringais bolivianos apresenta o casamento como uma esperança de sair do seringal. Entretanto, o que parecia ser uma saída foi o motivo de retorno ao mesmo lugar de partida.

De acordo com os dados da pesquisa, a colocação Igarapezinho, o lugar social que localiza Francisca e sua família no interior das terras bolivianas, antes do retorno ao Brasil/2011, está localizado na província Abunã-Pando - Bolívia. Assim, a história de vida desta mulher está intrinsecamente ligada a tantas outras histórias, uma vez que esta fronteira no contexto do extrativismo se constituiu como zona de contato após o ano de 1904 (BURCÃO, 1910).

Contudo, a partir da década de 1990 ao se contabilizar que cerca de 85% das famílias brasileiras residentes na Bolívia 45% da prole destas famílias é natural da Bolívia (CEPAMI/1991, p. 19) e, somado a este percentual, encontramos recentemente a existência de 93 famílias que ficaram conhecidas como “famílias mistas”. Isto implica dizer que este espaço interamazônico começa a se configurar como um entre-lugar cultural, marcadamente a partir do nascimento e dos lares interculturais, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 8 - Famílias brasileiras e famílias mistas.

Constituição das Famílias recenseadas		
Nº de Famílias recenseadas	Famílias Brasileiras	Famílias Mistas
132	104	28
58	47	11
124	80	44
22	22	10
336	243	93

Fonte: Relatório OIM/2009, p 14.

É importante explicitar que estamos partindo da compreensão de “famílias mistas” como sendo aquelas constituídas de relacionamentos interculturais, representantes de lares onde um dos cônjuges, companheiro ou companheira, é de outra nacionalidade. Sobre este aspecto, o antropólogo Ronaldo de Camargo Arouck (2001), ao analisar a presença de brasileiros na Guiana Francesa, particularmente quando trata dos símbolos de brasilidade na

Guiana, identifica a “possibilidade de formação de famílias binacionais” (AROUCK, 2001, p. 123), como sendo um dos mediadores entre cultura. Isto implica pensar que as territorialidades da Amazônia compartilhada entre os caminhos da migração internacional permitem reconhecer uma maior aproximação entre-culturas em razão do convívio familiar.

Desta forma, os 45% dos filhos de brasileiros que nasceram no trânsito da migração clandestina em território boliviano, especificamente desde a década de 1970 e, principalmente, as 93 famílias de lares interculturais, localizados nos seringais, apontam para um complexo encontro de culturas que está sendo analisado no contexto da diversidade cultural, uma vez que, das 40 entrevistas analisadas, os elementos simbólicos nacionais mais recorrentes, em cerca de 81% destas, traduzem discursos nacionalistas, a exemplo da resistência do brasileiro, em território boliviano, para aprender a ler e a falar espanhol, o que traz à tona a noção de diferença cultural. Todavia, cerca de 19% das entrevistas de sujeitos que em suas narrativas, entre outras, identificam como “brasivianos” os sujeitos que somam as culturas no trânsito entre-fronteiras, materializado tanto em lares interculturais como nas convivências estabelecidas entre sujeitos binacionais, apontam a diversidade cultural⁴⁹.

Assim, é importante entender, no contexto da diferença cultural, o sentido que Francisca Pinheiro emprega ao afirmar a inexistência de afinidades entre ela e o lugar social na Bolívia, bem como, quanto transporta para as relações pessoais de conveniência, pois ela afirma “*nunca me unir com boliviano*” e, em segundos, ao refletir as próprias palavras busca evitar a assumir um rótulo que poderia estigmatizá-la como pessoa preconceituosa, retoma a fala refletidamente e afirma: “*isso é de quase todos os brasileiros que estão lá, não se uniram muito com boliviano*” enfatiza o coletivo das diferenças culturais.

⁴⁹ É importante fazer uma distinção destas duas noções: “diferença” e “diversidade” cultural. Segundo Homi Bhabha (2007), enquanto a primeira, “a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como “conhecível”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de forças, referência, aplicabilidade e capacidade. [A segunda] diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegida numa memória mística de uma identidade coletiva única. A diversidade pode inclusive emergir como um sistema de articulação e intercâmbio de signos culturais em certos relatos antropológicos do início do estruturalismo. [...] conceito de diferenças culturais [...] atenção para o solo comum e o território perdido dos debates críticos contemporâneos. Isso porque todos reconhecem que o problema da interação cultural só emerge nas fronteiras significatórias das culturas, onde significados e valores são (mal) lidos ou signos são apropriados de maneira equivocada. A cultura só emerge como um problema, ou uma problemática, no ponto em que há uma perda de significado na contestação e articulação da vida cotidiana entre [...] nações. (Bhabha, O local da cultura, 2007, p. 63).

Entretanto, nesta mesma zona fronteiriça outras experiências demonstram perspectivas de integração a partir da constituição de lares interculturais, conforme demonstra o gráfico a seguir, da Província de Santa Rosa do Abunã/2009:

Gráfico 4 – Santa Rosa del Abuná: Famílias brasivianas

A pesquisa constata que os lares interculturais, constituídos pelas chamadas famílias mistas, estão presente nas cidades e no campo pandino, assim distribuídos: no espaço urbano com 12 lares interculturais identificados na pesquisa de campo e outros 93 localizados em espaços do meio rural pandino. No conjunto, estes totalizam 105 famílias interculturais. Ao iniciar o entendimento acerca dos elementos revelados nos dados da pesquisa quantitativa, se considerou os caracteres de ocupação econômica das famílias representante dos lares rurais, no intuito de compreender as articulações entre sujeitos e as múltiplas relações culturais da fronteira em análise. Neste sentido, constata-se que o extrativismo se constituiu, historicamente, como um modo de vida no entre-fronteiras binacionais e tornou possível uma leitura de compartilhamento amazônico tri-nacional: Brasil-Peru-Bolívia. Neste estudo destaca o entre-lugar cultural constituído por nacionais brasileiros e bolivianos a partir desta unidade produtiva. Gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Ocupação das Famílias interculturais – Zona Rural

De acordo com este gráfico, a ocupação econômica das famílias interculturais estabelecidas na zona de fronteira pandina revela as continuidades e mudanças na base de produção destes sujeitos, uma vez que 55% da ocupação das 93 famílias rurais analisadas são de trabalhadores ligados ao extrativismo da borracha e, recentemente 45% destas apresentam uma diversificação da atividade tradicional com sujeitos distribuídos entre outras ocupações: agricultor (11%), pecuarista (5%) e agricultor/pecuarista (29%). Esta última apresenta um crescimento considerável em relação às demais. Uma das razões explicativas para tal fato está relacionada às mudanças estruturais ocorridos na base econômica acreana a partir da década de 1980 e os desdobramentos socioeconômicos para os espaços pandinos habitados por trabalhadores brasileiros que, a partir da década de 1990 apresentaram mudanças significativas no contexto regional (MAIA, 2002 e PAULA, 2005).

Segundo o historiador Sávio Maia (2002), a partir da década de 1990 analisando o cenário socioeconômico com o surgimento das madeireiras e o desenvolvimento agropecuário nesta zona de fronteira, afirma que os trabalhadores brasileiros, estabelecidos desde a década de 1970, passaram a sentir mais incisivamente as formas de sítia-los nos “confins da fronteira” para forçar sua saída. Sob outro enfoque o sociólogo Eder Paula (2005) expõe as implicações do capital no contexto da projeção do MAP⁵⁰.

⁵⁰ Os planos de integração regional, os avanços em infraestrutura e as exigências de uma vida melhor por parte das sociedades da Região MAP geram crescentes demandas sobre os recursos naturais e os ecossistemas. O resultado é que este território tem se convertido em um cenário regional de mudanças globais, onde a pobreza, a fome, as enfermidades, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas são causas de grandes preocupações regionais. Uma alternativa para mitigar esta difícil situação é a integração numa escala local e regional de iniciativas inovadoras relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Com esta integração

Iniciada no ano de 1999, esta se apresenta como uma rede “a”- política de iniciativa e caráter transnacional de estudiosos e organizações não governamentais representantes dos países Brasil, Peru e Bolívia, que se propõem a “redesenhar” no território compartilhado da Amazônia interamericana uma territorialidade ambiental, visando à intervenção e orientação de políticas públicas de uso, gestão e apropriação dos espaços e recursos naturais.

Segundo Carta-mensagem do MAP, este representa:

Região trinacional MAP, na Amazônia Sul Ocidental, está formada pelo Departamento de Madre de Dios (Peru), o Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia) com uma área de aproximadamente de 310.000 km². Esta região contém uma das maiores área de florestas tropicais contínuas conservadas, menos de 8% desta área está desmatada, com grande quantidade de estoque de carbono (mais de 3 bilhões de toneladas de carbono). Estas extensas florestas ajudam a manter a bomba hidrológica que regula o clima e a produtividade da terra no Sul e Sudeste do Brasil e no Norte América do Sul alcançando o Caribe e a Flórida. Em consequência, a Região do MAP contribui significativamente na regulação do clima global e na mitigação das mudanças climática.

Uma das críticas ao MAP, apresentada por este sociólogo, é o esvaziamento dos processos sociais de seu conteúdo político conflitivo e difusão da ideia de uma cooperação internacional mediada por organizações internacionais supostamente comprometidas com o meio ambiente, expondo um processo de “desterritorialização”.

Isso implica dizer que as mudanças ocorridas no contexto histórico da década de 1990, tanto da base produtiva dos seringais pandinos quanto sob a lógica do capital ambientalista, são indicadores do processo de expulsão dos chamados “brasivianos” noticiado pela mídia local e do novo desenraizamento/2009 daqueles homens e mulheres dos interstícios fronteiriços, como resultado da política do governo boliviano baseado na ideia de Segurança Nacional, traduzida e efetivada pelos grupos de camponeses bolivianos despossuídos que passaram a chegar à região e constituíram as condições objetivas dos impactos políticos no plano das fronteiras geográficas do Departamento de Pando–Bolívia, numa perspectiva da retomada de fronteira agrícola, pensada desde a década de 1950, a partir da transferência do trabalhador boliviano para esta região, discutido no segundo capítulo.

Neste sentido, o importante é perceber que, do universo de 616 famílias brasileiras que constam no cadastro do Consulado Sazonal boliviano/2009 vivendo clandestinamente em território boliviano, 93 destas foram identificadas por famílias “mistas”. Assim, ao representar 6% do total geral é um indicador significativo por manifestar no interior boliviano, particularmente nos interstícios interamericanos amazônicos dos rios Abunã e Acre, um

compartilhamento transamazônico promovido pela dinâmica social extrativista, anterior ao modelo do MAP “à ”-político ambientalista. Vale ainda ressaltar que estas noventa e três famílias representam a existência de lares interculturais, nos quais é possível pensar uma forma de interação cultural fluida entre sujeitos, diferentes dos intercâmbios sociais para além-conteúdo institucional.

Uma vez que as especificidades da interação promovida nestes lares encontram-se intimamente ligadas ao convívio doméstico, onde as alteridades são constituídas por laços afirmativos de afetividade e cumplicidade, constituídos entre pais e filhos ao combinarem entre si que os filhos aprenderiam os dois idiomas, por estudarem em escolas bolivianas dominam a escrita e a fala do espanhol, enquanto o espaço do lar se revela como lugar de preservar o português através da conversação visando à aprendizagem do português pelos filhos, esta foi uma decisão materna. Importante ressaltar que é também possível identificar as diferenças culturais veladas no interior do lar intercultural representadas, particularmente, na decisão da nacionalidade dos filhos e pelo domínio do idioma entre os falantes do português e do espanhol.

Acerca da decisão do aprendizado do idioma, a pesquisa de campo tornou possível identificar no cotidiano de mulheres brasileiras casadas com bolivianos, representantes de lares interculturais na cidade de Cobija–Pando-Bolívia, as estratégias de dominação e resistência forjadas no jogo de interação dos sujeitos, como as demonstradas na narrativa de Sandra Azad⁵¹: *“em nossa família conservamos os dois idiomas meus filhos dominam o português falamos em casa e na escola, na sociedade o espanhol, mas, na casa de uma amiga brasileira, também casada com um boliviano os filhos não falam o português, pois ela como mãe optou pelo domínio espanhol para evitar o constrangimento da aprendizagem como ela havia aprendido pela necessidade de pequenas coisas após o parto que não podia fazer. Eles hoje falam um portunhol⁵² carregado. (...) Mas ela, quando encontro durante passeio,*

⁵¹ Sandra Maria Borges Azad, nasceu na cidade de Rio Casca–MG (Brasil), em 1963. É casada com Omar Angel Azad Limpas, boliviano. Ela reside com sua família na cidade de Cobija-Pando-Bolívia e, desenvolve suas atividades profissionais como professora na rede pública estadual, na cidade de Brasília. Entrevista realizada em sua casa na cidade de Cobija, em 2010.

⁵² Recomendamos a leitura de (Enilde Faulstich, 1997); (John M. Lipski, 2011); (Regina Célia do Couto – UNIPAMPA, 36ª ANPED/2013). Os estudos acerca da palavra “portunhol” ou “portanhol” têm apresentado no seu conjunto uma compreensão de cultura híbrida no contexto das fronteiras nacionais entre Brasil e os demais países de latinos americanos, a partir do encontro das culturas nacionais promovidas por homens e mulheres, em diferentes processos de alteridades em razão de palavras da língua portuguesa e da espanhola. A professora Eliana Rosa Sturza do Centro de Letras e Artes da UFSM, expõe o convívio de diferentes grupos no contexto americano como “espaço desterritorializado [que] coloca as línguas de fronteira em contato [...é] marcado por uma heterogeneidade linguística” para afirmar que “a história, constituída por raros pesquisadores não brasileiros sobre a língua portuguesa/brasileira além de nossas fronteiras geográficas, nos chama a ocupar um lugar no debate sobre a língua portuguesa do Brasil que não está circunscrita às nossas fronteiras geopolíticas”. Artigo,

conversas à tardinha, no parque ou na praça, fala o português fluentemente”. Estas formas de interações reafirmam as diversidades e as diferenças culturais.

A narrativa de Sandra Azad, neste fragmento, mostra que existem duas situações envolvendo as interações nos lares interculturais: a decisão que tanto a mulher brasileira (mãe), quanto os filhos bolivianos possam preservar a língua do país de sua origem em dimensões opostas à interação. E em outra, a mulher brasileira, também mãe, que dominou o espanhol e preservou o português para si e os filhos. Se de um lado as estratégias visam submeter o outro a falar o idioma dominante dentro do lar, denotando as diferenças culturais, por outro lado, se identifica “*conservamos os dois idiomas*” em simples “*passeio*”, as conversas à “*tardinha*”, “*parque*” ou “*praça*” entre falantes de um mesmo idioma como uma das formas de resistir à submissão imposta.

Desta forma, se conclui que enquanto as estratégias de submissão, por materializarem uma forma para condição de pertencimento ao grupo familiar tacitamente aceita, podem ser classificadas como dominação tácita. As estratégias de resistência se manifestam de duas maneiras: uma pela decisão de “*preservação*” e “*continuidade*” do domínio do português para si como falante bilíngue, a outra, ao afirmar entre seus descendentes o domínio do espanhol. Mas, o “*portunhol*” ao representar uma alternativa possível da aprendizagem do português, se constitui como uma resistência ambígua própria do entre-lugar cultural de fronteiras.

Desta forma, os filhos de casais interculturais, dependendo da dinâmica interna familiar e do lar, particularmente em áreas urbanas a exemplo da cidade de Cobiya onde fora possível identificar mais acentuadamente a presença da mulher brasileira constituindo lares interculturais, nestes lares em que a mãe brasileira se apresenta atuante no núcleo familiar, os filhos aprendem e falam o português fluentemente. Assim, seja no plano social como a escola, a praça e outros espaços e grupos de interatividade, seja no espaço do lar ao se considerar a permanência dos falantes do português.

Neste mesmo contexto, outro elemento a ser destacado quando se pensa a integração sociocultural nesta zona fronteira são os canais de transmissão de rádio e televisão, a exemplo da Rede Globo e SBT, ao ultrapassarem as fronteiras políticas entre o Estado do Acre-Brasil e Pando-Bolívia e, em razão da audiência de programas brasileiros no espaço do lar, permite perceber a influência cultural brasileira no estilo de vida e ainda facilita o entendimento do português, bem como, a continuidade das conexões culturais dos familiares do outro lado da fronteira.

Ronaldo de Camargo Arouck (2001) ao fazer referência acerca da convivência e adaptação de brasileiros na Guiana Francesa, compreendeu este processo como uma “pseudonaturalidade⁵³” e o aprendizado do francês por imitação a revelar o que chamou de “um linguajar tipicamente crioulo”, afirma que:

[...] Por imitação vão repetindo uma linguagem das ruas com suas gírias e trejeitos típicos da população *créole*. Embora possam se comunicar em alguma medida, o francês é muito mal falado, mesmo por aqueles que já imigraram há muito tempo. A exceção está entre os brasileiros que, filhos de imigrantes, frequentaram a escola regular e que, portanto, têm uma boa fluência e correção sistemática ao falar o francês. [...] Em caso de necessidade, eles são obrigados a se fazer acompanhar de um outro brasileiro que lhes traduz as explicações das assistentes sociais francesas que, diga-se, não falam o português.” (AROUCK, 2001, p. 119/120).

Embora a presença e as situações vivenciadas por brasileiros nos espaços interamericanos e amazônicos, a exemplo da Bolívia e da Guiana Francesa, apresentem as particularidades próprias dos espaços fronteiriços, o importante é destacar a existência de um “linguajar crioulo” (AROUCK, 2001, 119) no espaço pandino, a partir do qual se identificou como sendo o “portunhol”, como resultado de uma aprendizagem do “soma” representante do ambíguo processo de convivência social entre sujeitos binacionais. Assim, o “linguajar crioulo” é um dos elementos que possibilitam uma interação cultural constituída socialmente entre os presentes nas entre-fronteiras interamericanas.

Neste prisma, é importante perceber que no cenário das migrações internacionais apresentadas por imigrantes brasileiros do universo compartilhado da Amazônia interamericana no contexto da década de 1980, é possível identificar, sob o aspecto idioma, diferentes articulações constituídas destes sujeitos no processo de interação cultural, onde as lógicas de continuidade do português e do aprendizado de outro idioma devem levar em consideração as especificidades dos espaços habitados e das relações historicamente construídas.

Assim, enquanto, para um brasileiro “recém-chegado [Guiana Francesa] o desconhecimento do idioma local pode constituir-se em entrave grave [... a] um imigrante ilegal” (AROUCK, 2001, p. 119), nos interstícios dos rios Abunã e Acre, seringais e colocações em território boliviano, naquele período (1980), a falta de domínio do espanhol pelo seringueiro recém-chegado não representou obstáculo à sua permanência na região, uma vez que estes espaços se constituíam historicamente e eram habitados, em sua maioria, por brasileiros.

⁵³ Maiores informações sobre o termo pseudonaturalidade, recomendamos a leitura de Ronaldo de Camargo Arouck: **Brasileiros na Guiana Francesa Fronteiras, e construções de Alteridades**. (AROUCK, 2001, p. 119)

Ao se considerar o espaço social onde os lares interculturais estão localizados, a alteridade se constitui sob as diferentes perspectivas de interação quando se trata de espaços urbanos, onde a mediação das relações sociais é estabelecida por instituições representantes do Estado Nacional e, ainda, de influências mútuas entre familiares pertencentes às duas nacionalidades em contato é possível identificar o impacto do idioma.

Entretanto, a pesquisa apontou, em cerca de 80% das entrevistas, que brasileiros e bolivianos estabeleceram contatos entre si em razão dos entrepostos comerciais e alfandegários, presentes desde o começo da ocupação do espaço boliviano por trabalhadores brasileiros (TOCANTINS, 1978) e, a partir da década de 1970, os seringueiros, imigrantes clandestinos, continuaram seus contatos e relações com nacionais bolivianos. Deste processo outro elemento começa a se fazer presente nesta fronteira identificado no chamado “portunhol” que, na década de 1990, se apresenta como resultado deste intercâmbio promovido, entre outros, por estudantes brasileiros em formação na Universidade de Cobija, nas feiras de produtos agrícolas no mercado central cobijeño e, ainda, entre comerciários com os pequenos e médios empresários bolivianos em decorrência da intensificação do comércio da cidade de Cobija (Zona Franca). Desta forma, além do espaço do lar, a universidade e o comércio local, que configuram lugares de circulação de pessoas, são compreendidos como espaços de trocas e interação culturais.

Sob outro enfoque, os documentos cartoriais, particularmente o registro de nascimento, se constituíram como outra fonte para identificar o poder decisório acerca da nacionalidade dos filhos, principalmente em área rurais, bem como, compreender a complexidade do documento na experiência social de famílias brasileiras em território boliviano, por ser reveladora de uma relação “tempo” e “espaço” nesta região, uma vez que a existência física ou a falta de um documento, seja pelo fato da pessoa não estar portando qualquer documento de identificação ou simplesmente por não haver sido registrada, permite perceber a compreensão dos sujeitos do lugar habitado e as temporalidades de pseudonaturalidade de identidade nacional.

Neste sentido, vale ressaltar que a fronteira pandina–Bolívia tornou-se, ao longo do tempo, para os seringueiros brasileiros um espaço de entrada e saída “livre” de qualquer processo burocrático, no que tange a exigência de documentação para migrar e permanecer naquela região desde antes de 1980⁵⁴. Desta forma, o trânsito “livre” do migrante clandestino

⁵⁴ A pesquisa “**Realidade dos seringueiros brasileiros na Bolívia**” promovida pela Igreja Católica através da Diocese de Rio Branco, Acre –Brasil, o Vicariato de Pando –Bolívia e CEPAMI – Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes – Ji-Paraná –RO/Brasil, 1991.

a partir da década de 1970 se constituiu, pela dinâmica social, uma fronteira porosa e fluida, sendo o convívio um dos elementos de construção de redes sociais, pois este estava firmado na participação do indivíduo na comunidade do seringal ou como trabalhador de uma colocação. Assim, as representações de existência simbolicamente instituída pelos documentos não são negadas, mas, naquele período, não eram exigidos o que permite entender a ocupação e a permanência do trabalhador brasileiro em seringais e colocações na Bolívia sem a obrigatoriedade da identidade de trabalhador documentada.

A história que Francisca Pinheiro nos conta sob seus documentos se assemelha à da maioria dos sujeitos moradores dos seringais bolivianos sem a posse de documento. Ela estava de posse de um registro de nascimento brasileiro que não a identificava como nacional, nem permitia o acesso a nenhum tipo de documento (CPF/ RG/ Título de Eleitor), isto porque diz: *“quando fui pegar a 2º via no cartório, me deram o da minha irmã”*. Ao alegar o equívoco por parte dos agentes do cartório procura justificar o fato de não estar de posse de documentos que comprovem sua cidadania, mas, o que causa estranhamento é a tranquilidade ao dizer: *“fiquei sem registro meu, mas nem precisava”*. Esta frase mostra uma pseudonaturalidade quanto à existência ou não do documento, constituída a partir de experiências das famílias de seringueiros em condição clandestina como uma dinâmica social de interação interamericana dos espaços amazônicos desta região.

Assim, o documento de identificação nacional que dá sentido à ideia de “povo” e “território”, como elementos jurídicos da geopolítica dos Estados Nacionais, ao deixar de ser portador de uma representatividade entre aqueles sujeitos permite pensar a alteridade, constituída historicamente nestes interstícios interamazônicos, como um fator possível para explicar a relação entre estes sujeitos e o território habitado. Pela maneira como lidaram com o “documento”, expõe uma noção de povo e território para além do pensamento jurídico que permite pensar os processos de diversidade cultural.

Neste particular, a pesquisa apontou a partir da análise de 212 processos de “brasivianos” deslocados, no Cadastro de Candidatos Inscrições ao Programa Nacional de Reforma Agrária do SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), que 90% dos documentos analisados, primeira ou segunda via, foram expedidos recentemente por cartórios brasileiros, numa perspectiva que cerca de 190 destes sujeitos permaneceram em média cinco anos em território boliviano sem registro ou posse de um documento de identificação nacional.

Entretanto, como o documento, nos interstícios interamazônicos dos rios Abunã e Acre se manifesta um posicionamento do sujeito quanto à nacionalidade, tornando objeto de

direito e assume um caráter de legalidade, instituído desde a concepção do nascituro. Isto está implícito na exigência do documento repassada pelos órgãos responsáveis pela execução do protocolo bilateral/2008, como o INCRA/Acre e a OIM (Organização Internacional para as Migrações), durante o processo de rearranjo migratório das famílias brasileiras. A partir do ano de 2009 tornou-se obrigatório todos estarem “documentados”.

Neste sentido, a leitura dos documentos considerou a pessoa como personalidade jurídica, como estabelece a Lei Federal brasileira nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Livro I – Das Pessoas; Título I – Das pessoas naturais. Capítulo I – Da Personalidade e da Capacidade. Em seu art. 2º preceitua: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo desde a concepção, os direitos do nascituro”. Dentre os documentos analisados estão os livros de registro do Vice–Consulado brasileiro, com sede na cidade de Cobija (2009 e 2011). Documentos de origem brasileira e boliviana de 212 famílias dos chamados “brasivianos”, entre outros, se encontram o registro de nascimento, casamento, batistério, carteiras de estrangeiria (estrangeiro), certificado escolar, carteira de vacinação e atendimento médico. Uma pequena parte desses documentos é de procedência de instituições bolivianas: cartoriais e religiosas, de setores públicos da Imigração e da Educação e Saúde, que circunscrevem e oficializam a presença desses sujeitos em território boliviano.

O foco da análise, ao privilegiar os registros de nascimento dos cartórios brasileiros, possibilitou constatar que: 1) a escolha da nacionalidade da maior parte dos nascidos em trânsito é notadamente brasileira, em razão dos pais ou um dos cônjuges serem natural do Brasil; 2) ao considerar os itens “filho de” e “declarante” constantes nos certificados de nascimento, mostra que, marcadamente, a paternidade se apresenta como afirmadora da decisão de nacionalidade.

Neste sentido, a análise dos documentos também expõe, entre outras, uma questão de gênero, quando a paternidade se manifesta como reguladora da legalidade nacional dos filhos nascidos neste trânsito cultural de fronteiras. Desta forma, seja esta uma decisão resultado da proximidade fronteiriça, seja em razão de reafirmar a nacionalidade brasileira entre descendentes, evidenciada em entrevistas, a escolha de nacionalidade também funciona como uma estratégia ligada aos benefícios concedidos tanto em relação ao Brasil⁵⁵ (aposentadoria e Bolsa Família), quanto está presente na decisão em registrar os filhos com a nacionalidade boliviana. Neste

⁵⁵ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao homem desde sua concepção, no ventre materno, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Constituição Federal Brasileira, Art. 227).

caso esta se encontra relacionada ao intuito de legitimar a propriedade da terra com a nacionalidade boliviana.

Assim, no contexto das diferenças culturais, se torna possível compreender da narrativa em análise que a insatisfação pessoal de Francisca Pinheiro quanto ao encontro cultural promovido em sua experiência, encontra-se intrinsecamente ligada há uma vida invisível, “desconhecida”. As questões sociais impostas, desde o nascimento e crescimento desta mulher nos seringais bolivianos, implicam um viver em trânsito o que condiciona o sujeito numa ambiguidade provocada por um sentimento de não pertencimento.

Ao materializar, em palavras, a memória das experiências que havia passado Francisca Pinheiro assinala, sob a perspectiva de sair, uma forma de denunciar a angústia de um viver no entre-lugar que representa o trabalhador latino amazônico despossuído em busca de reconhecimento e direitos. Embora, tenha constituído redes de solidariedades durante o tempo vivido nos seringais, contido na ideia do “partejar”, consagrada ao nascimento dos filhos no seringal e, de “vizinhança”, caracterizada em horas de caminhada por varadouros aberto em meio à floresta ou de barco pelos rios e igarapés, denota que as distâncias percorridas entre sua casa e outra mais próxima singulariza um viver múltiplo de interações sociais e ambientais. Entretanto, mesmo diante da distância associada ao sistema de vizinhar, não deixa de ressaltar os ecos de solidariedades que vivenciou como uma aprendizagem valiosa daquela vida, onde *“a gente cuidava um dos outros”*.

Reconstituídos nas malhas finas de uma memória fugidia, percebida pelo olhar que lança, através de uma pequena janela, o espaço vazio do campo onde se encontra agora, apesar da distância que as caminhadas impõem àqueles homens e mulheres, mostra que esses sujeitos construíam entre si redes de auxílios mútuos, seja no campo do trabalho através do adjunto, uma espécie de mutirão do trabalho coletivo na formação do roçado. Mas adverte: estes eram momentos raros entre as famílias, sendo realizado apenas quando havia necessidade. Onde as horas de trabalho eram compartilhadas para assegurar a sobrevivência de outra família.

Em outra ocasião, a solidariedade é identificada no nascimento de uma criança, ao afirmar que - “quem me assistia era alguma pessoa que aparecia. Alguma mulher que tinha por lá ajudava”. Neste sentido, o parto ou mesmo o ato de parir se configura como uma ação que evidencia outras redes de amizades e, também de compadrio. Mesmo quando as lembranças retrataram situações de haver uma forma de animação evidenciada pela embriaguez apresenta por esta mulher, sob uma conotação de pesa mostra que as condições

humanas, ali representadas por um bêbado, era algo digno de ser reconhecido como a dignidade social ou mesmo como propósito do auxílio humano.

Nesta perspectiva, a narrativa apresenta a sensibilidade de uma mulher, criada e que viveu em meio à floresta boliviana, como uma forma de dar sentido à própria condição de vida e dos processos sociais excludentes ao considerar o “bêbado” daquele instante. Através da figura de um homem embriagado manifestou as circunstâncias de vida naquele lugar. Assim, ao fazer uso da memória como aporte para selecionar os registros do passado, refletiu as condições do seringueiro vencido pelo abandono de todas as ordens na representação do bêbado.

Sob a qualidade de sujeitos “vencidos” o Plano de Ação Emergencial de assentamento de brasileiros residentes na Faixa de Fronteira boliviana, o INCRA-AC identifica estes sujeitos como “agricultores familiares brasileiros vulneráveis” (s/d, p. 3), demonstra desconhecimento histórico da entre-condição de vida imposta a estes homens e mulheres, particularmente a partir da década de 1980, os quais com a crise agrária acreana passaram a viver às margens socioeconômicas e política do Estado Brasileiro. Francisca Pinheiro demonstra que viver naqueles espaços fronteiriços dos rios Abunã, Curixã, Mamu, do igarapé Rim ou mesmo do rio Acre, bem mais que um “vulnerável” é preciso ser alguém de coragem e perspicácia para o trabalho. Ela mesma havia trabalhado em diversos tipos de serviços, com exceção das derrubadas.

Assim, da vulnerável figura do bêbado, esta mulher constrói, sob a perspectiva da ação do trabalho, a emancipação de homens e mulheres atuantes nos seringais e colocações em terras bolivianas. Neste sentido, a pesquisa aponta que homens, mulheres, crianças, jovens, velhos e velhas, são trabalhadores ativos com potencial de produtores nesses espaços fronteiriços, como se pode constatar mediante os dados da distribuição de trabalho por faixa etária da Tabela a seguir:

Tabela 9 – Distribuição por Faixa Etária da População produtiva

Idade	População Produtiva		Total
	Trabalha	Não trabalha	
5 a 9	25	114	139
10 a 14	48	78	126
15 – 19	78	32	110
20 -24	104	15	119
25 – 29	94	6	100
30 – 35	80	5	85
35 – 39	66	2	68
40 – 44	66	1	67
45 – 49	65	2	67
50 – 54	41	0	41
55 – 59	26	0	26
60 – 64	18	0	18
65 – 69	8	0	8
70 – 74	2	0	2
75 – 79	3	0	3
80 a +	1	0	1
s/informação	70	85	155
Total	736	518	1.254

Fonte: OIM – Relatório/ 2009.

Assim, a pesquisa aponta que entre [666 - 25 = 641 (- 48 = 593) = 73- 666] dos trabalhadores brasileiros nos seringais bolivianos, entre estes a mulher, que se encontram dentro da faixa etária de ativo trabalho em média entre 15 anos a 49 anos de idade, designa o produtor economicamente ativo. Ao deixar de mencionar as atividades próprias do seu cotidiano, tais como: cuidar da casa, dos filhos, das coisas e roupas, implícitas nos afazeres da dona de casa, Francisca Pinheiro elege atenção especial para o trabalho que realizava em benefício do núcleo familiar relacionado ao ato de “brocar”, “capinar”, “colocar roçado”, “plantar e colher” para subsistência e, às vezes ainda trabalhava no corte de seringa.

Não nos surpreende quando Francisca Pinheiro narra, com entusiasmo, que em seu trabalho de mulher inclui, ainda, quebrar castanha, pois este se apresenta como um trabalho comum assumido por outras mulheres, que em suas narrativas apontaram a tarefa de quebrar e coletar a castanha como parte complementar da renda de muitas mulheres no seringal. Neste ponto da análise, a pesquisa considerou a divisão social do trabalho por gênero e aponta que o trabalho da mulher é parte da garantia da sustentabilidade econômica familiar nos espaços interamericanos e amazônicos, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 10 – Distribuição da População por atividade familiar de gênero e dependente.

Gênero e ocupação			
Sexo	Trabalha		Total
	Atividade	Dependente	
Masculino	408	123	31
Feminino	261	52	13
Total	669	175	44

Fonte: OIM, Relatório - Departamento de Pando, 2009.

Se, por um lado, sua vida de luta e de sobrevivência naquele espaço é visto como sinônimo de vencer as diversidades socioculturais descritas como ações de mulher que precisam ser enaltecidas, assim como Francisca Pinheiro, outras trezentas e doze (312) mulheres compartilharam desta estrutura econômica e social no seringal boliviano que por meio das atividades e do trabalho que realizam contribuem para a dignidade familiar. Mas, naquele momento não nega a fragilidade no final desta jornada “*eu já não estava aguentando*”.

Esta vida de batalhas cotidianas havia mitigado o corpo de 46 anos de idade desta mulher que agora afirma sentir-se “*cansada, doente, cheia de problema de saúde*”. Naquele instante, Francisca nos ensinava, através de sua própria fragilidade, a refletir as diversas outras situações de mulheres, iguais a ela, nos seringais bolivianos, como: esposas, mães, seringueiras e castanheiras que haviam colocado parte de sua força de trabalho na luta pela sobrevivência familiar. Referindo-se a seus problemas de saúde não parou para julgar o sistema social, o Estado burguês brasileiro que havia lhe conduzido àquela situação de extrema vulnerabilidade social, mas, colocava sob si mesma a responsabilidade pelo que chamou de - “*extravagância que eu fiz na vida no seringal*”. É neste lugar caracterizou cada momento de sua vida para refletir essa extravagância em razão dos partos realizados no seringal e ainda, havia trabalhado “*muito nesta vida*”. Assim, essa mulher sendo colocada na posição de marginalizada, não se deixou marginalizar, sendo uma despossuída assumiu que na vida para vencer, é preciso trabalho.

Esta mulher viu na necessidade de regressar ao Brasil a esperança de uma vida melhor e não se deixava abater pelas contradições do seu cotidiano. Mesmo naquele momento, tecendo nos sentidos das lembranças, ainda não sabia dizer o que representava viver na fronteira. O silêncio ou a ausência da palavra de Francisca Pinheiro para explicar o sentido

daquela vida, não era mais preciso. Ela havia percorrido um caminho e estava ali sentada reconhecendo os passos realizados, não vimos angústia nas expressões do rosto desta mulher, apenas um sorriso e, olhando em meus olhos, disse: *“não sei nem como explicar”*.

Aquele instante se apresentou como um lapso entre-memórias, como se recobrasse, por segundos, o que estávamos fazendo ali. Apenas disse - *“mais meus filhos, as crianças gostavam de lá”*, e ao contar as lembranças de seus filhos no lugar distante o *“Igarapezinho”* seus olhos pareciam saltar para o quintal de barro branco aparente e de mato batido, bem diferente da experiência dos filhos nos seringais que: *“passavam a maior parte do tempo brincando, assim na mata [...] nem me preocupava eles sabiam como ninguém andar na mata, lá vinham eles com um varal de peixe”*. A referência da floresta é explicada como espaço para brincadeira das crianças, mas, também como espaço de sociabilidade e aprendizagens, os filhos haviam adquirido habilidades de “caçar”, “remar” e “pescar”, o tom de naturalidade do vivido tece uma correlação entre homem e natureza que desde tenra idade é aprendido numa relação de sustentabilidade.

Romper com as razões criadas no cotidiano da própria vida na floresta constituída no fazer das crianças, entre a continuidade e descontinuidade da família naquele lugar chamado Igarapezinho, seria uma decisão de vidas, pois *“quando se falava em vim pra cá, pro Brasil”* a reação dos menores era implacável e carregada de questionamentos que naquele momento só podiam ser respondidos com negativas vagas.

Assim, como Francisca Pinheiro, talvez tantas outras mães ficaram sem respostas conclusivas, pois de acordo com dados da pesquisa o número de famílias de brasileiros georeferenciadas pela OIM no território boliviano, na primeira etapa foi de 325 famílias (censo/2009) somado a 411 (pós-censo/2010), totalizando 736. Vale lembrar que, ao realizar o cruzamento dos dados da listagem analisadas publicadas pelas entidades envolvidas no processo de regularização dos brasileiros na zona de fronteira da Bolívia, OIM/2009-2010, Consulado Sazonal boliviano/2009 e INCRA/AC/2010, no conjunto perfazem 917 o número de famílias identificadas.

Desta forma, tenham ou não compreendido o processo de reorientação da migração, o fato é que os atos políticos do Acordo Bilateral entre Brasil e Bolívia/2008, foram assumidos no âmbito do Estado Brasileiro como uma política pública “emergencial”. Segundo o Plano de Ação Emergencial o INCRA/AC, após ter mobilizado recursos na ordem de R\$ 7.352.954,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) visando ao assentamento de 550 (quinhentas e cinquenta) famílias no Estado do Acre/Brasil, durante o ano de 2010 (Plano de Ação INCRA/AC, p. 4/5), até a data de

25/03/2013, somente havia sido assentadas 332 famílias em “retorno”, as quais foram alocadas nos Projetos de Assentamentos do INCRA/AC, no Estado do Acre, conforme a tabela abaixo:

Tabela 11 - Projetos de Assentamentos INCRA/AC: locais de assentamentos de Brasileiros da Faixa de Fronteira com a Bolívia

PROJETO	Nº ASSENTADOS	TOTAL
PA TRIUNFO	094	094
PA TUPÁ	03	03
PA BAIXA VERDE	01	01
PDS PORTO CARLOS	60	60
PDS CAMPO ALEGRE	58	58
PAD QUIXADÁ	01	01
PDS N. PROMISSÃO	115	115
TOTAL	332	332

Fonte: Lista de consolidados - SIPLA/INCRA/AC. 2013.

Estes dados nos possibilita pensar que outros sujeitos pode haver apresentado reações similares àquela apresentada pelos filhos de Francisca Pinheiro. O interessante, pela riqueza de elementos, nesse instante da entrevista, é recordar o monólogo que esta mulher reproduziu da conversa realizada com os filhos ao lembrar as interrogações destes e suas respostas que, aparentemente, não convenciam àqueles que tinham aprendido a lidar com a floresta. Ela expõe o pensamento de um dos filhos e diz: *“há mãe não quero ir embora não, não quero ir para um lugar sem nada”*. Sem saberem ou entenderem que este *“lugar sem nada”* é o lugar para onde a mãe sempre quis estar, Estado do Acre.

Esta frase mencionada como sendo de um dos filhos, delata a situação do retorno que, embora particular, apresenta similaridades com outra narrativa: a de Wanda Pereira do Carmo. Aqui se fará uso da entrevista desta mulher de forma contextualizada, por considerá-la reveladora do impacto causado pelo retorno para uma parte dos sujeitos envolvidos no rearranjo migratório a partir do ano de 2009, bem como, a pesquisa revelou cerca de um ano depois desta entrevista, que Wanda do Carmo foi considerada ex-beneficiária do INCRA/AC. (Relação INCRA/AC, 2013). O que aconteceu com esta mulher? Wanda do Carmo foi localizada no município de Plácido de Castro, à rua Cel. Fontenelle de Castro, mas não tivemos tempo hábil para reentrevistá-la. É importante esclarecer que se incluíram trechos da narrativa de Wanda do Carmo, a seguir, com o propósito de inserir entre diálogos de experiências de vidas no contexto da análise.

3.2.1 - “é... *Deus é bom. Deus abençoe*”

Wanda Pereira do Carmo, nascida em Porto Acre. Viúva, o companheiro havia falecido dias antes de sair da Bolívia. Com a morte de sua mãe, aos dois dias de seu nascimento, foi criada por familiares, resume dizendo - “*criada pelos outros, hoje com quase 60 anos de idade*”. Esta mulher passou grande parte desses anos vivendo em seringais bolivianos, informa haver vivido por mais de 30 anos e ultimamente morava no Seringal Porto Romeu, colocação Bonalzinha. Cadastrada pelo Consulado Sazonal Boliviano, sob o registro nº 904 da lista geral das famílias que habitavam a Área de Segurança Nacional da Bolívia, localizada em Puerto Evo Morales. O traslado para o Brasil ocorreu em 11/11.2010.

Wanda do Carmo é uma das mulheres representantes do retorno do seringal boliviano para o Estado do Acre, 2010. No momento desta entrevista, no dia 28 de junho de 2012, vivia na zona rural do município de Plácido de Castro, Projeto de Assentamento Triunfo, INCRA-AC, lote nº 314. É importante perceber a maneira como esta mulher interage com o meio. Ao iniciar sua entrevista, Wanda do Carmo, após contemplar por alguns momentos sua nova morada, casa do INCRA, e as demais coisas, diz: “*aqui me encontro sozinha*”, embora, seja mãe de quatro filhos e conviva coletivamente em um espaço dividido por lotes. Percebe-se que o sentido da palavra “sozinha” se encontra intrinsecamente ligado à questão de interação neste novo espaço social, revelando que, no trânsito do retorno, o sujeito se posiciona frente ao modelo, e o modo de vida que passa a estabelecer com as novas relações sociais, articuladas no Projeto de Assentamento Triunfo, é diferente da forma como convivia nos seringais bolivianos- “*lá [seringal] a gente era conhecido, para chegar às casas de meus vizinhos se passava dois dias, ou duas horas viajando de canoa*”. Assim, a solidão se tornou o primeiro impacto provocado no rearranjo do retorno desta mulher e, o fato de ser “conhecido” nesta narrativa é expressivo e nos permite assimilar as ideias de Zygmunt Bauman (2005, p. 17) acerca do grupo de pertencimento.

Há, nesta perspectiva, um estranhamento acerca das relações do grupo em retorno. Embora identifique a proximidade entre os lotes que possibilite um ato simples de vizinhar, este é traduzido como marco da diferença entre-espacos de convivência e aceitação. Ao se referir a esta situação no PA Triunfo diz Wanda que “*o vizinho é bem aí na frente, mas, parece que não conheço ninguém, os meus vizinhos lá [seringal boliviano], com duas horas de viagem de canoa, era mais vizinhos que esses daqui*”. Isto implica pensar que o viver ambíguo demonstra uma situação do sujeito “instrangeiro”⁵⁶ em terra brasileira descrita por

⁵⁶ O termo “instrangeiro” foi cunhado por Cristovam Buarque (2002). O seu conceito de “fronteira” é constituído pela representação do sujeito e de suas ações. Ao buscar entender a forma do forjar o universo

Cristovam Buarque (2002). Wanda do Carmo continua deslocada e fronteirada. Agora o tempo do vivido nos seringais bolivianos retrata uma memória de um viver comum. Que implicará em “seguir em frente”? O novo lugar de vivência, embora no Brasil, se configura num espaço não mais tão desejado como antes, diz: *“aqui no Brasil, ainda não me acostumei. Aqui é muito quente, tudo é difícil, a terra é seca que nem cobra anda e a situação mais grave é a falta d’água”*. Esta mulher busca justificar através dos fatores climáticos e nas condições ambientais o impacto das representações contraditórias entre a terra no Brasil imaginada e a realidade diante de tornar-se uma produtora rural em um ambiente que (des) conhece.

O lote de terra do PA Triunfo, entregue pelo INCRA-Acre, descrito por Wanda do Carmo como um campo devastado, seco e desprovido de água, principal elemento para tornar possível a manutenção da vida. Esta mulher expõe a condição que o ex-seringueiro e agora produtor rural terá que enfrentar para transformar a terra improdutiva em produtiva, “por quê?”.

A pesquisa realizada nos arquivos do INCRA-AC, mostrou que o PA Triunfo, o antigo seringal Triunfo, com área de 11.965,0000 ha, foi transformado em Projeto de Assentamento no ano de 1997 com o objetivo de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País. Contudo, quinze (15) anos depois da criação ainda não atende ao próprio objetivo, bem como, a devastação denunciada por Wanda do Carmo é pertinente e se encontra documentada⁵⁷. Os registros revelam que naquele local a cobertura vegetal de floresta era de 90% e outras ocorrências – 10%.

O que teria deixado essa terra improdutiva? E mais, que terras foram entregues aos retornados brasivianos? Concretizou-se o sonho de possuírem uma terra? O fato é que, nesse momento, o cenário descrito por esta mulher pode haver impactado sua forma de “ler” o mundo a sua volta, revela que culturalmente ligada ao modo de vida constituída pelo extrativismo até então vivido nos seringais bolivianos, busca nas relações e no ambiente os símbolos da tradição seringueira, sintetiza este instante dizendo: *“sufocada, pensei em voltar para o meu lugarzinho e já estou observando que eu sozinha não tenho apuro na Bolívia”*.

Observado nosso estranhamento acerca do termo “apuro”, ela nos explica que *“viver sozinha e me manter num lugar desses é duro e eu lá tenho possibilidade de viver, junto à família do Gilberto”*. De fato, dona Vanda do Carmo estava fazendo uma comparação entre

“fronteira dos séculos”, Cristovam parte da análise de uma reportagem do jornal de São Paulo, matéria “o turismo”, mostrando o processo de exclusão de uma família num shopping desta cidade, a véspera do natal de 1998. A partir daí cunha o conceito “inrangeiros”. (Cristovam Buarque de Holanda. **Os inrangeiros: a aventura da opinião na fronteira dos séculos**. Brasil: Editora Garamond: 2002).

⁵⁷ Fonte: Proposta simplificada de criação de Projetos, 1997. MDA: INCRA/diretoria de assentamento/Programa da Terra.

viver no Brasil e na Bolívia e o termo “apuro” serviu para expor as condições de vida no meio rural acreano. Ela parece haver perdido a esperança na possibilidade de obter uma melhor qualidade de vida no Brasil, pois, mesmo recebendo as informações de um técnico do INCRA-AC, que acompanhou-nos durante esta entrevista, acerca da construção do poço artesiano e do Projeto Luz Para Todos, do Governo Federal, ouvindo-o pacientemente e de cabeça baixa, voltou a levantar a cabeça, nos entreolhou e, em tom espirituoso, disse: “*É [...] Deus é bom. Deus abençoe*”. Os gestos, se somados à própria frase, demonstram ignorar a solução presente para a sua vida transcorrida em seringal boliviano. Naquele lugar, como mulher trabalhadora constituiu sua identidade de castanheira “*quebrando castanha, vendia e daí tinha meu dinheirinho; comprava minha sandália, minhas coisas*”, uma vez que “*não dependia de ninguém, não esperava por homem nenhum*”. Há certo ressentimento neste início do retorno: a ausência dos elementos constituidores de uma identidade de extratora que distanciava essa mulher do novo espaço e exigia o esquecimento do passado de tradição social extrativista, bem como, revela o confronto com a realidade que a tornou uma produtora rural.

Em uma frase, Wanda do Carmo sintetizou as condições do lugar destino, onde se encontra naquele momento da entrevista, demonstra decepção quanto ao trabalho realizado numa terra improdutiva, pois “*aqui ainda não plantei nada que produzisse, plantei mamão e outros pés de frutas, mas, sem água ficou de cortar coração*”. A metáfora “*cortar coração*”, usada revela que reconhece o limite de suas forças e ao mesmo tempo expõem a situação do lugar, bem como, a sua condição socioeconômica de retornada.

Assim, juntamente com outros 92 assentados, Wanda do Carmo e Francisca Pinheiro, estão circunscritas no Projeto de Assentamento Triunfo, onde a terra seca representa uma descontinuidade da floresta que os filhos de Francisca, e a própria Wanda do Carmo, estavam acostumados a viver. A ideia ao apresentar a narrativa de Wanda do Carmo entrelaçada à de Francisca Pinheiro tem por objetivo perceber nas intertextualidades narradas, como as subjetividades constituídas nas experiências de viver no entre-lugar são marcadas por semelhanças e contradições. Isto também fica implícito no novo espaço. Pois, embora o lote de 10 hectares de terra pertencente à família de Francisca Pinheiro no Projeto de Assentamento Triunfo se configure como uma área rural, as regulações legais para a caça e a pesca impedem os sujeitos de continuarem seus hábitos adquiridos na experiência da floresta boliviana. Diz Francisca: “*eles nasceram e se criaram lá e, eles sentem falta disso tudo, da vida na mata*”. Ao nascer, crescer e viver em meio à floresta o sujeito aprendeu um modo próprio de viver que, diante do novo aprendizado entre o urbano-rural do município de Plácido de Castro, revelam o impacto do retorno. Mas, é importante perceber como Francisca

Pinheiro reconstrói o discurso do aprendizado sob a ótica da educação sistemática, visto como o lado positivo do retorno: agora suas crianças estavam estudando e começavam a juntar as letras e ler uma palavra.

A narrativa de Francisca Pinheiro, a partir do cotidiano, permite articular às temporalidades, presente-passado-presente, como tempos representativos de intervalos do agora. “Ontem” e “hoje” são ações vividas e manifestadas e, ainda, estabelecem parâmetros de comparações entre sua experiência de vida constituída nos seringais bolivianos, e a reorganização de sua vida, no PA Triunfo. Este último lugar é o espaço de consolidação do “sonho” da terra, de ser proprietária de um lote de terra, de uma casa e a condição dos estudos dos filhos. Esses novos elementos, em perspectivas, foram projetados com possibilidades e efetivação do retorno ao Brasil.

3.3 - BOLIVIANOS ESTAVAM PRESENTES

[...] experiência de migração [...] reunindo-se às margens de culturas “estrangeiras”, reunindo-se nas fronteiras; reunião da meia-vida, meia-luz de línguas estrangeiras, ou na estranha fluência da língua do outro; reunindo os signos da aprovação e aceitação [...] (BHABHA, 2007, 198).

Durante a entrevista com Francisca ocorreu uma pausa. Ela queria fazer um café, mas não tinha água, mesmo assim sentimos a necessidade de deixá-la à vontade, pois até aquele momento, havia uma profusão de mensagens que ela parecia solicitar que parássemos. Pedimos para conhecer o banheiro da casa. Descemos para o quintal, o sol forte nos colocou na encosta da casa e ela apontou a direção. Enquanto me afastava observei que ela voltou a casa e pegou uns grãos, chamando a criação de galinhas e pintos, e jogou no terreiro o milho. Observei a cena por instantes. Resolvemos voltar e recomeçar, ali mesmo, nossa conversa informando-lhe que também seria gravada. Ela olhou, sorriu e reiniciou sua história olhando para a criação de aves que, em parte, tinha vindo da Bolívia “escondida”. Recomeçou a narrativa afirmando que *“para o final é que as coisas ficaram ruins [...] Não a terra para morar, nós tínhamos nossas coisas e vivíamos bem”*, referindo-se ao momento mais crítico dos conflitos velados na fronteira, a partir de 2007, quando a imprensa local e nacional publicou a situação dos brasileiros na Bolívia. Ao lembrar-se de situações de conversas entre

os brasileiros nos seringais, naquele momento, Francisca Pinheiro traduz sua posição de mulher daquele espaço como sendo um sujeito participativo das decisões cotidianas que afligiam a todas as famílias, contudo, “*só ficava sabendo das conversas*”, agora se posiciona quanto à forma de participação dos brasileiros nos castanhais nos mesmo espaço dos bolivianos. Em sua narrativa coloca uma situação de conflito velado nesta fronteira, mas expõe uma questão mais ampla do trabalhador boliviano: este, durante mais de cinco décadas, não se fez presente nesta região. Que mudanças estão ocorrendo na Bolívia que justifiquem esses enfrentamentos? Isso implica pensar a conjuntura social e político-econômica da Bolívia, a partir de 2007, que coloca em movimento uma quantidade expressiva de trabalhadores despossuídos dos meios de produção em direção à fronteira.

As experiências do presente, a partir de 2007, se articulam às memórias do passado e apresentam as diferenças nas formas de ações dos distintos sujeitos. A visão de Francisca, ao descrever a chegada dos bolivianos em décadas anteriores, não condiz com as formas invasoras do presente de entrar no “*lugar dos brasileiros*”. Ao contrário, quando narra que ficavam “*ali junto com a gente um tempo e ia embora*”, mostra que as ações daqueles bolivianos, anteriores às questões nacionais em evidência, são representadas como um processo de convivência pacífica manifestado no cotidiano compartilhado por brasileiros e bolivianos, caracterizado no caráter nômade presente pelas jornadas temporárias de bolivianos nas proximidades. O que mudou? Os interesses do passado se chocam com as intenções de um presente conflituoso nos espaços fronteiriços dos rios e igarapés desta região, revelado na chegada dos “*novos*” bolivianos que “*começaram a invadir os castanhais*”. Assim, os castanhais são identificados como uma explicação às mudanças geopolíticas dos espaços interamericanos e amazônicos, a partir do final da década de 1990. Na base dos enfrentamentos vividos entre trabalhadores brasileiros e bolivianos nos seringais e colocações da região pandina, a invasão dos castanhais torna-se o artifício que materializa a situação social da fronteira que envolve os trabalhadores latinos e despossuídos no contexto das questões de Segurança Nacional do Estado Boliviano.

A análise demonstra que a situação e as circunstâncias impostas no presente, apontam, a partir do cotidiano desses sujeitos, que os castanhais, identificados como a unidade econômica dos seringueiros brasileiros daquela fronteira, constituem elementos-chave a partir do qual incidem os conflitos divulgados pelos veículos de comunicação local e nacional. Assim, é do campo social das relações entre sujeitos que Francisca expõe as questões que implicam o presente daquela área fronteira como: território, fronteira e Soberania Nacional.

Estas são questões intrinsecamente ligadas ao próprio processo de retorno de famílias brasileiras para o Estado do Acre –Brasil.

Francisca Pinheiro narra, com certo preconceito, a chegada aparentemente descompromissada de bolivianos nas colocações onde habitavam famílias brasileiras, expressa na ação praticada por aqueles sujeitos que se “*topasse um roçado eles já mexiam*”. Procurando dar um sentido àquela chegada incômoda, pelo ato de “mexer”, embora o tom preconceituoso do primeiro momento ainda se misture com o entendimento que ela extraiu desse encontro, demonstra compreender que “mexer” fazia parte do modo de vida nômade daqueles bolivianos.

Este ato de mexer serviu para de ligação dos tempos de conflitos, pois “mexer” e os “castanhais” se misturam. O primeiro “mexer” é tomado como resíduo que produz um processo interativo entre temporalidades. Assim, na tentativa de elucidar esse modo de agir dos bolivianos, Francisca Pinheiro explicita que aqueles sujeitos do primeiro momento, os quais chegavam dessa forma nada tinham a ver com as questões de território e fronteira, bem como, não representavam ameaças, uma vez que estavam “despreocupados” e, ou, não estava explícito a chamada “consciência nacionalista” das implicações de brasileiros em terras bolivianas, pelo contrário, “*eles são loucos por macaxeira, milho verde e alguns plantam outros não*”. Este comentário elucida as diferenças entre um momento e outro, pois esta mulher deduz, nesta explicação, que o motivo “mexer” está associado à base da alimentação daqueles bolivianos.

Assim, a dimensão do vivido aponta para uma lógica sociológica do encontro de culturas na dinâmica cotidiana dos seringais. Aqui as questões postas possibilitam perceber que o estranho reprovável ato de “mexer”: envolve pensar um modo de vida e a base da estrutura alimentar do “outro”, a “chegada” deste revela um tempo transitório do encontro, bem como, a posição que “outro” assume na relação social de agregados indesejáveis.

Negar a insistência de Francisca Pinheiro em não aceitar a ideia dos primeiros “*bolivianos que chegam*” fosse uma questão de política territorial, seria deixar de perceber os ensinamentos que a experiência social naquela área de fronteira facultou a esta mulher quando, revendo seu posicionamento, disse: “*de repente pode até ser que eles mexiam porque pensavam que o lugar pertencia a eles*”. Contudo, se percebe no cotidiano da narradora que as marcas e indícios das questões políticas não estavam presentes quando acrescenta: “*pra mim, é porque eles gostavam de comer e não criavam e nem plantavam ai vinha e pegavam o que a gente tinha*”. Francisca consegue nos fazer entender que àqueles agregados indesejáveis do

passado não deve ser creditada, diretamente, a base explicativa para os acontecimentos atuais de conflitos nesta fronteira.

Isso implica reconhecer, como afirma Homi Bhabha (2007), que estes “são signos de uma estrutura da escrita da história, uma história das poéticas da diáspora que a consciência simbólica jamais poderia apreender” (BHABHA, p. 88). Mas, se tornam conteúdos significativos, pois esse “mexer” testemunha a compreensão de uma mulher sobre as condições de clandestinidade da experiência de vida nos seringais bolivianos.

Na narrativa da entrevistada, o tempo reconstruído sob a trama do cotidiano é expresso entre o vivido e o estabelecido pelo pacto social nos interstícios interamericanos e amazônicos desta região fronteira. Rompido há cerca de cinco (5) anos. Desta forma, o ano de 2007 é tomado por referência e circunscreve as mudanças da vida naqueles seringais. Mostra que as ações dos “novos” sujeitos que chegam são diferentes dos atos praticados dos encontros passados. Estes, do agora, foram identificados como invasores que “*começaram a invadir os castanhais*”. A referência da invasão dos castanhais demonstra outros fatos, “a fornalha ardente” (COSTA, 1989) das novas ações desses sujeitos levou Francisca revelar que seu cotidiano mudara e a partir daí traduz uma noção de fronteiras em conflitos com esses “outros” bolivianos.

É neste contexto que, nesta fronteira, torna visível o plano político-diplomático provocado por questões geopolíticas aparentemente ausentes das explicações que no cotidiano de Francisca Pinheiro se misturam como outras histórias de famílias brasileiras deslocadas, sintetizada nesta frase: “*algumas pessoas contavam pra gente que os bolivianos estavam invadindo as colocações, terras de brasileiros*”. Importante reconhecer que as mudanças no cenário político-econômico, a partir do governo de Evo Morales, se manifestaram e implicaram as contraditórias relações “pacificamente” constituídas na região interamericana dos espaços amazônicos onde sempre habitou aquela mulher.

Entretanto, se em nossas perspectivas de análise chegaríamos a generalizar a situação de conflito em toda a região habitada por brasileiros, Francisca Pinheiro nos deixa um alerta, pois ocorreram situações diferenciadas ao mencionar que “*alguns disseram que eles invadiam, eles invadiam as matas dos castanhais das colocações por traz. Mas, no nosso lugar não, não invadiram não*”. Isso implica pensar um cotidiano entrecruzado de temporalidades diferenciadas no aspecto dos enfrentamentos, pois afirma que durante o tempo de permanência em território boliviano a família não esteve envolvida em situações

conflitantes. Mesmo admitindo essa possibilidade apenas se buscou instigar as controvérsias aqui apresentadas: será que a situação de vulnerabilidade impediu os sujeitos de entreverem os conflitos mesmo de forma velada?

Situando os instantes de contatos com bolivianos, que a experiência de vida oportunizou às famílias brasileiras, aquela mulher assinala as proximidades, principalmente, dos locais de atividade econômica e revela o conflito velado, quando afirma: “*o chefe deles comprava nossa castanha, porque eles chegaram até proibir da gente de vender castanha para o comprador brasileiro*”. Assim, os momentos de maior contato com os novos “chegados” se manifestam no ato de “proibir”, bem como, na linguagem dos “colhas”, mostrando as formas de enfrentamentos diferenciados vividos ao longo do tempo nos seringais, uma vez que ela identifica pela “fala” os bolivianos que compartilhavam as experiências como diferentes dos outros, que chamou de “colha”. Tal narrativa nos permite dizer que nesta zona de contado a diferença começa a se configurar na forma de entender o idioma dos distintos troncos linguísticos dos “novos” bolivianos.

Neste momento do presente, entre ditos e não ditos, é que a entrevistada revela certo estranhamento ao refletir a visão dos “novos” bolivianos sobre os brasileiros fronteirados, moradores e economicamente ativos em terras da Bolívia, que “*inventaram uma comunidade para nós os brasileiros que morávamos na Bolívia, comunáros*”. Para Francisca Pinheiro algo estava fora do lugar, pois os trabalhadores brasileiros não podiam ser considerados como sujeitos imaginários. Ela própria e sua família, bem como, as outras famílias brasileiras eram pessoas reais não uma comunidade imaginada. Aqui, se percebe os limites da visão que o cotidiano gera na compreensão de abstrações envolvendo terra-território-nação e povo que a ideia da comunidade de famílias brasileiras clandestinas em transgressão do espaço nacional provocado socialmente há mais de cinco décadas.

O estranhamento de Francisca Pinheiro quanto à compreensão do outro diante da ideia e da posição contraditória que assume entre nação, nacionalidade e territorialidade que a permanência de famílias brasileiras em território boliviano expõe a ideia de uma comunidade imaginária ou “inventada”, demonstra que o condicionamento do lugar, enquanto entreposto de posse da terra para a existência de um povo que colocou em xeque a identidade “brasiviana”, uma das chaves de análise desta tese. A denominação que o outro boliviano verbalizou é repelida por Francisca Pinheiro, pois ao considerar estranho o termo “comunáro”, esse se torna um indício para entender que este intrigante conceito sobressai da sua narrativa como sendo uma desaprovação a tudo que havia vivido nos seringais da Bolívia. Ela não se sentia um “comunáro!”.

Vale ressaltar que este estranhamento é resultado da dispersão das famílias brasileiras na floresta boliviana. A pesquisa apontou que, no contexto da década de 1990, de 393 famílias, ao se considerar as alternativas de participação em sindicatos, cooperativas, igreja, associação e partidos, apenas 10,68% afirmaram participar de atividades comunitárias no Brasil, em detrimento de um índice de 89,32% representando as que não participavam (CEPAMI, 1991, p. 27). Pode-se compreender que a maior parte do universo das famílias brasileiras moradoras daqueles seringais se encontrava à margem das ideias constituídas de comunidade, enquanto uma ação política de grupo. Neste sentido, mesmo não compactuando com o entendimento daquele conceito, Francisca Pinheiro, demonstra haver entendido o sentido do termo comunidade, sendo compreendido e descrito por esta mulher como viver solidário, ao se referir às redes de solidariedade a exemplo do adjunto e do partejar.

Assim, ao pensar naquele termo “inventado” pelos “novos” bolivianos para definir aquelas famílias de trabalhadores brasileiros, a análise sinaliza que o idioma se tornou outro elemento, se não um dos principais, responsáveis por este fato. O que expõe este estranhamento? Ao tentar explicar esse conjunto de fatos novos Francisca Pinheiro se refere à questão do idioma, pois “comunáro” é um termo proveniente da “*línqua deles*” e expõe, pela primeira vez, um dos elementos considerado enigmático no processo de construção de convivências neste espaço fronteiriço na situação, de homens e mulheres, da maioria ser possuidor de sabedoria de vida construída em experiências sociais que possibilitou forjar uma maneira de entender a outra língua através do processo de convivência.

As famílias brasileiras, particularmente, Francisca Pinheiro, haviam morado “uma vida” em território boliviano e, portanto, era natural o contato com bolivianos no cotidiano. Contudo, a língua ou a linguagem para revestir as apropriações de coisas e lugares nunca foi tão importante como agora, principalmente, aquela palavra estranha, sem referências em seu patrimônio intelectual da língua portuguesa para que ela entendesse esse termo desconhecido.

Neste contexto, a língua e a linguagem como elementos de construção identitária permitem considerar três situações explicativas a esse estranhamento da experiência de brasileiros nesta fronteira: a) eram raros os contatos no início da presença de brasileiros em território boliviano com o “outro” diferente; b) as relações cotidianas intensificadas pela presença de bolivianos em áreas urbanas e rural permitiam forjar um linguajar, conhecido por “portunhol”, que possibilitou o entendimento entre sujeitos; c) a mudança demográfica do chamado “vazio” da fronteira do Departamento de Pando-Bolívia das décadas antes de 1980, com a chegada dos “novos” bolivianos a partir dos anos 2000. Estas três situações são

equivalentes entre si e possibilitam entender o contexto de encontros e desencontro entre estes sujeitos.

Desta forma, se percebe que Francisca Pinheiro ao confrontar-se com uma situação nova do seu cotidiano social passa a expor um enfrentamento próprio da diferença cultural, manifestada pelo idioma. Contudo, a experiência da diáspora de brasileiros em território boliviano permitiu a construção de um entrelaço cultural realizado pelos falantes da fronteira que ficou conhecido como “portunhol”. Este reflete um encontro dos idiomas português e espanhol socialmente constituído pela necessidade de comunicação dos sujeitos desta fronteira.

No entanto, na narrativa de Francisca Pinheiro a convivência também expõe a contraditória situação território-nacionalidade, manifestada por intermédio daquele termo diverso desconhecido para ela e imaginado utilizado pelos novos bolivianos: “comunaro”. No entendimento desta mulher, essa ideia só ganha sentido se pensada a partir da contradição de território-nacionalidade, pois, diz: *“eu acho que eles queriam dizer que os brasileiros não eram bolivianos, como eles, aí eles invadem a colocação”*. Percebe-se que a constituição povo-território se apresenta como algo que explica e justifica a *“invasão”* promovida pelos donos da terra nas colocações dos brasileiros, mas não a abstração que se constitui o termo “comunáro”, em uma comunidade-destino.

Nesse sentido, a linguagem, em se admitindo o “portunhol” falado nesta fronteira nos espaços urbanos, a exemplo de cidades de Brasiléia-Acre - Brasil e de Cobija-Pando - Bolívia, se apresenta como um elemento de integração entre sujeitos, mas, se revelou nesta área da colocação chamada Igarapezinho, zona rural da Província de Abunã, como algo despossuído deste propósito. Assim, a pesquisa tem desvendado que o termo “portunhol”, apesar de significativo elemento para dar ideia de trocas culturais, exhibe uma ambígua relação entre sujeito-espaço habitado em razão da contraditória relação entre brasileiros e bolivianos, que esta questão assume no cotidiano.

Desta forma, a complexa situação provocada pelos novos sujeitos procedentes de diversos lugares da Bolívia continuará a motivar esta investigação para entender que traz à tona esses “novos” bolivianos despossuídos que passaram a chegar a partir de 2008? Uma vez que estes são descritos como uma pequena organização de trabalhadores com propósito de garantir os espaços interamericanos de antigas colocações e seringais, agora transformados os “castanhais” em um espaço de disputas, constituído como uma unidade produtiva temporária, mas que faz eclodir na dimensão social, entre outras questões, um dos motivos da saída de famílias brasileiras da região de fronteira boliviana.

É importante lembrar que em relação à saída de famílias brasileiras impulsionadas pelo conflito velado seus elementos motivadores não se constituem numa regra única que possa ser um referencial para as situações vividas por aqueles sujeitos. Na narrativa de Francisca Pinheiro sobressaem as condições individuais e psíquicas, que estão associadas ao fato dela não conseguir dar continuidade ao trabalho, particularmente, ao tomar como causa da saída a sua saúde. Tal fato identifica a vulnerabilidade do sujeito diante da vida naquele lugar, mas, também denuncia a ausência do poder público.

Segundo a pesquisa, a infraestrutura de atendimento ao serviço social básico, a partir da década de 1990, foi visibilizada no campo da educação e saúde. Aqui, particularmente a saúde, na área que compreende os seringais e colocações bolivianas localizadas no Rio Abunã e Mamo, Alto Rio Acre, Caramano e Chipamano e, áreas próximas ao municípios de Plácido de Castro-AC e Seção de Santa Rosa do Abunã -Pando, mostram que das 393 famílias, apenas 2,10% revelaram a existência de posto de saúde para o atendimento médico. Nesta região, a maioria dos 97,90% trabalhadores brasileiros que ali habitam, afirma não haver posto de saúde (CEPAMI/1991, p. 24). Ao considerar o país em que esses sujeitos procuram atendimento médico com maior frequência, particularmente, a partir da década de 2000, a pesquisa aponta que, das 347 famílias nesta área de fronteira, a maioria equivalente a 61% buscam as unidades de saúde brasileiras, 2009, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Distribuição por país de atendimento médico aos brasileiros na Bolívia

Neste contexto, 61% das famílias brasileiras que recebem frequentemente atendimento básico à saúde mostra a continuidade das relações socioculturais com o Brasil, mas, os 34% revelam uma mudança expressiva e crescente de interligações entre sujeitos que residiam nos

seringais através do sistema de saúde particularmente com a língua. Isto fica implícito em outra narrativa, de Eliana Nascimento⁵⁸, moradora da colocação Cafezal – região do Abunã, *“nós quando precisava ser atendidos no posto de saúde boliviano, onde se recebia orientação para saúde familiar, consultas médicas e quando necessário, se recebia medicamentos, enquanto esperava atendimento havia muitas conversações de mulheres”*.

A referência ao posto de saúde da cidade de Santa Rosa del Abunã, como espaço social do encontro de sujeitos, brasileiros e bolivianos, revela que, para além do atendimento médico, as trocas culturais neste lugar eram realizadas através das conversas entre idiomas. Aqui o “ouvir” e “falar” pausadamente se constituiu em estratégias de interações entre esses sujeitos.

Assim, a necessidade de médico e paciente em se fazer entender durante um atendimento médico se manifesta como um esforço de ambas as partes e permite pensar que o entrecruzo de informações é resultado de um exercício da comunicação, bem como, evidencia a partir daí, os elementos de trocas culturais promovidas nas conversas, entre outros espaços, aquelas realizadas nos ambulatorios.

O tempo de convivência, aqui é considerado como principal fator da aprendizagem dos falantes na fronteira, a qual é constituída por erros, acertos e entonações de palavras. Este veículo de aprendizado livre de sistematização escolar é representado pelo “riso” quando se está aprendendo a se expressar no idioma um do outro, diz Eliana – *“aprendi livremente com meus próprios erros a falar outro idioma”*.

Desta forma, o domínio da ideia das palavras permitiu aos sujeitos criar uma linguagem que, sonoramente, se aproximava da palavra ouvida. Esta, por repetição, passou a somar ao código do idioma. Tal linguagem ficou conhecida entre estes falantes como “portunhol”. Nesta perspectiva a palavra “saúde” se apresenta como um termo que assume uma base a partir do qual se denota a relação que o sujeito fez de si com o lugar habitado. Enquanto para Eliana se observa haver uma construção de novas relações e interações culturais através do atendimento à “saúde”, o quadro do estado de “saúde” apresentado por Francisca Pinheiro está articulado a outras situações críticas de convivência que foram interligadas ao momento em que o sujeito decide migrar. Esta mulher aponta do próprio cotidiano entre outras situações: o “mexer”, o não entendimento da “fala” e a chegada do “novo” boliviano, “os castanhais”, a “invasão das colocações”, que demonstram momentos

⁵⁸ Entrevista concedida em 12 de junho de 2013.

crivados por relações de conflitos, principalmente nos últimos cinco anos, recorte temporal do ano de 2008.

Portanto, as experiências neste espaço interamazônico são representações de estágios antagônicos de convivência, sendo importante ressaltar que em ambas narrativas nas respectivas estes sujeitos não se colocam como vítimas da situação imposta principalmente pelo conflito da invasão quando afirma Francisca Pinheiro: - *“eles não me colocaram para fora, apenas saímos, eu queria isso”*. A afirmativa analisada em comparação ao reajuste migratório/2008, sob outras expectativas demonstra que a visão da saída, que estava ligada à luta do direito a terra, a possibilidade dos filhos frequentarem uma escola e o atendimento à saúde. Desta forma, as questões de interesse pessoal, melhorar sua condição vida e da família, encontram-se intrinsecamente ligadas com o anseio de ser reconhecida como uma cidadã possuidora de direitos. Isto colocou em perspectiva a ideia de um retorno promissor o que torna Francisca Pinheiro uma vitoriosa.

3.4 – O RETORNO: COMO REARRANJO MIGRATÓRIO

No contexto do rearranjo migratório realizado, principalmente a partir de 2010 pelo INCRA-AC, a história de vida de Francisca Pinheiro se interliga com a vida de tantas outras famílias que retornaram e daquelas que ainda continuam identificadas com o fazer dos seringais observadas, durante a pesquisa, como sendo coisa simples, a exemplo do jirau e do fogareiro como sendo um anexo da casa e, ainda, outras que decidiram permanecer em território boliviano, as quais Francisca Pinheiro ao fazer referência sobre famílias de brasileiros que atualmente realizam uma experiência de vida na província de Puerto Rico.

O fato de desconhecer um brasileiro morador daquele novo espaço leva Francisca Pinheiro a se posicionar diante da geografia dos esquecidos, *“sei que não foi ninguém que morava no [igarapé] Rim, na região onde eu morava”* e outros moradores de seringais e colocações do Rio Abunã, Tauamano e *“outros cantos, no igarapé Curixã”* que seguiram em direção oposta aos seus anseios de garantir principalmente o direito à propriedade da terra no Brasil.

Neste sentido, se percebe na narrativa a denúncia principal: que o retorno foi motivado pelo ensejo da política de Segurança Nacional Boliviana, sendo este o motor das preocupações política-diplomáticas do Brasil, em 2008, a partir da qual ressurgiu a delicada situação da fronteira norte brasileira com a Bolívia, depois de transcorridos mais de um século depois do Tratado de Petrópolis/1903.

No processo do rearranjo e legitimidade da migração de seringueiros brasileiros em território boliviano, foram promovidas ações de sucessivos encontros diplomáticos desde 2007 além de reuniões de esclarecimento realizadas pelos agentes representantes dos governos nacionais, a partir de 2009, em relação à continuidade de experiências nesta zona de fronteira e a situação de famílias brasileira naquele território. Tais movimentos institucionais se transformaram em passaporte de permanência legitimada na região pandina - Bolívia ou de retorno digno ao território brasileiro. Francisca Pinheiro entendia as participações nas reuniões como um reconhecimento da cidadania brasileira, como um elemento de forte atributo de direitos e estranhava haver *“gente que não quer sair das terras que eram dos pais, sempre viveram por lá”*. Na busca de explicar esta situação ela nos remete ao contexto da história de vida daqueles outros iguais, pois eram pessoas *“que moram na fronteira há muito tempo”*. Isto sinaliza uma memória de pertencimento da terra que se confunde com a presença de brasileiros em uma experiência de diáspora de gerações por mais de cinco décadas naquela região.

Neste ponto, Francisca Pinheiro ao esclarecer, não demonstra estranhamento da visão daqueles outros obstinados em continuar, justificando a partir do que ouviu falar os antigos: *“eles diziam que essas terras que a gente morava pertenciam ao Brasil [...] daquele lado de lá do Igarapé Rapirã. [...] os antigos falarem assim, tudo é Brasil”*. As lembranças desta mulher se entrelaçam com outras memórias passadas à procura de uma reafirmação que justifique a presença de brasileiros nos seringais bolivianos e sua continuidade, pois também era espaço de memória de parentes, que já não estão mais presentes no cotidiano da comunidade, quando se refere ao próprio pai.

Assim, as memórias de vidas e as incertezas assinalaram o momento do retorno de Francisca Pinheiro e sua família ao Brasil e, denunciam as marcas de um passado não acabado. Como uma pausa na vida do migrante, era o instante da saída, em que o futuro traçado durante as reuniões parecia estar certo. No momento da saída, a dúvida do vir-a-ser. Ela própria havia sido protagonista de muitas histórias, ali singularizadas na expectativa da saída. Francisca Pinheiro manteve seus olhos fixos na parede da casa ao narrar sua história, indicando um olhar de retirante onde um ponto vazio se transforma e, como uma imagem se

montasse em sua memória, a viagem pelo Rio Abunã durante o processo do retorno, e conta os atos realizados desde o embarque até o porto no município de Plácido de Castro, destino de chegada em terra brasileira.

Naquele porto uma escadaria em alvenaria dá acesso à Avenida Epaminondas Jacome, via pública que se constituiu em símbolo da chegada. A escadaria, local de embarque e desembarque de tantas outras viagens realizadas por aquele Rio Abunã, ali se transformou num acontecimento de repatriamento daqueles sujeitos e precisou atender ao controle do Estado Brasileiro daqueles “inrangeiros” vigiados e vacinados. O lugar, embora comum, naquele momento se apresentava como um portal do reconhecimento da cidadania definitiva de direitos. Ali estavam os agentes do Estado brasileiro para receberem as famílias que, agora de volta definitiva, eram portadoras de identidade nacional e de direitos. Neste retorno, a Segurança Nacional ganhou significado para Francisca Pinheiro ao identificar uma “*polícia vestida de preto*” mostrando desconhecer os agentes da Polícia Federal como os fiscalizadores do repatriamento desses sujeitos ao Brasil.

Este acontecimento se tornou um marco, pela importância de significados e da riqueza de detalhes que a memória de Francisca Pinheiro, ao revisitar o tempo, registrou do instante entre o antes e o depois. Assim, dormir “cedo”, um ato tão natural no cotidiano dos seringais e colocações, naquele momento esse instante de tempo “cedo” significava o hiato do presente-passado-presente, entre a Francisca despossuída, vulnerável e migrante clandestina para uma mulher possuidora de uma terra, no Brasil e reconhecidamente brasileira.

O “outro dia” é um breve espaço de tempo identificado como outro movimento, que ao se constituir numa unidade de tempo do vivido, esse “outro dia” nos propõe pensar numa ocorrência de fatos lembrados e selecionados pela memória de Francisca Pinheiro que narra, na posição do sujeito protagonista, transformando uma fração do tempo em parte do episódio particular da visão da sua chegada, numa sequência do trajeto como resposta àquelas indagações antes da saída da colocação Igarapezinho, “*pra onde a gente vai? Como que vai ser?*”. O destino do PA Triunfo era um lugar oculto, pois sua lembrança descreve com riqueza de detalhe as ações de vários sujeitos, provavelmente os prepostos do agente do retorno, identifica Francisca Pinheiro que “*foram chegando*” de passos apressados e com voz de comando “*vamos*”, “*vamos*”. Observa-se um estranhamento desta mulher quanto ao intenso momento para chegada ao destino final de sua viagem.

Nesse momento seus olhos pareciam congelados, parados num ponto qualquer da parede que só ela poderia ler e decifrar aquele instante passado. O silêncio de ambas, enquanto aguardava a perspectiva que este instante de recuperações de ações vividas, para que

ela concluísse o que havia significado aquele “*vamos, vamos.*” Para nossa surpresa, as lembranças, entrecortadas do acontecido e do efetivo jogo da saída e chegada, abre um aporte para um pequeno intervalo com objetivo de registrar acerca das condições da saída da Bolívia. Esta mulher procurou demonstrar que a família não havia saído do território boliviano como despossuída e faz questão de declarar que trazia sob sua guarda os objetos que lhe pertenciam, como a demonstrar que não se sentia uma derrotada e nem saíra daquele lugar inóspito em completo flagelo.

Nesta análise, não importa a quantidade ou as condições dos objetos, mas, captar o sentido que estes, naquele momento, representaram no contexto da emigração como provas e frutos do trabalho de anos de vida no seringal. O ato de embarcar e seguir, se constituiu como uma reafirmação de uma saída promissora. Ela fez questão de repetir sobre seus objetos na intenção de registrar o trabalho da família ali manifestado nas “coisas” que lhe pertenciam. O que expressa um sentido de emigrado como trabalhador ativo.

Vale ressaltar que do perfil socioeconômico das famílias de trabalhadores brasileiros candidatas ao Programa de Reforma Agrária INCRA-AC, realizado com cerca de 242 famílias entre 2010 a 2012, se procurou saber particularmente, no item 19 – “Quando for recolocado pelo INCRA, qual atividade pretende desenvolver?” Para tanto, foram analisados 100 destes formulários, dos quais em 50% somente foram consignadas, dentre as seis alternativas de atividades que lá constavam: a agricultura, o extrativismo e a pecuária. Considerando estes fatores como indicadores do planejamento do retorno ao campo acreano, a pesquisa apontou que a ideia do emigrado, durante a perspectiva do retorno, é uma declaração tácita aos agentes do Estado Brasileiro acerca do potencial de trabalho a ser desenvolvido por estes sujeitos quando da consolidação do retorno. Assim, cerca de 57% informaram estarem aptos ao desenvolvimento da agricultura e 43% apontam a expectativa com o trabalho em outras atividades econômicas distribuídas entre: a pecuária, a piscicultura, granja e criação de pequenos animais. Portanto, a maioria restou associada à produção agrícola.

É importante destacar que os próprios sujeitos não apresentaram o extrativismo como uma alternativa no que tange à perspectiva econômica de retorno, produzindo um resultado contraditório se comparado com a análise realizada a partir dos dados do Consulado Sazonal Boliviano/2009 quanto à ocupação de homens e mulheres em diferentes áreas desta fronteira, incluídas ainda, as famílias interculturais. A pesquisa demonstra que a atividade econômica da maioria daqueles sujeitos estava baseada no extrativismo, dados do Consulado Sazonal Boliviano, 2009, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Atividade Econômica – Zona de Fronteira

Isto implica dizer que o extrativismo se constituía como a base de sustentabilidade econômica daquela zona de fronteira ao ocupar mais de 50% dos trabalhadores diretamente ligados à atividade de extração da borracha, do açaí, da coleta de castanha e de outros produtos desta floresta ou, ainda, associado a outras atividades complementares a exemplo da agricultura e pecuária. Assim, é importante perceber a leitura estratégica realizada por homens e mulheres no processo de retorno da conjuntura econômica do Estado do Acre e, particularmente, das políticas públicas destinadas aos Projetos de Assentamento do INCRA-AC, associado ao Programa de Economia Familiar promovido e mantido pelo Governo Federal e Estadual através da Secretaria PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Contudo, as estratégias apresentadas no presente revelam um passado inconcluso que estes sujeitos trazem à tona no bojo do retorno.

Assim, as questões colocadas no presente tornam-se importantes implicações do passado, onde é possível perceber duas questões intrinsecamente ligadas com o processo do retorno e o rompimento com o status de trabalhador extrativista: a primeira diz respeito às mudanças socioeconômicas ocorridas no interior da fronteira pandina ao longo do tempo, onde outras atividades econômicas a exemplo, principalmente, da pecuária e da extração da madeira, que a partir da década de 1990, evidenciam novos enfrentamentos (MAIA, 2002 e ESTEVES, 2005). Enquanto a segunda, encontra uma explicação lógica dentro da questão de terra no Estado do Acre, a partir da década de 1970.

Assim, as transformações sócio-espaciais ocorridas no início deste século (XXI) no corredor fronteiro entre Acre/BR e Pando/BO, ao envolver os trabalhadores brasileiros na perspectiva da permanência ou não na região fronteira de Pando-BO, revela a condição

social daqueles sujeitos fronteiriços, clandestinos e sem-direito e a questão social da terra em área de fronteira, seja no âmbito da continuidade no território além-Área de Segurança Nacional boliviana, seja na situação do retorno ao Brasil.

Desta forma, o retorno em perspectiva traz à tona a crise e os conflitos da/pela terra acreana e, incide sob uma tríade sócio-agrária, entre as décadas de 1970 e 1990 que expropriou, expulsou e excluiu os seringueiros/as do direito à terra no Estado do Acre. Queremos aqui fazer referência às duas fontes em análise: os relatórios de criação do Projeto de Assentamento Triunfo e o Projeto Emergencial e Relatório/INCRA-AC/2010, com o objetivo de ampliar a discussão acerca do direito à terra.

No Estado do Acre-Brasil, as referências do retorno destes sujeitos, encontradas no Plano de Ação Emergencial INCRA-AC/2010, evidencia certo descompasso entre a situação da comunidade “brasiviana”, alvo deste processo, particularmente, a partir de 2010, e a projeção da terra destinada ao assentamento destes sujeitos, agora, trabalhadores com direito à terra.

Vale ressaltar que, mesmo não sendo nossa intenção discutir o termo “emergencial”, mas, muito nos intrigou o uso deste no Plano de Ação para o assentamento das famílias provenientes do território boliviano, da instituição responsável pelo Programa Nacional de Reforma Agrária brasileira. Será que estamos diante de um descaso sócio-agrário com a comunidade “brasiviana”? Ou é possível pensar que seja um despreparo técnico-político frente ao objetivo do Acordo Bilateral/2008?

Em nossas análises, percebemos que a decisão de “retornar” tomada por uma considerável parcela de famílias de trabalhadores, para as quais, de acordo com os dados do INCRA-AC havia previsão para instalar 550 famílias, gerou para este órgão federal, em 2010, uma situação inusitada para realizar o assentamento de famílias brasileiras com dignidade social. Segundo o Projeto Emergencial, a questão da terra era passível de ser resolvida uma vez que fossem viabilizadas a existência de áreas consideradas pelo Programa de Reorganização em Glebas de projetos existente e a aquisição de terras para uso social visando à implantação de novos projetos destinados à atender a demanda social proveniente da zona de fronteira, como vias de soluções do Projeto Emergencial, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 12 – Cronograma de Assentamento de “brasivianos” em retorno-INCRA/Acre.

Etapas previstas de Assentamento.	Unidade de Assentamento.	Ano de Criação	Capacidade	Metas Incra-Acre.	
				Qt. famílias	Executada
1ª – 193 famílias Jun/2010	PAD. Quixadá (Gleba - PAE Santa Quitéria) – Mun. de Brasília	1988	300und.	01	01
	PA – Baixa Verde – Município de Rio Branco	1996	65und.	01	01
	PA – Tupã – Mun. de Xapuri	2001	100und.	05	02
	PA - Triunfo – Mun. de Plácido de Castro	1997	305und.	86	90
	PDS – Complexo PDS Porto Carlos * - Mun. de Brasília	2009	100und.	100	05
2ª – 180 famílias Out/2010	Fazenda Campo Alegre * - Mun. de Capixaba	Processo	80und.	80	-
	Fazenda Nova Promissão* - Mun. de Capixaba	Processo	118und.		-
3ª – 177 famílias Dez/2010	Fazenda Canary* - Mun. de Bujari	Processo	300und.	77	-
Total de famílias assentadas				50	99

Fonte: Projeto Emergencial e Relatório INCRA/AC, s/d. * Espaços a serem adquiridos para uso social.

Assim, a ação política conjunta do Ministério do Exterior (ME) e do Ministério Desenvolvimento Agrícola (MDA) acerca do processo de retorno dos trabalhadores brasileiros, particularmente, neste plano em análise, reabre a discussão do campo acreano no que tange a concentração da terra e os conflitos agrários de 1980⁵⁹, bem como, a questão do acesso e a permanência desses sujeitos na terra, através dos projetos de assentamentos realizados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado do Acre, a partir da década de 1980.

Em nosso entendimento, a questão do retorno dos trabalhadores brasileiros faz sobressair dois questionamentos inquietantes: estes trabalhadores tiveram direito à terra durante o processo de reforma agrária implantada pelo INCRA-Acre, a partir da década de

⁵⁹ A este respeito os professores e historiadores Valdir de Oliveira Calixto, José Dourado de Souza e José Fernandes de Souza afirmaram que; “Os novos proprietários não estavam interessados no extrativismo, nem na agricultura de subsistência [...] O mais importante era a pecuária (extensiva, na sua maioria), atividade mais econômica que exigia muito menos braços para o trabalho. Muitos desses empresários preferiram deixar suas terras incultas, sem pecuária e sem agricultura, objetivando apenas a especulação, já que os preços da terra subiam constantemente. Os que decidiram pela pecuária trataram logo de pôr a moto-serra em funcionamento. Abriram a floresta, derrubando seringueiras e castanheiras. Ao lado das moto-serras vinham os jagunços e os pistoleiros que ateavam fogo nas barracas dos colonos e seringueiros, obstruíram, as estradas de seringas e varadouros e, quando estes reagiam, o tiroteio era a lei. Os novos proprietários que não se dedicaram a nenhuma atividade também não aceitaram a permanência dos posseiros e/ou seringueiros, passando a agir da mesma forma que aqueles. Muitos seringueiros e colonos fugiram para os seringais da Bolívia, outros vieram para os núcleos urbanos. E os que permaneceram no seringal tiveram que se submeter a uma atividade que lhes era totalmente estranha: cuidar de boi, em troca de um subsalário, moradia e comida, transformando-se assim, num verdadeiro peão. (CALIXTO, Valdir de Oliveira *et alli*. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco-Ac. FERHCD, 1985, p. 208)

1980? Se beneficiados nos projetos de Assentamentos entre 1980 e 1990, por que deixaram suas terras e migraram para os seringais bolivianos? Que similitudes são possíveis perceber entre o acesso, a permanência e o abandono da terra no Acre realizada, atualmente, por alguns “brasivianos”, com os eventos do direito à terra pelos seringueiros nas décadas de 1980 e 1990?

Considerando as datas de criação dos projetos de assentamentos, particularmente, os cinco projetos e os três imóveis em processo de aquisição relacionados no Plano de Ação Emergencial – INCRA-Acre, constante na tabela nº 12, acima. Contudo, em razão dos arranjos da migração de Francisca Pinheiro em processo de deslocamento direcionado para o PA Triunfo em 2010 e as situação socioambiental apresentada se referir a este espaço dos assentados, se analisou as questões referentes a este projeto de assentamento.

O PA Triunfo localizado no município de Plácido de Castro criado em 1997, ao se tornar um dos espaços de reterritorialidade “brasiviana” no chão acreano do retorno e, ainda, reatualiza e manifesta as múltiplas leituras e respostas às questões acerca da luta e posse da terra no Estado do Acre, revela as lutas e disputas travadas no interior do processo pelos diversos grupos e sujeitos sociais em busca de possíveis soluções aos conflitos sociais agrários na década de 1980.

Segundo a proposta simplificada de criação de projetos, o PA Triunfo (SIPLA/INCRA/AC-1997) representou uma complexa territorialidade seringalista, oficializada por seu 1º registro desde 1926, mantendo-se a posse e o uso da terra destinada à exploração extrativista até 1991, como se constatou na Certidão de Imóvel nº 1.561 que menciona, a exemplo, "o seringal Triunfo contém 147 estradas de seringueiras abertas e cultivadas, diversas barracas de moradia dos seringueiros, varadouro, pontes e um pequeno campo".

Entretanto, a partir de 1993, dentre as evidências que mostram o processo de disputas e lutas pela posse e uso da terra, gerador de conflitos sociais deste período, sobressaí as denúncias documentadas, produzidas pela FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre e o CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. Este último representa as lutas constituídas no interior da "comunidade seringueira" do seringal Triunfo: em reunião, onde foram registradas 92 assinaturas de seringueiros e seringueiras que, entre outras, reivindicavam do INCRA-Acre que a área do antigo seringal Triunfo fosse decretada como Projeto de Assentamento Extrativista.

Contudo, contraditoriamente a decisão do Estado Brasileiro foi a implantação do PA Triunfo embasado pelo Relatório Técnico do INCRA-Acre/1994. Neste, dois fatores

serviram de subsídio e foram decisivos: 1) quanto ao uso da terra ser deste seringal ser de "exploração agrícola e [seus] ocupantes agricultores que dispõe de conhecimento básico à atividade agrícola"; e quanto ao efetivo pecuário atesta ser "uma atividade e o rebanho bovino [destinado] a corte e leite, existindo [criação de outros animais]". Entretanto, historicamente o espaço se constituiu como uma unidade extrativista mostrando as contradições entre a reivindicação da FETACRE, do CNS e do relatório do INCRA/Acre/1994, mas representam instrumentos de posicionamentos políticos e servem para (in)visibilizar o extrativismo e seus trabalhadores no âmbito do seringal Triunfo.

O laudo de vistoria e avaliação INCRA-Acre/1996 do seringal Triunfo ao descrever sob mesmos aspectos mostrando "a exploração agrícola está voltada para as culturas de subsistência, [no geral]; a exploração pecuária 2.571 cabeças [de animais] bovinos, ovinos e caprinos e, a [inexistência de qualquer tipo de] extração vegetal". Estas formas de exploração eram realizadas por “ocupantes” seringueiros e colonos. Os documentos analisados apresentam mudanças significativas em menos de cinco anos, 1991 – 1996 que transformar o seringal Triunfo, como um representante da política adotada no Estado do Acre a partir da década de 1980, destinado ao uso e exploração da terra para agricultura e pecuária.

Assim, os projetos em disputas no interior do campo acreano, como a ruptura apresentada pelo PA Triunfo nas leituras efetuadas dos testemunhos históricos constituídos pelo CNS/1993 e o Relatório Técnico do INCRA-AC/1994, em menos de um ano reafirma vencedor o projeto agropecuarista. Neste sentido, a cerca de pouco mais de uma década, mais precisamente 15 anos, separam a expropriação e exclusão, oficial, de famílias de seringueiros da posse da terra com a implantação do PA Triunfo/1997 em razão da política de uso e ocupação da terra no Acre. De forma que o retorno da comunidade “brasiviana”, denota que de forma diferente estes sujeitos reescrevem na história de luta pela terra de trabalhadores brasileiros, antes sem-direito ao o direito a posse da terra legitimada pelo mesmo Estado que os excluiu.

Aqui, dois aspectos expõem diferentes situações do processo da saída do seringal boliviano, colocação Igarapezinho ao lote de terra entregue pelo INCRA/Acre/2011. Sob a perspectiva da viagem de retorno o “estresse” é uma das representações do ato de migrar como último estágio do retirante deslocado, sem direito, para recompor uma trajetória sob a posse do direito à terra identificada nesta frase “*acalme-se o senhor vai pegar uma terra boa, lá na beira do asfalto*”. Ao narrar Francisca Pinheiro rememorava um trecho de diálogos como se ali estivesse expresso o antídoto para o estresse de José Martins, a visão da terra prometida tem uma conotação de alívio mental às tensões vividas.

Mas, o termo “*braquiara*” usado por Francisca Pinheiro para descrever as condições do capim que encontrara no lote entregue pelo INCRA/Ac, revela em parte o resultado da terra do seringal Triunfo no processo de transformação agropecuária da década de 1980. Este foi transformado área destinada à pecuária durante o processo de convenção do modelo agropecuário desenvolvido no Estado do Acre e, agora destinado a assentar parte das famílias brasileiras em retorno. A terra nestas condições requer árduo trabalho por parte dos novos moradores, mas também, mostra um processo de reposicionamento do trabalhador seringueiro, visibilizado sob a nova perspectiva de produtor rural.

A narrativa de Francisca Pinheiro permite ampliar a análise e envolver outras famílias assentadas no PA Triunfo e descreve a situação daqueles outros iguais que retornaram no mesmo período “*eu vejo aí os outros, aqueles que não têm ainda plantio*”. O “plantio” se torna uma referência do coletivo e sinônimo de continuidade, pois, se percebe que presente–passado–presente são temporalidades que se misturam na narrativa para dar sentido às marcas da reposição no mundo agrário acreano desde as condições que foram submetidas numa área inóspita, principalmente, pela falta d’água à falta de oportunidade de trabalho e produção.

Nesta nova ordem o trabalho básico na propriedade deverá ser assumido pela mulher e outros dependentes da casa como afirma Francisca Pinheiro: “*aqui meu marido, filhos e o genro vão trabalhar fora em outra fazenda*”. Assim, se a primeira expectativa era tornar esses sujeitos produtores rurais nesse momento os “homens” estão sendo obrigados a vender sua força de trabalho em fazendas que expõe a situação delicada dos retornados como mão-de-obra barata absorvida no contexto do meio rural sendo esta a única forma de adquirir “dinheiro”.

Ao comparar as condições de vida e trabalho a que sujeito estava acostumado torna possível justificar as “desistências”, as “evasões” e a irregular negociação de lotes do PA Triunfo. Das conversas que ouviu acerca da continuidade do trânsito dão conta que os seringais bolivianos “*não tem casas abandonadas*” e quase como um sussurro finaliza suas impressões sobre o PA Triunfo com uma frase inacabada “*sem água, sem onde trabalhar e...*”

Portanto, as reflexões colocadas em perspectivas, permitem entrecruzar as complexas questões que envolvem o trabalhador brasileiro no processo do retorno, entre outros, se evidencia que a decisão de sair não está unicamente ligada às implicações político-econômicas e sociais, esta também se relaciona a uma revisão de vida por estes sujeitos que permite perceber um entre-lugar desta fronteira como sendo também, uma decisão do fórum

peçoal e sua reposição no universo agrário acreano ainda implica pensa-los como uma comunidade de destino. E ainda, em nosso próximo capítulo vamos apresentar outro caminho que parte da comunidade “brasiviana” em deslocado direcionado e organizado, além 50 km de fronteira pandina, pelo Escritório da OIM reterritorializou no processo de reassentamento de 19 famílias brasileiras em Puerto Rico–Pando/Bolívia. O importante é perceber que os “brasivianos” trabalhadores clandestinos, sem-direito ao conquistarem o direito à posse da terra no Brasil ou na Bolívia, revelam a questão social agrária em áreas de fronteira, em sua dimensão social oportuniza que os sujeitos recriem a ideia de espaço (*inter*)nacional.

IV – CAPÍTULO

“BRASIVIANOS”: IMAGENS E MARGENS DAS COMUNIDADES DE ARROYO SECO E LOS ANGELES

O que deve ser mapeado como novo espaço internacional de realidades históricas descontínuas é, na verdade, o problema de significar as passagens intersticiais e os processos de diferença cultural que estão inscritos no “entre-lugar”, na dissolução temporal que tece o texto “global”. (BHABHA, 2007, 298).

Nesta parte da pesquisa se buscou entender a articulação de culturas (brasileira/boliviana) em áreas fronteiriças a partir do processo expropriação e desenraizamento do trabalhador brasileiro nos espaços interamericanos e amazônico. Particularmente, o objetivo é identificar e interpretar as ressignificações que um fronteiroço amazônico apresenta dos elementos culturais e espaço/território que permitiram e se ainda permitem a recriação desses sujeitos sociais, para tanto as questões direcionaram a investigação foram: a) Que está acontecendo com as famílias de brasileiros clandestinos e o lugar tradicional onde seringueiro forjavam suas experiências de vida nos seringais e colocações da Bolívia? b) como os trabalhadores brasileiros se constituíram nos seringais pandinos? c) Que imagens esses trabalhadores tem de si mesmo?

Assim, como a finalidade analisar⁶⁰ os espaços que compreendem os seringais e colocações, além-fronteiras, onde os trabalhadores brasileiros, chamados de “brasivianos”, realizaram suas experiências sociais em território pandino-BO, nesses articularam e reinterpretaram. O trabalho de campo foi realizado com moradores das Comunidades de Arroio Seco e Los Angeles organizadas para atender o processo do rearranjo da migração internacional, sob a orientação do Acordo Bilateral entre Brasil e Bolívia de 2008, localiza e legitima a continuidade do trabalhador brasileiro e sua família em território boliviano a partir 2010. Nesses espaços residem 19 famílias de trabalhadores brasileiros assentados em Puerto Rico-Pando/BO local onde foram realizadas vinte e três entrevistas. Destas se escolheu cinco (5) entrevistas envolvendo homens e mulheres, histórias que foram entrelaçadas às informações obtidas às demais famílias entrevistadas.

⁶⁰ É importante ressaltar as fontes que serviram de base para esta análise, entre outros, foram os relatórios: CEDEPLAR/1979; Jornal “Varadouro” o jornal da Selva, nº. 21/1981; CEPAMI/1992; O recenseamento realizado pelo Consulado Sazonal Porto Evo Morales-Bolívia/2009; Relatório da OIM/2009 – Organização Internacional para as Migrações – Programa de reassentamento de famílias brasileiras no Departamento de Pando- Bolívia. Estes documentos permitem uma leitura dos espaços geopolíticos e inter-amazônicos da fronteira tripartite: Brasil, Bolívia e Peru e apresentam um panorama geral do processo de transformação das forças produtivas a partir da década de 1970.

Iniciamos nosso trabalho com o objetivo de reconhecer a voz dos sujeitos que atualmente residem legalmente na região pandina de Puerto Rico, especificamente a partir da narrativa de Doeri Amorim numa perspectiva de compreender como o sentido de fronteira que foi sendo constituído historicamente, uma vez que este sujeito está presente neste espaço fronteiriço desde a década de 1970. Permitiu acompanhar esta trajetória com um conjunto de outras leituras de mundo, bem como, a análise de relatório e dos discursos da entidade responsável pelo processo de rearranjo da migração de trabalhadores brasileiros, clandestinos, localizados na Área de Segurança Bolívia – 50 km de fronteira.

Vale ressaltar que esta forma de organização desta tese por etapa se deve 1) a continuidade dos estudos que realizo com estes trabalhadores desde a graduação; 2) os documentos analisados que possibilitaram adquirir mais informações acerca do processo atual que envolve a reorganização do espaço de fronteira boliviana e a situação dos trabalhadores brasileiros residentes há cerca de 50 décadas naquela região fronteiriça, e 3) os trabalhadores apresentarem seus posicionamentos e terem as últimas palavras sobre as jornadas dos seus deslocamentos, as suas experiências diaspóricas, a intervenção dos Estados Brasileiro e Boliviano no rearranjo da migração, do reconhecimento e legitimidade do trabalhador brasileiro em território boliviano.

Desta forma, durante a investigação o objetivo foi localizar nos distintos discursos as estratégias de negociações dos elementos culturais neste espaço de fronteiras interamericanas visando entender como os sujeitos se identificavam antes, durante e depois do processo atual que os localizam e legitima sua permanência no território boliviano. Que diversidades se constituíram e aproximaram nesses vários momentos?

É importante frisar que a entrevista com Doeri Amorim foi realizada no período noturno e permitiu uma reflexão quanto ao uso da metodologia da história oral. O simples fato de estar ali em meio de pessoas desconhecidas até então que me acolhiam e, por outro lado, eu também ser uma estranha a quem contava suas histórias particulares e, naquele momento reunido uma família, ao redor de um gravador com alguém observando. No início conversavam entre si acerca de suas experiências e depois o silêncio para ouvir Doeri Amorim, que será chamado apenas de “Doeri”.

Este momento inicial serviu para deixar o entrevistado mais seguro, aproximar entrevistado e entrevistador. Vale ainda destacar que o ambiente sob uma fraca luz contribuiu para favorecer ao narrador contar sua história como se reunisse sua família para contar e ouvir sobre um passado comum a partir de sua trajetória pessoal, principalmente, por haver sido a primeira vez que se reuniam todos os membros da família. Minha presença ali não causou

constrangimento mesmo depois que expliquei quem eu era e o motivo da minha presença. Pelo contrário percebi que foi vista como um momento em família para que todos soubessem da trajetória do pai e entendessem o motivo de estarem ali, bem como, a importância daquela comunidade. Sob poucas intervenções que realizei Doeri narrou livremente sua história de vida de forma atraente entrelaçando fatos que envolveram tantas outras famílias transformando em uma complexa rede de informações, mas, tomando-os únicos pelo modo como expõem o cotidiano vivido. Doeri estava fazendo o que sabia fazer de melhor falar de viva voz o que testemunhou da trajetória dos sujeitos do Estado do Paraná (Brasil) aos seringais do território boliviano, que apresentamos na narrativa “*chegada ao Estado do Acre e entrada para as terras da Bolívia*”, juntamente com outras dos demais moradores destas duas comunidades.

4.1 - “CHEGADA AO ESTADO DO ACRE E ENTRADA PARA AS TERRAS DA BOLÍVIA”

Eu, DOERI JOSÉ AMORIM, ainda me lembro da chegada de nossa família ao Estado do Acre e nossa entrada para as terras da Bolívia. O primeiro deslocamento da família ocorreu por motivo de procurar melhoria de vida. Quanto meus pais, a família veio do Paraná para o Acre viemos para comprar terra, porque queríamos alguma coisa melhor do que lá, aqui por volta do ano de 1974. Lá nós morávamos na cidade, eu vim para cá juntamente com meus pais, com a idade de 18 anos.

Minha família veio diretamente para o Acre, passamos a morar no município de Brasiléia. Depois compramos terras em Brasiléia e na Bolívia. Com o falecimento do meu pai, eu fiquei com as terras da Bolívia para mim, comprei dos outros herdeiros. Daí a empresa [OIM] entrou com esse negócio do senso e eu tive que sair. Abandonar e sair. Peguei nossas terras pra cá.

Morava dentro da Bolívia numa localidade chamada Seringal Buenos Aires – Colocação São Francisco, Km 38 na beira do rio/ Igarapé Muti. Local comprado pelo meu pai. Nós compramos em 1977 até agora nós tínhamos nossa área de terra lá, ainda tá lá porque foi abandonada devido esse negócio da empresa. Nossa atividade econômica em São Francisco– lavoura, roça, criação de porco, tinha gado. Nossa propriedade era cerca de 120 hectares de campo na beira do rio e tinha mais umas 70 hectares. Fora da beira do rio onde se plantava banana e outros produtos.

Vendia minha produção em Brasiléia e Cobija. A produção de suínos (todos os porcos) era vendida na Bolívia - em Cobija, quanto sobrava era vendida em Brasiléia. Contudo, em razão do mercado consumidor ser pequeno às vezes era vendida em Rio Branco. Dependia devido ao comércio ser pequeno. Mas, os

demais produtos nós vendíamos em Cobija e Brasiléia. Meus filhos todos moravam na Bolívia e estudava no Brasil, em Brasiléia, como Daniel e o Davi, as duas meninas não. Mas, todos nasceram em Brasiléia – Ac/Brasil, devido a estrutura de atendimento hospitalar.

Minha relação de atendimento à saúde e educação na área de fronteira era realizada em Brasiléia – AC/Brasil. Contudo, a comercialização da produção agrícola e suína, principalmente, era realizada nos dois lados da fronteira, porque tanto a gente tinha acesso pelo rio, como pela estrada, nossa localidade estava há 5km da estrada e se tinha acesso pela estrada asfaltada aí vinha para Brasiléia.

Quando usávamos o rio como transporte da nossa produção a gente vinha direta pelo rio, com o “permissão”, uma licença para poder trafegar com as coisas pelo rio devido a Polícia Federal. A licença a gente tirava na Bolívia para poder comercializar os produtos. Então, nós passávamos trazendo porco e a produção agrícola e entregava direto em Cobija–Pando/Bolívia. O ponto da entrega da produção, chamado Samaúma era o local onde nós entregávamos nossa produção para os comerciantes, se vendia direto. Mesmo outras coisas que a gente produzia eram vendidas na Bolívia.

Nossa relação com os bolivianos era muito boa, nós nunca tivemos problemas desde o tempo do meu pai. Meu pai, toda vida morou, toda vida pagou os impostos bolivianos, tirou licença. Nós moramos e trabalhamos lá nunca tivemos problema com bolivianos, nunca ninguém mexeu com nós.

Em relação ao entendimento do espanhol eu não entendo bem, muito pouco. Eu nunca me entrosei muito com esse negócio. O que eles falam eu entendo, agora eu falar espanhol eu quase não falo, mas meus filhos tudo falam espanhol.

Eu nunca gostei muito. Porque ... bem, eu morava lá, eles lá presente como o Dom Jorge, tinham outros mais perto lá de onde morava, cunhado do Leopoldo que era tudo vizinhos nossos, mas eu nunca me entrosei assim pra conversar, para falar que nem boliviano. Entender, eu entendo. Eu viajo pra todo canto com para Ribeiralta /Bolívia, Guajará ... eu entendo tudo o que eles falam.

Mas, eu nunca gostei de falar espanhol. Nem lá no Paraguai que a gente vivia direto lá devido que a gente morava pertinho lá fazer compra. Mas, eu, particularmente, nunca quis mexer com isso. O fato que eu não precisava falar espanhol porque todo boliviano que mora na fronteira entende quando os brasileiros falam o português.

Os que menos entendem a fala dos brasileiros são os que moram em Ribeiralta, Lá Paz nos lugares mais distantes da fronteira é mais difícil, mas, os que moram na fronteira são entrosados para conversar. Vivem no Brasil. A questão da língua não atrapalha de maneira alguma a convivência entre brasileiros e bolivianos nesta área de fronteira.

Nossa família, eu a mulher e os filhos, decidimos vir para cá [Pourto Rico/BO – Arroio Seco]. O problema foi que nós tínhamos essas terras desde 1977 compradas pelo meu pai e, como não tinha para pegar do lado brasileiro uma área aproximada da nossa, pois no Acre/BR os lotes são de 10 e 15 hectares de terra. A promessa da empresa (OIM) era que cada filho ia pegar seu lote como é o caso do mais velho e esse daí e eu, mais apenas um filho pegou terra, e por este motivo nós viemos por conta disso, então a família iria ser mais beneficiada, os filhos iam pegar terras, as meninas não.

Aqui eu era acostumado, quando foi feito essa terra, plainar a estrada, eu trabalhei com o maquinário aqui, vinha trazer maquina direto com caminhão pra cá, meus irmãos que faziam essa terraplanagem, então eu sou acostumado a andar aqui desde 1981, já conhecia tudo isso aqui.

Aqui a vida da família ainda está difícil o comércio é meio fraco. O custo de vida aqui é mais caro do que lá na fronteira. Mas, é bom. Aqui tudo o que se produzir se vende. É pouco o comércio, mas tem saída tudo que se produzir, para ganhar dinheiro aqui é muito bom. Querendo trabalhar.

O problema para nós aqui, nossa família de produtores eu e Daniel é mais difícil devido ao problema de maquinário, porque nós quase tudo tinha que ser mecanizado por não temos mata, só campo. Mas, tá dando de trabalhar. Aqui nós já chegamos fora de época do plantio, em abril/2011, plantamos um partido de sete (7) hectares de milho, compramos mais de 200 sacas de milho tinha dinheiro. Estamos mexendo com criação de porco, galinha, peixe. A horta é coisinha que a mulher cuida. A criação de peixe é realizada mais lá pra dentro nas outras, quarenta e duas (42) hectares de terra que temos dois açudes que ficam localizados nas terras do Daniel (filho mais velho), mas é uma produção familiar, meu e dele. A criação de porco e galinha é minha.

Enquanto, que a criação de hamster pertence a mim e Jhony - é o agrônomo boliviano e responsável pela organização produtiva das comunidades brasileiras [hamster ou criceto é uma designação comum a diversos pequenos mamíferos roedores, encontrados na África e Ásia]. Ele que trouxe para mim, parece que a empresa (OIM) queria que eu produzisse aqui e ceder um casal para cada família das duas Comunidades. Agora que estou começando, já era para estar feita a instalações ai toda de acordo como fazem aí pra fora, mas aqui não tem material aqui não tem brita, não tem pedra agora que vai chegar.

A organização da comunidade, bem [...] a organização da comunidade até agora está meio parada, porque todo mundo chegou e começou a trabalhar muito para começar se arranjar no lugar. Porque agora que vamos forma uma associação e uma diretoria, a reunião deveria ter acontecido ontem, mas, como há dois hospitalizados – operados em Cobija que é o Ney, então estou esperando que é pra sábado nós forma. Estou indo para Brasília amanhã para começar o estatuto e formar a associação para organizar aqui. Mas, em relação a trabalhar com o pessoal, as outras famílias da comunidade, os produtores são muito bons. O pessoal aqui é tudo de acordo, legal.

Aqui, temos uma área comunal, local da nossa sede e escritório. O dia de reunião eu marco, todos comparecem se reúnem e discutem tudo o que é preciso para comunidade e quando vem o pessoal da empresa [OIM] ou o Consulado as reuniões acontecem na sede. A área Comunal é assim que eles chamam aqui a sede de reunião pra nós. A empresa construiu uma casa grande destinada à reunião ou qualquer outra atividade que tiver para reunir a comunidade (culto – quem é crente / uma missa – quem é católico / festa, aniversário) se tem a casa grande. A área comunal tem 4 hectares que servirá a toda comunidade, o plano é neste momento construir a garagem do caminhão que estamos comprando, maquinário e o restante em comum acordo com todos da comunidade e o consulado vamos fazer um reflorestamento, porque aqui as terras são todas devastadas, vamos plantar aguana (mogno), cedro e vários tipos de madeira. Caso contrário ficará uma área ociosa, isolada sem ninguém cuidar que é da comunidade, ficando ali parado. Daqui uns dias a empresa (OIM) vai embora

Agosto/2013 é o previsto e a gente não vamos ter um plano comunitário para a área comunal.

Aqui as crianças e jovens da comunidade estudam aqui perto, na Comunidade Barôa, comunidade de bolivianos, daqui a 2 km. A relação aqui com as comunidades bolivianas é boa. Dizem a notícia da Prefeitura de Puerto Rico e do próprio governo do Estado que a comunidade boliviana mais encenqueira é essa Barôa, mas a convivência com os brasileiros, nós que residimos nas duas Comunidades de Arroio Seco e Los Angeles, as pessoas são receptivas e tornam o compartilhamento de atividades educacionais e desportivas. Aqui, todo domingo nos reunimos para jogar bola nós vamos para lá eles veem para cá, pro no campo de futebol aqui, nós estamos sempre juntos em aniversário, festa lá ou aqui participamos todos nós. Nunca deu um problema com ninguém, pessoal conhecido. Boa parte desse pessoal já morou no Brasil também.

- durante minha experiência em território boliviano não tive nenhum tipo de choque cultural, e as nossas diferença, penso assim, ser diferente não apresenta dificuldade que possa dificultar a convivência. Hoje, aqui nós somos brasileiro, boliviano, misturado somo brasiviano. Eu mesmo sou trabalhador, sou uma pessoa do trabalho, faço tudo que for preciso, tudo que for preciso fazer eu faço.

Assim, pensando em todas as comunidades, percebemos que as famílias estão se ambientando ainda com o lugar e ainda temos diferenças no modo de pensar a produção da comunidade e o desenvolvimento aqui [fazendo referência a Comunidade Arroio Seco] há apenas três famílias Daniel, Edilson (mineiro) e eu que temos ideais de crescimento porque os outros não lidavam com agricultura, vivam do extrativismo da castanha e da borracha não se encontraram como agricultores, ainda estão presos à visão tradicional do seringueiro.

O Edilson é mais acostumado a mexer com agricultura com gado, criação de galinha e porco. Agora as outras famílias, os outros sete produtores que estão aqui. Seu Francisco (Chagas), por exemplo, foi uma pessoa que sempre trabalhou junto com a família dele. Ele já trabalhou com agricultura, mesmo que pouco sabe lidar como produtor rural. Mas, os outros não sempre trabalharam com castanha e borracha, mas estão trabalhando devagarinho estão mexendo com o roçado, aprendendo a lide de agricultor.

Eu agora estou mexendo muito com o Consolado com a empresa (OIM) porque eu sou o representante daqui para gente trabalhar não só com agricultura. Porque agricultura para viver de dois hectares de terra para fazer a produção, que é liberado pela Bolívia para as famílias trabalharem, não dar para viver dignamente, não dar para a família sobreviver só da agricultura. A ideia é cultivar café e outros tipos de cultivo permanente. Agora quase todos plantarão café e urucum. Eu estou indo para Plácido de Castro essa semana que vem, mais o Ismael, o outro técnico agrícola boliviano que estar junto conosco cuidando dessa parte de produção das duas comunidades de brasileiros, para fazer um contrato com o dono do Café Plácido de Castro para poder plantar aqui e exportar para Plácido de Castro-AC/ Brasil. Porque sobreviver de dois hectares de roça / agricultura não dar. Se ainda for apenas uma pessoa sobrevive, mas uma família grande, como o seu Nei ai que são 8 pessoas na casa já não daria para viver, se manter dignamente.

As pessoas que estão mais lutando aqui sou eu, aqui em Arroio Seco; o Ismael e o Tomé na outra comunidade de Los Angeles, para conseguir mais de dois hectares visando à agricultura e eles não liberam. Até porque dentro do

projeto foi destinado a nossa comunidade os seguintes maquinários: uma trilhadeira, beneficiadora de arroz (peladeira de arroz), um triturador de grãos e um caminhão. Estes equipamentos e o caminhão ficarão na área comunal que servirá a comunidade.

Agora as duas comunidades (Arroio Seco e Los Angeles) nós reunimos e elaboramos um documento que encaminhamos ao Consulado Brasileiro exigindo/solicitando um trator porque são muitas parte que há necessidade de um trator, mas o que reivindicamos não será atendido. Para mecanizar. O ano passado eu mecanizei mais de 20 hectares aqui com o trator da prefeitura, a empresa (OIM) fez um convenio e eu lavrei e um pouco aqui e lá em Los Angeles. Mas, agora o problema da prefeita que foi presa, tá na penal. Agora não estão mais querendo liberar mais as maquinas por causa de outras comunidades que o governo não dar incentivo e está só dando incentivo para os brasileiros e não para os bolivianos. Eles vieram até aqui prender o trator aqui, aí eu liguei pra lá vieram aqui e liberaram. Agora estamos esperando. Mas, a prefeita foi presa por conta de outras coisas e não devido este convenio.

Conheço as comunidades de bolivianos próximas daqui, em direção a Riberalta: Baroa, Nova Jerusalém, Jericó, Batarra, Marte e Jerusalém, fora da carreteira vai chegando para Conquista e daí Sena, já no rio Madre Deus. Mais interior daqui lá dar 100 km. Para o outro lado, só temos a cidade de Puerto Rico, a 8 km e depois de tem outras comunidades mais distantes em direção a Cobija. Na outra direção já tem Manuripe, isolado. Depois tem a região do Orton que não tem comunidade. Daí só vai encontrar outras comunidades só para 1º de Maio, que fica perto de Santa Rosa.

A relação entre todas essas comunidades próximas as nossas comunidades é tranquilo. Tem um ditado que diz que tem boliviano falso, vi até no programa do Ratinho (SBT) esses dias que os bolivianos na América do Sul é o povo mais falso. Mas, pra nós aqui é bom, tanto quando nós vivíamos perto de Igarapé “Multi”, na estrada de Assis Brasil na beira do rio Acre, quanto aqui nós nunca tivemos nós nunca tivemos problema com boliviano.

A prova disso são os alunos aqui, tem uma convivência boa com toda a comunidade, nunca deu problema. Aqui nossa proposta é juntar as comunidades e fazer um trabalho em conjunto, brasileiros e bolivianos. Agora, estamos só esperando a reunião com o Consulado brasileiro que vem dia 21 de agosto. Eu estou me reunindo com todos os presidentes, até o Ismael que vão fazer uma reunião lá em Los Angeles também, mas eu já comuniquei todos os presidentes dessas comunidades e nós vamos fazer uma reunião para trabalharmos em conjunto, porque o que o secretário do governo boliviano veio aqui e disse para nós é que “nós temos que se unir pra poder reivindicar maquinários”, que agora chegaram umas máquinas que foram doadas até um tratorzinho pequeno aqui pra comunidade de Baroa, agora parece que vão adquirir mais 60 desses tratorzinhos e 16 tratores grandes e nós queremos fazer um convênio para ver se o governo sede para nós um aqui. Mas, todos nós em conjunto com as demais comunidades de brasileiros e bolivianos.

Então já conversei com seis presidentes de comunidades próximas e nós vamos fazer nesse dia 21 de agosto uma grande reunião com o Consulado, secretário de governo e dizem que vem até uma ministra boliviana aqui para entregar essas máquinas. Então nós já estamos conversando para nos organizar para fazer tipo uma associação juntos, produtores rurais brasileiros e bolivianos para que nossas reivindicações sejam aceitas e poder adquirir o que estamos

precisando. Crescer juntos e organizados poder fazer um convenio com o governo boliviano, porque se não for através de uma associação não se consegue nada. Nem no Brasil e nem aqui. O problema é que estou só nesse processo. O Ismael lá de Los Angeles ainda não estar se reunindo com as comunidades bolivianas para fazer isso aí.

Fato é que eu conversei e estamos arrumando, o Ismael vai avisar lá também, então a ideia é vir todos para cá (Arroio Seco) dia 21 e depois nós vamos também participar da reunião lá em Los Angeles para saber das ideias deles também e juntar com as nossas também.

Nossa ideia é que dessa reunião possamos sair fortalecidos e formar tipo uma cooperativa para as coisas se desenvolverem, do contrário ficaremos todos nos conflitando cada um defendendo o seu e vamos perder se trabalharmos juntos todos saem ganhando.

Aqui, a alcaldia nunca deu incentivo para as comunidades e o governo nunca trouxeram nada para essas comunidades, porque aqui estamos num complexo de proteção ambiental e não se pode estar devassando a natureza. O município aqui não se pode passar de cinco hectares para fazer derrubadas. Saindo daqui e observando as terras da comunidade se percebe que não existe produção agrícola, não se ver um cultivo de banana, mandioca e de cana, de nada. Há comunidades que não tem produção nem mesmo de subsistência.

Aqui na Baroa mesmo não tem por eu vivo andando em todas essas comunidades para conseguir para comprar muda de banana, de cana, rama de mandioca e todos esses moradores, são cinco famílias brasileiras, que fizeram o projeto para fazer casa de farinha, mas não se encontrou rama de mandioca em canto algum. Aqui tinha uns campos nativos envelhecidos que tinha umas ramas de mandioca e lá do Ismael também foram trazidas algumas mudas e nada foi conseguido, porque eles queriam plantar uma média de dez hectares não conseguiram porque não tinha rama de mandioca. Então tem essa situação aqui e o governo não incentiva. Agora vamos trazer tudo da região de Povenir.

Ontem, mesmo aqui com os paranaenses eu consegui e quando começar a chover, eles trazem para nós ao preço de \$B 2,00 (dois peso boliviano) é o preço que eles vendem a muda de banana, a quantia que nós precisarmos eles fornecem, são gaúchos e paranaenses que moram logo ali, no quilômetro 70 da estrada, da carreteira. É uma fazenda grande pra cá da serraria. Eu tinha fui lá ontem pra comprar uns bois para puxar carroça para trilhadeira e conversei com eles acertei tudo e eles entregam aqui a esse preso - \$B 2,00 a muda de banana. Porque aqui não encontrei de jeito algum

Aqui, o importante é porque tem uma possibilidade de crescimento que é muito grande, o trabalho será grande no primeiro momento, mas, se trabalharmos unidos e bem o resultado será ainda melhor. Isso porque as famílias precisam se alimentar e se procura a produção agrícola nestas terras e não tem.

Aquelas terras de Los Angeles eu acompanhei todo o processo com o André que era o engenheiro, fomos para Sena e Riberalta para ver com o prefeito uma área de terra. Todo canto que se andar daqui a Riberalta, onde se encontrar um bananal ou um mandiocal é indicação de famílias brasileiras. Não se encontra plantio em propriedades bolivianas nem indígenas. O exemplo que posso citar é de uma área de terra indígena que vem pra cá de Riberalta, são quase uns 40 km daqui para frente, ali tem duas famílias ali no meio que tem produção em suas propriedades e também são criadores de porco e galinha, são

brasileiros, um é capixaba (do Estado do Espírito Santo) e a outra paranaense que moram lá. Um é casado com uma boliviana e o outro ainda é solteiro, mora com a mãe.

Mas, daqui a Riberalta não há nenhuma produção agrícola, onde se ver alguma coisa de futuro é uma família brasileira que estar ali e de vários locais do Brasil: catarinense, paulistas, mineiro, capixaba, etc. Há muita gente que mora aqui dentro que vieram sobreviver na vida, trabalharam nesse garimpo de Sena e agora adquiriram terra e estão morando é os que têm alguma coisa. Mas, de comunidade boliviana são poucos trabalhadores rurais. Aqui tem uma boliviana que possui uma propriedade de terra de sete hectares de fruteira e 40 hectares de plantio de urucum. Só que abandonou por falta de mercado consumidor. Agora que estão começando. Essa boliviana tem muita coisa, fato é essa boliviana tem muita coisa, assim de Puerto Rico a Sena é essa mulher aqui no quilômetro 10. Ela possui uma venda em Puerto Rico. Com relação aos demais bolivianos essa mulher tem de tudo, o que se precisar ela possui, mas para ela vender uma muda de uma planta para uma pessoa ela não vende porque o marido não deixa.

Aqui, a produtividade dos trabalhadores bolivianos é a castanha. Na época da castanha eles se dirigem aos castanhais e aí eles têm dinheiro, se não, eles têm ajuda do governo, raras são as famílias das comunidades bolivianas que não recebem uma auxílio do governo boliviano. É a mesma atividade que realizam a maioria dos trabalhadores brasileiros aqui nos seringais da Bolívia, eles não trabalham na agricultura, mas, com a coleta de castanha, porque a castanha na Bolívia é muito melhor que a do Brasil. E outra coisa não tem limite de retirada, por conta do contrabando eles vendem diretamente para os comerciantes brasileiros ou diretamente nos posto dos municípios acreanos /Brasil é maio meio de vida dos trabalhadores bolivianos e dos brasileiros, seringueiros, que moram aqui 90% vivem da coleta da castanha.

Agora é que os brasileiros estão começando a trabalhar, verdadeiramente, na agricultura. Depois do senso que foi feito que os brasileiros não possuam direito na terra que são obrigados a sair ou vai trabalhar e não tem direito a nada, muito estão trabalhando, fazendo alguma coisa de agricultura, mas, o resto só realiza a coleta da castanha. O próprio governo boliviano sabe que a castanha é uma atividade produtiva e não incentiva um plantio de castanha.

Eu idealizei um projeto, futuro, para plantar dois hectares de castanha vai ficar bonito, mas foi um acerto. Nossa participação na Feira realizada no mercado da cidade de Puerto Rico que já realizada por produtores bolivianos. Contudo, para nós vendermos nossos produtos juntamente com as demais comunidades às vezes dar problemas porque eles trazem coisas diferentes da nossa produção, eles não vendem verduras, mas vendem outras coisas. Agora, já estamos organizados eu já estive no mercado e na secretária consegui registrar nossa feira, também, agora a partir do momento em que a construção do mercado for concluída a partir de 6 de Agosto que é a festa na Bolívia nós já temos nossa feira registrada e toda documentada para começar a trabalhar, vamos levar toda nossa produção eu assinei como representante daqui e faltam apenas dois moradores assinar um outro documento lá porque nossa responsabilidade junto a secretário e o administrador do mercado é de entregar todo o salão usado para realizar a feira limpo, é dever. Assim, a partir do dia 6 de Agosto nossa feira já estará funcionando no mercado do núcleo urbano de Puerto Rico.

A nossa relação seja com as comunidades bolivianas e ou o poder público constituído é boa, nós podemos acessar todos os benefícios como saúde nos

hospitais, escolas e secretarias de desenvolvimento da prefeitura, com tudo a contento, eles atendem muito bem. Mesmo no Brasil não fui bem tratado como aqui. Eu mesmo necessitei de tratamento médico-hospitalar devido à “febre Tifoide” que peguei e o atendimento hospitalar foi de qualidade, passei cinco dias internado, eu não passei nem quinze minutos (15m) sem passar um médico ou enfermeiro acompanhando meu quadro. Aqui, os órgãos públicos prefeitura, polícia ou mesmo o exército as pessoas nos tratam bem, mas depende também do brasileiro, porque tem brasileiro vagabundo que apronta aqui, vem pra cá mexer com droga, com arma e assaltar, mas o trabalhador honesto vive dignamente aqui na Bolívia. Minha identidade, eu sou um brasileiro na fronteira, sou um brasiviano, um trabalhador sem fronteira.

4.2 - ENTRE DIÁLOGOS DE SUBJETIVIDADES: UMA HISTÓRIA DE VIDA E A HISTORIOGRAFIA

A continuidade da história que envolve territórios compartilhados interamericanos e amazônicos a partir da dimensão social é importante começar por apresentar Doeri José Amorim, nascido em Catanduva-PR em 1956. Aos 18 anos de idade migrou juntamente com sua família para o Estado do Acre era o ano de 1974. No contexto das décadas de 1970 se tornou um dos protagonistas do movimento de travessia e deslocamento de famílias de trabalhadores brasileiros para os seringais da Bolívia os quais a partir da década de 1980 ficaram conhecidos como “Brasivianos”.

Ao narrar suas experiências de brasileiro clandestino em território boliviano desde o contexto das expropriações envolvendo os trabalhadores paranaenses até início do século XXI quando de sujeitos anônimos e clandestinos transnacionais, com a intervenção dos Estados nacionais no ano de 2009 passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

O transcurso das temporalidades narradas se contextualiza o processo da chamada “Ocupação da Amazônia” que evidencia a articulação entre Estado e capital para consolidação de políticas afirmativas desenvolvidas, particularmente, a partir da década de 1970. Uma vez que ao reconstituir a memória da trajetória familiar como migrantes brasileiros em busca de melhores condições de vida. Identificando-se a si e sua família como paranaenses migrantes para a Amazônia, especificamente, a Amazônia Sul-Occidental no contexto histórico da década de 1970.

Importa perceber como a oralidade permite um diálogo entre subjetividades envolvendo a memória individual e contexto histórico, bem como, comporta estabelecer links entre presente – passado – presente. Ao narrar o primeiro deslocamento do Estado do Paraná o sujeito conta de viva voz a rota migratória centro-sul – norte e permite estabelecer uma interfase com estudos realizados sobre as migrações internas de trabalhadores oriundos do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em direção ao Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima e Sul do Pará.

Nesse sentido, a conjuntura socioeconômica do centro-sul brasileiro durante o processo da frente de expansão de trabalhadores para a Amazônia tem sua explicação no mesmo contexto que impulsiona as transformações capitalistas no campo com a mecanização da agricultura, combinada a proletarianização e a formação do minifúndio associada à concentração industrial no Centro-sul do país a partir da década de 1950.

O sociólogo José de Souza Martins, ao explicar as migrações internas brasileiras oriundas do nordeste em razão do excedente populacional demonstra que os fluxos migratórios das décadas de 1950 e 1960, direcionados para o sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná) e para o Centro-sul e Norte (Maranhão e Pará). Enquanto, o processo de industrialização da agricultura⁶¹ representa a modernização agrícola brasileira concentrada, particularmente, na agricultura de exportação no Sudeste e Sul do país foi caracterizada pela grande propriedade rural transformada em empresa capitalista que suplantou a pequena propriedade familiar, face ao processo de mecanização e por utilizar basicamente o trabalho assalariado.

Ao analisar este cenário, Rego (2002) demonstra que a grande propriedade modernizada para a exportação entre 1967 a 1982 reflete o crescimento agroexportador brasileiro desse período como sendo um dos fatores centrais na explicação do processo de expropriação de pequenos produtores.

Assim, sob a lógica das transformações capitalistas na agricultura de exportação do Centro-Sul os autores apresentam a migração dos trabalhadores como uma forma de migração forçada pelo capital, se destaca entre outros fatores: a subdivisão da terra no processo de formação do minifúndio resultante da fragmentação por herança; a valorização da terra; a mecanização associada ao avanço tecnológico das lavouras; os incentivos estatais à

⁶¹ Vale lembrar que CAMPOS (1987) ao analisar como a agricultura se transformou em um ramo particular da indústria, explica que a demanda de insumos, máquinas e implementos e outros associada a atividades como de processamento e comercialização dos produtos agrícolas se tornaram importantes mecanismos na efetiva intermediação financeira no que tange a demanda de crédito da produção em novas bases técnicas. Campos, (1987, p. 22).

modernização preferencialmente destinados aos latifúndios, bem como, a compra e incorporação de terras às empresas capitalistas de exportação.

Desta forma, o contexto da década de 1960 apresenta a configuração do cenário rural do centro-sul brasileiro reordenado pelo capital. A historiadora Zilda Marcia Gricoli Iokoi (1989) explica a questão da terra no Brasil como uma contínua estrutura fundiária conservadora ampliada pelo poder de concentração de terras. Assim, a terra se tornou o mote central responsável pelo aumento dos fluxos migratórios de trabalhadores do centro-sul do país durante as décadas de 1970 e 1980.

Deste modo, no momento em que as crises sociais se tornaram uma pressão sob o modo de organização latifundiária agroindustrial e exportadora nas regiões centrais o governo passou a estimular a migração e colonização da Transamazônica. Nesse sentido, os fluxos migratórios de trabalhadores para a Amazônia são representantes de estratégias⁶² colocadas em prática pelo Estado brasileiro associado ao grande e médio capital como uma forma de aplacar as tensões sociais do centro-sul ao mesmo tempo em que avançou sobre as terras, particularmente, as do Estado do Acre (SILVA, 1992).

Desta forma, o governo brasileiro ao direcionar e sincronizar estes dois movimentos contraditórios e atrelados, de trabalhadores e de capital para Amazônia conservou a estrutura latifundiária como modelo agrário brasileiro, resposta ao projeto modernizador da concentração de terra instituído pelo domínio da agroindústria açucareira no nordeste e da agroindústria empresarial de exportação no centro-sul do país, e ainda, aplacou o projeto nacional de uma reforma agrária mais ampla.

Na capital acreana o jornal “Varadouro, um jornal das selvas” serve de referência como porta-voz de um passado de denúncias de diversas ordens: política, econômica e principalmente social entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo o economista Adalberto Ferreira da Silva (1982) para quem estas décadas representam o contexto do direcionamento e da devassa do capital especulativo no Estado do Acre, expõe a fuga dos seringueiros para a Bolívia num cenário de exportação dos conflitos sociais do meio rural acreano durante o

⁶² Refere-se entre outros fatores: a) A propaganda do governo Federal do asfaltamento da BR 364 em três anos ligará a cidade de Rio Branco-Acre a Cuiabá-MT; b) A experiência em projetos de colonização com pequenos produtores – NARIs (Núcleos de Apoio Rural Integrado) desenvolvidos no Estado do Acre pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e os Projetos de Assentamento Dirigidos – INCRA; c) Grupos econômicos do Centro-sul do país interessados a investir no Estado do Acre; d) Expropriação das terras de pequenos produtores e trabalhadores rurais do centro-sul como resultado da expansão capitalista no campo pelo processo de mecanização da agricultura no centro-sul brasileiro.

processo de substituição da estrutura socioeconômica do extrativismo pelo modelo agropecuário vencedor deste período.

As matérias deste jornal exibem notícias do movimento migratório do centro-sul–Acre as condições e as implicações da chegada de famílias genericamente chamadas “paulistas” e a relativização das fronteiras por trabalhadores tradicionais como resultado dos conflitos agrários no Estado do Acre.

Assim, o Jornal “Varadouro”, edição 21 de maio/1981, na matéria intitulada: **“Migração do Sul agita o Acre”**, descreve sobre aquele contexto histórico:

[...] com a crise da borracha chegou o “paulista”, impulsionados pela propaganda e pelo apoio do Estado através de incentivos fiscais, vieram para desenvolver a agropecuária na região [e] junto com eles vieram também trabalhadores agrícolas todos numa grande corrida atrás das terras acreanas. [...] seja de forma espontânea ou através de políticas migratórias dirigidas. [a exemplo de] Francisco Izilagyi [paranaense], em 1977 podendo comprar uma [área de] terra e Nilson Gielbel [Espírito Santo] trabalhador sem terras, rolando por ai afora, procurando melhores condições de trabalho e não conseguindo se fixar, nem juntar patrimônio algum, [ambos trabalhadores agrícola no Estado do Acre] da terra. É preciso ter condições de nela trabalhar. Essas condições são dadas ou na forma de um capital inicial ou com a participação do governo. O trabalhador sem-terra, despojado de recursos, tem poucas chances de prosperar seja no sul seja aqui. [...] restará ao migrante apenas uma pergunta: depois do Acre, para onde ir? (Varadouro, um jornal das Selvas, edição nº 21, Maio/1981, p.9).

Do mesmo jornal na edição nº 23 de Agosto–Setembro/1981 é publicada outra matéria sobre o drama dos migrantes do centro–sul brasileiro, sob o título: **“Os paranaenses (expulsos) estão chegando”**. Nesta matéria os relatos de dois migrantes identificados apenas como Arnaldo, 65 anos de idade e Jose, 25 anos de idade que contam as suas trajetórias a partir do contexto da construção de Itaipu à chegada e as condições de vida no Estado do Acre. Assim, o resumo desta matéria expõe:

Itaipu parece ser apenas mais uma etapa na vida de muitos brasileiros que trabalham na terra. [...] eles são obrigados a andar cerca de 4 mil quilômetros, porque suas terras [...] inundadas [somado a situação da terra] no sul do país não existem condições para que o pequeno proprietário, o posseiro, o meeiro, o trabalhador rural sobrevivam dignamente. [...] Varadouro ouviu alguns dos colonos que chegaram recentemente ao Acre, vindos do Paraná para se instalar no Projeto de Colonização do INCRA – o Pad. Pedro Peixoto. [...] os “paranaenses” fazem parte dos milhares de brasileiros que passaram suas vidas vagando por este país a fora, em busca de um chão para viver. (Varadouro, um jornal das Selvas, edição nº 23, Agosto–Setembro/1981, p. 10 e 11).

As duas matérias singularizam que famílias de produtores e trabalhadores paranaenses chegaram ao Estado do Acre a partir década de 1970, deslocamento resultado do contexto das transformações do campo pela expansão do capital e da reorganização do espaço dada a

intervenção modernizadora do Estado brasileiro no incremento ao desenvolvimento das potencialidades industriais devido à construção de hidrelétricas, especialmente, o complexo de Itaipú.

Embora representantes de diferentes espaços federativos, a tabela a seguir mostra uma maior incidência nas décadas 1970 e 1980 de brasileiros em território boliviano. Contudo, é importante dizer que entre os migrantes para o Estado do Acre, sobressaem, os nascidos nos municípios de Brasiléia, Plácido de Castro e Xapuri.

Observe a tabela a seguir.

Tabela 13 - Origem do Deslocamento

Unidades da Federação Brasileira								
Quant.	Outros Estados	Brasiléia	Capixaba	Epitaciolândia a	P. de Castro	Sena Madureira	Xapuri	Estado do Acre
23	03	06	01	01	05	01	06	20

Fontes: Pesquisa de Campo/2011 – 2012

Importante perceber que no contexto das migrações internacionais os sujeitos migrantes são representados por sua identidade nacional, brasileira, como sinaliza a I Conferência sobre as comunidades brasileiras no exterior, “Brasileiros no Mundo”, realizada no Palácio do Itamaraty, em 2008, considerar o lugar sociocultural do sujeito migrante. Implica pensar nas questões colocadas por Stuart Hall (2006, p 51) a partir das discussões de Benedict Anderson sobre comunidade imaginada⁶³, neste estudo o interesse é saber que representações da “Bolívia” podem ser identificadas e se estas redefinem as famílias de brasileiros em território boliviano?

Ao considerar as narrativas de 23 pessoas a partir da origem do deslocamento, o Estado do Acre representa a unidade federativa brasileira de maior destaque entre os

⁶³ Assim, se refere Hall, no que concerne a ideia de “Comunidade Imaginada”: “As culturas nacionais são compostas [...] é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] assim,] ao produzir sentido sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. Anderson argumenta que as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. Hall, Stuart, A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2006, p. 50-51.

narradores de Arroyo Seco e Los Angeles em contrapartida outros Estados da Federação (Paraná, Minas Gerais e Rondônia) representam um quantitativo insignificante para análise. Entretanto, estes mesmo dados permitem identificar os Estados Brasileiros dos migrantes deslocados para os seringais bolivianos. Identificadas rotas migratórias encontramos o fio condutor das redes socioculturais a partir das quais as ideias dos narradores são apresentas.

Deste modo, se procurou estabelecer um link, um encontro de entre-lugares sociais do migrante a partir do qual se expressa à fala deste sujeito no presente. Este procedimento permitiu compreender nas narrativas as nuances das interlocuções os sentidos das trajetórias; como estes sujeitos articularam e ressignificaram os elementos culturais e, ainda, como expressam uma ideia da Bolívia/fronteira de acordo com suas experiências sociais. Assim, os dados quantitativos entendidos como mediadores qualitativos do sujeito em trânsito, revelaram os contextos históricos de entre-tempos (BHABHA, 2007, p. 255) distintos e desconexos, foram reconectados pelas diferentes histórias destes sujeitos no país destino.

Ao analisar a narrativa de Doeri Amorim, paranaense, por exemplo, ao expor a compra de terra em território boliviano permite reconhecer que não apenas famílias brasileiras e trabalhadores despossuídos, a partir da década de 1970, se deslocaram para os seringais bolivianos como resultado principalmente da crise agrária do Estado do Acre (ver MAIA e LIMA, 2002; ESTEVES, 2003). Neste estudo se identificou entre estes sujeitos outras razões ou intencionalidades para migrar, como neste caso, o investimento em terra boliviana.

Contudo, importa perceber que embora atualmente identificados pela OIM como “cidadãos brasileiros vulneráveis” (Relatório/2009, p), condição que singulariza os moradores daquelas comunidades pesquisadas como despossuídos, é possível considerar a diferença entre os processos de deslocamentos do passado quando ao entrecruzar o dado das entrevistas percebe-se as representações da “Bolívia” apresentadas por estes sujeitos é muito desigual. Enquanto, para Doeri Amorim esta é uma área de investimento para outros sujeitos, a maioria, representa um refúgio dos conflitos sócio-agrírios, pois a terra boliviana se encontrava “mais livre” (CEDEPLAR, 1979), um espaço propiciador de melhor condição para o trabalho no extrativismo e sobrevivência da família.

Assim, a partir das (23) vinte e três entrevistas o motivo de deslocamentos permite perceber a representação da Bolívia destes sujeitos. Como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 14 – Motivo do Deslocamento para Bolívia

Quant.	Motivo deslocamento			Média de tempo		
	Trabalho e moradia	Conflitos de terra	Rede Família ou amigos	05 a 10	11 a 20	21 e +30
19	04	12	04	02	07	12

Fontes: Pesquisa de Campo/2011 – 2012.

Desse modo, as narrativas enquanto documento constituído a partir da fonte oral, particularmente a de Doeri Amorim, ao mesmo tempo em que possibilitam confirmar os processos de migrações forçadas pelo capital envolvendo sujeitos despossuídos e excluído da posse da terra em razão da modernização agrícola do Centro–Sul do país em direção a Amazônia. Amplamente estudado, esse processo foi descrito entre outros por José de Souza Martins (1982 e 1998); Jose Graziano da Silva (1982), Otavio Ianni (1979). Ainda, pode-se citar Adalberto Ferreira da Silva (1982), Luiz Antônio Pinto de Oliveira (1985) e Valdir de Oliveira Calixto (1985), e, os trabalhos acadêmicos mais recentes, particularmente os apresentados por mim e, pelos historiadores Jose Savio de Souza Maia (2002) e Maria Benedita Esteves (2003/2005), o ponto em comum nesses trabalhos é que ao apresentarem o deslocamento do trabalhador brasileiro além-fronteiras indicam uma porosidade da fronteira latino–amazônica entre Acre–Brasil e Pando–Bolívia.

Assim estes estudos acerca da conjuntura brasileira e acreana permitem perceber o processo de expropriação e expulsão do trabalhador brasileiro da terra como resultado de um processo de transformação global da política econômica do Estado Brasileiro. Enquanto, a oralidade permite estabelecer nexos, correlações e rupturas que sobressaem das narrativas da experiência da travessia da fronteira vivenciada por estes sujeitos.

Nesse sentido, os meus estudos realizados entre 1996 a 2009, acerca da presença de trabalhadores brasileiros no interior da floresta pandina boliviana, particularmente, a recente pesquisa (2011 e 2012) consideraram a existência das Redes Sociais⁶⁴ constituídas após a

⁶⁴ Estamos entendendo Redes Sociais a partir Wilson Fosco (2008) que ao analisar fluxos migratórios de brasileiros no exterior expõe as redes sociais como estratégias reveladas pelos migrantes como uma “teia de relações que liga origem e destino” mostrando que esses sujeitos revelam o recebimento de ajuda de parentes,

chamada “Revolução Acreana” de 1902 e a definição da fronteira entre Brasil e Bolívia pelo Tratado de Petrópolis de 1903, como parte das explicações do deslocamento apresentado por estes sujeitos nesta zona de fronteira, mostra que a presença de trabalhadores brasileiros em território boliviano torna-se um elemento comum entre aquele evento histórico e o atual.

Ao entrecruzar os dados das entrevistas dos narradores das comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles quanto ao motivo do deslocamento ocorrido numa média de tempo entre cinco anos a mais de três décadas de experiência de vida nos seringais bolivianos (Tabela 14), se destacou três principais motivos: 1) a busca por um lugar de trabalho e moradia com a família; 2) conflito de terra no Estado do Acre; 3) à presença de familiares e ou amigos em território boliviano. Este último fator traduz uma rede social interna que particulariza esta corrente migratória, similar à presença de brasileiros na Guina Francesa estudada por Ronaldo Arouck (2001).

Sob outro prisma, Dorei Amorim faz uma síntese do processo de deslocamento familiar desde o Estado do Paraná até o território boliviano e narra:

Quando meus pais, a família veio do Paraná para o Acre viemos para comprar terra, porque queríamos alguma coisa melhor do que lá, chegamos aqui por volta do ano de 1974. [...] compramos terras em Brasília e na Bolívia.

Assim, ao descrever o processo de transferência da família para o Estado do Acre motivado pela compra de terras em Brasília e, também na Bolívia, permite considerar a exemplo desta família, por um lado, reconhecer que o sujeito migrante possuidor de bens e recursos, não necessariamente é um representante do grande latifúndio e dos grupos de empresários oriundos do Centro-Sul do país identificados pela historiografia regional como representantes do capital especulador (SILVA 1992; CALIXTO, 1985), mas o pequeno produtor que percebeu uma oportunidade empreendedora familiar para mudança de condição de vida. Por outro lado, o investimento em propriedade além-fronteiras como indício de uma rede social constituída de trabalhadores brasileiros presente no território boliviano antes da década de 1970 é um dos fatores responsáveis do impulso migratório.

amigos, agência de recrutamento, ou não recebeu qualquer tipo de auxílio. Sendo que o autor aponta (2005) a reciprocidade como um dos mecanismos de promoção a circulação de recursos pelas redes sociais. FOSCO, Wilson. Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. IN: I Conferência “Brasileiros no Mundo” MRE. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2009, p. 259/278.

Doeri Amorim, ao relembrar da trajetória familiar do Paraná ao município acreano de Brasília⁶⁵ e deste à terra do Departamento de Pando–BO, onde se encontra atualmente, evidencia uma marca cronologia do tempo da própria vida “*eu vim para cá juntamente com meus pais, com a idade de 18 anos*” que expõe o deslocamento de mão-de-obra do trabalhador brasileiro potencialmente ativo. Neste sentido, referenciar a memória do presente a indicar, que desde a juventude a história de deslocados sob as mais variadas razões e condições adversas representam trabalhadores da cidade ou camponês seja este paranaense, acreano, mineiros ou rondonienses.

Desta forma, nosso narrador havia comprometido com esta travessia a própria vida o atual movimento social em que suas lembranças são narradas o situa como sujeito entre seu passado de migrante e de clandestino em território boliviano à recente posição de sujeito de direitos reconhecido no âmbito das diplomacias brasileira e boliviana confluindo para entender a comunidade destino⁶⁶ a que pertence no presente.

Nesta perspectiva penetramos em um território como afirma Alexandre Portelli (2010) “localizado no cruzamento entre História, Antropologia, Linguística e Literatura chamado de história Oral” que nos leva a refletir acerca do encontro entre o pesquisador e o narrador no campo do interesse de ambos, enquanto o primeiro estar interessado no “típico” o segundo quer narrar o que o tona “singular”. Ao demonstrar que os interesses destes sujeitos há existência de “uma relação entre a experiência individual e um contexto histórico ou cultural mais amplo”, afirmando e definindo o espaço compartilhado – a contextualização da singularidade – como demarcador da diferença entre contar histórias e contar a história (PORTELLI, 2010, p 210/14).

Assim, Doeri Amorim ao descrever a trajetória em família do Estado do Paraná para o Estado do Acre referindo-se ao ano de 1974 como o tempo de chegada ao destino, sua descrição torna-se um ato de *history-tellin* ou *meta-storytelling*: uma narrativa sobre narrar

⁶⁵ Brasileia – parte do antigo seringal Carmen, foi fundada em 1910 com o nome Brasília. Em 1938 foi elevada a categoria de município e, em 1943 passa a ser chamada de BRASILEIA. Apresenta uma população de 19.065 hab. com densidade demográfica de 4,86 hab/km² (IBGE, 2007) distribuída numa área de 3.918 km². Limita-se ao norte e a leste, com o município de Xapuri; ao sul com a Bolívia; a oeste com o município de Assis Brasil; a noroeste com o município de Sena Madureira e a sudeste com o município de Eptaciolândia (criado em 1992). Em razão desta posição geopolítica na fronteira com a cidade de Cobija (capital do Departamento de Pando–BO), a partir principalmente da década de 1990 influenciou e é influenciada pela Zona Franca de Cobija, bem como, participa do fluxo de turistas que realizam compras no comércio boliviano. Configura-se como uma zona contato entre nações latinas, por esta proximidade desde períodos anteriores a década de 1970 se constituiu num espaço de travessia do seringueiro brasileiro e sua família em direção aos seringais da Bolívia.

⁶⁶ Estamos nos referindo à comunidade destino a partir do pensamento Zigmunt Bauman, que a define como sendo “a comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidade e policultural. BAUMAN, Zigmunt. Identidade. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p 17.

como explica Alexandre Portelli (2010, p. 212). Seguindo esta mesma linha de pensamento se pode afirmar que a narrativa de Doeri Amorim nos indica no mínimo três elementos que evidenciam o espaço compartilhado deste trabalho:

- 1) O enquadramento histórico do relato no contexto do Estado do Acre na década de 1970 sinaliza que esta unidade federativa desconhecida ou conhecida a partir do pensamento de Craveiro Costa como “deserto Ocidental” (CRAVEIRO COSTA, 1973) começa a se fazer presente no cenário nacional intrinsecamente articulado as estratégias do governo federal com o projeto “Ocupação da Amazônia” para encontrar o “Paraíso Perdido” de Euclides da Cunha (1998);
- 2) O processo de deslocamento familiar embora se apresente individual combina-se com trajetórias de outras famílias sejam de pequenos colonos do Centro-Sul do país para o Estado do Acre, bem como, a travessia além-fronteira de famílias de seringueiros do território nacional acreano para a região do Departamento de Pando-Bolívia, em uma narrativa complexa e integrada;
- 3) A projeção da história para fora do círculo familiar, ao compartilhar com uma desconhecida, uma estranha quanto a dimensão internacional da trajetória de sua família.

Assim, a partir desses elementos criamos as possibilidades de compartilhamento de saberes que estamos referindo como os *diálogos entre as subjetividades*. Pois, se compreende por subjetividade no âmbito da História o conhecimento histórico que constitui o corpo do saber desta disciplina é uma construção ou se preferir uma operação idealizada por historiadores que buscam compreender as ações do homem no tempo.

Um aspecto importante nesta perspectiva é atentar para a forma assumida por Doeri Amorim que ao narrar sua história entrelaça fatos do cotidiano de sua vida com situações e questões mais amplas como migração que permite perceber como o narrador ao contar criar um contexto próprio. Assim, apresenta a complexidade social que observou para tornar atraente ou particularizar os eventos vividos que escolheu para narrar como únicos.

Minha família veio diretamente para o Acre, passamos a morar no município de Brasiléia. Depois compramos terras em Brasiléia e na Bolívia. Com o falecimento do meu pai, eu fiquei com as terras da Bolívia para mim, comprei dos outros herdeiros. Daí a empresa [OIM] entrou com esse negócio do senso e eu tive que sair. Abandonar e sair. Peguei nossas terras pra cá. (Doeri Amorim, 2012)

Diante o propósito e destino da entrevista o sujeito ao narrar sua história procura apresentar os principais elementos da trajetória familiar de forma convincente isto denota que a narrativa de Doeri Amorim se constitui sob dois fatores: a objetividade e a subjetividade os quais também estão presentes na construção histórica do historiador.

Estes elementos na construção da narrativa se tornam visíveis quando Doeri ao articular os registros de sua memória, a exemplo da morte do pai, e a continuidade de sua família em território boliviano como resultado de herança. Assim, ao justificar a permanência em território boliviano tendo por base a herança familiar esta assume um caráter simbólico a partir da trajetória particular deste sujeito. Isto fica claro ao confrontar com a narrativa de Dalila Amorim, filha de Doeri Amorim, um jovem mãe de 24 anos idade, moradora da Comunidade Arroyo Seco, demonstra que para ela continuar em território boliviano estava associado à rede familiar, ao afirmar - “eu já estou acostumada” e enumerar fatores como: a presença de familiares na região de fronteira; sua própria irmã é casada com um boliviano e, ainda, ela própria se identificar como uma pessoa carismática por fazer amigos com facilidade torna possível constituir através das redes de parentesco e amizade uma base de solidariedade.

Associado as redes sociais se percebe as articulações que os sujeitos estabelecem entre si e com o espaço, a exemplo da visão de prosperidade de Dalila Amorim quando afirma - “vou morar aqui na comunidade até abrir o restaurante” revela uma leitura positiva da sua trajetória pela visão empreendedora que marca sua percepção de permanência na Bolívia.

Por outro lado, Elzi C. Ramos, uma senhora de 42 anos de idade, moradora da Comunidade Los Angeles ao expor os motivos do deslocamento, a continuidade e a permanência em território boliviano, assim narrar sua visão da própria trajetória:

*Não, eu não quero a casa não, tão querendo até me matar, pode ficar com a casa. Fiquei com a casa, mas os vizinhos eram ruim, eu não tinha água, não tinha luz, num podia passar... lá na vila, no Brasil, não podia pegar água na fonte. Ai eu troquei minha casa. Passei cinco anos na casa e a casa desbarrancou ai foi quebrando tudo, foi preciso desmanchar e roubaram as madeiras durante a noite... Pelas casas dos outro ei fui morar de aluguel, passei três anos de aluguel. Ai, eu vim pra Bolívia,... em 1987. No Brasil não podia ficar. Porque no Brasil a gente não tem valor... Mas me sinto tranquila, por que no Brasil não conseguia o que eu queria [terra] e, eu vim embora para cá, aqui conta que o lugar é meu. E então eu me sinto feliz, eu planto o que eu quero, não tem quem me **abudega**, e no Brasil nunca tive essa oportunidade de ganhar uma terra para mim. Eu e meus filhos, a maioria está sendo criada na Bolívia. Já tenho filhos e netos nascidos aqui, [...] hoje em dia vivo perto dos filhos, lá os filhos viviam tudo longe de mim. Isso para mim é uma tranquilidade. Juntou todo mundo.*

A narrativa de Elzi denota o posicionamento de uma migrante clandestina, desenraizada do país de origem por falta de oportunidades para sobreviver, ainda é incisiva ao se referir ao motivo de seu deslocamento ocorrido na década de 1980, afirma: “*porque no*

Brasil a gente não tem valor”. Nesta frase demonstra a imagem que o sujeito tem de si a partir do momento em que evoca as palavras “*Brasil*” no sentido de nação e “*valor*” como significante de nacionalidade. Enquanto, em outro fragmento de sua narrativa: “*um dia Deus vai me dar um lugar para morar*” justifica a continuidade como uma redenção do sofrimento de sua trajetória de vida. Antes a terra negada no Brasil se tornou possível no território boliviano, e este se constituiu como lugar onde viveu, criou e, ainda, nasceram filhos e netos que são testemunhos oculares de uma história de pertencimento. Revela o sentido de “*valor*” instituído em possuir a terra como ressignificada pela solidariedade familiar.

As narrativas destes sujeitos são representantes de diversidades de policulturas que singularizam entre si uma decisão de continuidade, pelo menos de uma parte dos brasileiros erradicados na região pandina–Bolívia alguns há mais de três décadas, relacionados às redes de parentesco e de amizade seja para preservar ou de dar sentido à permanência na Bolívia.

Entre outros, os sentidos simbólicos de herança, das redes sociais e solidariedade familiar são pensados como níveis de representações da forma como estes homens e mulheres negociaram os valores culturais para considerar como positivo o tempo de experiência de vida e constituição social dos espaços compartilhados na fronteira dos rios Abunã e Acre. Neste sentido, se compreende a partir da dimensão social que a fronteira nacional entre Brasil e Bolívia apresenta no contexto interamericano como um espaço compartilhado por trabalhadores brasileiros e bolivianos despossuídos ou não, representantes de complexas redes sociais que em diferentes momentos históricos que responderam ora pela continuidade e descontinuidade do tripé: território, nação e identidade nacional.

O que se presenciou entre moradores das comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles foi uma constituição de autonomias sejam na perspectiva da trajetória de migrante clandestino ou na decisão da continuidade e permanência em território boliviano no cenário interamericano e amazônico do início do século XXI as *ressurgência do nacionalismo*, conforme Bauman (2005), quando o Estado boliviano na busca de proteger sua área de Segurança Nacional, particularmente de forma mais visível com o Estado do Acre-Brasil, traz à tona o amplo processo político do Estado da Bolívia de *reativação do pacto entre nação e Estado*⁶⁷ em razão do berço sociocultural representativo do presidente Evo Morales⁶⁸.

⁶⁷ Este trabalho não tem intenção em realizar uma reflexão sobre concepções de Estado moderno, mas é importante assinalar algumas leituras embasaram a compreensão do Estado contemporâneo, com a finalidade de entender as implicações da área de fronteira em estudo. Entre outras referências: Pierre Bourdieu, particularmente a reflexão da ideia de região. IN: **O poder simbólico** (2007 p 101/131); Zilda Márcia Gricoli Iokoi, embora sem a perspectiva de debate a questão de Estado, esta historiadora oferece uma atenta discussão acerca de nação e nacionalismo, bem como, a visão do principal órgão de representação do Estado Nacional, Ministério das Relações Exteriores, e os comprometimentos institucionais implicado do jogo diplomático. IN:

No campo político da sociedade boliviana a partir de 2006, somado a este processo as mudanças geopolíticas nesta zona de fronteira com pela migração de nacionais bolivianos para efetivar a colonização direcionada (2009), historicamente identificada desde a revolução agrária de 1952 que colocou em movimento projetos de colonizações⁶⁹ nas décadas de 1950 e 1960 e foi reafirmada no governo de Hugo Banzer (1971) como uma solução ao problema da pressão demográfica na região do Altiplano boliviano e da tendência de reorganização do campo pela fragmentação dos lotes rurais através do minifúndio.

Apresenta-se neste momento, além do interesse de resolver à problemática agrárias e econômicas, reafirma o objetivo de maior integração política e socioeconômica do país como uma forma de consolidar a *lealdade em nome da solidariedade nacional*⁷⁰ ao mesmo tempo

Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil. 1935/1975. (2004 p. 67/79); Boaventura de Souza Santos, a contribuição da ideia de estado a partir do entendimento das implicações de continuidades e uma alternativa de ruptura conceitual entre Estado/sociedade civil. IN: **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade** (2003, p 115/131) Ainda Boaventura Santos atrás a compreensão de Estado a partir das discussões acerca dos Direitos Humanos, bem como, as relações solidárias que se estabelece na ideia de democracia em gestões participativas. IN: **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política** (2008 p. 277/316 e 341/376); Sob outra ótica os autores: Zygmunt Bauman elabora uma reflexão crítica acerca de “Nação-estado” apresentando uma compreensão do próprio Estado com a nova forma de expropriação. IN: **Globalização: as consequências humanas** (1999, p. 63/84); Patrick J. Geary, pontualmente as reflexões acerca da crise da identidade europeia e do nacionalismo do século XIX, **O mito das nações. A invenção do nacionalismo** (2005, p 11/55); Octavio Ianni, ao discutir a globalização em diversos aspectos da vida social e do trabalho, entretanto, nossa atenção a reflexão crítica de nação na dimensão do mundo globalizado. IN: **A era do globalismo.** (2004, p.75/120).

⁶⁸ **Juan Evo Morales Ayma** nasceu em Orinoca – Oruro, em 26/10/1959, pertencente ao tronco da etnia uru-aimará. De expressão política definida no campo da tradição indígena representando no plano social a liderança sindical dos agricultores cocaleros e do Movimento para o socialismo (MAS) e responsável pelo IPSP (Instrumento Político pela Soberania dos Povos). No plano político nacional é o primeiro presidente de origem indígena eleito, em primeiro turno, Presidente da República da Bolívia em 22 de janeiro de 2006 e reeleito em 06 de dezembro de 2009. O posicionamento sociopolítico socialista explica o foco deste governo baseado na construção nacional pautado em ações práticas como: a reforma agrária e a nacionalização econômica.

⁶⁹ O Plano Decenal de 1961, [...] o programa de colonização fixou como objetivo a transferência de 90.000 a 100.000 famílias do altiplano para as áreas tropicais [...] O plano de “Estratégia socioeconômico del Desarrollo Nacional – 1971 – 1991 [...] no tocante aos programas de colonização] são considerados caros e economicamente inviáveis [...] uma das inquietações [...] é a tendência na concentração de terras e na repetição incipiente do complexo latifúndio–minifúndios [...] empresas agrícolas no oriente estão criando uma estrutura de posse da terra conflitante com [...] a Lei da Reforma Agrária. [...] há uma preocupação com a maneira [de] ocupação da fronteira. A crescente predominância das grandes empresas agrícolas e de pecuária extensiva é considerada uma tendência negativa, do ponto de vista da massa de camponeses na Bolívia. [Efetivamente,] as estimativas indicam que entre 1972/1975, um total de 8.500 famílias foram assentadas. Relatório CEDEPLAR/1979, p.18/31. Conclui-se que neste período o governo boliviano não incentivou a colonização da área de fronteira, especificamente, pandina que segundo dados do Ministério de assuntos camponeses e agropecuários (1974) o Departamento de Pando apresentava o menor índice populacional do país, com um total de 32.200 habitacional / 0.50 hab./km².

⁷⁰ La Paz - O Estado boliviano começou a implantar seu plano de colonização da fronteira amazônica com o Brasil, promovendo a migração de 750 camponeses para os povoados de Santa Rosa del Abuná e Manoa. [...] Os opositoristas, liderados pelo presidente do Senado, Óscar Ortiz, condenaram o movimento migratório como sendo uma manipulação eleitoral que visa o pleito presidencial de 6 de dezembro. “Esses camponeses migraram com o único objetivo de votar, plantar coca e (...) [fazer de Pando] um departamento produtor de coca e cocaína”, o senador Paulo Bravo, também da oposição, afirmou ao jornal Los Tiempos. Fonte. <http://infosurhoy.com/pt/articles/saii/features/2009/08/12/feature-04>. Data do acesso 30/07/2011 às 14h. 58m.

em que articula a política interna e externa, esta última intrinsecamente ligada as Relações Exteriores a exemplo do protocolo diplomático do “Acordo Bilateral” entre Brasil e Bolívia/2008 para o assentamento de famílias brasileiras em território brasileiro.

Estes aspectos da política do governo boliviano embora busque romper com processos mais gerais que envolvem a política externa dos países na chamada “era do globalismo” (Octavio Ianni, 2004) apontam no plano das amazônias para um processo ambíguo de *erosão da soberania nacional* como uma inversão deste fator principal que remete a ideia de globalização apresentada por Bauman a partir da compreensão de que esta “significa que o estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união solida e inabalável com a nação” (BAUMAN, 2005, 34).

Destacar-se aqui a importância de entender as territorialidades amazônicas constituídas nos seringais e colocações além-fronteiras como os primeiros espaços inter-amazônicos a romper em razão do fenômeno dos deslocamentos de seringueiros brasileiros com o conteúdo estático do conceito de fronteira para dimensioná-lo na fluidez da dinâmica social. Como afirmou Bauman (2005):

A principal força motora por trás desse processo tem sido desde o princípio a acelerada “liquefação” das estruturas e instituições sociais. Estamos agora passando da fase “solida” da modernidade para a fase “fluida” [...] Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo. Não serão capazes de aguentar o vazamento, a infiltração, o gotejar [e], o transbordamento [...]. (Bauman, 2005, p 57/8).

O contexto histórico estrutural em que se criam as condições sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais os sujeitos forjaram as múltiplas saídas e possibilita perceber no transcurso das experiências sociais neste espaço interamericano e amazônico os fenômenos tais como: fronteiras fluidas ou porosas, casamentos e, ou, relações interculturais, negociações de valores culturais e a comunidade brasiviana.

4.3 - ESPAÇOS COMPARTILHADOS DE FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

Neste Sentido, é possível identificar os espaços compartilhados constituídos por sujeitos no trânsito de vidas nas entre-fronteiras amazônicas. Assim, a referência do seringal Buenos Aires – Colocação São Francisco, às margens de um igarapé chamado “Multi” localizado na região da fronteira pandina banhada pelo rio Acre, Km 38 da Estrada do

município de Assis Brasil também conhecida como Estrada do Pacífico, é o espaço geopolítico que localiza Doeri Amorim e sua família em território boliviano desde o ano de 1977, mesmo que recentemente este local tenha sido abandonado por esta família devido às ocorrências de conflitos nesta fronteira, noticiadas pela imprensa local.

A fronteira Brasil–Bolívia, particularmente a região acre-pandina, torna-se alvo uma situação de crise internacional aplacada pelo dispositivo diplomático que ficou conhecido como “Acordo Bilateral – 2008”. Desta forma, o ano 2008 se apresenta como um divisor de tempos do processo da história da presença de trabalhadores brasileiros na Bolívia que permite classificar os eventos como antes e depois deste ano. Uma vez que após os eventos diplomáticos de 1903 que anexou as terras acreanas ao Brasil este é o primeiro acordo diplomático entre o governo brasileiro e boliviano que estabeleceu esta fronteira como agenda prioritária em razão das questões de território e nacionalidade demonstradas pela comunidade “brasiviana”.

Assim, embora separados por 105 anos estes dois episódios diplomáticos apresentam uma singularidade, a presença de brasileiros em território boliviano. Pouco mais de um século de história desta ocupação além-fronteiras mostra que o Estado brasileiro foi incapaz promover, particularmente, na região acreana uma reforma social da terra ao contrário a partir da década de 1970 consolidou a propriedade privada e o domínio do capital sobre a terra e o trabalho. Estes fatores conjugados se considerados responsáveis pela questão agrária do Estado do Acre e das consequências dos conflitos sociais, colocou em movimento milhares de famílias e trabalhadores seringueiros em múltiplas direções sendo uma dessas a travessia dos rios Abunã e Acre.

Assim, em 2007 o governo brasileiro através da Lei nº 11.471/2007 e acordos firmados com o governo boliviano visando solucionar a situação que envolve a zona fronteiriça do Departamento de Pando–BO elegeram a Organização Internacional para as Migrações – OIM, com um investimento de US\$ - 10.256.410,25, como mediadora entre aqueles Estados Nacionais e os sujeitos clandestinos radicados nesta região, com o objetivo de realizar um censo das famílias brasileiras localizadas na área de Segurança Nacional da Bolívia, posterior regulamentação do migrante e assentamento daqueles que optaram em permanecer no território boliviano.

Vale ressaltar que a referida entidade começou a atuar na região a partir de 2009, foi identificada por Doeri Amorim como uma “empresa” e pela maioria daqueles sujeitos. Por que a identificação de “empresa” a esta entidade internacional? Ao se considerar a

apresentação da OIM por seus recenseadores durante o contato com as famílias brasileiras, assim é descrita:

Se apresenta a la Organización Internacional para las Migraciones –OIM, como um ente internacional que vincula a 127 estados membros y 93 observadores em todo el mundo y que para el caso de la frontera Bolívia–Brasil, ambos gobiernos solicitaron su acompañamiento como ente neutral para garantizar una salida pacífica al conflicto que podría presentarse. (OIM –Relatório/2009, p. 22).

Nesta parte do documento dois elementos “ente internacional” e “ente neutral” são indicadores que permitem compreender a ideia de “empresa” formada por estes sujeitos. Uma vez que os recenseadores da OIM são representantes de uma agencia internacional com a finalidade de identificar e localizar geograficamente o brasileiro clandestino ocupante de seringais e colocações no raio da área de segurança nacional boliviana.

Nesse sentido, na interpretação desses sujeitos a OIM não se apresenta como uma entidade neutra visto que Doeri Amorim compreendeu a chegada desta como um negócio onde a mercadoria de barganha eram “famílias brasileiras” clandestinas vivendo no interior da floresta, a chamada comunidade boliviana.

Assim, identificada como uma “empresa” Doeri Amorim mostra o estranhamento dos chamados “brasivianos” quanto a este órgão mediador e responsável de informar aos governos, brasileiro e boliviano, acerca da presença de trabalhadores brasileiros além-fronteiras, resultado de um fenômeno social secular representante de diversos momentos do trânsito de pessoas entre fronteira após o Tratado de Petrópolis de 1903, a exemplo da permissão do governo boliviano, 1904 ao seringalista Plácido de Castro para explorar a floresta boliviana na região do Rio Abunã como extensão do seringal Capatará (Bufão, 1910), ou ainda, início do século XX a formação do corredor econômico entre seringais: Gavião, Esperança, Palmares, Central, Cobra e Capatará e a região do rio Beni – BO, constituíram uma “rota comercial de gado boliviano” (FUNTAC, 2008, p. 99).

Considerando este estranhamento se percebeu que também se faz presente na escrita do próprio relatório da OIM/2009 quando descreve a prática dos recenseadores em identificar os “líderes rurais” das comunidades em alguns momentos para facilitar a realização de suas atividades durante o processo de recenseamento (OIM – Relatório/2009, p 30). O que leva a crer a ocorrência, no início, de resistências quando 109 famílias identificadas e georeferencias deixaram de responder ao questionário dos recenseadores, sendo as principais incidências entre as zonas de Balpebra a Santa Rosa do Abunã, localidades às margens dos rios Abunã e Acre, bem como, Porvenir Departamento de Pando - BO.

Uma explicação para este estranhamento se encontra nas recentes situações de conflitos⁷¹, a partir de 2007, nos espaços de fronteira norte do Brasil com o Departamento de Pando – Bolívia e a emergente expulsão dessas famílias residentes nos seringais e colocações bolivianas, algumas radicadas por gerações, a mais de cinco décadas. Sendo este um dos pontos salientados no momento da abordagem dos recenseadores, como se pode observar no referido relatório:

Se habla de la situación general em términos políticos: la nueva constitución política de Bolívia determino que ningún ciudadano extranjero (de cualquier nacionalidade, no unicamente brasileiro) puede tener propiedad em el margen de 50 kilómetros de sus fronteras. Em ese sentido, todos los extranjeros de cualquier país que estén em esta situacións serán *desalojados* a parti del mês de diciembre del presente año. (OIM – Relatório, 2009, p. 22/3).

Desta forma, somadas as situações de conflitos explícitos e outros velados envolvendo trabalhadores brasileiros e grupos de bolivianos, a repercussão da política de embargo e de despejo de estrangeiros, brasileiros, do território da Bolívia colocou a comunidade “brasiviana” em movimento num amplo processo de reconhecimento de direitos após ser quantificada e classificada pelo controle dos Estados Nacionais, uma vez que esses sujeitos estão intrinsecamente ligados à questão da terra, particularmente, no Brasil.

Importante é perceber que a presença de trabalhadores brasileiros nos seringais expõe esta fronteira como representante de espaços compartilhados. Assim, sob outro prisma, os narradores das comunidades de Arroio Seco e Los Angeles ao identificarem o lugar da última moradia nos seringais e colocações compreendidos entre os 50 km de fronteira boliviana mostram, ainda, que a maior parte das moradias se localizava em regiões próxima às margens dos rios Abunã e Acre, segundo relatório da OIM/2009 os espaços foram representado em seis zonas fronteiriças entre Brasil e Bolívia onde se encontrava distribuída as famílias brasileiras em território boliviano.

⁷¹ Vale recomendar a leitura do texto de Geórgia Lima “**Fronteira do Abunã e os conflitos sociais**”. IN: Amazônia pós-moderna, tradições e contradições. Rio Branco, AC: OPUS, 2008, p 9/37. Bem como, fazer uma referencia a empresa escrita e falada, entre 2007 a 2009, fez veicular uma serie de matérias com foco nesta zona de fronteira, entre outras podemos chama atenção à matéria do Jornal Eletrônico Rondônia Vivo, datada de 27 de outubro de 2009, sob o título: Brasileiros expulsos por “paramilitares” pedem assentamento no Brasil. O destaque da matéria “Grupos paramilitares bolivianos expulsaram seringueiros e coletores de castanha brasileiros que vivem na fronteira oriental da Bolívia com o Brasil no interior da selva amazônica, com o pretexto de estarem realizando uma “reforma agrária”. Uma verdadeira ação terrorista contra os brasileiros, sem que nenhuma providência seja tomada. Essa omissão do governo brasileiro no que diz respeito às arbitrariedades cometidas pelo país vizinho já se tornou rotineira”. Site <http://www.rondoniaovivo.com> , Acesso em 22/04/2011.

Observe a Tabela a seguir:

Tabela 15 - Zoneamento fronteiro entre Brasil e Bolívia.

Zona	Local	Região	
		Bolívia	Brasil
I -	Balpebra	Cobija, Porvenir e Filadelfia	Mun. Assis Brasil.
II -	Bella Flor	Puerto Rico	Mun. Brasiléia / Capixaba
III -	Bella Flor	Santa Rosa del Abunã	Mun. Plácido de Castro
IV -	Ingavi	Santo Mercado	Mun. Acrelândia
V	Santo Mercado	Nueva Esperanza	Mun. Abunã e Extrema
VI	Nueva Esperanza	Santo Mercado, Villa Nueva	Mun. Abunã e Extrema

Fonte: Relatório OIM/2009.

A fronteira entre Brasil e Bolívia é de 3.423,2 km de extensão. A linha parte da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul à cidade de Assis Brasil, no Acre. Segundo os relatórios OIM/2009 e INCRA/2010 marcam a existência de moradias de famílias brasileira na fronteira terrestre entre o Estado do Acre e o Departamento de Pando–BO, que constituem espaços onde os sujeitos realizaram e, ainda, realizam suas experiências sociais, a exemplo de Moises C. Braga, nascido em 1955 que afirma haver passado 36 anos vivendo em diversos seringais e colocações, entre estes de São Vicente; Elzi Crisostomo Ramos revela encontra-se há mais de uma década em terras bolivianas, sendo o último lugar o Seringal Pão de Açúcar e, Cirlei de Souza Feitosa, nascida em 24/08/1974, moradora Rio Abunã, próximo a província de Santa Rosa do Abuna – BO, colocação Morada Nova seringal cafezal, afirma - “*nós nascemos no Brasil, mas fomos criados na Bolívia*”. E ainda, Maria Vilma Conceição do Nascimento, nascida em 30/04/1969 no Município de Brasiléia-Acre, Brasil, durante 20 anos viveu clandestinamente nos seringais da Bolívia “*sem paradeiro*”, até maio de 2011 teve como lugar de moradia a colocação Bona Hora.

A tabela abaixo elaborada de acordo com a pesquisa de campo realizada entre Dezembro/2011 a Dezembro/2012 permite identificar a reorganização do espaço e novo rearranjo promovido pela OIM/2010, constituindo na territorialidade reconhecida e legitimada a presença dos trabalhadores brasileiros, clandestinos, pelo governo boliviano, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 16 - Puerto Rico: espaços compartilhados e territorialidades dos “brasivianos”

NOMES	OIM	Localidades	Comunidade Destino (Puerto Rico) BOLIVIA.
	Censo e Pós-Censo Nº Enc.		
Ailton Araújo Crisostomo* (Dep, de Maria Mota)	51	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 20/04/2011
Amauri Grisostes da Silva* (Neto de Fco. das Chagas Horácio Febrônio)	-	BELLA FLOR	Los Angeles - 26/05/2011
Augustino Thomas da Silva*	246	SANTA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco - 19/04/2011
Cirley de Souza Feitosa* (Esposa de Ney)		STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco - 20/04/2011
Daniel Amorim*	67	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 19/04/2011
Doeri José Amorim*	69	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 10/05/2011
Dalila Silvana Amorim* (Filha de Doery)	-	BOLPEBRA	Arroyo Seco – out/2011
Edilsa da Silva Ferreira*	-	BOLPEBRA	Los Angeles – 2011
Edsônia do Nascimento Santos de Jesus* (Esposa de Ismael Ferreira de Jesus)	-	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco - 20/04/2011
Eliana Amorim* (Esposa de Doery)	-	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 10/05/2011
Edilson Ferreira dos Santos	85	BELLA FLOR	Los Angeles - 19/04/2011
Elzi Crisostomo Ramos*	16	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 10/05/2011
Fabiana Oliveira Gonçalves*	-	BELLA FLOR	Los Angeles – 2011
Francisco das Chagas Horácio Febrônio*	PC 19	BELLA FLOR	Los Angeles - 26/05/2011
Francisco Jose Batista de Sousa*	4	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 20/04/2011
Geovane Feitosa da Silva* (Filho de Ney Thomaz)	-	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco - 20/04/2011
Inácio Tomaz da Silva*	168	STA ROSA DO ABUNA	Los Angeles – 14/06/2010
Ismael Pereira de Jesus (F. Mista)*	260	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco – 20/04/2011
Joseane Bento Ciriaco* (Esposa de Francisco Jose Batista de Sousa)	-	BOLPEBRA	Arroyo Seco - 20/04/2011
José Barroso do Nascimento	33	BOLPEBRA	Los Angeles – 15/08/2012
José Francisco Batista do Nascimento*	PC 35	BOLPEBRA	Los Angeles – 19/04/2011
José Thomaz da Silva	165	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco - 20/04/2011
José Tomé de Souza Castro	PC 37	BOLPEBRA	Los Angeles - 19/04/2011
Leandro Lima Nascimento (apelido Peruti, dep. de Mª da Conceição)	PC 40	BOLPEBRA	Los Angeles – 10/05/2011
Manoel Soares de Souza	248	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco – 20/04/2011
Maria Antônia de Moraes Mota*	19	BOLPEBRA	Los Angeles - 19/04/2011
Maria Vilma Conceição do Nascimento*	54	BOLPEBRA	Los Angeles – 10/05/2011
Moises Canpinas Bragas*	50	BOLPEBRA	Los Angeles – 01/11/2011
Ney Thomaz da Silva	223	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco – 20/04/2011
Pedro Suares*	247	STA ROSA DO ABUNA	Arroyo Seco – 20/04/2011
Sidnes de Souza Alves	PC 63	PORVENIR	Los Angeles – 26/07/2010
Valderi Feitosa da Silva (Dep. de Elzi Ramos)	48	BOLPEBRA	Los Angeles -19/04/2011

Dados da Pesquisa de Campo/2011 e 2012 total de 23 entrevistas (* - indica os moradores entrevistados).

Ao considerar a ocupação de diferentes espaços destacam as regiões de Bolpebra, Santa Rosa do Abunã e Bella Flor. A importância da referência destes se deve por constituírem os entre-lugares de fronteira onde se manifestaram as experiências desses sujeitos localizados em dois extremos desta fronteira: às margens do rio Abunã e Acre. A presença de dez (10) famílias brasileiras georeferenciadas (OIM/2009) na zona de Santa Rosa do Abunã, somadas às quatro da área de Bella Flor apresenta um total de quatorze famílias que constitui os espaços compartilhados da microrregião fronteiriça do rio Abunã⁷². Bem como, as dezessete famílias brasileiras de Bolpebra e uma de Pouvenir contextualizam a microrregião do rio Acre e se constitui como uma área entre-fronteiras marcada, no caso de Bolpebra pela própria nomenclatura BOL (Bolívia), PE (Peru) e BRA (Brasil) expõem a inter-relação do espaço ocupado por diferentes nacionalidades ao longo da história de ocupação desta fronteira na área do rio Acre⁷³.

Vale ressaltar que além dos narradores das comunidades de Arroio Seco e Los Angeles, durante a pesquisa foram encontradas outras famílias brasileiras radicadas em comunidades bolivianas, pequenas vilas e cidades, a exemplo de Maria do Socorro Cavalcante da Silva⁷⁴, 40 anos de idade, nascida no dia 08/12/1970, em território boliviano numa Colocação da Estrada de Porvenir - Bolívia. Filha de Maria Amélia Cavalcante da Silva, quanto ao pai apenas informa ser nascido na Bolívia. No momento desta entrevista é moradora da Comunidade 17 de maio – Província de Frederico Gusmão (BO). É importante salientar que a pesquisa de campo realizada entre os meses de maio a dezembro de 2011 e março a julho de 2012, nos possibilitou identificar os sujeitos em diversos espaços, rural e urbano, em território boliviano.

Isso implica pensar que a presença de trabalhadores brasileiros na Bolívia não se encontra restrita aos seringais e colocações, mas, constitui uma rede de migrantes onde os sujeitos se encontram em constante movimento e representa uma comunidade destino como pensa Zygmunt Bauman⁷⁵. Assim, ao pensar que o lugar localiza o sujeito em suas múltiplas

⁷² Maiores informações sobre a ocupação brasileira na fronteira do Abunã, se recomenda a leitura: Geórgia Lima. **BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã (1970/1980)**. Dissertação área de História. UFPE, 2002.

⁷³ Recomenda-se a leitura: José Maria Valcuende (coord). **História e Memórias das três fronteiras, Brasil, Peru e Bolívia**. Ed. Rinaldo Arruda. São Paulo: EDUC, 2009.

⁷⁴ Esta entrevista foi realizada no Consulado Brasileiro, sediando na cidade de Cobija capital do Departamento de Pando-BO no dia 23 de novembro de 2011 durante o processo de cadastramento realizado pelo INCRA/AC de famílias brasileiras para efetivar o retorno em atendimento uma lista do pós-censo realizado pela OIM/2010.

⁷⁵ Seguindo o pensamento deste autor há dois tipos de comunidades, uma de vida e a outra de destino. Aqui se estar considerando a comunidade “brasiviana” como uma comunidade “destino”, que segundo Bauman são comunidades fundidas [...] por ideias ou por uma variedade de princípios. Bauman, 2005:17.

relações: sociais, econômicas, políticas, religiosas, etc. e, destas com o universo a sua volta constituindo as redes de negociação e renegociação entre sujeitos.

A experiência de vida de Doeri Amorim permite estabelecer as referências da colocação São Francisco, uma propriedade com cerca de 190 hectares de terra onde se realizava a lavoura, a roça, a criação de porco e gado, que expõem a dimensão econômica sob a qual este sujeito constituiu os vínculos comerciais estabelecidos entre-fronteiras através da venda da produção familiar tanto na cidade de Brasiléia–Acre/Brasil quanto em Cobija–Pando/Bolívia, explica ser um comercio sem atravessadores, mas, o mercado consumidor, frente à produtividade, é incipiente.

Nesta narrativa Doeri Amorim ensaia uma interpretação acerca do consumidor boliviano ao afirmar que a maior parte da produção de suínos era comercializada na cidade de Cobija. Bem como, ao destacar a utilização do “*rio como transporte*” apresenta o termo “*permisso*” como uma forma legitimadora do reconhecimento do trânsito de pessoas e mercadorias pelas autoridades constituídas nos dois países como afirma Doeri Amorim – “[...conhecimento da] *Polícia Federal* [enquanto] *a licença a gente tirava na Bolívia para poder comercializar os produtos*” e, ainda, representa uma forma que regulamentar existência deste comércio entre-fronteiras.

Sob o prisma, da educação e da saúde, Doeri Amorim reconstitui as redes institucionais de nacionalidade deste espaço de fronteira, pois como morador radicado em território boliviano seus primeiros filhos nasceram no Brasil e estudaram em escolas brasileiras, apenas os meninos “*Davi e Daniel Amorim*”. Embora não haja qualquer explicação do motivo da divisão de gênero quanto ao estudo nesta narrativa, a pesquisa aponta três fatores: 1) à distância e o escasso trânsito de pessoas torna inseguro o percurso realizado pelo ramal e estrada, embora a estrada de Assis Brasil permitisse o acesso entre a localidade de São Francisco e a cidade de Brasiléia–Acre/Brasil; 2) a figura feminina brasileira nos seringais bolivianos é aparentemente invisível ao controle do Estado boliviano; 3) enquanto, a figura masculina gerou a polêmica “obrigatoriedade” do serviço Militar boliviano⁷⁶.

Assim, através da educação dos filhos Doeri Amorim expõe uma questão de gênero que marca um posicionamento de resistência assumida sob o encontro de forças “invisíveis” eminentemente nacionalistas presente na experiência de vida esta fronteira e, permite entender

⁷⁶ O documento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre apresenta uma denuncia acerca da “exigência de servir o Exército boliviano e a expulsão de brasileiros, por bolivianos, de suas colocações”. (Relatório Final da Comissão Especial/ALEACRE/Resolução nº 252/92 de 29/10/1992, p. 6.

a importância das redes institucionais brasileiras implícitas nesta narrativa se apresenta como uma marca da fronteira nacional.

Além desta, ainda há outro elemento que evidencia a tênue negociação nesta região fronteiriça apresentada por este narrador, uma vez que ao expor a boa relação com os bolivianos desde a época do pai a partir do “*pagamento de impostos*” e o cuidado com a “*licença*” quando afirma: “*moramos e trabalhamos lá nunca tivemos problema com bolivianos*”, bem como, a resistência em falar o espanhol, mesmo quando admite que a língua nacional, manifesta seu posicionamento face ao construto social nesta fronteira entre nacionais.

Ao explicar o motivo de não precisar falar em espanhol mostra que o boliviano radicado nesta fronteira entende o português e fala o chamado portunhol, isto permite afirmar que as relações estabelecidas pelos sujeitos binacionais em razão do contato social geram entre si referências de proximidades, e ainda, permite identificar naqueles que “*menos entendem a fala dos brasileiros*” os bolivianos das recentes correntes de migrantes, diferentes daqueles que historicamente integram esta fronteira. Aponta a pesquisa que a própria geopolítica do lugar habitado corrobora e se apresenta como um aspecto articulador entre-culturas. Entretanto, Dorei Amorim ao afirma: “*eu nunca gostei de falar espanhol*” expõe os entraves do preconceito nacionalista presente na memória subterrânea, a exemplo, de outros sujeitos.

Considerando, o idioma um código nacional⁷⁷ de conhecimento e reconhecimento regional de fronteiras marcam a resistência manifestada de “falar” o espanhol. Esta questão é apresentada no relatório do CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG/1979, como uma das principais preocupações do governo boliviano nos primeiros anos da década de 1970 que envolve a presença de brasileiros nos seringais da Bolívia afirma:

Frequentemente, os bolivianos que atravessam a fronteira, fixam-se no Brasil e tornam-se brasileiros, ao passo que os brasileiros, na Bolívia, tendem a prejudicar a identidade nacional do território, a fazer, do português a língua principal e da moeda brasileira, o meio circulante predominante. (CEDEPLAR, 1979, p 36).

⁷⁷ As reflexões e observações de Pierre Bourdieu, acerca da “região” nos alerta sobre “a procura dos critérios ‘objectivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em actos de estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores”. BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 112).

Diante do exposto, a prática cotidiana desta região interamericana e amazônica, particularmente entre Brasil e Bolívia permite identificar os elementos que manifestam a fronteira geopolítica, entretanto, estes se constituem não como um sentido em si mesmo, mas, como uma representação a partir da mobilidade e do trânsito de sujeitos, nestes termos esta fronteira se configura a partir da dimensão social como uma fronteira fluida (Bauman, 2005).

4.4 - COMUNIDADES ARROYO SECO E LOS ANGELES: A TERRA DA PROMISSÃO?

A distribuição espacial das comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles na zona rural da cidade boliviana de Puerto Rico é definida por lotes familiares e uma área comunal, um lote medindo quatro (4) hectares de terra. Este local é destinado à organização social e a estrutura administrativa, sede / escritório. Neste espaço social acontecem as reuniões dos moradores para discussões e tomadas de decisões visando o bem coletivo, bem como, será o local destinado às máquinas e equipamentos para uso comunitário. É interesse concretizar um plano comunitário para valorizar e transformar o espaço devastado em uma área reflorestada com madeira de lei.

Começo inquirindo Doeri Amorim quanto ao motivo de continuar e permanecer em território boliviano. Ao narrar como convicção sua decisão permitiu identificar quatro elementos considerados chaves em sua explicação: 1) a “família”; 2) “terras compradas pelo pai”; 3) a comparação de lotes oferecidos aos “brasivianos” no Brasil e na Bolívia e 4) a “promessa do filho” adquirir uma área de terra.

Os dois primeiros elementos se completam, uma vez que a referência da família amplia o campo de participação dos sujeitos envolvidos no momento da tomada de decisão de permanecer em território boliviano. Neste sentido, a consulta interna e a resposta do grupo familiar simbolizam a divisão da responsabilidade coletiva quanto ao trabalho que envolve os cinco membros, adultos, numa base econômica familiar.

Doeri Amorim e sua família, constituída de sete pessoas, foram assentados pela OIM na comunidade Arroio Seco na data de 19/04/2011, onde residem há um ano e três meses considerando o momento em que realizei o primeiro contato como esta família no qual foi permitido o registro das imagens da organização do espaço e da produção até ali realizada.

Vale ressaltar que Doeri e seu filho Daniel Amorim, juntos, são responsáveis por 100 hectares de terra neste lugar.

Durante a pesquisa de campo podemos constatar nesta e nas demais famílias que compõem as duas comunidades certa divisão do trabalho por gênero. Enquanto a mulher é responsável pelos serviços do lar, de tarefas ligadas a criação de pequenos animais e a horticultura orgânica, o homem realiza o trabalho agrícola e a criação de animais de grande porte, aos negócios ligados a comercialização dos produtos.

Imagem 2 - Eliana Amorim e o trabalho produtivo da mulher

Cheguei à residência de Doery, no dia 31 de julho de 2012, encontrei Eliana Amorim, a esposa, uma mulher de 43 anos de idade cuidando de uma das atividades destinadas à mulher esta unidade produtiva. A horta com cerca de 40 metros quadrados (imagem 1 – Eliana Amorim e o cotidiano do trabalho) permite dimensionar o trabalho de Eliane Amorim, tanto em razão do tamanho quanto da qualidade na produção de couve, alface, cebola de palha e outros tipos de verdura e legumes, cuja produção uma parte é destinada ao consumo da família e a outra é comercializada no mercado comunitário de Puerto Rico localizado no centro da cidade.

Em conversa, ela me explicou o passo-a-passo do trabalho que realiza e acompanhei um dia desta mulher que está se constituindo numa horticultora. Bem cedo pela manhã ela rega as verduras, informa que finaliza essa etapa até às 7h, volta ao final da tarde, lá pelas 18h para repetir todo o processo e ainda, retira as folhagens possíveis de contrair pragas que afetam o crescimento e a qualidade das verduras. Segundo Eliana o momento mais crítico de seu trabalho foi e, ainda é, realizar as etapas preparatórias para a implantação da horta orgânica, desde a limpeza do solo até o plantio das verduras, uma vez que o adubo vegetal e o

esterco de animais utilizados são trazidos da área de floresta da propriedade. Nesta parte afirma receber ajuda do marido e dos filhos. A manutenção da horta envolve a limpeza dos corredores entre as leiras, a renovação da adubagem e o cuidado com as hortaliças, atividades de responsabilidade de Eliana. Em seguida cuida da criação de animais de pequeno porte.

Imagem 3 - Edsônia do Nascimento e a produção de verduras

A horticultura é uma das atividades econômicas incentivadas, nos dois assentamentos, pelos representantes da OIM e orientada por dois técnicos agrícolas bolivianos que atendem as comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles, visando o abastecimento do mercado consumidor de Puerto Rico. Na propriedade do casal Ismael Pereira de Jesus e Edsônia do Nascimento Santos de Jesus (Imagem 2). Esta jovem senhora de 36 anos de idade nos apresenta o resultado do seu trabalho com horticultura. A imagem acima (2) permite observar as condições do solo e as atividades desta mulher são similares às demais desta comunidade na divisão do trabalho por gênero. Assim, o trabalho da agricultura familiar começa a expor a produção da terra.

O processo de reorientação da migração direcionada pela OIM destes sujeitos em quase dois anos demonstra o processo do trabalho efetivamente realizado com a agropecuária, este retorno ao trabalho com a terra é um dos fatores de distinção do modo de vida extrativista de uma parte considerável dos moradores destas comunidades que antes representavam mais de 70% do trabalho nas unidades produtivas. Atualmente os castanhais ainda presentes, estão subdivididos nos hectares de terra, não foram incluídos como atividade produtiva, segundo informam nas entrevistas, os trabalhadores bolivianos se apropriaram da produção da

castanha, mas, há entre as comunidades brasileiras interesse em participar desta parte da economia extrativista, futuramente, de forma mais organizada.

Neste sentido, é importante observar que embora a memória de Doeri volte a constituir o percurso particular da história de vida familiar para explicar a decisão de integrar o projeto de assentamento em Puerto Rico/BO – Arroio Seco/2011 reverbera a narrativa para a questão da terra do assentamento dos chamados “brasivianos” na região acreana–Brasil/ 2010. Ao comparar as áreas dos lotes dos assentamentos em terras brasileira e boliviana destinados a estas famílias, percebe-se que enquanto, na região do município de Brasiléia, por exemplo, a média da maioria dos lotes representa uma área dez (10), quinze (15) e vinte e cinco (25) hectares, nas comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles cada família recebeu um lote com áreas de cinquenta (50) hectares. Esta configuração representa uma possibilidade objetiva que os brasileiros assentados em Manuripi–Pando-Bolívia têm de participar da produção da castanha, bem como, de organizar a produtividade agrícola para abastecer outros mercados consumidores.

Outra leitura que Doeri Amorim, tem dos assentamentos de terra, no Brasil diz respeito à proibição de jovens que não possuam famílias de obterem terras nos projetos de assentamentos brasileiros, atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta: a “desistência”, o “abandono” ou a “retomada” com as três possibilidades do homem solteiro para adquirir um lote de terra em assentamentos brasileiros. De acordo com as novas instruções que normatiza a reforma agrária para garantir:

Art. 8º - Observado o disposto no art. 7º, os lotes vagos em decorrência de desistência, abandono ou retomada, localizados em projetos de assentamentos federais serão destinados a: I - jovens, cujos pais tenham dois ou mais descendentes e que sejam assentados ou agricultores familiares, na forma definida pelo Incra; (Portaria nº 06 de 31 de janeiro 2013, Capítulo III – Da ordem de preferência à titulação DOU de 01 de fevereiro de 2013 nº 23, Seção 1, p. 87).

Na Bolívia o Plano de Desenvolvimento Nacional 1971 -1991, apresenta entre outros o setor agropecuário especificamente a preocupação com as mudanças estruturais – construção de estradas e projetos de colonização nas áreas tropicais (região de fronteira) devido à concentração de terras e a situação apresentada pelo complexo latifúndio–minifúndio, sobre os limites sobre a propriedade discriminados minifúndios de menos de 20 hectares e os latifúndios com 50 hectares. Neste sentido, o Ministério de Planificación e Coordinación, em razão da atividade da pecuária extensiva com a formação de fazendas de gado de grande escala, segundo relatório CEDEPLAR/1979:

(...) Apesar do plano reconhecer a dificuldade no estabelecimento de tamanhos fixos para fazendas de gado sugere-se algumas orientações específicas. A zona de cria de ver limitada a 50.000 hectares, zona de re-cria a 15.000 e as zonas de engorda a 3.000 hectares (CEDEPLAR, 1979 p. 27).

Nos projetos de assentamentos criados pela OIM/2010, foram assegurados aos homens solteiros uma área de igual extensão da unidade familiar 50 hectares de terra. Segundo Doeri Amorim:

[...] a promessa da empresa (OIM) era que cada filho ia pegar seu lote como é o caso do mais velho e esse daí e eu, mais apenas um filho pegou terra, e por este motivo nós viemos por conta disso, então a família iria ser mais bem beneficiada, os filhos iam pegar terras, as meninas não.

Outra narrativa permite observar como os brasileiros interpretaram a possibilidade em adquirir uma área de terra destinada aos sujeitos que não constituíram família, a exemplo da narrativa de Augustinho Tomas da Silva, nascido em 23 de Agosto de 1969 na localidade Pauini-AM, registrado no município de Sena Madureira-Acre, “*fiquei como acreano mais minha naturalidade é amazonense*”. Filho de José Soares de Souza, pernambucano, e de Anita Thomas da Silva, índia do Amazonas, desde 1985 passou a morar e trabalhar em território boliviano na região de Santa Rosa do Abunã, ele migrou motivado pelo convite de um amigo que residia neste mesmo local. Quando perguntado por que havia decidido ser assentado em território boliviano, Augustinho explica que a luta para conseguir uma área de terra no Brasil já era antiga, mesmo maior de idade o estado civil de solteiro o impedia o cadastro de produtor rural. É categórico ao afirmar:

*No Brasil as coisas são tudo mais difícil. Sempre lutamos para tirar uma terra no Brasil e não conseguimos até que passamos a de maior e a informação que tinha era que solteiro não precisava de terra, aí nós achamos que na **Bolívia tinha uma solução** para nós. Até nesse momento agora, fomos informados que no Brasil não dava terra para solteiro, [...] Eu e meu irmão então viemos para cá. A OIM deu uma área de terra.*

As leituras realizadas por estes sujeitos mesmo associadas ao costume de viver em território boliviano desde a década de 1980 e, particularmente, Doery Amorim ao expor a participação ativa, na terraplanagem e no transporte de maquinário durante o processo de organização da infraestrutura das áreas destinadas aos assentamentos de brasileiros na província de Puerto Rico-Bolívia, torna visível que a garantia de terra se apresenta como elemento ambíguo, pois ao mesmo tempo em que serve de mediadora dos interesses negociados nos processos de expropriação social da terra, e ainda permite reconhecer à ideia de representação da Bolívia e do Brasil, na visão desses sujeitos, enquanto o primeiro é

expresso como um país das oportunidades, o segundo, é o país da exclusão, respectivamente, para aqueles que permaneceram em território boliviano.

No tocante a análise de conjuntura oferecida por Doeri Amorim, vale apresentar três pontos observados no período da pesquisa na cidade de Puerto Rico: 1) no trajeto de viagens de Cobija à Puerto Rico – chamada de Ruta nº 13, percurso de 171 km realizado de ônibus em estrada de terra, em média um tempo de 5h, de distância entre a zona urbana de fronteira – Cidade de Cobija a esta cidade. O mapa do google Maps permite visualizar este trajeto, como segue:

Imagem 4 – Mapa da distância da Zona Urbana de fronteira a Puerto Rico-BO.

2) o trânsito entre comunidades de 8 km, Arroyo Seco e Los Angeles realizado de motocicleta, bem como, as maiores distância entre lotes. 3) pequenos percursos entre – lotes realizados a pé.

Estes trajetos empreendidos na pesquisa de campo, bem como, as fotografias alcançaram um padrão de análise metodológico criado pelo próprio ambiente. Na medida em que me movimentava a paisagem se constituía em referencias e escalas no âmbito de distância e proximidade dos diversos elementos que dialogavam entre si durante a construção desta análise. Vale ressaltar que diante deste movimento lembrei a leitura de Carlos Ginzburg⁷⁸, acerca das reflexões sobre a “distância”, realizada no início da formulação do projeto deste

⁷⁸ Recomendo a leitura da obra de GINZBURG, Carlos. “**Olhos de Madeira, nove reflexões sobre a distância**”. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

estudo/2010. Contudo, não é intenção apresentar nenhuma explicitação desta discussão neste trabalho, mas, discorrer acerca das minhas percepções geradas nos transcurso do caminho da pesquisa sob os fluxos contínuos e descontínuos que o movimento nas paisagens me oportunizavam observar.

É importante lembrar que tomei por base estas três referências: a estrada/ rodovia (carreteira) e os ramais percorridos em transporte motorizado; a caminhada realizada a pé e o encontro no espaço da casa, paiol, terreiro em áreas de produções, etc. Em cada um desses espaços o ângulo de observação se modificou em razão da distância ou proximidade que permitiu diferentes percepções do objeto em análise.

Imagem 5 - Ruta nº 13 - Rodovia que liga Cobija a Puerto Rico

Neste sentido, ao longo da rodovia (imagem 3 – Ruta nº 13, Rodovia que liga Cobija a Puerto Rico) foi possível constatar as grandes extensões de terras de campo seco. A maior parte da terra que se desdobrava a cada quilômetro da estrada, diante dos meus olhos, estava amplamente desmatada, desabitada e improdutiva. Esta primeira observação permitiu conjecturar as dificuldades exposta pelos narradores das comunidades, particularmente Doery Amorim, no âmbito da produtividade e, ainda, a perspicácia sobre as diferenças entre aqueles que possuem experiências agrícolas e os ex–seringueiros, agora pequenos produtores rurais inseridos na base econômica da agricultura familiar e do campesinato pandino. Como estes sujeitos entenderam esta proposta? A pesquisa aponta que há entre os brasileiros assentados em Puerto Rico diferentes processos de consolidação da ideia do trabalho agrícola e da perspectiva econômica na região de Puerto Rico.

O ex-seringueiro Augustinho Tomas da Silva, nascido em 23 de agosto de 1969 no município de Pauini – AM, por haver sido levado muito cedo pelos pais para o Estado do Acre, seus documentos o identificam como acreano, pois, o registro de nascimento corresponde a comarca do município de Sena Madureira–Ac, ele explica o fato ao dizer “fiquei como acreano mais minha naturalidade é amazonense”. Augustinho Tomas desde 1985 morava no território boliviano ligado ao extrativismo no vale do rio Abunã. Em sua narrativa realizada em sua residência na comunidade Arroyo Seco, afirma que:

Antes eu era extrator/seringueiro porque trabalhava com a seringa e com a castanha, e hoje eu sou agricultor, vivo da agricultura. A castanha e seringa não dar para sobreviver porque agora nós estamos estranhando um pouco por que nós nunca tínhamos sobrevivido de agricultura, se fazia o roçado (agricultura) mais era só para o consumo de casa mesmo, o trabalho mesmo era com a seringa. Aqui nós temos que fazer agricultura e temos que retirar da nossa produção os recursos para sobreviver. Estranhando porque temos que produzir os produtos agrícolas para comer e para vender. A dificuldade é mais cultural nós seringueiro e agora nós estamos aprendendo a ser agricultor. (Augustinho Tomas da Silva, entrevista cedida no dia 28/07/2012).

Outro ex-seringueiro, Inácio Tomas da Silva nascido em 30/07/1957, Pauini–AM, mas registrado e documentado como acreano de Capixaba-Acre, irmão de Augustinho, passou a morar em território boliviano no ano de 1984, se encontra num processo de mudança para tornar-se um agricultor ao afirmar que:

Eu luto, trabalho e acompanhar as regras que passaram para nós, aprendendo o pedido da OIM para trabalhar com a agricultura, vou ser agricultor graças a Deus, primeiro ano meus legumes não foram bom mas, tenho para consumo de casa. (Inácio Tomas da Silva, entrevista cedida no dia 29/07/2012, Comunidade de Arroyo Seco – Puerto Rico/BO).

Estas narrativas contextualizam os espaços dos seringais e colocações da zona de fronteira anteriormente habitadas por estes sujeitos. A pesquisa aponta que culturalmente a ocupação dos trabalhadores desta área fronteiriça estava ligada a base extrativista.

O gráfico – 8, mostra a ocupação das famílias recenseadas pelo Consulado Sazonal boliviano em 2009, mostra o aparecimento do pecuarista-agricultor e um crescimento considerável nesta região de fronteira entre os trabalhadores brasileiros da pecuária e agricultura 29%, mas, se mantém o extrativismo da borracha (55%) como principal base econômica, dados do Consulado Sazonal Boliviano, 2009. Como se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Ocupação das famílias brasileiras em território boliviano.

Assim, considerando os dados é possível entender os enfrentamentos dos irmãos: Augustinho e Inácio quanto ao trabalho com a agricultura por serem representante dos 55% intrinsecamente ligado ao extrativismo da borracha, portanto, nesta nova fase se constitui num vir-a-ser campesinos pandinos. Sob outra ótica, a visão crítica de Doeri Amorim acerca da reorganização espacial do migrante brasileiro a partir do ano de 2010, se deve a sua experiência com o trabalho na agricultura.

Assim, ao considerar fatores como: o comercio, o mercado consumidor e o custo de vida na cidade de Puerto Rico afirma que estes marcam as principais diferenças desta cidade e dos espaços anteriormente habitados na área da fronteira com o Brasil. Estas diferenças ganham sentido ao comparar com os dados do (INE) Instituto Nacional de Estadística e (UDAPE) Unidad de Análisis de Políticas Sociales e Económicas apresentou os resultados gerais do Departamento de Pando–BO (2005).

Observe a tabela a seguir:

Tabela 17 - Pando: indicadores de emprego, segundo seção municipal.

Província	Seção Municipal	Indicadores de Emprego – 2001									
		Pop. em idade de trabalhar a partir dos 10 anos.	Participação Global %	População Ocupada.	População ocupada por categoria ocupacional e ramo de atividade						
					Categoria Ocupacional			Ramo de atividade			
					Trab. autônomo e trabalhador familiar sem	Assalariado %	Outras Ocupações %	Agropecuária %	Indústria - %	Comércio - %	Outros Ramos. %
Bolívia	País	6000.868	55	29.996.056	55	42	3	29	11	16	44
Pando	Departamento	35.816	54	19.055	45	50	4	36	10	10	44
Nicolas Suárez	Cobija (Capital)	16.173	54	8.555	34	61	5	8	12	15	65
	1ª Seção –Porvenir	2.490	50	1.222	47	50	3	43	12	13	33
	2ª Seção –Bolpebra	821	49	395	58	41	1	61	6	4	29
	3ª Seção -Bella Flor	1.513	59	867	63	36	1	63	3	5	29
Manuripi	1ª Seção Puerto Rico	2.579	54	1.374	45	48	7	47	17	5	31
	2ª Seção -San Pedro	657	58	369	75	24	2	94	0	1	5
	3ª Seção –Filadelfia	2.037	45	831	49	48	2	44	13	3	40
M. de Deios	1ª Seção -Puerto Gonzalo Moreno	2.445	53	1.232	81	17	2	65	9	2	24
	2ª Seção -San Lorenzo	2.124	51	1.073	60	38	2	71	5	3	21
	3ª Seção – Sena	1.361	58	787	46	50	4	53	7	6	34
Abunã	1ª Seção -Santa Rosa del Abunã	1.520	66	991	52	46	1	70	10	8	12
	2ª Seção – Ingavi	557	63	352	42	55	3	59	17	3	21
F. Román	1ª Seção - Nueva Esperaza	533	66	352	29	52	19	55	4	3	38
	2ª Seção - Villa Nueva (Loma Alta)	604	62	368	68	27	5	57	2	2	38
	3ª Seção - Santo Mercado	396	47	287	33	59	8	48	19	11	22

Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE) e Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (UDAPE), 2002, p. 43.

Ao comparar as informações presentes na narrativa de Doery Amorim quanto às questões relacionadas à produtividade rural e ao custo de vida na cidade de Puerto Rico com os indicadores de emprego em Bolpebra, Bella Flor e Santa Rosa del Abunã, lugares anteriormente ocupados pelas famílias brasileira que em razão da migração clandestina, a partir de 2010, foram reassentadas na Província de Manuripe, em comunidades rurais da seção municipal de Puerto Rico.

Desta forma, ao considerar os dados a partir de Bolpebra, lugar social que singulariza Doerei Amorim e outras 16 narrativas e é usado como referência comparativa da situação atual, se percebe que dos 49% da população economicamente ativa da comunidade de Bolpebra, se encontrava distribuídas quanto à ocupação mostram que 58% estão subdivididos entre trabalhadores autônomos e aqueles ligados as atividades familiares sem remuneração;

enquanto 41% são trabalhadores assalariados e apenas 1% pode ser identificado como trabalhadores diaristas e biscoiteiros.

No que tange os ramos das atividades que localizam a população no setor produtivo da sociedade, neste aspecto Bolpebra 61% está ligado à agropecuária; setor secundário e terciário somados representaram 10%, respectivamente, indústria (6%) e comércio (4%) e, 29% representam entre outras as diversas atividades ligadas ao extrativismo animal e vegetal.

Sem perder de vista as demais localidades Bella Flor (04 entrevistas) e Santa Rosa del Abuná (10 entrevistas) estas respectivas cidades permite perceber a dimensão social apresentadas nas outras narrativas. A pesquisa aponta após analisar os mesmos dados acerca da seção municipal de Bella Flor e Santa Rosa del Abuná que representam 59% e 66%, respectivamente, da população economicamente ativa da comunidade distribuída quanto à ocupação 63% e 52% estão subdivididos entre trabalhadores autônomos e aqueles ligados as atividades familiares sem remuneração; enquanto 36% e 46% são trabalhadores assalariados e, em ambas, apenas 1% podem ser identificados como trabalhadores diaristas e biscoiteiros. Por outro lado, segundo os ramos das atividades destas cidades expõem simultaneamente neste aspecto apresentam 63% e 70% estão ligados à agropecuária; no tocante ao setor secundário e terciário somados representaram 8% e 13%; Quanto aos outros ramos respectivamente correspondem a 29% e 12% representam entre outras as diversas atividades ligadas ao extrativismo animal e vegetal.

Ao analisar os dados da população por ocupação destas três seções municipais Bolpebra, Bella Flor e Santa Rosa del Abuná se pode afirmar, considerando o quantitativo da população ocupada que as populações dessas comunidades são marginalizadas ou subempregadas e apresentam certa equivalência entre si.

Entretanto, os indicadores segundo os ramos de atividade entre as cidades com referência à população economicamente ativa, Puerto Rico corresponde a 50% dos trabalhadores são ligados ao setor primário da economia, se apresenta ao conjunto das territorialidades habitadas anteriormente pelas famílias brasileiras, é menor em contrapartida as demais localidades que representam uma média de 60% a 70% trabalhadores neste setor respectivamente. Ainda, somados aos outros ramos atividades ligadas ao extrativismo, à caça e a pesca tomando por base este quadro Bolpebra, Bella Flor e Santa Rosa del Abuná, apresentam uma média entre 82% a 92% juntas representam espaços de maior domínio da agropecuária e do trabalhador rural. Contudo, se pensado o conjunto formador do setor primário se pode afirmar que não existe disparidades ou diferenças se comparado a Puerto Rico que apresenta 78% da população ativa neste setor.

Desta forma, o que justifica a explicação das diferenças entre os espaços habitados estão associadas à distância da cidade de Puerto Rico da capital pandina e dos centros urbanos brasileiros, bem como, as condições de transporte que em razão do trânsito entre-fronteiras favorecia ao desenvolvimento e a comercialização da produtividade familiar na zona de fronteira.

O nível de produtividade entre a uma parte considerável das famílias brasileiras entrevistadas apresenta certo equilíbrio, muito embora, em alguns lotes de terra o trabalho agrícola esteja em sua fase inicial como descreve Doeri Amorim sobre sua produtividade familiar, ao afirma que:

Aqui [comunidade de Arroyo Seco] nós já chegamos fora de época do plantio, em abril/2011, plantamos um partido de 7 hect de milho, compramos mais de 200 sacas de milho tinha dinheiro. Estamos mexendo com criação de porco, galinha, peixe. A horta é coisinha que a mulher cuida. A criação de peixe é realizada mais lá pra dentro nas outras 42 hct que temos dois açudes que ficam localizados nas terras do Daniel [filho mais velho], mas é uma produção familiar, meu e dele. A criação de porco e galinha é minha. Enquanto, que a criação de hamster pertence a mim e Jhony, é o agrônomo boliviano e responsável pela organização produtiva das comunidades brasileiras. Ele que trouxe para mim, parece que a empresa [OIM] queria que eu produzisse aqui e ceder um casal para cada família das duas Comunidades. Agora que estou começando, já era para estar feita as instalações ai toda de acordo como fazem aí pra fora, mas aqui não tem material aqui não tem brita, não tem pedra agora que vai chegar.

Esta parte da narrativa é significativa, pois além de apresentar o resultado do empreendimento realizado pelo trabalho familiar e reafirmar a divisão social do trabalho por sexo, possibilita perceber o pensamento de solidariedade entre estes sujeitos implantada pela OIM - Organização Internacional para as Migrações, que evidencia uma intenção de criar o sentido de cooperativados entre os sujeitos.

Outro aspecto diz respeito aos recursos destinado a formação empreendedora dos assentamentos se encontram intrinsecamente associados à posse e uso da terra ligado, principalmente, a pecuária e agricultura familiar. Entretanto, percorrendo os trechos entre comunidades bolivianas e pequenos vilarejos ao longo da Ruta 13 de Cobija até Puerto Rico, sem as paradas tão caras ao pesquisador. Ao longo desta estrada, as imagens servem como indicadores no contexto interno da fronteira pandina de diferenças entre sujeitos possuídos e despossuídos podem ser identificadas na própria paisagem da arquitetura dos ambientes habitados, como nesta imagem de uma fazenda no corredor da rodovia entre Cobija – Vila Busch – Puerto Rico. Se constatou as diferenças entre estabelecimentos rurais, particularmente chama atenção, mesmo rara, a suntuosidade em edificação a exemplo da imagem – 6, a seguir.

Imagem 6 - Estabelecimento Rural - rodovia entre Cobija – Vila Busch – Puerto Rico

Contudo, ao comparar com os dados do (INE) Instituto Nacional de Estadística e (UDAPE) Unidad de Análisis de Políticas Sociales e Económicas quanto às atividades econômicas predominantes e a população ocupada por ramos de atividades Departamento de Pando–BO (2005). Tabela a seguir.

Tabela 18 - Atividade econômica e distribuição da população por ramos de atividades

Província	Seção Municipal	Atividade Econômica Predominante	Nº de Organizações Econômicas Campesinas (OECAs)	População 1992.	Situação populacional e a terra – 2001					
					População		Estabelecimentos Rurais		Superfície e densidade populacional	
					População (censo 2001)	Taxa anual de cresc. (92/01) %	Imóveis particulares (Censo 2001)	Tamanho médio imóvel particular	Superfície estimada (km²)	Densidade Hab./Km² (Censo 2001)
Bolívia	País		528	6.420.792	8.274.325	2,7	1.977.665	4,1	1.074.279	8
Pando	Departamento		2	38.072	52.525	3,5	10.527	4,7	64.264	1
Nicolas Suárez	Cobija (Capital)	Indústria e Serviços	Nd	11.375	22.324	7,3	4.923	4,2	1.070	5,6
	1ª Seção – Porvenir	Agro-pecuária	Nd	3.109	3.713	1,9	831	4,3	2.459	3
	2ª Seção – Bolpebra	Agri-cultura	Nd	1.129	1.194	0,6	292	3,9	5.366	0
	3ª Seção – Bella Flor	Agri-cultura	Nd	2.834	2.305	-2,2	497	4,3	5.292	0
Manuripi	1ª Seção Puerto Rico	Agri-cultura	Nd	3.640	4.003	1,0	728	5,3	2.623	1
	2ª Seção – San Pedro	Agri-cultura	Nd	1.347	1.082	-2,4	205	5,3	11.838	0
	3ª Seção – Filadelfia	Agri-Cultura	1	2.373	3.145	3,0	290	4,7	1.275	0
M. de Deios	1ª Seção – Puerto Gonzalo Moreno	Agri-cultura	1	2.837	3.810	3,2	592	6,2	3.086	0
	2ª Seção – San Lorenzo	Agri-cultura	Nd	3.067	3.471	1,3	586	5,8	7.631	0
	3ª Seção – Sena	Agri-cultura	Nd	2.193	2.240	0,2	398	5,3	4.440	0
Abunã	1ª Seção – Santa Rosa del Abunã	Extra-tivismo e Agri-Cultura	Nd	1.575	2.097	3,1	278	6,5	5.277	0
	2ª Seção – Ingavi	Agro-pecuária	Nd	1.077	899	-2,0	162	5,3	3.710	0
F. Román	1ª Seção – Nueva Esperanza	Mine-ração	Nd	472	740	4,9	170	3,8	2.826	0
	2ª Seção – Villa Nueva (Loma Alta)	Agro-pecuária	Nd	809	993	2,2	185	5,3	2.826	0
	3ª Seção – Santo Mercado	Agri-cultura	Nd	235	509	8,4	90	5,3	7.021	0

Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE) e Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (UDAPE), 2002, p. 63/71. ND – não disponível.

Ao considerar os dados de 2001 na pesquisa constatei uma grande concentração da terra no Departamento de Pando–BO, sobressaindo daí a questão da terra como um dos indícios que implicado ao contexto da fronteira pandina possibilita uma explicação dos conflitos sociais entre brasileiros e bolivianos no início do século XXI, discutido no segundo capítulo. Entre outros é importante destacar nesta região de fronteira: a atividade

predominante; a representação dos imóveis particulares e respectivos tamanhos e a densidade populacional.

Neste sentido, as localidades e respectivas atividades economicamente predominantes Porvenir (agropecuária), Bolpebra (agricultura) e Bella Flor (Agricultura) que indicam a Zona I – II e, Santa Rosa del Abunã (Extrativismo e Agricultura) – III Zona se comparados à Puerto Rico (Agricultura) e somados aos dados da pesquisa sobre as famílias de brasileiras economicamente ativas na faixa de fronteira se pode afirmar que as experiências de vida manifestadas pelos narradores das Comunidade de Arroyo Seco e Los Angeles encontram explicações na organização produtiva dos entre-lugares anteriormente habitado por aqueles sujeitos.

É importante frisar que as províncias de Madre de Dios e Manuripe se constituem um seleiro agrícola no panorama do Departamento de Pando–BO. Puerto Rico ao integrar este quadro possibilita explicar a atividade agrícola identificada pelos narradores de Arroyo Seco e Los Angeles como a nova fase econômica do rearranjo da migração implantada pela OIM. Nestes assentamentos de famílias brasileiros em terras bolivianos encontram-se intrinsecamente ligados ao campo econômico e produtivo da cidade de Puerto Rico.

Sob o prisma dos estabelecimentos rurais, particularmente privados se percebe que embora Santa Rosa del Abunã seja a área de fronteira pandina de menor quantidade de imóveis particulares (278) entre as demais áreas anteriormente habitadas por brasileiros (Porvenir – 831; Bolpebra – 292 e Bella Flor – 497), é fato que apresenta o maior índice do tamanho médio dessas propriedades (6.5%), principalmente, se comparado a Bella Flor (3.9) permite perceber a concentração da terra que corresponde segundo Relatório da OIM/2009 a zona limítrofe entre o Estado do Acre –BR e Departamento de Pando –BO, representados no corredor Acre-Pando, onde foram localizadas e georeferenciadas as famílias brasileiras em território boliviano. Observe o mapa a seguir:

⁷⁹ **Relatório de pesquisa CEDEPLAR*** – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - UFMG. Belo Horizonte 1979, p. 36. **Relatório de pesquisa CEPAMI**** – Centro de Estudo e de Pastoral dos Migrantes, Jiparaná, junho, 1991. p 11. **Relatório OIM/2009***** - Organização Internacional para as Migrações, p. 33 somados aos pós-censo/2010 – 411 habitantes dados apresentados aos técnicos do INCRA/2011.

Gráfico 9 – Distribuição da população por país de nascimento

Por outro lado, a região de Santa Rosa del Abuná, em razão da atividade economicamente predominante, é o espaço representativo do extrativismo no cenário do Departamento do Pando–Bolívia e se constitui em fator de explicação para a presença do trabalhador brasileiro nesta região culturalmente identificado com o modo de vida tradicional do seringueiro de acordo com o Gráfico - 8, 55% da população brasileira economicamente ativa, na fronteira pandina, se encontra ligada ao extrativismo.

Assim, nas observações realizadas durante o trajeto da viagem de Cobija à Puerto Rico e, constatadas nos dados das Tabelas 17 e 18, se afirma que este espaço se constitui num cenário sob duas formas de ocupação agrária da terra pandina: o latifúndio e o minifúndio, no campo das observações primeiro definidas pela logística característica quanto ao uso e destino da terra, possíveis de serem identificados a exemplo do estabelecimento na imagem (6) que destaca a fazenda de gado, áreas de campo e a madeireira em grandes extensões de terra, bem como, o pequeno ocupante campesino boliviano aparentemente sem recurso. Segundo, as definições apontadas pelos dados estatísticos analisados corroboram com a primeira definição que destaca a propriedade privada da terra em detrimento de áreas destinadas ao pequeno ocupante agricultor ou extrator.

Portanto, seja o produtor rural brasileiro ou camponês boliviano sem recursos iniciais e, ou sem incentivos do Estado por meio de políticas públicas agrícolas, pois é improvável conseguir apenas com a força de trabalho promover um desenvolvimento lucrativo na pequena propriedade. Neste sentido os Estados visando manter o homem no campo e desenvolver a produtividade da agricultura familiar precisariam além de garantir a terra, dar ao pequeno produtor as condições básicas para gerir a propriedade.

Outro ponto diante do exposto indicado pela pesquisa é que se constata a continuidade da presença do trabalhador brasileiro na região da fronteira pandina recentemente reconhecida e legitimada pelos governos brasileiros e boliviano, a permanência de Doery Amorim em território da Bolívia é compartilhada com outras histórias de vida constituída no trânsito interamazônicas a exemplo da Maria Vilma Conceição da Silva que sinaliza a presença da mulher nos seringais bolivianos. Se comparados os dados da distribuição por sexo quanto ao país de nascimento, se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Distribuição por Gênero

Embora seja uma representação geral, o importante é reconhecer no processo de travessia das famílias brasileiras para os seringais da Bolívia os dados que revelam a presença da mulher e manifestam as questões de gênero como apontadas no gráfico acima. Neste sentido, a intenção em apresentar a análise da narrativa de Maria Vilma Conceição da Silva⁸⁰, visa entender como esta mulher observou na própria história de vida o processo da diáspora interamazônica a partir da década de 1970. Esta mulher assim, descreve sua trajetória de vida:

⁸⁰ Entrevista cedida em sua residência, comunidade Los Angeles, no dia 28 de julho de 2012.

(...) Tantos os lugares que nem me lembro de onde pousei, saíamos de um lugar para outro, sem parada certa.

Imagem 8 - Maria Vilma e produção familiar

Maria Vilma Conceição do Nascimento, 43 anos de idade, nasceu no município de Brasília, dia 30 de abril de 1969. É filha de Raimunda Bezerra, seringueira. Durante 20 anos habitou o território boliviano na condição de migrante clandestina até 2010, atualmente, encontra-se no projeto de Assentamento da OIM – Comunidade Los Angeles. Ao chegar à casa de Maria Vilma, ela, mesmo com a saúde debilitada, apresenta e narra sobre os aspectos pelo lugar de moradia (casa), o plantio, a produção que caracterizam a nova face de migrante legalmente reconhecida pelo Estado boliviano. A escolha desta imagem (sete) que Maria Vilma quer compartilhar é de vencedora e de prosperidade.

Em sua narrativa Maria Vilma Conceição da Silva, uma mulher com 43 anos de idade residente na Comunidade Los Angeles, uma das comunidades de brasileiros na Província de Manuripe, Seção 1- Puerto Rico – Bolívia. Começa sua narrativa, fazendo referência ao lugar de nascimento. A simplicidade de mulher, segura ao narrar revela certa nostalgia do tempo passado de uma deslocada que guarda na memória o nascimento como sendo peças do museu da vida, diz: - “*nascia na vila acreana de Brasília no dia 30 de 04 de 1969 uma menina, por nome de Maria Vilma, de mãe seringueira e família pobre, mas honesta*”. A identidade de Maria Vilma se insere no espaço do vivido e é constituída a partir do campo relacional da tradição seringueira e sua representação desse universo é de pobreza, por capricho do capital, mas é também de homens e mulheres honestos. Ao explicitar esse universo crivado de lutas cotidianas para sobreviver no espaço da floresta acreana, seu

nascimento se constitui como mediador da representação dessas lutas com o próprio presente do deslocamento.

Assim, é possível entender a explicação do seu universo, pois este se encontra intimamente ligado ao contexto histórico do seu nascimento, 1969, momento em que a vida política brasileira, particularmente, a vida amazônica começa a ser traçada sob égide Militar atuante no país desde 1964. A concepção do governo militar no processo de *integração amazônica*, baseia-se "vazio demográfico" e depois os recortes geo-espaciais, uma espécie de zoneamentos destinados à reprodução do capital a exemplo dos projetos “Grande Carajás”/1980 e Projeto Calha Norte/1985 entre outras formas de representação da fronteira agrícola, da área urbana e da mineração (BERCKER, 1990), particularmente, a agropecuarista destinada a reorganização do espaço da Amazônia Sul – Ocidental a partir da década de 1970.

Quem é esta mulher? Uma Maria brasileira, migrante deslocada e clandestina em território pandino (BO), até 2010. Conta que desde muito cedo se tornou uma andarilha dos seringais às margens do Rio Acre, fronteira boliviana de Pando, onde vivia com sua família clandestinamente antes da chegada da OIM, o seringal que denominou de - “*Mud*”, na Bolívia ocupava a colocação “*Bona hora*” (cic).

A vida em trânsito na fronteira boliviana expressa a circulação, pois “*foram tantos os lugares que nem me lembro de onde pousei, saíamos de um lugar para outro, sem parada certa... trabalhando, para os outros, no roçado, colhendo castanha e cortando seringa*”. A sua condição de trabalhadora despossuída a colocava numa rede inversa e desigual frente à propriedade privada e, sintetiza “*a venda da força-de-trabalho*” a única riqueza que lhes restou na lógica do capitalismo que se fez pela apropriação do corpo do trabalhador, depois de lhe tirar todas as riquezas materiais que por ventura um dia tivera.

Desde muito cedo passou a viver em seringais bolivianos por falta de condições para viver nos seringais brasileiros. Afirma que “*não tinha como sobreviver lá no Brasil e eu não queria muito, só sonhava possuir um lugarzinho meu, um pedacinho de terra para produzir construir uma casa e nela morar*”. A oportunidade de concretizar este sonho a mantém estrangeira e expõem a situação ambígua que vivencia, “*20 anos se passaram até que meu sonho se realizasse na Bolívia... hoje nós temos como você pode ver a terra, essa casa é nossa, as plantações e criações...*”. Atualmente com 43 anos de idade, Maria Vilma, é uma estrangeira legalizada no país vizinho mora juntamente com seu companheiro Edmar Lima de Almeida, 48 anos de idade, três filhos, a nora, o neto e, perutio, um agregado peruano que desconhece nome, mas este se chama - Leandro Lima Nascimento.

Esta mulher narra com orgulho seu tempo presente por ser proprietária de uma área de 50hec de terra e uma casa localizada na zona rural da província de Porto Rico - Departamento de Bella Flor, numa distância média de 250Km da região cobijenha da zona de fronteira onde se encontrava. Lembra-se da recomendação de um dos membros da equipe da OIM quanto a continuidade em território boliviano: “... *seria necessário que deixássemos tudo para trás e [...], seguir em frente*”. Esta frase sintetiza o momento da decisão em permanecer em território boliviano e quando intenciona em registrar “*aqui passamos a nos comportar como camponeses e trabalhamos com a produção agrícola e com a criação de porco e galinha*”, visando manifestar as melhorias da qualidade de vida, e a prosperidade hoje é proprietária de uma área de terra e sua produção, destinada à venda é comercializada na feirinha da cidade de Puerto Rico e com as comunidades bolivianas próximas a comunidade Los Angeles.

Portanto, o contexto do novo rearranjo apresentado pelos narradores das Comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles expressa entre outros elementos à renegociação e o entender as temporalidades e estratégias que permitem perceber como o grupo “brasiviano” interpretou e reinterpretou o processo de expropriação e articulou nas suas vivências os valores culturais na região fronteiriça da Amazônia interamericana brasileira e boliviana que sob a perspectiva do vivido é possíveis identificar formas de ambivalências e alteridades presentes naqueles espaços socialmente constituídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, em nossa teoria itinerante, estamos conscientes da *metaforicidade* dos povos de comunidades imaginadas [...] veremos que o espaço do povo-nação moderno nunca é simplesmente horizontal. Seu movimento é metafórico requer um tipo de “duplicidade” de escrita, uma temporalidade de representação que se move entre formações culturais e processos sociais sem uma lógica causal centrada. E tais movimentos culturais dispensam o tempo homogêneo, visual, da sociedade horizontal. A linguagem secular da interpretação necessita então ir além da presença do olhar crítico horizontal se formos atribuir autoridade narrativa adequada à “energia não-sequencial proveniente da memória histórica vivenciada e da subjetividade”. Precisamos de um outro tempo de *escrita* que seja capaz de inscrever as interseções ambivalentes de tempo e lugar que constituem a problemática experiência [...] (BHABHA, 2007, p. 200).

A história dos deslocamentos de trabalhadores brasileiros para os seringais da Bolívia na forma como se apresentaram os “brasivianos”, clandestina e “sem-direito” até o ano de 2008, expõe uma “geografia dos esquecidos” de além-fronteiras amazônicas. Esta história tem na exploração do látex ocorrida no final do século XIX sua representação na territorialidade seringalista, por meio da qual se constituiu a tradição social seringueira.

Nas últimas décadas do século XX entre as explicações da intensificação desse deslocamento se destacam a contextualização dos conflitos agrários e a relativização da fronteira amazônica Sul–Occidental por nacionais brasileiros que atravessaram os Rios Abunã e Acre, em direção aos seringais bolivianos do Departamento de Pando-BO, em busca de lugar de moradia e trabalho. Entretanto, no início deste século, XXI, os conflitos provocados por movimentos sociais e políticos na Bolívia visibilizou o trabalhador latino-amazônico na fronteira de Pando, passando a ser reconhecido por sua particularidade social e, também, como protagonista de diferentes processos de alteridades exposto por novos elementos constituídos socialmente: os lares interculturais; a experiência social promovida pelo refúgio de bolivianos na região acreana; a sala de aula e os cultos religiosos que serviram de espaços de negociação e interação cultural e passaram a ressignificar esta área de fronteira.

Neste sentido, a investigação realizada com homens e mulheres, trabalhadores brasileiros legalizados ou não e que vivenciam ou vivenciaram uma experiência clandestina na zona fronteira de Pando, particularmente, em áreas rurais das Províncias: Abunã, Bella Flor, Abunã, Frederico Gusman e, ainda, em espaços urbanos como a cidade de Cobija, os pequenos lugarejos de Maparo, Evo Morales e entre outras as comunidades da região de Porvenir, se apresentam como interstícios de interconexão dos Rios Abunã e Acre, fronteira entre o Estado do Acre, Brasil e o Departamento de Pando, Bolívia. Estes são espaços

interamericanos e amazônicos que se revelam como entre-lugar de culturas, fronteiras e identidades constituídas no contexto da Amazônia: brasileira e boliviana.

O estudo ao tomar o termo “brasivinos” como uma chave de análise para problematizar as questões ligadas às articulações, continuidades e descontinuidades culturais, as fronteiras e identidades através da presença de brasileiros no Departamento de Pando-Bolívia, particularmente na faixa fronteira da província de Frederico Gusman - região mais urbanizada e as províncias de Bella flor e Abunã - áreas que se apresenta mais ruralizada com seringais e colocações, possibilitou divisar a constituição de territorialidades fronteiriças em disputa no contexto da Amazônia Sul-Ocidental, em especial, a partir da década de 1980, quando as políticas públicas direcionadas para a Amazônia brasileira provocaram deslocamentos de famílias de seringueiros brasileiros para os seringais e colocações da região pandina-BO.

Neste estudo foi possível constatar as intra-relações realizadas entre brasileiros no interior do espaço pandino, bem como, entre brasileiros e instituições das cidades acreanas de fronteira, a exemplo de Assis Brasil, Acrelândia, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri. Estes municípios se constituíram como entrepostos fronteiriços onde as redes de ligações de parentesco, amizades e, também, institucionais se estabelecem entre aqueles trabalhadores e os demais brasileiros.

É possível constatar a contribuição daqueles sujeitos com o desenvolvimento econômico do Estado do Acre ao negociar os produtos de seu trabalho com comerciantes brasileiros, ao participarem das decisões políticas através do voto; ao ser usuários do sistema de saúde e beneficiários de políticas públicas (Bolsa Família e aposentadoria).

Esse fato tornou visíveis as continuidades culturais com o país de origem, e também, as inter-relações desses sujeitos com bolivianos e a sociedade boliviana, constituídas e articuladas desde aquelas estabelecidas através do posto aduaneiro no Rio Abunã, das vendas de produtos do trabalho familiar extrativista e a pequena produção agrícola nas feiras do mercado e portos da cidade de Cobija, o que permite entrever no âmbito econômico, para além da contribuição destes sujeitos na economia local. Estes se constituem como espaços de interações entre brasileiros e bolivianos em contatos sociais.

Os lares interculturais que possibilitam constatar os desafios dos sujeitos em processos diferenciados de alteridades que ocorrem nas áreas urbanas e rurais do Departamento de Pando; o ato de receber atendimento em posto médico e de matricular os filhos demonstram que são usuários do sistema de educação e saúde da Bolívia; a escola, particularmente a sala

de aula, e a igreja, são lócus de aprendizado e sociabilidade do idioma local - o espanhol, que adquiriu um sentido de “soma” entre as culturas presentes.

Neste inter-espço de fronteiras físicas e líquidas é possível constatar a materialização no campo das representações, como os sujeitos realizaram uma articulação entre as culturas, brasileira e boliviana. Nessa área fronteiriça as circularidades provocadas pelos deslocamentos e a constituição das redes de sociabilidade marcam a dimensão sociocultural desse espaço latino-amazônico.

Nesse sentido, o termo interamericano que a partir de 1902 sob a nomenclatura “Pan-americana” passou a designar as estratégias de colaboração mútua entre países latino-americanos, neste estudo, foi tomado como conteúdo histórico, particularmente social, uma vez que embora responda por um processo político em construção entre as nações latinas, em 1948 com a criação da OEA se revestiu de princípios originados na história de cooperação regional desde o século XIX, ano de 1826, quando Simão Bolívar convocou o Congresso do Panamá com vistas a criar uma associação dos Estados do Hemisfério Sul.

Esse termo permite reconhecer o passado colonial singular dos espaços interamericanos como um entre-lugar socialmente constituído de diversidades culturais, o que implica pensar que ao longo da História a ideia fundamental do uso do termo interamericano está associada para designar “cooperação” e “unidade”, reafirmada em 1970 com a “União Pan-americana”.

Neste trabalho, o referido termo ficou entendido como algo que em si anuncia tanto uma compreensão do passado colonizador desde o pensamento de Simão Bolívar, como a intersecção de que é portador, sob o qual múltiplas histórias latinas se tornam singular, mas, também expõem uma ambiguidade cultural contraditória do colonizado latino mais evidente em área das fronteiras nacionais. Destaca-se aqui, a resistência do trabalhador brasileiro, clandestino, em território boliviano em aprender o espanhol e a qualidade de “soma” constituída socialmente pela geração posterior (filhos de brasileiros), a partir da convivência nos espaços da escola, igreja e lares interculturais onde negociaram o intercâmbio cultural como elementos mediadores da diversidade cultural inerente a esta fronteira.

Desta forma, partimos do pressuposto que o interamericano amazônico constituiu uma forma como se expressa a fronteira política entre Brasil e Bolívia quando analisada a partir da dimensão social desses homens e mulheres, representados nessa dissertação pelos narradores que dela colaboraram com suas histórias de vida. Esse posicionamento determinou uma releitura da historiografia regional no que tange ao contexto amazônico Sul-Occidental, uma vez que traçou uma representação da região acreana a partir do final do século XIX e

início do século XX, como área de litígio entre o Brasil e a Bolívia. Essa herança fronteiriça colonial das coroas portuguesas e espanholas, não foi resolvida nos tratados celebrados desde o Tratado de Madrid, em 1750, o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e o Tratado de Ayacucho, em 1867.⁸¹

A síntese de Arthur César Ferreira Reis ao aglutinar o pensamento historiográfico regional acerca do “mundo amazônico” expõe este como uma zona da ambição de potências capitalistas para usufruir a matéria-prima (borracha), tornando a Amazônia um espaço de constantes “barganhas”, em particular a região do Acre, onde os episódios contra os impostos bolivianos e a predisposição dos seringalistas brasileiros em expulsar o grupo de Paravicini, bem como, a intimação de José de Carvalho datada de 1º de maio de 1899 e a retirada pacífica de Puerto Alonso do delegado boliviano Moisés Santivanez, em 03 de maio de 1899, são conteúdos de temporalidades de conflitos políticos. Por outro lado, a instalação do Estado Independente do Acre, em 14 de julho de 1899; o Governo de Luis Galvez Rodrigues de Arias, no final do século XIX; a expedição dos poetas em 1900 e início do século XX, a implantação do Bolivian Syndicate em 11 de julho de 1901, e consequentemente, a chamada “Revolução Acreana”, de 06 de agosto de 1902 e o governo de Plácido de Castro, são elementos historicamente constituídos de territorialidades em disputa. Estes eventos históricos evidenciaram um interamericanismo amazônico constituído numa teia fronteiriça eivada de decisões políticas, econômicas, mas também socioculturais.

Nesse contexto, os homens e mulheres escamoteados no subsolo dos interesses políticos e econômicos nessa região, que resistiram, se submeteram e forjaram saídas que subvertem a lógica entre território-nação ficaram conhecidos em fins da década de 1980 por “brasivianos”. A partir de 1989, particularmente, os seringais e colocações, ocupados pela comunidade “brasiviana” permitiram recompor os diferentes tempos de entre-fronteiras e recriaram uma territorialidade nos interstícios fronteiriços dos Rios Abunã e Acre, pois se acredita que são esses sujeitos quem revelam elementos de uma cultura híbrida em diferentes processos de alteridades, e ainda, lidaram com as mudanças que o capitalismo impôs à constituição dessa fronteira.

O universo dos seringais, colocações, comunidades e cidades fronteiriças são lugares das experiências de brasileiros em território boliviano e, as cidades acreanas principalmente

⁸¹ Questão de fronteira que envolveu conflitos entre brasileiros e bolivianos tendo como ápice a chamada “Revolução Acreana” (1902) solucionada no início do século XX com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 entre Brasil e a Bolívia e do Tratado de 08 de setembro 1909 com o Peru - protocolos diplomáticos e jurídicos definidores da fronteira norte, da Amazônia Sul-ocidental brasileira.

Brasília, Epitaciolândia, Plácido de Castro aonde circulam os bolivianos, foram concebidos como espaços híbridos onde coabitam diferentes tempos, temporalidades e territorialidades. Essa constatação permite afirmar que a fronteira enquanto categoria de análise é e continuará sendo importante para compreender como as questões de ordem socioculturais são expressas por homens e mulheres em suas experiências sociais nesse espaço fronteiriço, ora manifestando as diferenças nacionais visíveis, por exemplo, na decisão de nacionalizar os descendentes pela origem dos pais, ora revelando a diversidade cultural exposta pela interação linguística do “portunhol”. Em ambas alternativas de ressignificação, a articulação de elementos culturais é resultado de negociações, conflitantes ou não, manifestadas pelos sujeitos intrinsecamente ligados ao contexto histórico e ao modo de identificação com os valores, postos em jogo na malha das escolhas realizadas por esses homens e mulheres.

Diante do exposto, essa zona de fronteira interamericana e amazônica dos Rios Abunã e Acre apresentou três momentos distintos, mas intimamente relacionados em função da presença de homens e mulheres de nacionalidade brasileira na região pandina da Bolívia. Nesse sentido, considerou-se a ideia de fronteira móvel que explicou a expansão territorial do Brasil no final do século XIX e que se configura como sendo a primeira etapa que marca a constituição desse espaço fronteiriço. A seu turno, essa primeira etapa evidenciou a fronteira do Abunã ao mesmo tempo como limite jurídico da geopolítica do Estado Moderno a partir dos tratados de 1903 e 1909, mas, também como uma zona de contato, pois se constata um contínuo deslocamento de nacionais brasileiros para além-fronteiras, evidenciando um encontro de itinerários em espaços de fronteira, constituindo processos diferenciados de alteridades culturais.

Entretanto, se até a metade do segundo quartel do século XX, as mulheres e os homens fronteiriços interamericanos e amazônicos dos Rios Abunã e Acre ainda se definiam pelo centro nacional brasileiro, a partir de 1989, após o II Encontro Nacional dos Seringueiros, a leitura do antropólogo social de Alfredo Wagner Berno de Almeida (1995) apresentou a definição “brasiviana” como uma identidade para aqueles sujeitos de além-fronteiras. Assim, sob o véu da inclusão e da exclusão dos centros que representam a expressão “brasiviana” se constituiu numa ambivalência de processos históricos diferenciados de alteridades fronteiriças nos Rios Abunã e Acre.

A pesquisa mostrou que o espaço de fronteira nesse contexto se evidenciou não como um espaço que produz a ideia de término, de raia, enfim, como ponto de separação, mas, o lugar aonde a presença de famílias brasileiras e bolivianas apresenta uma dimensão social de

fluxos contínuos e descontínuos de interações e articulações culturais convertendo-a em um espaço híbrido, em um modo de viver no entre-lugar socialmente constituído.

Nesse sentido, o estático conceito jurídico da "fronteira" que se definia por uma linguagem da diplomacia internacional, por ação geopolítica de território nacional carrega em si o poder habilitado de separar quem está dentro de quem estão fora, nos interstícios dos Rios Abunã e Acre, passando a responder pelos dinâmicos conceitos de fronteira líquida, zona de contato, de espaço híbrido que se singulariza por carecer de uma identidade. Logo, a discussão posta pela polarização "identidade/nacionalidade", que caracterizou o discurso intelectual e o desenvolvimento sócio-político durante o século XIX e XX, é precisamente uma das implicações interamericanas de brasivianidade, do conceito de "fronteira".

Nesse sentido, as narrativas analisadas neste estudo mostraram como homens e mulheres converteram de modo simbólico, a fronteira em espaço, que ao mesmo tempo em que é geográfico é também, etnoracial, religioso, psicológico e dinâmico. Essas dimensões estão implícitas na fala e dialogam sob o fluido das temporalidades e contextos históricos desses entre-lugares.

Neste trabalho o conhecimento histórico foi sendo constituído tomando como referência as narrativas de brasileiros, mas também, de bolivianos que viveram experiências de diásporas, pois reconhecemos serem estes sujeitos portadores de saberes e visões de mundo próprio do protagonismo social daquela fronteira. Desta forma, a partir do cotidiano e de como viveram suas experiências sociais revelam uma entre-condição do fazer-se mensageiro, em trânsito, de uma história de fronteiras no espaço interamericano e amazônico.

Assim, o contexto dos deslocamentos de famílias brasileiras, durante os conflitos sociais no Estado do Acre-Brasil envolvendo a questão da terra no final do século XX, para os seringais da Amazônia pandina-BO permitiu inscrever o fenômeno da travessia de seringueiros brasileiros além-fronteiras dos Rios Abunã e Acre como um encontro sociocultural, contemporâneo, de famílias brasileiras legalizadas ou não no Departamento de Pando-BO, bem como, identificar a diversidade dos grupos sociais que habitam aquele espaço.

O intuito de reconhecer as vozes daqueles homens e mulheres como sabedores de uma história de alteridades nas fronteiras amazônicas foi a razão de ser desse trabalho, para expor as questões de objetividade e subjetividade do trabalho do historiador. Inicialmente havíamos assumido uma forma de fazer este trabalho partindo de inquietações do presente, contudo, em alguns momentos, enfrentamos a angustiante tarefa de rever a maneira de compartilhar saberes. Desta forma, entre o rito da qualificação desse trabalho e a construção deste

conhecimento foram vivenciados momentos de reflexões significativas quanto aos pressupostos metodológicos do uso da história oral e os pressupostos da história do presente, possibilitando um entendimento acerca de pensar o documento (oral ou escrito), enquanto expressão do vivido, que na pesquisa se traduziu em momentos de constantes diálogos entre fontes orais e escritas para a elaboração desta tese.

Considerando essas questões, as narrativas assumiram lugar privilegiado neste trabalho, uma vez que o próprio termo “brasiviano” constituído a partir do universo de fronteira dos seringais bolivianos não se revelou como algo a expressar uma identidade constituída pelos próprios sujeitos. Em razão das implicações fronteiriças o referido termo foi tomado como uma chave de análise, e nesse sentido, os conceitos básicos apresentados no título desta tese “**“Brasivianos”: culturas, fronteiras e identidades**” foram sendo compreendidos a partir da forma como os narradores pensaram e materializaram as articulações das culturas brasileira e boliviana nesta zona fronteiriça dos interstícios interamericanos amazônicos dos Rios Abunã e Acre.

Em seu conjunto as narrativas quando analisadas uma após a outra, expõe além das diferentes temporalidades e experiências de diásporas nesses entre-lugares, as contradições dos seus narradores, conclusões divergentes, mesmo quando há falas contemporâneas, paralelas e até semelhantes em várias passagens. São as divergências reveladas na pesquisa e o que elas permitiram pensar para concluir a problemática fundamental desta tese acerca das formas de como as culturas brasileira e boliviana são representadas e articuladas na área de fronteira dos rios Abunã e Acre, que permitem ou não constituir identidades, particularmente, a chamada “brasiviana”.

É importante frisar que as narrativas que compõem o primeiro capítulo atendem ao objetivo proposto de entender como o grupo de “brasivianos” interpretou e reinterpretou o processo de expropriação e, articulou nas suas vivências os valores culturais nessa região fronteiriça da Amazônia interamericana. O narrador Aldevino Correia no texto “*Filho de pais migrantes*” ao começar apresentando o lugar social que constituiu sua história de nascimento e a experiência de diásporas fornece referências para se entender o espaço da fronteira interamericana e amazônica. Primeiro, a experiência se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações e pressupõe que a tradição do extrativismo da borracha tenha gestado a interação de uma transterritorialidade amazônica constituída socialmente por seringueiros brasileiros que ocupavam o território boliviano há mais de cinco décadas. Essa tradição é compartilhada e retomada na continuidade da “travessia” dos Rios Abunã e Acre realizada por outros seringueiros, a exemplo de Francisco Bonifácio, “*Rumo a Bolívia*”, que a partir da

década de 1970 e 1980 em razão do processo de expropriação e o desenraizamento do trabalhador brasileiro fronteiriço passa a configurar em uma territorialização dos conflitos agrários acreanos em colocações e seringais, revelando estes espaços como interstícios interamericanos e amazônicos, conformadores de uma nova ordem de relativização das fronteiras brasileiras, manifestado no fenômeno social dos chamados “brasivianos”.

Esse fenômeno mostrou na continuidade, as temporalidades da presença desses trabalhadores brasileiros em território boliviano não como um resultado do processo do capitalismo moderno de globalização das fronteiras, mas, se constituiu no trânsito entre fronteiras nacionais forjadas na tradição socialmente constituída pelo fazer-se seringueiro.

Esta tradição não se configura apenas numa ordem econômica das condições impostas pelo capital na região da Amazônia Sul-Occidental, mas, também se apresenta como uma prática de interação homem-natureza. Na narrativa de Francisco Bonifácio se constata que as histórias contadas sobre as seringueiras dos seringais da Bolívia foram escutadas por outros seringueiros distantes da fronteira, sendo a trajetória seguida por uma expressiva quantidade de famílias seringueiras que atravessaram os Rios Abunã e Acre e passaram a representar a comunidade “brasiviana”, numa coletividade de trabalhadores clandestinos.

Enquanto para Aldevino Correia o viver no seringal boliviano se constituiu num trânsito ininterrupto de um “*andarilho*”, para Francisco Bonifácio representou um lugar de sobrevivência e trabalho. Conclui-se que a expressão privilegiada dessa experiência tradicional é o significado da floresta em ambos os territórios. No boliviano marca uma continuidade do modo de vida extrativista e se apresentava menos excludente que o Estado do Acre durante o processo de expropriação e expulsão do seringueiro, provocada pela crise agrária a partir da década de 1970.

Assim, o fazer-se seringueiro clandestino no interior da Bolívia nos revelou no limiar dos Rios Abunã e Acre, que o chamado “brasiviano” aproxima o mundo extrativista acreano e familiar deste território conhecido, ao mesmo tempo culturalmente desconhecido e, no entanto, comum aos moradores da fronteira.

No segundo capítulo as narrativas de Francisca da Silva e de Susy Mejido permitiu compreender como as questões de ordem social e cultural são expressas em suas experiências sociais na fronteira dos Rios Abunã e Acre. Em ambas as narrativas o ano de 2008 serviu de referência para marcar a temporalidade contemporânea dos conflitos que envolveram esta região de fronteira. Entretanto, face às questões colocadas pelos conflitos contemporâneos nestas narrativas encontramos as formas de interações sociais forjadas por essas mulheres e suas famílias, apresentadas como o avesso de temporalidades conflitantes que permitem

pensar como revelou naquelas condições, a dimensão do sentido de pátria brasileira e da boliviana.

Nesse capítulo se concluiu que ao recompor o sentido pátrio/nação no simbólico aporte de “*soma*” ou da “*identidade brasiviana*”, o latino-amazônico procurou extinguir também a vontade de um viver transitório, provisório, forjando no lugar de moradia e trabalho, as múltiplas formas de alteridades. Nas entrelinhas do pensamento das narradoras há uma exigência quanto ao direito de viver marcado pela trajetória da convivência que parece evocar uma cidadania latina, “*brasiviana*”, revelando um deslocamento do sujeito cultural híbrido, para a além da ideia de nacionalidade, construída sob os laços sociais de convivência dos lares interculturais, da escola, da igreja e, ainda, nas relações de amizade e comerciais próprios daquele espaço interamericano e amazônico. Simultaneamente, a identidade “brasiviana”, ao mesmo tempo, se apresenta “includente” e “excludente”, uma vez em que a ideia do pertencimento constituída, particularmente nos núcleos familiares interculturais, é mediadora entre o cidadão e a nação.

O terceiro capítulo, ao constituir-se num diálogo entre as narrativas permitiu compreender como foram forjadas as identidades no trânsito do entre-lugar, uma vez que hoje estão presentes, além dos trabalhadores tradicionais, os nascidos na fronteira e os filhos de casais interculturais, ampliando nossa visão de sujeito fronteiriço. A geração posterior ao ser “naturalizada”, ao “casar ou viver conjugalmente”, “registrar filhos” e “alistar-se no exército boliviano”, expressa uma maneira de viver fronteiriça, uma ambivalência que antes mantinha o “outro” separado.

Nesse capítulo se concluiu que na luta pelo reconhecimento de direitos, principalmente, o direito à propriedade da terra, as famílias se submeteram e resistiram ao “esquecimento” político e à imagem que os seus iguais seringueiros das reservas extrativistas tinham deles, como trabalhador brasileiro nos seringais bolivianos, sem a possibilidade de adquirir os mesmos direitos daqueles trabalhadores das reservas extrativistas. Mesmo diante da intervenção dos governos, do acordo diplomático/2008, o rearranjo migratório a partir de 2010 materializado nos assentamentos do INCRA/AC e da OIM/ Organização Internacional para as Migrações, expõe o verso e o avesso das entidades nacionais, pois contemplam dois pontos de referências alternativos do direito a terra no Brasil ou na Bolívia.

Confrontando as narrativas com a própria história de vida da pesquisadora, continua uma pergunta: “quem somos?” Este foi um questionamento que me fiz durante a pesquisa, filha de pais brasileiros, nascida em território boliviano, sou remanescente da primeira geração de filhos nascidos de brasileiros em seringais da Bolívia desde recuadas datas de

andanças realizadas por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros após a assinatura do Tratado de Petrópolis. Depois da exploração pacífica dos seringais e colocações bolivianas, a primeira manifestação social do grupo de “brasivianos”, talvez seja a marca mais distintiva que se destaca e que caracteriza ao mesmo tempo as expressões culturais de seus habitantes, os quais evidenciaram que viver em espaço fronteiriço seja um modo de viver na encruzilhada de culturas, como um “entre-lugar”, passível de serem percebidas as tensões e ambivalências daquele espaço.

A historicidade do deslocamento de trabalhadores brasileiros, seringueiros, para o interior dos seringais da Bolívia ocorreu em diferentes fases: a primeira se deu a partir de 1895, durante o chamado “primeiro ciclo da borracha”; a segunda fase, ocorreu entre os anos 1942 e 1946 durante a anunciada “batalha da borracha” e, a terceira, a partir da década de 1970, período do deslocamento de Doeri Amorim para o território boliviano. Esses diferentes tempos assumiram uma representação hegemônica entre vários estudiosos⁸², que em síntese afirmam a relativização da fronteira da Amazônia sul-ocidental e a ocupação das terras além-fronteiras como resultado direto ou indireto do desenvolvimento do capital na região.

Reconhecimento de direitos e o retorno das famílias de seringueiros e pequenos produtores brasileiros para o Estado do Acre, se constituiu em mais uma etapa, pois uma pequena parcela dessas famílias permaneceu legitimada e, outra ainda, continua em território boliviano. É o que trata o quarto capítulo, formado por narrativas de brasileiros que permanecem legalmente em território boliviano, moradores das Comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles.

Nesse capítulo, a partir da narrativa de Doeri Amorim se reconheceu um conjunto das vozes de homens e mulheres, através das quais se identificou e interpretou as ressignificações de um fronteiriço amazônico sobre os elementos culturais e o espaço/território, para entender se esses permitiram e ainda permitem a recriação desses sujeitos nos espaços interamericano e amazônico.

As narrativas ao remeter a análise para a visão destes homens e mulheres da própria trajetória e de si mesmos como protagonistas de uma experiência social de fronteira, deram a

⁸² Para maior aprofundamento ler (clássicos) entre outros: Artur Cezar Ferreira Reis (1953/1970/1982); Brian Fawcett (1954); Craveiro Costa (1974/1999); Leandro Tocantins (1961/1977/1992). Samuel Benchimol (1984). Gastão de Bettencourt (1969); Marcio Souza (1977). Bem como, Benedita Esteves (2001 / 2005); Valdir de Oliveira Calixto (1985); Eunice Mariano Coelho (1982), Pedro Vicente Costa Sobrinho (1992) Helio Garcia Duarte (1987); Araújo Lima (1975). Manoel Ferreira Lima (1981); Pedro Martinello (1988), José de Souza Martins (1991); Luiz Antonio Pinto de Oliveira (1982), Adalberto Ferreira da Silva (1982).

entender as formas diferentes de expor a visão de mundo construída na entre-condição de trabalhadores brasileiros, clandestinos, por apresentarem divergências. O sentido que expressam suas experiências pode ser observado sob três aspectos: o esquecimento: “*não tinha como sobreviver lá no Brasil e eu não queria muito, só sonhava possuir um lugarzinho meu*”; a discriminação: “*solteiro não precisava de terra, aí nós achamos que na **Bolívia tinha uma solução** para nós*”; e o abandono: “*1977, até agora nós tínhamos nossa área de terra lá, ainda tá lá porque foi abandonada devido esse negócio da empresa.*” Estes identificam a entre-condição vivida pelo fronteiriço latino-amazônico, no chão da (in)certeza de existir como sujeito apenas visíveis no âmbito do conflito de viver entre-fronteiras.

Assim, consequentemente a brasivianidade se configurou como uma identidade constituída no conflito, principalmente em fins do século XX, com o maciço deslocamento empreendido por mulheres e homens expropriados dos bens do modelo agropecuário vencedor, implantado no Estado do Acre, a partir da década de 1970.

Constata-se nas três fases mencionadas anteriormente, que a questão da identidade se definia, sobremaneira, pelo centro brasileiro. Porquanto, é no momento da visibilidade social do grupo de “brasivianos”, no cenário político do II Congresso Nacional dos Seringueiros em 1989, que a pergunta: “Quem somos?” adquire uma repercussão existencial consciente, uma vez que exige uma resposta, mesmo sem definição própria, pois, designou a princípio, os trabalhadores brasileiros nos seringais bolivianos. Esse grupo passou a existir por via negativa, pelo que não é; isto é, pelo que se rejeita e pelo que se almeja ser. A imagem que os “brasivianos” têm de si no interior da Bolívia⁸³ denota uma entre-condição vivida por homens e mulheres, que denuncia o “eu” e o “outro”, expressos nas diversas narrativas.

Desta forma, nas afirmações que ora se formulam positivamente, quando estão renegociando no espaço identitário e, em outros momentos, se expressam fortemente negativas ao retratar o trabalhador brasileiro no interior da Bolívia, o conceito de fronteira se mantém íntegro; o espaço é o que se amplia e é a causa da luta por direitos, e a ideia de pertencimento, expressa no sentido do reconhecimento de cidadão de direitos parece ser reivindicada como forma de recompor a fronteira pandina dos vales dos Rios Abunã e Acre, como uma unidade continental latino-amazônica: “*sou um brasileiro na fronteira, sou um brasiviano, um trabalhador sem fronteira*”.

⁸³ Maiores informações consultar Geórgia Pereira Lima, BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã (1970/1980). Dissertação de mestrado (UFPE/2002). - capítulo III: “Dinâmica Social”. Sob esse título a pesquisadora, através de depoimentos e relatos, elabora uma compreensão acerca da imagem que o trabalhador brasileiro tem de si no interior da Bolívia e resistência desse grupo quanto a cidadania boliviana.

Assim, a identidade “brasiviana” se revela por incorporar as (in)diferenças veladas na intra-relação e inter-relação vividas por mais de três gerações de trabalhadores brasileiros nos seringais. O termo ainda denota a forma de tratamento dispensado a estes ao se referirem as nacionalidades, brasileira e boliviana, que os faz existir como sujeitos binacionais, mas excluídos de ambas. Um exemplo é o narrador Doeri Amorim. Ao afirmar ser “*um trabalhador sem fronteira*”, evidencia uma consciência de trabalhador latino-americano no contexto amazônico de ambas as nacionalidades, expropriado e independente, como a declarar um somos interamericanos, cidadãos latino-amazônicos, contudo, ainda carecendo de um centro que permita consolidar direitos sobre a terra de trabalho na região de Pando- Bolívia. A partir de 2000, a comunidade “brasiviana” se permite e aceita a cidadania boliviana antes postergada.

Nesse sentido, viver no Brasil ou na Bolívia extrapola a ideia de testemunho pátrio com referência ao nascedouro e localiza o grupo em relação ao espaço geográfico identitário fronteiriço. Em deixando de determinar “Brasil” ou “Bolívia” como indiciário determinante de “identidade”, forja uma saída que Bauman (2005) afirma “ser a fronteira, um veículo da qual poderá ser o sujeito integrado ou excluído de acordo com o poder habilitado a separar quem está dentro de quem está fora” (p.16). Entretanto, entre homens e mulheres que vivenciaram uma experiência fronteiriça o pensamento expressa a heterogeneidade do modo como é sentido e entendido o lugar relacional do sujeito social no espaço de fronteira. Um bom exemplo, encontramos na narrativa de Doeri Amorim quando afirma que:

“Eu nunca gostei de falar espanhol. Mas, eu, particularmente, nunca quis mexer com isso. O fato que eu não precisava falar espanhol porque todo boliviano que mora na fronteira entende quando os brasileiros falam o português”.

A resistência ao idioma do país de destino é justificada pelo convívio entre brasileiros e bolivianos nessa área de fronteira que é descrita como uma zona de integração cultural. Se, ainda, encontramos resistência à aprendizagem do idioma entre aqueles que chegaram aos seringais da Bolívia a partir do deslocamento da década de 1970 como é o caso de Doeri Amorim, entre os filhos de pais brasileiros que conviveram socialmente nas comunidades onde residiram como é o caso do filho de Francisca da Silva ao apresentar o sentido de “*soma*”, nos permite entender que as questões do sentimento pátrio, sintetiza e caracteriza alguns fatores que permitem recuperar os diferentes tempos e espaços de convivência:

“[...] na escola nós aprendemos a falar e escrever em espanhol todo o conteúdo dos professores, em casa se falava o português e na escola o espanhol. Era bom.

A gente aprendeu o espanhol e não perdemos o português. Eu não perdi o português e até onde estudei aprendi o espanhol e eu acho que foi uma soma. Agora eu tenho dificuldade, né mãe, de ler em português. As letras são diferente”.

Esses dois trechos das narrativas, a primeira de Doeri Amorim, do quanto capítulo e a segunda, de Francisca Silva, do segundo Capítulo, permitem capturar as representações que os moradores fronteiriços têm de suas experiências e do local onde realizam suas vivências sociais. As descrições se apresentam carregadas de subjetividades, e delas, erigem dois prismas: o primeiro se apresenta como preconceituoso, expressando o lado negativo: “*Eu nunca gostei de falar espanhol*”, enquanto o segundo traz uma referência positiva: “*Eu não perdi o português e até onde estudei aprendi o espanhol e eu acho que foi uma soma*”. Contudo, ambos recompõem a identidade como sendo um sinal de uma unidade geo-cultural mais ampla, constituída da inflexão do nascer – viver – trabalhar – pensar e sentir.

Nesse sentido, o “pensar–sentir” torna-se uma dimensão de assinatura de um padrão identitário do sujeito no espaço local-tempo, no socioeconômico e cultural. “Pertencimento” e “identidade” são elementos bastante negociáveis e revogáveis de acordo com a condução do indivíduo diante da vida de relações. Assim, os atos de decisões, caminhos, escolhas e modo de agir, são as formas de exteriorizar o modo de pensar e sentir, o que permite dizer que a comunidade “brasiviana” seja uma comunidade de destino⁸⁴.

Dessa forma, a identidade “brasiviana” se manifesta a partir das referências que esses sujeitos articularam e estabeleceram com sua origem de pertença em suas múltiplas relações. Ao compartilhar experiências, constitui-se socialmente a partir do extrativismo que o localiza na ação produtiva e sob a qual negocia valores intrinsecamente interligados ao pensamento. Isso está implícito, neste trabalho, nas falas dos narradores. Por esse prisma, o ato mecânico de legalidade nacional realizada pelos “brasivianos” ao nacionalizar a si ou aos seus filhos e netos na Bolívia, expressos em documentos oficiais, vai além de uma cidadania boliviana: passam a representar um profundo sentimento (in)consciente, de “latinidade” americana do fronteiriço-amazônico expropriado, manifestada no modo como articulam socialmente o

⁸⁴ Bauman afirma que há dois tipos de comunidades, uma de vida e a outra de destino. Aqui iremos considerar a de “destino”, as que são fundidas (...) por idéias ou por uma variedade de princípios. Aonde a comunidade surge só surge com a exposição àquela comunidade de destino, visto haver mais de uma idéia para evocar e manter a unidade, “a comunidade fundida por idéias”. (BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2005. p. 17).

sentido da língua nacional, encontrado nas narrativas. Mostram que na fronteira Acre-Pando os bolivianos se fazem entender melhor falando mais o chamando “portunhol”.

Sob outra ótica, a pesquisa revelou uma característica muito peculiar dos “novos brasivianos”, a partir dos anos 2000. A relação conjugal intercultural passou a apresenta outra forma de visibilidade do fronteiriço. Se em 1989 os “brasivianos” designavam os trabalhadores brasileiros nos seringais da Bolívia, a partir do início do século XXI esses são identificados genuinamente como geração dos filhos de casais interculturais e, ainda, do entrecruzamento promovido particularmente pelas escolas brasileiras e bolivianas na região de fronteira. Mas, quem são os “novos brasivianos”? Qual a sua identidade? A pesquisa, mesmo ao identificar os casais e, principalmente, os filhos interculturais, como os prováveis representantes da geração cultural “brasiviana”, ainda caracteriza a identidade como constituída num conflito, apresentado pela tensão de hábitos culturais no interior do lar. Diante dessa constatação, a brasivianidade passou a caracterizar uma identidade híbrida própria da zona de contato que a expressa.

Essa identidade se evidencia por elementos profundamente ligados no modo como esses sujeitos concebem o nascer – viver – pensar e sentir. A pesquisa revelou dados que permite considerar a convivência no lar como o *lócus* onde os hábitos, costumes e os valores culturais são negociados, expressando e traduzindo elos conflitantes ou não. A experiência dos nascidos interculturais, no que tange ao costume de abençoar ou não filhos e netos, bem como, a escolha do idioma usual no interior do lar, dependerá do grau de interação ou do domínio exercido pelos cônjuges ou seus familiares, se evidenciando um duplo sentido, uma ambivalência, no interior dos lares interculturais.

Os fatores de comensurabilidade cultural (idioma usual dominante, registro de nascimento, etc.) implicam num acordo que segundo Homi Bhabha (2007), leva a uma transparência da cultura que deve ser pensada fora da significação da diferença para recompor como um entre-lugar da cultura, entre o signo e o significante.

A pesquisa revelou ainda que a escolha da cidadania nacional, brasileira ou boliviana, através da qual se expressará a brasivianidade, marcadamente relacionada ao registro de nascimento, é uma decisão paterna que vai além da nacionalidade, no caso em estudo, se articula de forma conjuntural como uma estratégia de benefícios.

Os dados nos leva a concluir que em quase cinco décadas a dinâmica social promovida pela presença e experiência de vida clandestina do seringueiro brasileiro em seringais bolivianos, particularmente, em razão da continuidade e permanência legitimada, constituem, para além de uma identidade fixa de “brasiviano”, uma representação de uma territorialidade

transamazônica que estamos chamando de brasivianidade. Esta é constituída em torno de uma ambivalência, se tornando um signo de uma articulação dupla, uma estratégia complexa de reforma, regularização e disciplina que se apropria do outro, de forma que seu efeito sob o discurso geopolítico de fronteira é profundo e perturbador, pois pela ambivalência da brasivianidade, não apenas se rompe o discurso, mas se transforma em uma (in)certeza que fixa o sujeito fronteiriço como “presença parcial”.

Neste sentido, a tese apresenta alguns elementos que precisam ser aprofundados: a) Como nos lares interculturais são expressos os hábitos culturais? b) Qual a posição hierárquica dos pais interculturais na decisão da nacionalidade? c) Que elementos ou critérios participam da negociação e dos valores culturais do pertencimento? c) O que representa a transnacionalidades do “portunhol” e de religiosidades? d) Quais os novos rearranjos políticos, sociais, e culturais das questões de legitimidade e territorialidades colocadas pelas comunidades de Arroyo Seco e Los Angeles? O que representa os trânsitos e a questão da educação nas perspectivas dos desafios contemporâneos entre-culturas? Esses questionamentos, com certeza, darão fruto a novos estudos que trarão dados não revelados, até porque não foram o foco da pesquisa, mas que em muito contribuirão para a compreensão da vida na fronteira entre o Estado do Acre – Brasil e o Departamento de Pando-Bolívia.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

1. ALLEGRETTI, MARY HELENA. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm. UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002. (tese)
2. ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Políticas de conflitos: movimento de trabalhadores rurais e conflitos agrários na Amazônia (1986 -1990)*. Pará Agrário, nos 6-7, Belém: DESP, 1989.
3. _____. *Exportações das Tensões Sociais na Amazônia; Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identidades construídas no conflito*. Travessia – Revista do Migrante CEM, ano VIII, nº 21, janeiro-abril. São Paulo, 1995, p. 28-36.
4. ANTONACCI, Maria aparecida. *Cultura, Trabalho, Meio Ambiente: Estratégias de “Empates” no Acre*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/FINEP/MCT/CNPq/Marco zero, nº 28. 1994.
5. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. [tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo: Perspectiva, 2005.
6. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.
7. _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
8. _____. *Globalização: as consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
9. _____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2012.
10. BARROS, José D' Assunção. *O discurso da História e o desafio do estilo*, Artigo.
11. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
12. BERCK, Bertha k. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
13. _____. *Amazônia*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.
14. BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo- RS: Editora Unisinos, 2003;
15. _____. *A arte da conversação*. S. Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1995.
16. BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003;
17. BLOCH, Marc. *Apologia da Historia ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
18. BULCÃO, Soares. *Plácido de Castro*, Jornal do Ceará, 12 de Agosto de 1910.
19. CALDAS, Alberto Lins. *A Hermenêutica do Presente*. In: Caderno de Criação: Centro de Hermenêutica do Presente (UFRO): Porto Velho, 2000.
20. CALIXTO, Valdir de Oliveira, FERNANDES, J. e SOUZA, J. D. *Acre: uma história em construção*. Estado do Acre, FEAC – Fundação Cultural, 1985.
21. CANCLINI, Néstor Garcías. *Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
22. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982;
23. _____. *A ascensão da insignificância*. Tradução de Regina Vasconcellos. – São Paulo: Paz e Terra, 2002. – (As Encruzilhadas do Labirinto; 4).
24. CASTELLS. M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

25. CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano, Artes de Fazer*. Vol. 1 Petrópolis, Vozes, 10ed. 2011.
26. COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lagrima de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. Companhia das letras, RJ, 1989.
27. COSTA, João Craveiro. *A conquista do Deserto Ocidental: subsídio para a história do território do Acre*. Brasília: 2005.
28. COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Corte. 1992.
29. CHAUVEAU, Agnes & TÉRTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
30. ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados*. REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005 – ISSN 1806-6755.
31. _____. *Trajetórias de famílias subterrâneas na fronteira do Acre(Brasil) e Pando (Bolívia)*. IN: Proj. História, SP. (27). p. 107 – 122, dez/2003.
32. FAWCET, Brian. *Expedição Fawcett*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1954.
33. FERNANDES NETO, Pedro. *Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil*. Bacharel em Geografia, Departamento de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003;
34. FONT, Joan Nogue e RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, Identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2008.
35. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e Escritos; II)
36. _____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
37. FRANK, Robert. *Questões Para as Fontes do Presente*. In. CHAUVEAU, Agnes & TÉRTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
38. GILROY, Paul. *Entre Campos, Nações, Culturas e o Fascínio da Raça*. São Paulo: Annablume, 2007;
39. GINZBURG, Carlos. *Olhos de Madeira, nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
40. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004;
41. Glissant, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005.
42. GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
43. HAESBAERT, Rogério. “*O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
44. HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
45. HALL, Stuart. *A Identidade cultura na pós-modernidade*. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.
46. _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
47. HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
48. _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

49. _____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2002.
50. HORKHEIMER, M e ADORNO. T. *A dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
51. IOKOI, Zilda Marcia Gricoli. *Intolerância e resistência. A saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil, (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas, 2004;
52. _____. *O Brasil atual e a mundialização*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997;
53. _____. *Deslocamentos populacionais e novas formas de solidariedade*. São Paulo: BEI Comunicação, 2000. (Coleção Êxodos programa educacional). Brasília/DF. 2001.
54. KAST, Verena. “*A dinâmica dos símbolos*” Petrópolis, R. Janeiro: Vozes, 2013, p 19/22.
55. LACOUTURE, Jean. *A História imediata*. In. GOFF, Jacques Le. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
56. Le GOFF, Jacques. *L’imagination medieval*. Paris, Gallimard, 1985.
57. LIMA, Geórgia P. **BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã - (1970/1980)**. Recife: UFPE. (Dissertação) Mestrado em Historia do Brasil. 2000;
58. _____. *Fronteira do Abunã e os conflitos sociais*. IN: *Amazônia pós-moderna. Tradições e contradições*. Rio Branco-Ac: OPUS, 2008.
59. LIMA. Manoel Ferreira em sua tese, *A Bolívia de 1880 a 1905: sua relações exteriores e a questão do Acre*. Rio de Janeiro: UFFN 1981;
60. LIMA, Simone “*Amazônia babel: línguas, ficções, margens, nomadismo e resíduos utópicos*”. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014;
61. LOBO, Eulália Maria. *Fronteiras étnicas na América Latina: Fronteiras móveis*. Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20:1999: Florianópolis) História: Fronteiras/ Associação Nacional de História São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP: ANPUH, 19999. Vol. II. p. 669.
62. Lynn Hunt. *A nova História Social*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.2001.
63. MAIA, Sávio José da Costa, *Seringueiros brasileiros e suas travessias para a Bolívia: a formação de novos modos de produção num espaço de litígio (1970/1995)* UFPE. Dissertação de Mestrado, 2002.
64. MARTINS, José de Souza. *A vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*, fls. 659 – 726, In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea/Coordenação geral da coleção: Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. – São Paulo: Cia das Letras, 1998. – (História da vida privada no Brasil Vol. 4)*.
65. _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas no processo político*.Petrópolis: Vozes, 1981.
66. _____. *Expropriação e vivência: a questão política no campo*. 3ª Ed. São Paulo, HUCITEC, 1991.
67. MONTENEGRO. Antônio Torres. *História e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto: 1992.
68. NASCIMENTO, Eloisa Winter. *Rumo da Terra: ruma da liberdade*. Florianópolis/SC. Universidade de Santa Catarina, 1985.
69. NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos Sobre a História*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005.

70. OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. *O seringueiro, o brabo e posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana*. Belo Horizonte: UFMG, mestrado em Economia, 1982. (Dissertação).
71. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
72. PERAVENTO, Sandra Jatahy, *Em busca de uma outra História: imaginando o imaginado*. Revista brasileira de História. São Paulo: Contexto. Vol. 15 nº 29, PP. 15; 1985.
73. PINSKY, Jaime. (org.) *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 108 a 131.
74. PORTELLI, Alessandro.
75. _____. *Ensaio de História Oral* – (Seleção de texto). São Paulo: Letra e Voz. 2010.
76. PHILIPPE, Léna Adelá Engrácia de Oliveira (Org.) *Amazônia, a fronteira Agrícola 20 anos depois*. Coleção Eduardo Galvão, CEJUP, 1992.
77. REGO, José Fernandes. *Estado capitalista e políticas jurídicas*. Campinas Grande: UFPB, Mestrado em Sociologia, 1992 (dissertação).
78. _____. *Estado e Políticas Públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar*. São Luís: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.
79. REIS, Arthur C. Ferreira. *O Seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola, 1953.
80. _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
81. _____. *Limites e demarcações na Amazônia*. Ed. Belém-PA. Grafecentro. (s/d).
82. RÉMOND. René, *O Retorno do Político*. IN: Questões para a História do presente. Chauveau, Agnès e Philippe Tétart. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999, p. 51 a 60.
83. REYE, Ulrich, *Política de desarrello em el Oriente Boliviano*. Bilbao. Espanha: Ediciones Deusto, 1970.
84. RIBERA, *La dramática desmembración del Acre*. Ed. “Franz Tamayo”. Cobija – Pando/ Bolívia. (s/d);
85. RIOJA-BALLIVIAN, Guillermo, *Aproximación preliminar delimitativa com base para uma investigación. Reasentamientos brasileños em Pando: cronología incompleta*. Univerdad Amazónica de Pando, Cobija, S/d;
86. _____. *Sistematización de lecciones aprendidas y capitalización. De prendizajes del proyecto CARE – Ramh: “fortalecimiento institucional das Organizações da Sociedade Civil e Movimento Social na Região do Alto Acre e Capixaba”*. Cobija, Dezembro, 2010.
87. _____. *Manual de Intermediación de Conflictos. Documento Técnico, 99/2001*. Santa Cruz, Febrero, 2001.
88. _____. *Estudio de Caso, Chiquitanos de Lomerio. Experiencia de control Cultural em el manejo florestal comunitário*. UAP – Universidad Amazónica de Pando. “Ecodesarrollo Comunitário y Salud “Ambiental”, Cobija, s/d;
89. _____. *Sociocultural diagnosis of indigenous Peoples of the lowlands of Bolívia*. National Assessment Indigenous. VAIPO, 1998;
90. _____. *Opportunities end thalats in the process of integrating the Northers Amazon of Bolívia*. UAP – Universidad Amazónica de Pando, Cobija, s/d.
91. Santos, Denise Zeiden. *Diplomacia e Forças Armadas: percepções de ameaças no entorno andino-amazônico*. 2003.

92. SANT’ANNA, Marcílio Ribeiro de. *Os imperadores do Acre: uma análise de recente expansão capitalista na Amazônia*. Brasília –DF: UnB/Mestrado em Sociologia, 1988;
93. SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
94. SILVA, Sidney Antônio (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: HUCITEC, 2012.
95. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.
96. Simmel, Georg. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* (Sociologia. Estudos sobre as formas de sociação). Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908, pp. 509 a 512. *Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro KOURY*. Publicado pela RBSE • Vol. 4 • nº 12 • dezembro de 2005 • ISSN 1676-8965 • 265 - 271.
97. SMITH, Richard Cândida. *Circuitos de Subjetividades. História Oral, o Acervo e as Artes*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
98. SPRANDEL, Márcia A. *Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do cone Sul*. *Travessia* – Revista do Migrante, CEM. Ano IV, nº 11. São Paulo, 1991. p. 9-13.
99. STURZA, Eliana Rosa. *Ciência e Cultura*, vol. 57 nº2. São Paulo abril-junho de 2005 ISSN 2317-6660.
100. SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *“Varadouros da liberdade”: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia –Acre*. São Paulo: PUC- tese, 1996.
101. SOUZA SANTOS, Boaventura e MENEZES, M. P, *Epistemologia do sul*. Coimbra; Ed. Almedina e CES, 2010.
102. TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
103. Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso*. Parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ... [et al.] . - - 2. ed. rev. ampl. - - São Paulo : Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.
104. VALDECUENDE, José Maria. *História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.
105. VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. 4ª Ed. Brasília: UnB, 1998.
106. Walter, Ronald. *Fronteira e espaços fronteiriços interamericanos*. Universidade de Pernambuco, s/d.

ENTREVISTAS:

2. Alderino Alves Correia - “Filho de pais migrantes”
3. Francisca Souza da Silva – “A vida boa, no final foi de perseguição”
4. Susy Mejido Vaca - “A gente saiu praticamente fugindo”
5. Francisca Pinheiro Pinto “É isso a vida”
6. Doeri José Amorim - “chegada ao Estado do Acre e entrada para as terras da Bolívia”
7. Sandra Maria Borges Azad.
8. Jarniel Silva e Silva.

9. Raimunda de Oliveira Correia;
10. Valdecir Ribeiro da Silva
11. Doeri José Amirom
12. Daniel Amorim
13. Cosmo da Silva Pinho
14. Barcelar Felipe de Souza
15. Francisco das Chagas Horácio da Gama
16. Maria Vilma da Conceição do Nascimento
17. Edilsa da Silva Ferreira
18. Dalila Silvana Amorim
19. Isabel Pereira de Jesus
20. Edisônia do Nascimento dos Santos
21. Cirlei de Souza Feitosa
22. Eliane Feitosa
23. Geovane Feitosa da Silva
24. Augustinho Thamas da Silva
25. Pedro Soares
26. Francisco José Batista de Souza
27. Maria Antônia de Moraes Mota
28. Elzi Crisostomo Ramos
29. Moises C. Braga
30. Vaneide Filismino da Silva
31. Inácio Thomas da Silva
32. Amauri Crisostomo da Silva
33. Josiane Bento Ciriaco
34. José Francisco Batista do Nascimento
35. Ailton Araújo Crisostomo
36. Francisca Maia da Silva
37. Francisco Sombra de Souza
38. Maria do Socorro Lima de Lira
39. Raimundo Pereira da Silva
40. Vanda Pereira do Carmo

FONTES INSTITUCIONAIS:

Boletim Igreja Católica – Diocese de Rio Branco – “Nós Irmãos” da Prelazia Acre Purus, Rio Branco–Acre, Ano III, nº 8, Agosto/1974.

Relatórios Institucionais

1. Relatório INCRA/AC
2. _____.Relatório de Atividades – Plano de Ação Emergencial. Rio Branco-Ac -2010
3. _____.Relatório de *criação do PAD. Pedro Peixoto*. Rio Branco, 1988;
4. _____.Relatório Técnico, *imóvel seringal Triunfo*. Rio Branco-Ac, 1994.
5. Relatório da “*Realidade dos seringueiros brasileiros na Bolívia*” promovida pela Igreja Católica através da Diocese de Rio Branco, Acre –Brasil, o Vicariato de Pando – Bolívia e CEPAMI – Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes – Ji-Paraná –RO/Brasil, 1991.
6. Relatório “*Situação política e fundiária do seringal Triunfo e Porto Dias no município de Plácido de Castro*”. Conselho Nacional dos Seringueiros, 1991.

7. Relatório CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG 1979.
8. Relatório Final da *Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre*, instituída através da Resolução nº 252/92, de 29/10/1992 conforme Requerimento do Deputado Osmarino Amâncio.
9. Relatório da Organização Internacional de Migração (OIM) - Programa de reassentamento de Famílias Brasileiras no Departamento de Pando – Bolívia. *Censo socioeconômico de Famílias Brasileiras fronteira do Departamento de Pando-Bolívia*, 2009;

DOCUMENTOS

1. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo Bilateral entre Brasil-Bolívia*. Brasília/Itamaraty 17 de novembro de 2008.
2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Plano de Ação Emergencial: *assentamento de brasileiros residentes na Faixa de Fronteira boliviana* INCRA/AC (s/d).
3. _____ Laudo de Vistoria e Avaliação, *seringal Triunfo*, Incra-Acre, Rio Branco -Ac, 1996.
4. _____ Proposta Simplificada de Proposta de Projetos. *Projeto de Assentamento Triunfo*. Incra-Acre, Rio Branco -Ac, 1997.
5. Governo do Estado do Acre - II Plano Estadual de Desenvolvimento chamado “*Acre, integração e desenvolvimento*” (1975/ 1979) - “*I diagnóstico geral do Estado*”;
6. Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Seringueiros - *Memória (ATA) 2ª reunião* – realizada entre os dias 01 a 04 de agosto de 1989;
7. Constituição Federal Brasileira, Art. 227;
8. Constituição Federal Boliviana, Art. 25;
9. Certidão de Registro de Imóvel, *matrícula nº 1.51, fls. 1. Livro 2* – Registro Geral. 2º Cartório de Registro de Imóveis. Rio Branco-Acre. 1991;

JORNAIS:

O GLOBO, 1995;

Soares Bulcão, Jornal do Ceará, 1910;

“O Varadouro”, o jornal da Selva.

- **Rumo à Bolívia**. Ano I, nº 9, Rio Branco-Ac, maio/1978, p 8;
- **Terra: a briga pela posse começa com o capataz**. Ano 1, nº 3. Rio Branco –Ac, Agosto/1977.
- **Migração do Sul agita o Acre**, edição 21 de maio/1981;
- **Os paranaenses (expulsos) estão chegando**, edição nº 23 de Agosto–Setembro/1981;

MATERIAL WEBSITE

1. <http://www.portaldopurus.com.br/index.php/purus-2/9780-estiagem-governador-decreta-estado-de-emergencia-em-cidades-do-acre>. Acesso em 2012;
2. <http://1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff0702200001.htm>. Acesso em 10 de setembro 2009/ 2012.

3. <http://www.altinomachado.com.br/2009/06/prostitutas-brasileiras-na-bolivia.html>
Acesso em 20.08.2011.
4. <http://www.altinomachado.com.br/2009/06/prostitutas-brasileiras-na-bolivia.html>
Acesso em 21/08/2017/ - 11/01/2014.
5. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=120025&search=||info%20gr%20ficos:-informa%20es-completas> (acesso em janeiro de 2014).
6. http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1509312-9356,00-.html.
Acesso em 02 de abril de 2014, às 05h:12m.